

COLEÇÃO NORDESTINA



---

Isaias Alves

# Matas do Sertão de Baixo



Matas do Sertão  
de Baixo



**Universidade do Estado da Bahia - UNEB**

Lourivaldo Valentim da Silva  
Reitor

Amélia Tereza Santa Rosa Maraux  
Vice-Reitora

Maria Nadja Nunes Bittencourt  
Diretora da Editora

Conselho Editorial

Delcele Mascarenhas Queiroz  
José Cláudio Rocha  
Josemar Rodrigues de Souza  
Márcia Rios da Silva  
Maria Edesina Aguiar  
Mônica Moreira de Oliveira Torres  
Wilson Roberto de Mattos  
Yara Dulce Bandeira Ataíde

Suplentes

Kiyoko Abe Sandes  
Liana Gonçalves Pontes Sodré  
Lynn Rosalina Gama Alves  
Ronalda Barreto Silva

Isaias Alves

# Matas do Sertão de Baixo

EDUNEB

SALVADOR – BA  
2010

© 2010 Cedido a Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB para esta edição  
Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica,  
resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional  
Impresso no Brasil 2010.

Ficha Técnica

Projeto Gráfico  
Geraldo Jesuino

Editoração,  
Normalização e Revisão  
ESB - Serviços Gráficos

Coordenação Editorial  
Sidney Santos Silva

Sistema de Bibliotecas da UNEB

---

Alves, Isaias

Matas do sertão de baixo / Isaias Alves . – Salvador : EDUNEB, 2010.  
340p.

ISBN : 978-85-7887-071-3.

1. Alves, Isaias, 1888 - 1968. 2. Bahia - História. I. Título.

CDD: 981.42

---

ISBN: 978-85-7887-071-3



Esta Editora é filiada à  
**ABEU**  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB  
Av. Jorge Amado, s/nº - Boca do Rio – Salvador – Bahia – Brasil  
CEP: 41.710-050 – (71) 3371-0107 / 0148 – R. 204  
editora@listas.uneb.br  
www.uneb.br

## NOTA PRÉVIA

Tendo sido “Matas do Sertão de Baixo”, prefaciado, em 1967, pelo insigne escritor Pedro Calmon, constituir-se-ia atrevimento sem limite apor, a seu texto de ouro, qualquer comentário sobre o valor desta obra.

Arrimado em argumentos imbatíveis, Pedro Calmon, baiano de Amargosa, tece comentários, em apenas “Duas Palavras”, acerca do valor do livro, sintetizando magistralmente o seu conteúdo.

Cabe-nos, exclusivamente, pois, manifestar a nossa alegria por esta reedição, tal o significado de que se reveste para os estudiosos dos assuntos brasileiros, em especial para os que se dedicam à ocupação e o desenvolvimento dessa área pouco estudada do interior do Estado da Bahia .

Aquece-nos ao escrever estas breves linhas o sentimento de “baianidade” e a certeza de que a primeira edição, de há muito, encontra-se ausente das bibliotecas baianas e brasileiras. Nosso reconhecimento é dirigido, inicialmente, à professora Nadja Nunes , diretora da Editora da UNEB , por ter acolhido, com extrema sensibilidade, a nossa sugestão e , afinal, após ter vencido os trâmites legais, promover esta segunda tiragem. Depois dela, cumpre-nos reconhecer o empenho do Confrade do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Aristeu Almeida, sobrinho de Isaías Alves de Almeida , que conduziu a professora Nadja Nunes à residência da Sra. Wanda Alves de Almeida , a cujo desprendimento se deve a autorização para esta impressão, por cujo gesto somos todos devedores.

Salvador , julho de 2010  
Consuelo Pondé de Sena  
Presidente do IGHB.



## DUAS PALAVRAS

Isaias Alves, grande educador — dos maiores deste País — em “MATAS DO SERTÃO DE BAIXO” estuda o trecho da terra baiana em que nasceu. Estuda-a em todas as dimensões que para o sábio e para o filho tem o torrão natal: na superfície e na tradição; histórica e sentimentalmente; com a sua vida social e os seus momentos memoráveis, através de famílias, que subsistem, de homens que de muito se foram. No centro desse quadro pujante situa-se, à beira do seu rio moreno, Nazaré. Mais adiante, Santo Antônio de Jesus. O leitor segue os capítulos; sigo eu as estações da estrada de ferro. O leitor vê o que lhe conta o autor por minha vez vou vendo o que a sua narração sugere, desperta, revive e anima, desde a cidade ribeirinha de onde partiu a arrancada, até um alto jequitipá que é a sentinela verde de Amargosa. O livro torna-se-lhe uma sucessão de episódios, hábil e eruditamente entrosados num enredo inteiriço, mas nele encontro outra emoção, que é a sequência de paisagens, verídica e suavemente desdobradas numa sucessão de gerações. Isaias Alves é o cronista, o pintor, o sociólogo da região dois séculos encoberta, atrás de sua espessa floresta, com o nome lendário de “matas do sertão de baixo”. Cortavam-na em excursões silenciosas os caçadores de índios — e os caçadores de ouro e prata, mas na realidade, a sua incorporação na área econômica da província só se deu no século XVIII, quando o povoamento se espalhou ao comprido dos vales, e cada núcleo sertanejo passou a irradiar a ocupação humilde do solo. Digo ocupação humilde, para distingui-la da rendosa e cara, na faixa açucareira do recôncavo: ocupação gradual e calada de roceiros; a vasta fazenda de criar; em torno do sobrado — ainda na fronteira de caboclos nômades — a povoação tênue, semente da povoação próspera. Por isso mesmo avultam algumas personalidades pioneiras; adquirem nessas páginas as proporções consideráveis dos construtores de civilização; são os patriarcas municipais.

Este tipo de história (e de análise regional) — honra se faça à cultura brasileira — já se vai enriquecendo com várias e importantes obras, na escola da “região e tradição” (Gilberto

Freyre) em que não se tem por vilipêndio cantar o ninho seu paterno... Em 3 tomos exaltou Alfredo Valadão a sua Campanha da Princesa e em 8 Alberto Lamego a sua Terra Goitacá. O que fizera o velho Felício dos Santos para Diamantina, fez Câmara Cascudo para a cidade de Natal — e Ferreira Reis para a cidade de Manaus. Passeie-se o olhar pela coleção de monografias amorosas Da terra pequena (essenciais ao conhecimento integral da terra grande) — e lá estão, perfiladas no seu volume literário, Pouso Alto, Baependí e Juiz de Fora; Taubatê, Sorocaba, Mogí das Cruzes e Itú; Terezópolis, Macaé e Iguassú; sem faltar Alcântara no Maranhão e Bagé no Rio Grande do Sul... A Cidade do Salvador representa-se dignamente — pesquisada e descrita por Teodoro Sampaio, por Afonso Ruy, por Tales de Azevedo, por Alberto Silva; esse massapé gordo de Santo Amaro — de novo exsudando mel na História de um engenho de açúcar, de Wanderley Pinho... A essa devoção (ou a esse retorno) pertence o livro primoroso de Isaias Alves.

Pedagogo (mestre de mestres), fundador da Faculdade de Filosofia — que tanto realce dá à Universidade da Bahia — o ilustre polígrafo quis coligir no livro sobre a sua região as reminiscências e as impressões da infância e da mocidade. Entra, assim, no número dos homens públicos que ao cabo da jornada se dão saudosamente ao trabalho de recordá-la — e escrevem as suas memórias; como quem deixa depoimento ou salva do olvido injusto o que merecia sobreviver-Ihe; ou oferece em forma de doce lembrança a lição incomparável dos tempos idos e vividos. Poderá ler-se este livro de qualquer dos ângulos em que a crítica se coloque: que a sua unidade humana é transparente e amável, como um fio de luz, cerzindo por todo ele os bocados de saudade e ternura em que se fragmenta — como os ladrilhos de um amplo e belo mural!

Literalmente: um grande livro. Perdoe-se-me a ufanía. Sobre o melhor dos assuntos: minha terra e minha gente.

PEDRO CALMON

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1967.

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| I PARTE – LUTA DOS TRÊS RIOS                 | 11  |
| II PARTE – VIAGEM SENTIMENTAL PELAS FAZENDAS | 45  |
| III PARTE – LEMBRANÇAS DA TERRA NATAL        | 211 |
| SANTO ANTÔNIO DE JESUS                       |     |



## PRIMEIRA PARTE

### LUTA DOS TRÊS RIOS

Aos meados do século dezessete, restaurada a soberania portuguesa, passara o primeiro século da colonização efetiva da Bahia, com a fundação da Cidade do Salvador. A vida desta parte do Brasil fora tranquila, livre das invasões francesas e só por um ano alterada ou perturbada pelos holandeses. O trabalho útil da ocupação espanhola fora nos “extremos norte e sul, além dos limites do Tratado de Tordesilhas, e em todo o vasto oeste que tivemos do destino, nos sessenta anos da união dos dois povos, geograficamente, ibéricos. Portugueses e espanhóis, pelo Brasil a fora, desbravaram as matas virgens, descobriram minas; vadearam ou sulcaram rios, transpuseram lagoas e pantanais, vingaram serras, palmilharam vales, irmanados no mesmo ideal de domínio, que venceu os mouros, salvou o espírito dos Templários e acalmou as vagas do mar imenso. Na Bahia, espanhóis e holandeses, também criaram, mas, portuguesas foram as grandes forças, mesclando-se com índios e com negros da África misteriosa. Sim, holandeses, por aqui, também se internaram, muitos, mas dispersos, inclusive padres e frades que serviram por vezes, em viva obediência aos ditames bíblicos do “crescei e multiplicai-vos”. Os franceses tinham tido sua função, unidos aos aborígenes, deixando aqui índios loiros em vários pontos. Dos locais de luta, ficou a Ilha dos Franceses, defronte da atual Maragogipe, antes da ocupação do Paraguassu pelos colonizadores portugueses.

Recobrada a soberania portuguesa, o recôncavo baiano já era uma força econômica. Ampliava-se pelo sertão de baixo e já fazia os rebanhos e a incipiente mineração do de cima, seguindo o rumo do Paraguassu, do São Francisco, Rio de Contas, do Itapicuru e, mais ao sul, os dos escoadouros da Capitania de São Jorge dos Ilhéus e da de Porto Seguro. Em torno da Capital da Colônia, crescia uma grande civilização, com arte e riqueza, que faria prova nas refregas da Independência, mais um século e meio, igual

período ao já vivido nos embates com os aborígenes. A coragem e a tenacidade portuguesas regeram a cultura e criaram a civilização mais forte, neste domínio intertropical, em que a raça brasileira não cederá passo aos novos, que vêm em busca de riquezas ou da segurança. Além dos povoados e engenhos, que hoje são subúrbios da Capital, semeavam-se, pelo recôncavo, fazendas de gado e de plantação. Os engenhos moviam-se pela força da água ou dos animais, quando não começavam pelos descarçadores à mão humana. O velho gado de longas pontas, viera das ilhas e prosperava aqui mais abundante que na Europa.

#### D. ÁLVARO DA COSTA

A donatária de D. Álvaro da Costa estendia-se pelo curso do Paraguassu, onde os Tupinambás provaram a sua e a força portuguesa. Maragogipe plantara-se aí, nas bocas do rio Guaiá, acima da barra de São Roque de hoje. Da situação de Maragogipe, tem-se, talvez, o primeiro registro, numa carta del-rei D. Sebastião, de vinte de fevereiro de 1553, que dá a Egas Munis, morador da Ilha da Madeira, vila de Machico, uma sesmária do rio Paraguassu, mas na banda de Jaguaribe, a qual começará no porto de Magipa, que é defronte à Ilha dos Franceses... (Acioli Amaral, Memórias, Vol. 1º, página 386). Daí surgiu este trabalho, índios e civilizados que palmilharam a praia, me ficaram indeléveis, como velha leitura de decênios, cuja fonte perdemos. Não pude mais achar o trecho em que li, na idade adulta, não sei se numa publicação do Arquivo Público, que o Rei de Portugal, pelos meados do século XVII, baixou uma Carta Régia, declarando que “Chegando a seu conhecimento que havia muitos ladrões e assassinos nos fundos da vila de Maragogipe, mandava que se criasse a vila de Jaguaripe.”

Não me parece ter tido uma visão danteana, que me ficasse indelével, de ter lido haver o rei ordenado que se criasse a vila de Jaguaripe para dominar o crime nos fundos da vila de Maragogipe.

Esses iam às nascentes do rio Jaguaripe, onde passara Gabriel Soares, no primeiro século, indo em busca dos despojos do irmão, para lá também, entregar a alma. Havia grande número de afluentes, regando terras donde o índio fora escorraçado pelos aventureiros dos mil e quinhentos a mil e seiscentos. A carta do rei seria do meado do século XVII, onde estudiosos localizarão o fato. Não me parece que na última década do segundo século se criasse a primeira vila, depois das viagens dos Coelho e Soares de Souza, das lutas de quase século e meio, depois das invasões holandesas, da submissão dos selvícolas, das façanhas de Fernão Cabral de Atayde, tão bem salientadas, pelo professor José Calasanas em “A Santidade de Jaguaripe”, dos esforços dos Jesuítas, no velho campo que ia de rio a rio, cercando terras férteis, na mata rica para a mandioca, açúcar, madeira para taboado das igrejas, palácios e sobrados da cidade.

Quer parecer-me que a vila de Maragogipe provirá da autoridade de D. Álvaro da Costa que teve uma sesmaria, em categoria de capitania, que ia quatro léguas de costa e dez para o interior, com direito a formar vilas, nomear ouvidores, tabeliães, escrivães, como governador e capitão-general, extinguindo-se os sucessores em 1766 (MEMÓRIAS, ACIOLI, v. 1º, p. 347 a 356).

As fazendas cresciam em torno, ficando célebre Capanema, assolada pela indiada (CARLOS OTT, p. 23). Realmente, durante o século XVII, os Tupinambás e os Paiaíás invadiram povoados e fazendas, matando tudo. Certa vez Gaspar Rodrigues recuou ante os selvícolas. Nesta luta de raças, crescia a população e as vilas iam surgindo, pela necessidade de disciplina, em terra larga e ínvia, bem diferente da terra-mãe da Europa. Há um registro de Acioli que merece leitura sobre as atitudes tomadas pela autoridade governamental, contra as incursões índias, por 1611 e 1612, falando-se na freguesia de São Bartolomeu de Maragogipe (v. 2º, p. 3 a 33 nota). Sobre os índios agressores no Jaguaripe, ou seja, defendendo o seu torrão, que o branco civilizado ocupava, podem-se ver os “Documentos Históricos”, v. 43, p. 348 a 462 e v. 45, p. 98 a 99.

## FAZENDAS E ÍNDIOS

Nos documentos inéditos do Arquivo Público da Bahia, o Dr. Fernando Pinto de Queiroz, além de vários apontamentos que nos servem, recolheu, há mais de vinte anos, as múltiplas notas que focalizam, de novo, as terras de tanta função para os descendentes de Úrsula Maria das Virgens. Desses Documentos Inéditos, constam Cartas Régias sobre as terras de índios do Jaguaripe, que se estendiam até o planalto de Santo Antônio de Jesus futuro, nos livros 4º e 10º e, entre outros, uma carta que nos interessa registrar, de oito de maio de 1746, do Conde das Galveas ao Rei: “Senhor. Sendo governador deste Estado D. Duarte da Costa, deu de sesmaria a seu filho, D. Álvaro da Costa, as terras que então se achavam incultas e não povoadas, entre os dois rios ou braços de mar, chamados Paraguassu e Jaguaripe, em quatro léguas de costa na largura e de comprimento dez léguas para o sertão e pelos ditos rios acima, que tudo fica em distância de quinze ou dezesseis léguas desta cidade, de que se lhe passou carta em dezesseis de janeiro do ano de 1557... Açam-se aquelas terras de presente e de anos a esta parte, povoadas e reduzidas à cultura pelos moradores que as habitam e de que tiram e colhem lenha e farinha, que é o que produzem e servem de sustento a esta Cidade por ficarem mais perto. Só um único engenho de fazer açúcar ali se acha de que é senhorio Pedro Pais Machado...”

Desde o primeiro século, a capitania de D. Álvaro da Costa, dez léguas para o interior, e frente da boca do Paraguassu à do Jaguaripe, recebeu constante progresso de ocupação. Por toda a frente oposta a Itaparica até o Jaguaripe, cuja cachoeira limita a maré onde se plantou Nazaré, muito depois, havia fazendas. Gabriel Soares de Souza, com sua gente, em busca do roteiro de seu irmão falecido, saiu de Jaguaripe. Confundem às vezes com São Bartolomeu de Maragogipe, o povoado próspero, perto de Araçá, onde foi assassinado Félix Bitencourt, sobre o Rio Água Doce, ou Maragogipinho, limite de Nazaré com Aratuípe.

Em meados do século XVI, Maragogipe de D. Álvaro da Costa, era toda a terra do Paraguaçu baixo, até a serra do Guariruru, que conhecemos em criança como serra da Gibóia, belo e verde antemural, que contemplamos faiscante, à distância de oito léguas, do sôtão do sobrado paterno. Todo o território atual dos Municípios de Castro Alves, Conceição do Almeida, São Félix, Maragogipe, S. Felipe, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, S. Miguel, Nazaré, Aratuípe e Jaguaripe obedecia à vila de Maragogipe, provavelmente de Álvaro da Costa, para ser confirmada a freguesia e vila do poder real, respectivamente em 1649 e 16 de fevereiro de 1724, apesar de Acioli falar em “freguesia de S. Bartolomeu de Maragogipe”, a que desceram índios, pelos anos de 1611 e 1612 (ACIOLI, v. 2º, p. 30). Os moços rebusquem e aclarem.

Tenha ou não havido a Vila de D. Álvaro da Costa, donatário e Capitão Governador, as primeiras novas vilas reais de Jaguaripe e São Francisco de Sergipe do Conde criaram-se por carta régia de 27 de dezembro de 1693, um século e meio da viagem de Tomé de Souza para governar o Brasil, e só em 1697 se instalou a de Jaguaripe, que João da Silva Campos lembra ser a primeira que se instalou no recôncavo (REV. DO INST. HISTÓRICO/ 1930, n. 56, p. 556), — sobre o que, se deve investigar. Logo vieram São Francisco e Cachoeira. Esta se estendia do Paraguaçu até o Rio Real, muito longe das nossas matas. Nestas, seria criado São Félix das Roças, desagregado de Maragogipe, dois séculos mais tarde e, só muito depois, Conceição do Almeida, de modo que, em 1880, o Sub-Delegado de polícia de S. Ana do Rio da Dona, a poucos quilômetros de Santo Antônio de Jesus, servia a Maragogipe, onde iam votar os seus eleitores.

## VILAS DO REI

Fosse como fosse, havia, do Rei, três vilas. Jaguaripe fora instalada, para dominar sobre as roças de Nazaré até 1832, dez anos após a Independência. No houvera, acaso, efeitos dos direitos e atribuições de D. Álvaro e seus sucessores, como governador

e capitão general, criador de vilas, tabelionatos, ouvidoria, escriturais, na vastidão de sua sesmaria? Ou será que tudo ficou no papel, enquanto os colonos dominavam feras, matavam cobras, espalhavam vermes africanos, criavam gados, transplantavam árvores frutíferas da Ásia e Europa, plantavam mandioca e cana, criavam enormes famílias, começando a morar em casas de palha, como Manoel da Cunha Fróes de Almeida, que depois construiu, de pedra, cal e madeirame de viver século, o sobrado que a invasão rodoviária destruiu? Enquanto isto, a necessidade pessoal impunha novos desbravamentos. Em carta de 1717 o Rei de Portugal procurava resolver novos problemas. Surgia o nome de Sto. Amaro, do termo da vila de S. Francisco, e Maragogipe, da Vila de Jaguaripe. Dessa correspondência real se tiram ensinamentos políticos, morais e jurídicos que justificam sua transcrição.

“D. João, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em África, senhor de Guiné, etc., faço saber ao Marquês de Angeja, Vice-Rei e Capitão General de mar e terra do Estado do Brasil, que se viu que escrevesse em carta” de 18 de junho do ano passado, (1716-1717) em que os lugares de Maragogipe e Santo Amaro, o primeiro do termo da vila do Jaguaripe de onde sai a maior parte das farinhas que sustentam esta cidade, o segundo do termo da vila de São Francisco e tendo, um e outro, grande povoação e ficando mais distantes das duas vilas, se achando sem Ministro algum que lhes administre justiça e que para recorrerem aos das suas vilas, lhe era muito incômodo pelas distâncias coimpraticáveis dos caminhos do inverno do que se achava ser de Maragogipe um covil de ladrões facinorosos, de todo Recôncavo e ainda desta cidade, (será que o Rei fala de São Bartolomeu de Maragogipe, no Paraguaçu ou de Maragogipinho do Rio d’Água Doce, afluente do Jaguaripe, perto do atual Nazaré?) e o lugar de Santo Amaro sendo uma praça de negócios, por haver nelas muitas lojas onde se acham todos os gêneros que há nesta cidade, e não ter quem lhes decida as suas causas, nem ainda ruídos e pendências que ordinariamente sucedem nas grandes povoações, tendo mais aquele porto, estrada Real por onde

concorrem os açúcares de cana de grande parte dos Engenhos do Recôncavo; os tabacos dos Campinhos e Água Fria, taboados e caixaria que se cortam naqueles sertões; e que querendo-vos dar a providência desta falta de justiça, ordenando que os Juizes da Vila a que pertenciam estes lugares assumissem, um sempre na vila e outros nos ditos lugares, e que nelas tivessem escrivães e meirinhos e pudessem fazer audiências, porém que aconselhando-vos neste particular, acharei que vos faltava jurisdição para mandardes fazer esta fora da vila, e lugar destinado para ela, e como vos faltava jurisdição deixareis os tais lugares na mesma forma em que os achastes e em que vivem sem magistrado nem quem administre justiça e que entendeis devia eu mandar considerar esta matéria; e que o vosso parecer era que estes dois lugares saem feitos Vilas, dando-se-lhes um termo limitado, com que não prejudique as de que saem, e ainda assim não faltará que fazer as justiças que como vila devem ter. Me pareceu ordenar-vos informeis com vosso parecer, ouvindo as câmaras das duas vilas antigas, e qual há de ser o termo que se há de dar a cada uma das que se houverem criar, tirando-se das antigas, e se faz sem escolher lugares, ficam capazes de sustentar os encargos de vilas separadas. El Rei Nosso Senhor mandou pelos doutores Joseph de Carvalho Abreu e Souza e Gomes de Azevedo, conselheiro do seu Conselho Ultramarino e se passou por duas vias. Teotônio Pereira de Castro a fez em Lisboa e Portugal a vinte e seis de outubro de mil setecentos e dezessete.

#### NASCEM LUGARES

Por esta carta, compreende-se como nascem os lugares. Santo Amaro, que se ergueu, superior à antiga vila e se fez nobiliárquica e São Bartolomeu de Maragogipe, segundo os historiadores. E talvez Maragogipinho, que não alcançou maioria e veio a ser parte, um século depois, da vila Nazaré. O renome que teve de “celeiros das farinhas” passou para a vila depois “cidade das farinhas”. Nesse decurso, surgiu a figura matriarcal de Úrsula Maria das Virgens, cujo túmulo parece descansar em Jaguaripe e

cuja geração de Bitencourts, Souzas, Almeidas, Ribeiros, Coutos, Lemos, Santos, Fróes, Batistas, Sampaio, Cardosos, Venâncios, Castros, Silvas, Bragas, Quadros, Sanches, Líríos, Barretos, Meios, Francos, Maias, Alves, Tavares, Passos, Piton; Fonseca, ramificados em Calmon, Biolchini, Velame, Brito, Baleeiro, Vilas Boas, Gouveia, Sá, Queen, Damásio, Balalai, Penido, Fachineti, Galvão, Leal, Schneider, Monteiro, Moreira, Rocha, Torres, Teixeira, Peixoto, Bulhões, Valente, Freire, Magalhães, Leite, Meireles, Lisboa, Rego, Vieira, encheu o polígono que hoje constitui os municípios dos Rios Paraguaçu ao Jequiriçá em todo o decurso do Jaguaripe, que Gabriel Soares diz do tamanho do Douro. Úrsula casara com Félix Bitencourt tendo dois filhos: Padre Alexandre do Couto Lemos e Antônio de Souza Bitencourt. Sua prole foi perturbada pelo assassinato de Félix, o Francês morto no Araçá, entre Nazaré e Maragogipinho, que parece que o Rei chamou “covil de ladrões e facinorosos”, há quase dois séculos e meio. Quem sabe se esta forma inclui a emoção do crime contra Félix? Nazaré, nesse tempo, era embrião do povoado, um pouco abaixo da primeira chachoeira do Jaguaripe, onde Gabriel Soares, mais de século antes, elogiava o engenho de água de Fernão Cabral de Atayde, com a igreja S. Bento. Entretanto Jaguaripe prosperava, criando fama sua cadeia e justiça, que já formara um prolóquio “Justiça de Jaguaripe te Persiga”. Consta, à memória do povo, que Úrsula concorrera para a grande segurança da prisão, para castigo do matador de Félix. Dizem também que o governo português estranhou o preço, da obra, inquirindo se era de ouro a chave.

E a corrente imigratória seguia; o século XVIII abria novas minas; a lavoura e a escravatura cresciam. Maragogipe e Jaguaripe eram empórios, onde barcos, saveiros e canoas, às centenas, faziam o câmbio com as fazendas e os povoados que nasciam perto dos engenhos. Para as duas vilas, as próprias quedas dos rios, eram limite; abaixo era o povo marítimo das terras pobres que davam para vacas e mantimentos. Naquele tempo e até bem perto, uns trinta anos, a riqueza aí se perdia com o povo sem escravos: um cento de mangas, quase pelo preço de uma em 1961; uma quarta

de farinha, por ducentésimo ou tricentésimo de um quilo de hoje. Mas a vila penetrava até o rio da Dona, até as abas da Gibóia, indo por todo Maragogipe os descendentes de Úrsula Maria das Virgens e Félix Bitencourt. E a penetração era pelos caminhos acima da cachoeira do Jaguaripe, quase ao longo do rio, até Onha e Rio Fundo, hoje Muniz Ferreira, quando se tomavam dois rumos, um pelas margens do Jaguaripe e outro ao longo do rio Taitinga, subindo ao belo planalto que depois deu origem à Capela do Padre Mateus, hoje Santo Antônio de Jesus. Penetrava-se, também, pelas matas, rios e caminhos que cortavam as terras dos futuros S. Felipe e Conceição do Almeida, enfeudados até o século XIX. Dos últimos, todos os atos cívicos tinham por base Maragogipe, ficando os religiosos com as freguesias. Comparando Maragogipe a Jaguaripe, este era menos povoado, com quatro freguesias com 8.159 almas enquanto Maragogipe, com duas freguesias, tinha 8.314. (TALES DE AZEVEDO, PovoAMENTO, p. 161).

## OS BITENCOURTS

O século XVIII continua e Úrsula Maria das Virgens está de novo casada, com Matias Ribeiro, podendo criar uma progênie que seguiu rumo do progresso. Os filhos de Félix Bitencourt eram um padre e um patriarca. Bitencourt, Antônio de Souza, que reuniu dez filhos, dos quais dois têm geração bastante estudada: Alexandre José de Souza Bitencourt, casado com Ana Joaquina do Amor Divino (IMBINHA) e Ana Tereza de Jesus, casada com Manoel da Cunha Fróes de Almeida. Os filhos de Alexandre ficaram pelos fundos de Nazaré e São Felipe; os de Ana Tereza estenderam-se pelos atuais municípios de S. Antônio de Jesus, S. Miguel das Matas, Conceição do Almeida. Castro Alves, Cruz das Almas, Muritiba, São Félix, Maragogipe e São Felipe e muitos outros. Aqueles subiram, socialmente, bem cedo, passando-se às carreiras acadêmicas, enquanto que os filhos de Ana Tereza ficaram na labuta agrícola, só mais tarde igualando os Bitencourts. Destes, o nome mais proeminente na época da Independência é Manoel Gonçalves Maia

Bitencourt, que tomou posse em 23 de junho de 1821, na Junta criada por carta Imperial de 5 de dezembro de 1822 composta de importantes cidadãos. Sua atuação vem em vários pontos das Memórias de Acioli, p. 49, 68, 70, 95, 104, 164; 241, volume IV.

Por aí se vê que o deputado de Jaguaripe foi um Bitencourt, bisneto de Úrsula e neto de Antônio, de Souza Bitencourt, como, mais tarde, será governador da Bahia, José Marcelino de Souza, trineto de Úrsula e do assassinado Félix Bitencourt. Os filhos de Úrsula com Matias, cedo se habituaram à vida da Capital: Um frade, dois padres, e mais três filhos homens e duas mulheres. Consegui organizar parcialmente a genealogia de Silvério. Hipólito de Araújo, cujo nome imitaram, sucessivamente, cerca de dez parentes conhecidos. Silvério morreu com 86 anos na véspera de natal em 1830, enterrando-se em S. Francisco da Mombça. Pergunta-se se será o juiz de Jaguaripe, em 27 de abril de 1785, ou se terá tomado deste, o nome. Silvério teve por esposa a segunda Úrsula Maria das Virgens, filha de Antônio de Souza Bitencourt, e foi o penúltimo filho da matriarca e pai do Padre Silvério Hipólito de Araújo. Não confundamos estes avoengos com Silvério Hipólito de Araújo e Almeida, último filho de Ana Tereza de Jesus e Manoel da Cunha Fróes de Almeida. Outro filho de Silvério, o antigo, que deixou geração que pudemos seguir, foi a nova Úrsula Maria das Virgens, casada com Ambrósio José de Carvalho, de quem provém Isaias de Carvalho Santos. Havia nos começos do século XVIII, poucas famílias brancas e os casamentos, até o século XX, foram grandemente na família, cujos entrelaçamentos foram constantes. Não quero duvidar da ascendência israelita que ainda mais fortalece essa tendência. Era o costume dos cristãos novos confirmar conversão com o clericalismo dos filhos, que, como bons sacerdotes judeus tinham filhos, como os padres Manoel Ribeiro e Silvério Hipólito.

## LUTA DOS TRÊS RIOS

A luta dos Três Rios vai prolongar-se. Era entre o Paraguaçu e o Jaguaripe no domínio do interior feraz, que as secas decorrentes da derrubada inconsiderada iam transformando. Era entre os dois rios do primeiro século, galgados os morros para a terra das jaqueirais, deixando os piassavais e mangues, sob o efeito das marés.

As veredas fizeram-se caminhos e estes chamaram-se estradas, indicando-se o valor crescente das vias, que tinham administradores nomeados para cada trecho. Em começo do século XIX ou fins do XVIII, tinha a estrada de Nazaré, para o interior, entre seus administradores, o tenente João Damasceno Bitencourt, filho do tenente Alexandre José e neto de Antônio de Souza Bitencourt, bisneto de Úrsula Maria das Virgens. Com ele e com Wenceslau de Souza Bitencourt, cujo trecho começava no Taitinga, havia, no correr da estrada, 16 administradores, de Batatan, na povoação, até o Rio da Dona, passando pelo Calabar, que é hoje parte da cidade de Santo Antônio de Jesus. No Onha, bifurcava-se a estrada, rumo do Cocão, em busca do Rio da Dona, que duas estradas procuravam. Os administradores tinham autoridade, para disciplina da manutenção da estrada. Dos 16, além dos Bitencourt, havia cinco Souzas.

Nos tempos da união dos portugueses e espanhóis, notabilizou-se no conhecimento da terra, seus vegetais e suas criações, o sertanista Gabriel Soares de Souza, que teve ação nos rios Jaguaripe e Jequiçá, onde medrou a freguesia de Lage. Em tempo de Luiz Viana, fins do século XIX, o Jequiçá foi aliado de Jaguaripé, porque a estrada de ferro, deixando o rumo oeste de Amargosa, tomou o rumo Sul, em busca de Areia, hoje Ubaíra. São Miguel e Lage tornaram-se esperanças do progresso da Bahia, enquanto o surto esperado de Corta Mão, se desvanecia, sepultando o emigrante de Santo Antônio de Jesus, Antônio Batista de Almeida, de numerosa descendência de trinetos, sessenta e tantos anos depois.

## PROTESTO DE LAGE

Nos inícios do século XIX, causou a luta dos três rios, a criação da freguesia de S. Miguel das Matas. O vigário da Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré teve de dar informação ao plano de desdobramento, para criar-se a nova Freguesia, organizando um mapa que indica os atuais limites com Santo Antônio de Jesus, que era simples capela do Padre Mateus, respeitando-se os limites da Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré, com a de S. Antônio do Jequiriçá, a que pertencia a povoação de Lage, incluindo-se, tudo, na vila de Jaguaripe, cujo domínio, em 1819, era assim extenso. A representação do povo de Lage merece figurar, pelo seu falar altaneiro, em traçado caligráfico, de claro bastardo, que nos deu a cópia fotostática do Arquivo Nacional, sob a direção do Dr. Vilhena de Moraes. O documento dos lagenses, de 1819 começa vivo:

“UM Povo SUBMISSO E LEAL AO ESTADO, à religião e às leis Municipais do seu País, do rodeio dos seus misteres, e nas situações desfavoráveis ao seu bem, ou melhoramento Espiritual, ou temporal, deve e tem todo o juz de recorrer, e implorar o seu Soberano. São os moradores da Povoação de Lage, termo da Vila de Jaguaripe, Freguesia de Santo Antônio de Jequiriçá, na Capitania da Bahia, os que com respeito e humilhação, representam e elevam à presença Augusta de Vossa Majestade o seguinte: É notório, e demonstrado que os povos que se tem acantoados pelos ermos e áridos sertões do vasto Império do Brasil, chegando-se reciprocamente e aos outros pela voz da indústria e proveitoso zelo das lavouras, tem mantido, e argumentando uma nova sorte de comércio e de tráfego que além dos conhecidos proveitos, que se fazem perceber ao Estado; a ordem social tem crescido, e com ela a emulação, e um grau de civilidade relativo à esfera do seu giro mercantil. Esses povos, Senhor, são aqueles que desde as primeiras datas da fundação deste domínio Imperial de Vossa Majestade Fidelíssima, têm vivido sempre unânimes à Religião e à fidelidade aos seus legítimos Senhores e Soberanos Príncipes, confiando até se estabelecerem, e naturalizarem naqueles terrenos

que secundam, cultivam e propagam. Sabe-se, conseqüentemente, que dos primeiros recursos, é original fundamentos Aldeas, e Arraiais se fez solene e célebre pelas Instituições Sagradas de devotos. Capelas e Ermidas, das quais a maior parte se reduziu a Matrizes, e ficaram então dominando os lugares por aqueles nomes dos Orógos e tutelares, que invocavam e fizeram servir de monumento a qualquer sorte de seu primeiro destino: prova sensível de que por aqui principiaram os povos a sua harmonia social, e adesão, unindo-se, e enlaçando-se ainda mais por um certo Espírito de piedade e culto religioso do que pelos lucros e comodidades que depois destas Santas fundações lhes provieram sempre protegidos e afiançados nas Altas e Paternais Providências de seus Sereníssimos Príncipes.

Sendo, com efeito, naqueles primitivos tempos, as primeiras visitas e atenções do estado, alimentar os povos sazóná-los ao abrigo dócil e suave de justos e piedosos Ministros da Religião, encarregados da comunhão e bens Sacramentais deste grêmio nascente de uma nova Igreja, foram sem dúvida os primeiros movimentos das régias deliberações, consolar estes novos Colonos manentes na fé e culto divino, que clamam e suplicam as piedosas vistas e contemplações da Vossa Majestade Fidelíssima. Esta povoação da Lage filial de Jequiriçá, freguesia mantenida por Vossa Majestade, dando-nos por pastor deste Rebanho o Padre Manoel Francisco de Melo que vivemos plenamente satisfeitos e não temos levado à presença de Vossa Majestade requerimento algum para dividirmo-nos do corpo de Jequiriçá, porque nem só é um bom pároco, prontíssimo nas suas obrigações, como porque nos dá para o nosso Capelão o Padre Silvério Hipólito de Araújo, que vale ao povo com os socorros Espirituais e é efetivo neste lugar desde que Vossa Majestade foi servido apresentar na Igreja de Jequiriçá, o Padre Manoel Francisco de Melo.

Sucedede, porém, que requerendo o povo, da Povoação da Aldeia, chamada de Santo Antônio, Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, foi Vossa Majestade servido mandar ouvir ao Ordinário deste Arcebispado, e o Pároco encomendado para

se passarem as diligências do Estilo, surtiu o efeito, que foi responder o Vigário da Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré, Miguel de Almeida, sem serem ouvidos os Vigários contíguos, o do Jequiriçá e o de Jaguaripe, querendo aquele Reverendo Sacerdote, sem requerimento do povo, só por uma simples e tépida espécie de caridade, invocar Freguesias, sem ser de sua Repartição fazê-lo, para que pareça ao povo e ao mundo, que ele tem caridade, tem comiserção dos paroquianos alheios, mas o mesmo mundo talvez o diga, que seja porque Vossa Majestade lhe deu um Coadjutor, e futuro sucessor para governar a sua Igreja, por estar já de idade decrépita, e por isso convém que se forme uma nova Feguesia no lugar denominado S. Miguel, sítio pertencente à Freguesia de Nazaré, que divide com Jequiriçá, Jaguaripe e São Felipe, sem concordarem estes párocos vizinhos, com o título somente, Soberano Senhor, de povos dispersos que não têm Sacerdotes para os confessar e lhes dar os socorros Espirituais; quando neste continente residem o Padre Silvério Hipólito de Araújo, um religioso do Carmo, Frei Félix Sacramento, o Padre Vitorino José da Rocha, o Padre Marcos Antônio Corrêa, e muitos Religiosos que andam no exercício das suas esmolas.

É esta, Senhor, a nossa súplica, que levamos à presença de Vossa Majestade, para que nos conserve com o pároco presente e não queremos tributar obediência a um pastor, que Vossa Majestade não é servido dar-nos, e nós não pedimos, atendendo também à falta de legalidade como são levados os requerimentos à Augusta Face de Vossa Majestade, a quem suplicamos com submissão e testemunhamos o nosso requerimento, munido com as nossas firmas.”

(Seguem 32 assinaturas encabeçadas por Cap. Bartolomeu Nunes de Azevedo.)

### INFORMAÇÃO DO VIGÁRIO

Os peticionários de Lage, que achavam já decrépito o vigário de Nazaré, não alegaram o seu entusiasmo com relação ao Santo de

seu nome: Padre Miguel de Almeida, cuja informação foi judiciosa e clara, correspondendo às condições do desenvolvimento social e econômico da zona, durante um século e quase meio. Dava o número dos futuros paroquianos de São Miguel das Matas, em cerca de cinco mil; fixava divisas e aconselhava providências judiciosas. Parece útil transcrever o inteiro teor da informação do Vigário da Freguesia de Nazaré, como prova de sua segura orientação e como elemento histórico dos municípios atuais. É sinal de boa cultura de um Padre que os peticionários de Lage declaravam decrépito.” (Não parece política de agora? Demagogia século vinte?)

“Desde o princípio manifestei a V.S., que não podia dar execução à informação, que me impunha, para a nova Freguesia da Serra, maior brevidade, tanto pelas circunstâncias das longitudes do lugar, e das individuações que devia indagar, necessárias para poder combinar as dimensões proporcionadas à comodidade dos povos, ponto substancial daqueles lugares, quanto por ver-me necessitando a acudir ao trabalhoso exercício da freguesia, que não há lugar para muitas horas de descanso, como é notório. Apresento agora o Mapa, que com a minha pouca curiosidade formei, designando as divisas dos limites, o número dos paroquianos, e a posição da nova Matriz para V.S. ver, e informar, se for de agrado, e estiver conforme, no que se me foi prescrito. Tendo considerado maduramente, e valendo-se, não meramente de informações, mas sim da própria experiência, pelas muitas vezes, que penetrei os lugares daquelas matas, em benefício espiritual dos paroquianos, parece-me que devemos principiar os seus limites na desembocadura do Rio Vermelho ao Rio Cortamão, entre o oeste e noroeste na forma, que vai distinta com os pontos de tinta vermelha, até as cabeceiras do dito Rio Vermelho passando daí às cabeceiras do Rio Preto, e seguindo por este até a sua desembocadura ao Rio da Dona, e pelo Rio da Dona continuando até encontrar a estrada denominada de João Dias, subindo por ela a traspasar a Serra e encontrar outra estrada chamada da Lagoa, a qual deixada totalmente a de João Dias, deve

seguir-se até onde desemboca o Riachão chamado também de João Dias, no Jequiriçá, e indo pelasi suas margens a atravessar os dois Rios Cortamão e Ribeirão com os seus fundos e com os da desembocadura do Rio Vermelho, donde principiém até encontrar os limites, e extremo das outras freguesias. O lugar para o assento da Matriz, não descubro outro mais próprio e conveniente do que o Oratório, com a invocação de São Miguel, ao qual se deu princípio, mas que até o presente, não tem tido o fim que se esperava, porque além da boa capacidade da situação com a vizinhança do Riacho do mesmo nome de S. Miguel, de água perene e salubre para o uso, fica central para o cômodo recurso dos novos paroquianos, constando as suas moradas da maior distância, ou seja do Centro para Rio Jequiriçá ao Sul, ou para o Rio da Dona e Estrada de João Dias a Sueste e Leste, ou para o Rio Preto ao Norte, ou para o Rio Vermelho, e Ribeirão com os seus fundos ao Noroeste; a oeste pouco mais ou menos de quatro léguas; quando se faz agora necessário caminhar sete ou oito léguas para a administração dos sacramentos aos infernos com a incerteza de achá-los com vida.

O número de paroquianos parece-me, que orçará a mais de cinco mil, para não obrar com maior dúvida vali-me do favor do Capitão mor do distrito, exato e diligente nos seus deveres, para das duas suas listas, oficiais participar-me o número de habitantes daquelas matas, como aparece inclusa a sua atestação, a qual combinada com o cálculo que pude extrair dos meus róis, virá a reduzir-se quanto posso conjecturar, ao número referido.

A presente demarcação formada com todas aquelas clarezas que não podem em tempo algum excitar dúvidas, e bem proporcionada ao meu e ao parecer de muitos para a comodidade espiritual dos habitantes, compreende quase todo o Distrito dos Paroquianos de Nazaré, os quais foram os primeiros, que penetraram e povoaram aquelas matas brutas, parte das quais nos tempos próximos se apoderaram das Freguesias vizinhas: assim como o lugar nomeado das Lages, a qual pode agora servir de grande adjutório à nova Freguesia, tendo oratório público aprovado.

Mas sendo o terreno das matas totalmente montuoso com passagem de vários rios, que maiormente dificultam as conduções dos materiais concernentes à fábrica de Matriz, e havendo poucos dos nossos paroquianos que possam concorrer com avultados subsídios para a sua manutenção, não poderá esta obra efetuar-se sem a beneficiência de Sua Majestade, para que possa ter o pronto adiantamento e necessário para as regulares funções Paroquiais, e poderem os paroquianos mais prontamente rogar ao Altíssimo pela conservação e felicidades do seu real Benfeitor; como também de dignar-se para suavisar os homens daquela solidão, ampliar o lugar para maior cômodo da nova freguesia, concedendo um quarto de lagoa em quadra, ou mais que sua Majestade for servido conceder, graça e mercê não menos de necessidade que de utilidade de necessidade para que possa o pároco beneficiar pastos competentes para a subsistência dos animais, que deve conservar para a condução do necessário para a Igreja, e para si mesmo de utilidade para com a maior distância dos moradores, poder livrar-se de discórdia, e competências com os vizinhos; e sobretudo para facilitar aos que quiserem, o estabeleceras suas moradas mais próximas à Igreja; e com o aumento destas, povoar-se o lugar, e reduzir-se um Arraial como ordinariamente acontece nas ereções de novas freguesias e Capelas rurais e ver-se especialmente na ereção dessa pela extensão de capacidade das suas matas com quanta celeridade crescerá o número dos novos povoadores atraídos por este real benefício e religioso à proporção que o fruto for produzindo a semente evangélica, e cultura espiritual, da qual extremamente necessitavam, e a sua falta a muitos retraía vantagens todas, que por fim redundarão não só em utilidade própria dos habitantes, mas também, para maior aumento e grandeza do Estado. É o que posso informar a V.S. e pela experiência, que tanto daqueles lugares e habitadores o que pareceu-me necessário pôr em vista e ser meu dever para o efeito do bom princípio da nova freguesia e de sua subsistência. Mas V.S. mandará o que for servida, e determinará o que for mais acertado e justo. Nazaré, 3 de Julho de 1819 Miguel de Almeida.”

## VELHICE DE UMA VILA E ANSIEDADE DE UMA ALDEIA

O certo é que a Freguesia se criou, muito antes da de Santo Antônio de Jesus, com o nome que foi renovado pelas medidas do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE) Dentro da Vila de Jaguaripe, desgregava-se a freguesia de Nazaré, por iniciativa ou por conselho de seu pároco. Era imposição do desenvolvimento demográfico, político e econômico da colônia, cuja população já excedia de mais de milhão como metrópole da Europa. Estava-se às vésperas de grandes acontecimentos e a Independência não demoraria um lustro. Jaguaripe estava envelhecendo para dar lugar a Nazaré, como Maragogipe, que era sobrepujada por Cachoeira, centro das atenções da Paraguaçu, parada das tropas do sertão alto e do baixo, limite da maré das viagens de barcos, como natural ancoradouro, ao pé das serras que vinham descendo do planalto. As construções já eram mais definitivas e a posição geográfica mais protegida, que Santo Amaro, indicava o sítio para sede do Governo Provisório da Bahia, antes da entrada festiva de 2 de julho de 1823. Assim é que Nazaré era ainda submissa à vila de Jaguaripe, e fez o povo daquela uma petição histórica, que merece transcrição inteira, pois traduz o forte espírito de autonomia municipal, diferentemente dos hábitos de hoje, dentro da politicagem das facções e do interesse da quota de Imposto de Renda para criminosa aplicação partidária ou individual. Realmente Nazaré já era o mais poderoso e progressista núcleo da Vila de Jaguaripe, que todavia, mantinha o controle da vida política da região, estendida até o Jequiriá. A vida econômica deste último seguiria nos barcos que vinham à sua foz, ou do Una, onde Valença era centro da região que ia a Areia, Toca de Onça e todo o sertão que hoje vai de Jequié e Rio Novo, ou Ipiaú em diante. Os viajantes iam à capital, até começo do século XX pelo vapor de Valença, cujo horário figurava nos jornais, ininterruptamente, ao lado dos vapores de Cachoeira, Nazaré e Santo Amaro. De Areia, o Padre Leôncio Galvão ia à Valença donde se dirigia ao então São Salvador. Depois, Nazaré tomou inteiro controle pelo alongamento da linha

férrea desde 1901, pouco a pouco até 1907, quando chegou à Areia, firmando-se a supremacia do Rio de Jaguaripe.

Jaguaripe, vila de 1697, porém não era a mesma. Nazaré crescia comercialmente, socialmente, politicamente, no século XVIII e começo de XIX. Agora era o momento de conseguir a autonomia, com a ascensão do primeiro Imperador. Os termos românticos da petição significam muito. A maturidade para autonomia municipal era evidente e seria confirmada na prudente tranquilidade da vila, no episódio da Sabinada, chegando até ao rompimento das relações com a vila de Cachoeira, capital provisória, da Província. Agora interessa o significativo do documento dos nazarenos de 1823, que é o seguinte:

“Senhor, os habitantes da povoação de Nossa Senhora de Nazaré, súditos os mais leais de V. Majestade I. C. e que cortaram por todos os perigos, logo que souberam da resolução das províncias do Sul do Brasil, a respeito da Regência de V. Majestade, havendo sido conferida legitimamente pelo “Augusto Pai de V. Majestade, sendo extorquida pelos demagogos congregados em Portugal, assim como todos os direitos do Brasil, por efeito do natural que consagram às virtudes de V.M., apenas as Vilas de Cachoeira, Santo Amaro e São Francisco aderiram, em 25 e 30 de junho de 1822, à causa do Brasil, recém proclamada nas ditas províncias, levantaram logo o grito da mesma resolução em 30 de julho, no meio dos maiores impossíveis, como fosse ter dentro em si para mais de trezentos estúpidos europeus, satélites dos da Bahia, em grande parte armada até com as jurisdições civis, e militares do lugar, sem que os brasileiros tivessem em seu poder um grão de pólvora nem uma espingarda, que maquiavelicamente se lhes haviam tirado das mãos, parece miraculoso, e aos vindouros parecerá exagerado.

Estes habitantes, Senhor, que tendo já obtido vitória sobre os inimigos da causa brasiliense, entre eles espalhados, conheceram os perigos da acefalia, procuram a comunicação das Vilas acima ditas, e nomearam dentre si um deputado ou membro para compor o Governo que ora existe na Província, e por esse

modo conceberam, executaram e perseveraram debaixo da doce sujeição de V. Majestade.

Habitantes de um país ameno, adiantado em agricultura, e comércio, que monta a sua exportação mensalmente de vinte e três a vinte e cinco contos de réis; (Documentos 1º, e 2º) que tem despendido a sua regeneração política para mais de 16.000\$000 como há de constar da receita e despesas da caixa de sua defesa, que é habitado por mil e oitocentos fogos ou casais e por isto deu dezoito eleitores para a junta eleitoral dos deputados da Assembleia Nacional Brasileira, são contudo vexados pelo maior dos desmazelos da antiga administração. São sujeitos às Justiças da vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, distante deles quatro léguas, por trânsito de mar, obrigados a descerem de suas moradas nas roças, às vezes afastadas vinte léguas da povoação, e deixando nela suas cavalgaduras, alugam canoas, que os transportem ao lugar da vila, onde não tem conhecimento algum, não encontram viveres para se alimentarem, pela natural esterilidade do país, e só, encontraram Juízes mal intencionados, e oficiais imorais para demorem as partes, a extorquir-lhes quanto levam e, muitas vezes, na torna de sua viagem, acham roubadas suas cavalgaduras, são obrigados a tornar a pé para as suas habitações e as mais das vezes, Senhor, são estes incômodos a bel prazer daqueles juízes, e oficiais, para pesquisas da justiça, que eles não querem ir tirar ao lugar do delito, para não se incomodarem, seguindo-se disso a canseira dos cidadãos em prejuízo, a impunição da maior parte dos delitos incômodos da lavoura. Estes motivos, Senhor, têm movido os habitantes, por mais de uma vez, suplicarem ao pé do trono, a criação da Vila e administração própria de justiça, nos limites de sua freguesia, e não havendo obtido, talvez por maliciosa oposição dos ambiciosos Juízes de fora de Jaguaripe, que temem se lhes escape a presa, não contentes com terem a jurisdição e domínio das vilas dita e de S. Bartolomeu de Maragogipe os deixa pasmados, e absortos, quando vêm, que o Augusto Pai de V. Majestade já na carta Régia de 30 de outubro de 1810, (Documento 3º) duas vezes denomina

vila a habitação dos suplicantes e qual foi, Senhor, o alvoroço que os assaltou quando viram em seu poder um ofício da Secretaria do Estado dos Negócios do Império, cujo rótulo (Documento 4<sup>o</sup>) os punha a salvo de toda dúvida de que V. Majestade começara a entornar sobre eles benfazejas graças, resolvendo-se por isso ajuntarem-se em conciliábulo, e tomarem a resolução constante do termo que oferecem em último lugar, com qual somente se pode conter a maior parte dos habitantes que tendo presente o antigo provérbio português, que afiança a real palavra, queriam necessariamente, que desde então fosse vila a sua povoação.

Bastante penalizados ficaram quando viram em lugar da desejada graça a certeza de que houvessem sobre o solo brasiliense corações tão malvados que se achessem a conspirar contra o melhor dos soberanos do mundo, o salvador do Brasil!!! E se bem os suplicantes não possam devassar publicamente a semelhante respeito, por lhes faltar a jurisdição contenciosa, que só tem as Vilas, contudo eles podem e asseguram a V. Majestade que entre eles não terá acolhimento, nem asilo qualquer que pareça prosélito de tão feia calúnia, (os degredos de ontem e de hoje dominam sempre) a ingratidão, portanto pedem a Vossa Majestade Imperial Constitucional lhes faça a graça de mandar criar em vila, com justiça própria a sua povoação, servindo-lhes de termo os limites, agregando-se-lhe a povoado de Lage, que lhe fica contígua, de sua freguesia e cujos moradores estão habituados a navegar e traficar com o Supl. com a denominação da VILA NOVA DA PRIMEIRA IMPERATRIZ DO BRASIL, na antiga povoação de Nazaré. E quando pareça a Vossa Majestade, necessária informação, não seja incumbida ao Dez. Antônio Augusto da Silva, que serve de Ouvidor da Comarca da Bahia, por ter sido Juiz de Fora de Jaguaripe, onde tem parentes muito interessados na conservação do vexame dos Supes. e que podem obscurecer a honra do dito Ministro. E.R.M. Em virtude do poder outorgado no documento 5.º Manoel Nunes da Silva.”

O despacho completo do petitório teria dado um simile da Vila Nova da Rainha, cujo tom aúlico foi mudado para o

místico Bomfim que o (IBGE), mudou para Senhor do Bonfim. Desse famoso canto do sertão alto, desceu na seca de 1900, uma família de criador ou lavrador, cujos traços de raça branca, da delicadeza de expressão, de modéstia resignada na desgraça, deram a um menino, a primeira lição do sofrimento e da terna simpatia na dor. Ficou-lhe a noção da enormidade do flagelo da seca, que afugenta por dezenas e centenas de léguas, por estradas branqueadas de ossos, grupos humanos inteiros. Esse menino criou uma consciência de fragilidade humana que o fez ter piedade pelo pobre e nunca se orgulhou ou lisongeou os ricos. A descida dos flagelados foi semelhante, no sentir do menino, à dispersão de mulheres e moças de Canudos, após a derrota de Antônio Conselheiro. Mas isso apenas veio pelo evocar Vila Nova da Rainha pelo pedido de denominar o termo da freguesia de Nazaré “VILA NOVA DA PRIMEIRA IMPERATRIZ DO BRASIL.”

Quando foi dado o despacho, investiguem os interessados. Em 31 de agosto de 1832, ainda em Jaguaripe, faziam-se atos sobre a Capela de S. Antônio de Jesus, posse de seu Juiz de Paz, do seu suplente, de seu escrivão, registros que daremos por inteiro na terceira parte. Em 1832, 25 de setembro publicou-se o decreto da Regência do ano anterior que elevou à vila a aldeia de Nazaré (MEMÓRIAS HIST. ACIOLI AMARAL, v. 4<sup>o</sup>, p. 288), nove anos depois da petição da “Primeira Imperatriz”).

### CACHOEIRA E NAZARÉ

Nesse tempo, Cachoeira subia de prestígio, pois em 20 de abril de 1826 foi elevada à categoria de Cidade, com o título. Pelo mesmo decreto, resolvia-se construir a ponte de ligação a São Félix, equiparava-se à Misericórdia da Capital o hospital São João de Deus e resolvia-se criar um colégio público no Seminário de Belém (MEMÓRIAS ACIOLI AMARAL, v. 4<sup>o</sup>, p. 337.) Por sua vez, MESMO SEM SER VILA, Nazaré tinha esse tratamento em documento imperial, sobre uma fábrica de ferro que se pretendia instalar em seu território. Assim se confirmava o raciocínio

do petítório de 1823 dos nazarenos. (MEMÓRIAS, v. 4º, p. 345) Maragogipe e N.S. de Nazaré são motivos de confusão de historiadores. Maragogipe refere-se por vezes à Maragogipinho, no Rio de Água Doce, entre os atuais municípios de Nazaré e Aratuípe, afluente do Jaguaripe. O do Paraguaçu deve ser designado por S. Bartolomeu de Maragogipe. O local a que se refere a Carta Régia de 1717 parece ser Maragogipinho vizinho de Nazaré. Felisbello Freire (HIST. TERRITORIAL DO BRASIL, v. 1º, p. 155), não parece atinar com ele. Diz apenas que não pode encontrar o ato de sua criação. A nós nos parece que nunca se criou a Vila, na colônia, pois Jaguaripe teve prestígio para evitá-lo, como para retardar, até 1832, a criação da vila de Nazaré, que disso se queixou fortemente, no seu petítório de 1823.

Por outro lado o nome de Nazaré deixa sem clareza a Felisbello, cuja obra é cheia de confusões, quando afirma que a Vila de Nazaré foi criada em 1761. Refere-se à velha freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima, que fazia parte da Vila de Cachoeira, que ia até o Rio Real de Sergipe (Confira FELISBELO, p. 168 nota, e MEMÓRIA, ACIOLI AMARAL, v. 2º, p. 267 e v. 5º, p. 422).

Cinco anos mais tarde, a Câmara Municipal de Nazaré entrava em conflito com a de Cachoeira. Já não eram Maragogipe e Jaguaripe, na formação do plantel humano, mataria a dentro, vingando morros, transpondo correntezas, morrendo de boicinação e jararaca, conduzindo a civilização aos ombros ou ao lombo dos alimárias. Era a política partidária, sem objetivo e sem base social ou econômica, mas somente insuflada pelo verbalismo, que por um século, caracterizou a Bahia e que vinha dos Voltaire, dos Rousseau, dos Marat, dos Danton, na figura de Cipriano Barata e de Sabino Vieira. Ora, Cachoeira tornou-se a Capital da Província, providenciando, ordenando, convocando, e afinal, rompendo com Nazaré que se mantinha neutra entre os rebeldes e os representantes do Governo Regencial. No correr dos meses, os raposas de Sabino e os (perus) do legalismo desapareciam da

luta, e Nazaré fazia solene *Te Deum*, homenageando o Imperador menino, QUE BREVE TERIA MAIORIDADE

De Nazaré, no fim do século XIX e começo do XX, deram-me como lembrança, anotação que julgo dever aproveitar. Nazaré situada sobre ambas as margens do Rio Jaguaripe, unidas por uma sólida ponte de pedra e cal, com grande número de arcos, até onde chegam as marés, está a uma légua da cidade de Áratuípe e seis de Santo Antônio de Jesus. É formada de casas de boa construção, térreas e sobradões de vistosa aparência, caia dos e geralmente envidraçados. Pela estreiteza do vale compõe-se a cidade, de uma longa rua principal e duas laterais, com cais pequeno sobre o Jaguaribe, e uma no bairro da Conceição na margem direita. Suas principais praças são a do Camamu, Porto e Municipalidade. Sua matriz de N.S. de Nazaré acha-se no alto desta última praça com frente sobre à rua da Quitanda e completamente separada das demais casas por pequenas e estreitas ruas. Tem a irmandade instituída em 1785 e compromisso aprovado pelo Príncipe Regente D. João, depois, rei D. João VI, à 20 de março de 1810. É um belo edifício, internamente bem ornado e em ótimo estado. Além desta igreja, possui mais a cidade a capela de N.S. de Nazaré, no bairro do Camamu, primeira igreja que aí se fez, a de Nossa Senhora da Conceição, na margem direita, também antiga e pequena, a de N. Senhora Rainha dos Anjos, no começo da rua Augusta, no bairro do Batata, nova e de construção elegante e, finalmente, a capela da Misericórdia, sobre uma colina, no centro da cidade, do lado do Norte, igualmente de data recente, mas de estilo simples. Possui, a cidade, uma casa de Misericórdia, com cemitério e hospital, novo e elegantemente construído. Aquela, acha-se colocada no alto de uma colina no centro da cidade, com uma capela e pequeno terreno não ajardinado, no lugar chamado Seco e em conveniente posição. A casa do Conselho, grande e vistosa, acha-se na praça da Municipalidade. Sob sobradados, há uma feira que já foi muito concorrida, e que se efetua, em parte, na praça do Porto, debaixo das arcadas. Seu comércio é ativo com a capital, particularmente e de trânsito de mercadorias que lhe

vêm pela estrada de ferro *Trans-Road* de Nazaré, que daí parte e vai, por ora, até a cidade de Amargosa, passando pela de Santo Antônio de Jesus e vila de São Miguel. A indústria particular do município é a agrícola, do fabrico da farinha de mandioca, que tão grande era que a cidade tornara-se conhecida por Nazaré das Farinhas. Exporta, além de farinha, café, fumo, raspadura, açúcar e muitos gêneros de quitanda. Há no município algumas olarias e, na cidade, duas serrarias a vapor, uma delas de grande força; muitos engenhos de açúcar no município, uns movidos a vapor ou água e outros por força animal, alguns alambiques e moinhos d'água para a fabricação de fubá de milho e uma fábrica de pichuá (extrato de nicotina de talos de fumo) e uma de sabão e velas. Os terrenos do município são férteis bem regados e aproveitados pelas diferentes lavouras. O subsolo é rico em diversos minerais, particularmente ferro.

Dista Nazaré dezoito léguas da capital, com a qual se comunica pelos vapores da Companhia Baiana e barcos. Nela há seis escolas e mais duas na povoação do Onha. O abastecimento d'água na cidade é feito por um ribeiro que despeja num reservatório pertencente ao município. Tem médicos, farmácias, grandes lojas e armazéns, hotéis, diversas sociedades instrutivas, como o Clube Literário Nazareno, e outras recreativas.

No princípio da colonização foi dada por Mem de Sá, em sesmaria, a Diogo Correia Sande, a terra da margem direita onde ele levantou um engenho de S. Bento, com capela, o qual foi, por longos anos, vítima das invasões dos Aimorés, que afinal o destruíram. Os descendentes de Diogo Correia levantaram uma capela pelos idos e que é a atual de Nossa Senhora da Conceição. Os terrenos da margem esquerda foram, por esse mesmo tempo, dados a Antônio de Oliveira, de quem um descendente, Antônio de Brito, criou a capela de Nossa Senhora de Nazaré, dando-lhe todo o território. Em virtude da cultura de mandioca, imposta pelas leis da colônia, foi-se ajuntando ali muita gente por forma que, em 1753, foi criada a freguesia. A vila é criação do decreto de 25 de outubro de 1831 (Acioli em setembro de 1832) e a cidade da

lei 368 de 19 de novembro de 1849: “Constitucional cidade de Nazaré.” Aqui termina o manuscrito.

Aluta dos dois rios tomara sentido moderno; Cachoeira mais política, Nazaré mais financeira. No correr do século XIX, começou o desdobramento de São Félix e demais municípios dependentes do Paraguaçu, como, no Jaguaripe, de Santo Antônio de Jesus, que foi freguesia em 1852, para ser vila em 1883. Era o progresso que desdobrava as unidades administrativas e judiciárias, crescendo os dois rios de importância. A vida férrea, uma ponte sobre o Paraguaçu, seriam os sintomas em Cachoeira. Para Nazaré, o esforço seria de iniciativa de um Bitencourt criador da Estrada de Ferro. Em vez de concentrar-se na sua sede, impulsionou o progresso por todos os futuros municípios em que se desdobraria. A *Tram-Road* de Nazaré estendeu-se ao Onha, seguindo as pegadas dos cavaleiros e tropas da velha estrada que começava na ponte da Batata. Eram, a princípio, carros de tração animal. Depois o inglês Mathéo levou os trilhos ao Rio Fundo, à Capela, que logo se fez vila de Santo Antônio de Jesus. A estrada já tinha 34 quilômetros, tendo chegado a Santo Antônio em 7 de setembro de 1880.

### PROGRESSO DA ZONA

Em 20 de março de 1872, obtinha recibo de José Lopes Pereira de Carvalho, Comanditado gerente, pelo pagamento de oitocentos mil reis, da 3ª entrada do Capital que subscreveu para a Empresa de Tram-Road a vapor de Nazaré, meu avô Francisco Félix de Almeida Sampaio, senhor do engenho Vargem Grande, que depois teve o privilégio de uma parada do trem, para embarque e desembarque de passageiros, atual ponto Sampaio. Era um sinal da capacidade associativa dos fazendeiros; alguns outros subscreveram. Em 1892 chegava a Amargosa, extremo oeste da linha, a locomotiva. O governador Manoel Vitorino Pereira fizera viagem de inspeção, na qual se deu um conflito em Santo Antônio de Jesus. Um decênio mais tarde, já chegara à Lage, rumo ao Sul,

o trabalho civilizador da via férrea, para dominar o Jequiiricá e transpor a serra para o Rio de Contas.

Assim, Nazaré via desagregar-se o território da antiga freguesia, tornando-se o empório de toda a zona. O tráfego dia a dia, crescia; os hotéis de Nazaré enchiam-se, três dias de viajantes que desciam e três dias dos que aportavam da Capital. O movimento em 1903 a 1909 já possibilitava o fretamento de trem especial para Santo Antônio de Jesus, para os passageiros dos vapores dos horários matutinos. A campanha de difamação de Nazaré era permanente, por terem os santantonienses de sair de casa às três horas da tarde e só tomar o vapor na madrugada ou na manhã do dia seguinte, ou chegar a Nazaré de vapor, durante o dia, só tendo trem após uma noite de hotel, para chegar à distância de 34 quilômetros.

A navegação entre a Capital e Nazaré, Cachoeira, Santo Amaro e Valença, no fim do século XIX, era atividade fundamental da vida econômica do Estado. Sua influência já se fizera pelos barcos a vela, que desde Gabriel Soares, eram em grande número. A companhia a vapor Bahiana, pretendendo servir aos portos do sul da província, já fora autorizada em 1840, depois do privilégio concedido a João Diogo Sturtz, em 1836. Já em 1818, D. João VI, permitira incorporar uma companhia e, em 4 de setembro de 1809, o vapor Santa Maria, construído na Preguiça, fizera uma viagem inaugural, com o Governador e pessoas importantes para Cachoeira. Esse barco foi afundado, as lutas da Independência. Nazaré não tinha ainda feito seu pedido de ser “Vila Nova da Primeira Imperatriz do Brasil”. Depois de Sturtz, que tivera um privilégio por dez anos e falira, serviu de acervo para outra concessão por 12 anos, para navegação para Cachoeira, Santo Amaro, Nazaré e Valença. Naquele tempo, 10 e 12 anos eram alguma coisa. A idade dos povos é como a dos indivíduos, os jovens têm pouca medida do tempo. O certo é que os serviços nunca tiveram firmeza, tornando-se até atividade do Loide Brasileiro, no começo da República sem eficiência.

## FRAQUEZA DO JAGUARIFE

No Governo de José Marcelino de Souza, trineto de Antônio de Souza Bitencourt o tetraneto de Úrsula Maria das Virgens, deu-se novo rumo aos serviços que cresciam pela densidade demográfica e pelo progresso da linha férrea na zona de Nazaré. Chegou-se a ter, no decênio do bombardeio da Bahia, uma concorrência dos navios do Almirante Cleto Gapiassú, que obrigaram a Navegação Bahiana a maior rapidez das viagens. Isso, também, não perdurou, voltando o povo a sentir os efeitos das condições desfavoráveis do Rio Jaguaripe no seu porto mais importante.

Vinham os viajantes dos hotéis, pela madrugada, ao apito do vapor, de acordo com a hora da maré cheia, em que seria a partida, correspondente à chegada da véspera, vindos os barcos da Capital desde o começo da tarde, até às oito e nove horas da noite. O movimento era grande e as hospedarias aumentavam de número. Durante as horas da permanência do vapor no porto, a atividade era interessante, nas outras, a pasmeira era completa. Todos acomodados no navio, (pois havia, naquele tempo, lugar para sentar-se, começando depois o uso das cadeiras de lona, até chegar ao suplício de hoje se viajar de pé), largava o barco. Lentamente movia-se, espanado daí a pouco pelos galhos e ramos de robustos mangues. Pouco a pouco, venciam-se as voltas, passava-se o Copióba e o Tijuca que desaguam à esquerda de quem desce, e logo o Rio de Água Doce ou Maragogipinho à direita, penetrando no território de Jaguaripe numa viagem agradável e repousante, em conversação que se prolongava até Salvador. Três delas me recordo. Uma com o velho e paternal Alexandre Bitencourt, em 1906, dezembro. Aos meus dezoito anos, um velho de setenta e tantos sentava-se junto, num banco que circundava o boeiro ou chaminé do vapor e aprendíamos: “Este velho maluco, que subiu à presidência acaba de fazer um desastre que não verei, porque estou velho, mas você verá. O café é a nossa riqueza incontestável e devíamos vendê-lo barato, para conservar o monopólio. Com a valorização, as Repúblicas centro e sul americanas começarão a

aumentar a produção e nós ficaremos prejudicados.” Já sabíamos que Afonso Pena tinha sido adversário político do nazareno na Monarquia. Assim o epíteto não nos estranhou. Ficamos com a ideia que, 25 anos depois, um redator de um jornal japonês repetiu em Nova Iorque.

O Governo Japonês mandara estudar o plano brasileiro da valorização do café a fim de valorizar a seda, mas verificara que não daria certo. Isso na época da revolução de 30, após o craque de 1929, nos Estados Unidos. O velho médico e amador de engenheiro o havia profetizado, um quarto de século antes.

Outro velho me viu em pé, olhando as ondas e as margens e aproximou-se. Era o Professor de Medicina, Victório Falcão, que foi Intendente da Bahia, e tinha uma fazenda em Cações, depois de Mutá e de Pirajuaia, defronte da ilha de Santa Ana e de S. Gonçalo do Funil, antes da ilha de Carapeba, que fecha um pouco o delta do Jaguaripe. O velho Dr. Falcão: “Moço, porque está em pé há tanto tempo? Quando puder sentar-se, não fique em pé, e quando puder estar deitado não fique sentado.” Expliquei-lhe meu velho hábito de ficar em pé: Censor de colégio, presidia as bancas lendo em pé, de modo que fiquei preso ao costume. E ele: “Reabitue-se, faz mal ficar em pé tanto tempo”. Agora é o meu colega e amigo Hélio Simões quem me manda sentar, porque a hemiplegia o impõe.

Outra lembrança do vapor de Nazaré é a do Padre Jesuíta Custódio, se não me engano. Era um Sacerdote emigrado, português notável, que fora a Santo Antônio de Jesus, fazer três conferências na praça da Matriz, sobre “A Bíblia não é um livro sagrado”. Em três tardes, às cinco horas, demonstrava que era histórica a função da Bíblia. Era uma palavra fácil, fonética bastante acessível ao brasileiro e raciocínio comedido e convincente em contra posição. Nas noites dos mesmos dias, em frente ao Templo da rua da Edificadora, hoje em frente à rua Landulfo Alves, o Pastor Batista Almeida fazia uma conferência com sua oração dominadora sobre “A Bíblia é um livro sagrado”. O diálogo da tarde com a noite aumentou, no segundo e terceiro dia, a concorrência

de-ouvintes, dando ao problema excelente clareza. Hoje, não haveria a mesma afirmativa de um sacerdote católico. Na próxima viagem, conversamos as seis horas da volta. Vários problemas de educação e história; demorando na pré-história, em que o padre se mostrou profundo, julgando que não eram problemas para alunos dos cursos iniciais. Em certo ponto perguntou: “O senhor ensinaria à sua filha esse assunto?” Respondia que sim com a devida prudência. Hoje estão comesinhos os problemas e minha filha, Dra. Rita, é bióloga.

As horas das viagens eram suaves, salvo alguma tempestade, que trazia, às vezes, gritos pelo Senhor do Bomfim, na meia travessa, mais ou menos, o ponto da bisetriz do ângulo que tem por vértice a ponta do Monte Serrat e por lados as linhas que vão à ilha de Itaparica e à porta do Farol da Barra. Mas, alguns dias, quando a saída era em maré fraca, o navio roçava a coroa do rio e ficava encalhado, meia hora, mais ou menos depois de partir. O jeito era esperar outra maré, e ali ficava, ou voltávamos ao hotel, pagando também a canoa. A alimentação de bordo ou o peixe fresco da cidade, um passeio aos subúrbios, quando não a conversa indignada contra Nazaré, que prendia a, dificultando o progresso, ocupava a tarde. Ora, isso era injusta pois o esforço dirigido por Alexandre Bitencourt havia criado a via férrea, em várias decêncios, devendo-se apenas condenar o atrazo do serviço de portos, rios e canais, que não mantinha perfeita a dragagem de Jaguaripe.

### PROLONGAMENTO A SÃO ROQUE

A verdade é que os planos de prolongamento dos trilhos, até o ponto acessível a navios grandes, era aspiração proclamada já em repetidos esquemas esboçados. De acordo com as leis de 1893 e 1894, o engenheiro Guilherme Greenhalg, obtivera em 1916, concessão, que caducou, de uma estrada de Nazaré a Salinas, da costa da Bahia de Todos os Santos, fronteira e pertencente ao município de Itaparica. Em 1921, o pensamento era prolongar-

se até São Roque, no Paraguassú. Em 1932, no governo Juracy Magalhães, autorizou-se a construção da nova estrada, que se concluiu no governo do Interventor Landolfo Alves, penta-neto de Úrsula Maria das Virgens. A estrada entrou em tráfego em Janeiro de 1941. Os estudos, a locação e a construção fizeram-se sob o Engenheiro Manoel Coelho Borges, em extensão de trinta quilômetros, de que vinte em alinhamento reto, com rampa máxima 1, e 2, raio mínimo de curvas 300 metros, coeficiente virtual 2,5, apresentando sete pontes sobre os rios Capiaba, Grande, Tijuca, Pratigipe, Paus, Apuó de Cima e Apuó de Baixo. O trecho atravessado apresenta terrenos adaptáveis a qualquer lavoura. O manganês das minas de Onha, Taitinga e Santo Antônio de Jesus é embarcado no porto de São Roque para o estrangeiro. O mesmo sucederá depois de concluído o ramal de Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, no “Leste Brasileiro”, com o produto das minas de Jacobina, Campo Formoso, havendo uma economia de cem quilômetros, relativamente ao porto de Salvador. O produto das minas de Ferro de Jequié já se embarca em São Roque, porto franco, muito obrigado, feito pelo governo federal. A zona percorrida pelo prolongamento produz muita piaçava, mandioca, côco e verduras para Nazaré e Salvador.

Eram 300 e tantos quilômetros de via férrea que se estendeu pela energia de um trineto de Félix Bitencourt e que chegou ao fim de integração com o governo de um penta-neto. Resolvia-se o problema do tráfego; falta aguardar a conservação econômica e social. São Roque do Paraguassú dominava afinal toda a mata, mas o velho Maragogipe não lucrava. Antes do final desta luta, deixamos um registro do historiador da cidade, mostrando-lhe uma vitória e descrendo do valor para a cidade do Paraguassú da nova aquisição do ramal da estrada de ferro de Nazaré. Como recordação do século dezenove incluímos interessante adminículo de Osvaldo Sá: “Maragogipe passou a significar “qualidade de café”, conforme aparece nos mais acreditados dicionários de nossa língua, em virtude de, em 1883, na Exposição Internacional de Filadélfia, ter sido o café produzido em terras de Maragogipe, considerado

o melhor do mundo, pelo seu tamanho, sabor e qualidade.” O acontecimento foi de tal importância que a 3 de março daquele ano, esteve na fazenda de Crisógono José Fernandes, onde florescia o café premiado, o Cons. Pedro Luis Pereira de Souza, então Presidente da Província, passando, a fim de efetuar a visita por esta cidade.

O prolongamento, nenhuma influência, proporcionou a Maragogipe em qualquer setor de sua atividade. Tem sido unicamente um ponto de baldeação, fazendo que, na atual vila se aglomerasse vultoso número de pessoas que, as mais das vezes, se vêm na contingência de abandonar o campo à procura das cidades ou dos povoados, onde melhor possam lutar pela sua sobrevivência. O que ali se vê é, a pouco e pouco, crescer o arrumamento de palhoças, choças ou casebres, ao longo do leito da ferrovia, onde habitam famílias humildes, levando a sua gente, à gare e ao porto, frutas e petiscos de várias espécies, no afã do ganha-pão, no intuito de provocar o apetite dos viajantes. Esse espetáculo pode ser observado por quem quer que se transporte nos trens da referida ferrovia ou pelos navios da “Bahiana”. Paraceme, não obstante, que o sanroquense ainda não soube aproveitar o evento, que lhe abriu uma porta a iniciativa.

Assim extinguiram-se as dificuldades criadas pelo Rio Jaguaripe, que eram continuação dos vexames alegados em 1823. Ao mesmo tempo, o Douro Baiano, recordando Gabriel Soares, saía praticamente da história política e social. O Paraguassú era, de novo cabeça do caminho da civilização, a estrada que leva ao Sertão de Baixo, onde se estenderam as fazendas dos Bitencourts, dos Souzas, dos Lemos, dos Coutos, dos Almeidas, dos Sampaivos, dos Santos, dos Menezes, dos Lírios, dos Alves, dos Venâncios, dos Pitons, dos Quadros.

Vencera o Paraguassú, precariamente, pois o petróleo fazia os caminhos novos, e as estradas encurtavam, no tempo, as distâncias. Mas o Jaguaripe se enchia de mangue. A segunda metade do século vinte está fazendo desmoronar toda a obra do anterior. O rio que se dragou e que se poderia continuar a dragar,

para servir à população de extensa zona, fica entregue ao abandono e ao manguê. A estrada de ferro que se fez em setenta anos, esforço de três gerações, pensa-se em deixar cobrir de mato, em arrancar os trilhos, se o governo Federal não a tomar a si. E fala-se em autonomia estadual, em democracia. Porque se destroem, assim, os pilares erguidos para a estabilidade democrática? Será que a natureza, a Divindade conspiram? Não. É a nossa ignorância dos deveres morais do cidadão. Tudo se concebe como direito do egoísmo individual e ninguém pensa no dever de cada um para a conservação da estrutura social, que mantém a vida econômica. Como exploração das forças da natureza, destroem-se imprudentemente as matas, criando os futuros desertos, exaurindo o solo com a filoxera do capim Guiné, agravado tudo pela superlotação dos pastos, como pela falta de rotação das lavouras. Tudo ainda pela vontade do ganhar, sem trabalhar. Hoje, a mentalidade baiana é contrária à segurança da sociedade. A educação pública é um campo de exibição da ignorância. As ideias mais estapafúrdias ocupam as autoridades, deixando de lado atividades elementares e fundamentais da cultura do grupo, como predominância dos indivíduos médios que precisam apenas de sistematização e disciplina. Os geniais e os deficientes são elementos que podem por si abrir o caminho ou carecem de apoio que os salve da penúria. Por outro lado, fez-se do trabalho e do esforço uma praga, e fez-se tudo por diminuir a eficiência do indivíduo. A política trabalhista esqueceu fazer a mística do dever. Só o direito mereceu cuidado. O serventuário ficou cercado de garantias, o operário criou a mentalidade de reduzir a produção, tornando-se cada dia mais dispendiosa a vida, anulando todos os aumentos impensados de vencimentos. O próprio magistério perdeu o sentido moral de sua missão, aburguesando-se. Em clima assim propício, só um milagre fará ordem econômica e evitará a subversão social e política.



## SEGUNDA PARTE

### VIAGEM SENTIMENTAL PELAS FAZENDAS E POVOADOS

- A. Oiteiro da Vargem Grande
  - B. Taitinga, Paraíso e Sapucaia
  - C. Luta de Portugueses da Cidade e Brasileiro da Roça
  - D. São Felipe, Xangô, Ilhota
  - E. Visão dos Antigos Povoados
  - F. Manoel da Cunha Fróes de Almeida e seus filhos
  - G. Silvério Hipólito de Araújo e Almeida e seus filhos
  - H. Almeidas de influência Magalhães
  - I. Tio do século XIX
- 
- a. Retiro, Pastinho, Mocambo, Jequetibá, Sururu
  - b. Fundos de Município: Insegurança, corrupção, renovação por Guerra e Peste
  - c. Sodré, Pau de Cedro, Bom Jardim, Curral da Casinha

SEGUNDA PARTE  
VIAGEM SENTIMENTAL PELAS FAZENDAS E POVODOS  
Oiteiro da Vargem Grande

Nos cascos dos animais e um pouco sobre rodas, ficaram vistos os municípios de Maragogipe e Jaguaripe; Nazaré e São Felipe; São Félix, Muritiba e Cruz das Almas; Conceição do Almeida, Castro Alves e Santa Teresinha; São Miguel, Amargosa, Lage, Jequiçá, Areia, Santa Inês, Itaquara, Jaguaquara e Jequié. É um polígono irregular a circundar a terra natal de Santo Antônio de Jesus nos últimos anos do século XIX e primeiros decênios do atual. Vez por outra, recordamos passos dos mais afastados, mas viveremos naqueles, onde ao longe justo, humano e tardio da abolição dos escravos, ficaram sepultados sob a mata invasora, cerca de duzentos engenhos maiores e menores. Centenas sobreviveram, nesse trabalho humilde da lavoura, que é a base de nossa riqueza e dezenas prosperaram, ricos de tradição e de esperança, conservando-se como marcos de uma época morta no tempo e nas formas de vida. Agora surge outra sociedade, outra alma, outro ideal. O café, a mandioca, a cana de açúcar, o tabaco, os pomares cuidados com desvelo, cedem passo ao capinzal, em que se esconde a rês de açougue, descida magra para dar lucros fabulosos que não contentam a ganância. A vida agrícola definha, as populações descolocam-se, as pequenas fazendas se ermam, enquanto as casas grandes se esboroam ou são pousos de férias, ou casas de administrador. A crise agrava-se pela pauperismo das cidades, vilas e povoações, pelo crescimento dos preços dos meios de subsistência, pela tuberculose, pelo alcoolismo, pela depravação, pela loucura.

A viagem sentimental é pela segunda metade do século XIX e primeiros decênios do XX, que avança célere pelo terceiro terço, tão cheio de transformação do mundo, como é possível prever.

Cada século traz uma missão. O nosso dirá aos pósteros os seus feitos, suas ansiedades, entre lances de ciência e desvairamento de filosofia, com as dores que sofrerão os povos.

O passado, todo romântico das grandes cidades, será para nós agreste, laborioso, orgulhosamente rústico, encerrado no dever, abafado pelo poder de senhor de engenho, onde tudo ou quase tudo era escravo.

### SONHOS E PESADELOS DO OITEIRO DA VARGEM GRANDE

É o primeiro vôo do pensamento ao lar dos avós, mortos depois da abolição, cinco anos a velha e seis o velho, já criados os filhos, casados vários e nascidos netos, nas fazendas vizinhas ou em Santo Antônio de Jesus, que já era como uma capital daqueles rincões saudosos do trabalho escravo. O Oiteiro vinha recordando a trabalhadeira antiga e ia começar a ouvir a algazarra dos netos, no novo ritmo de liberdade. A casa grande assentava num dos últimos contrafortes da serra da Gibóia, que vem de Castro Alves e Santa Terezinha até São Miguel das Matas, fazendo fundo ao quadro que contemplávamos do sótão do sobrado de S. Antônio de Jesus, a duzentos e seis metros de altitude. O “Oiteiro” a mais de duzentos, cercados de vales de verde variegado, conforme o sol e sombra em que se mantém, acha-se no quase extremo noroeste do Município, perto dos limites.

### ENTRE SÃO MIGUEL E SANTO ANTÔNIO

Vargem Grande, hoje Varzedo, é um povoado antigo, a que a chegada da estrada não deu grande impulso, onde desde a monarquia a locomotiva desperta o povo. A poucos quilômetros, está a casa grande, donde se contempla o trem que se desloca na baixada, silvando fortemente, se algum parente vai desembarcar no Ponto Sampaio, privilégio alcançado há oitenta anos, por ter o hábil senhor do engenho e acionista, permitido, sem indenização, a passagem da linha férrea por suas terras. Não muito longe, está São Miguel das Matas, donde, da fazenda de seu pai, Dr. Eduardo Augusto da Silva, o jovem Manoel Augusto, depois sábio Professor Pirajá da Silva, descia a cavalo para tomar o trem em

Santo Antônio e depois em Vargem Grande, e Pé de Serra, para o colégio dos Remédios perto de Nazaré, onde dezenas de alunos internos faziam trabalho bem considerável de educação moral, intelectual, física e cívica. Do colégio dos Remédios, que veremos depois com um Lírio, Pirajá da Silva, deu-me sintética descrição: “Diretor, professor Augusto, grande casa, banho no rio, bolos no Eduardo, que fez ótimo tema, com má caligrafia, café com leite e bolachão à noite. O diretor anuncia a morte da mãe de um aluno e dispensa a banca. No recreio, conversou-se sobre almas do outro mundo, caipora, lobisomem. José era muito rezador. vivia beijando os santos, que já estavam amarelos. Já no dormitório, onde o diretor ia toda a noite ver se os irmãos Pirajá estavam com as calças cosidas nos pés, todos estavam descansando quando Júlio Galvão grita: “José é vêm o bicho”. O Bitencourt dá um grito e desce a escada. Todos formam uma onda invencível até a sala do diretor onde a mulher, camareira que ele tinha sempre separada do colégio, com muito respeito, tem um ataque histérico.”

Ao norte de Varzedo, corre do Riacho do Braga, limite com Castro Alves, antigo Curralinho, que recuperou a zona que dominada pela velha Conceição do Almeida, onde nasceu José Joaquim de Almeida político notável, cujos adversários, para ferilo, a crismaram com o nome de Afonso Pena, quando presidente da República, para recobrar a velha designação dezenas de anos depois. O engenho do Oiteiro tem terras excelentes, cultivadas até hoje, em mão dos netos, que têm aumentado o território, num esforço generoso que mantém, em três gerações, a atividade permanente da estrutura econômica, firmada na segunda metade do século passado. A casa grande, as senzalas, a casa de família, a casa do antigo engenho estão intactas e conservadas. Hoje, a eletricidade aciona o que moviam animais antigamente. A casa grande pouco se alterou uma sala de visitas assoalhada, sala de jantar nobre tijolada, varanda cercado dois lados da casa grande, para que se sobe por escada de cinco degraus, um quarto de visitas e os de muitos filhos. Na Monarquia, a característica, que desapareceu depois, era uma grande sala de terra batida, com

enorme estrado, em que costuravam as mucamas e as moças, além da mesa de refeições comuns. Ao fundo da sala, entre a porta da casinha e da casa de farinha, um grande balcão ou grupo de divisões em madeira, de mais de um metro de fundo, onde se depositava açúcar, farinha, feijão, sal e outros gêneros. Cada caixa era coberta de pesada tampa cujo eixo ou bisagra a deixava abrir verticalmente. Era um perigo para crianças que se dependurassem ou pessoas que, retirando o produto, não fizessem descansar à parede a pesada táboa. Havia grande cuidado, pois se recordava o desastre, do “Cantagalo” onde um dos meninos ficou enforcado. Nessa sala, havia um janelão, que parecia descomunal ao visitante ao lado de uma janela menor. Daquela, em 1910, contemplei o fascinante cometa Halley, cujo núcleo estava no horizonte, estendendo-se a cauda ao zenite. Na infância, serviu-me para cavalgar o peitoril, quando eram moços e solteiros tios e tias.

Não havia características especiais na cozinha. A “casa de farinha” foi a primeira peça a recordar o passado. O braço da almanjarra da baladeira dentada era onde sentavam os sobrinhos, para serem conduzidos como um circo de cavalinhos. Na hora do trabalho amarrava-se um animal que puxava em ritmo conveniente, para o funcionamento eficiente do rodete, que rala a mandioca. Há uma tecnologia da “casa de farinha” daquele tipo: Baladeira dentada, dentadura, aspa, almanjarra, braço de almanjarra, rodete, relho, macaco (onde corre o relho) bolinete com serrilhas, cocho da massa, prensa da massa, etc. Da prensa, é interessante um grosso parafuso de madeira movido pelo “pau da prensa,” elevando ou descendo o “tampo da prensa,” chamado viga, que desce facilmente, subindo com dificuldade. No eixo da moenda da casa de farinha, há uma data de seis de abril de 1835, indicação de antiga propriedade, que veio por compra, um pouco depois, a um senhor Pinheiro. Hoje, está tudo desmanchado, salvando-se pela fotografia feita, em 1941. A velha almanjarra cedeu lugar ao motor elétrico, que mantém a velha indústria da farinha. Ao antigo engenho de moenda metálica, abandonado após a abolição, deram por substituto o rodão de café, acionado por um

animal que se ata à argola, junto à táboa de sentar o tangedor, fazendo girar a roda no círculo do rodão, onde se põe o café a ser descascado, para ir ao soprador. Já é da República, no ciclo de café, quando mudou a configuração de Santo Antônio de Jesus, deslocando-se da rua da Paz e da rua dos Nazarenos para a rua de cima, o centro da compra da rubiácea. Na casa do rodão, antiga do engenho, cuja dignidade desapareceu, vêm-se os varais de fumo, que era cultura secundária, na escravidão. São varas de pendurar os cambões, dois ou quatro pés de fumo, que ficam nos andaimes de várias estruturas de bambu, para a seca do tabaco. Vêm perto o girau de feijão, as bruacas, malas de couro cru, para transporte de produtos que se não devem molhar, o banguê, feito de cipó, para carregar terra, o pilão de moer café torrado, milho e outros.

### RECORDAÇÕES DO TEMPO DOS ESCRAVOS

Dos elementos da fazenda de escravos, restam as senzalas, correr de casas no alinhamento da casa de farinha, uma sala de tronco e a sala da escola, em que aprenderam os filhos do fazendeiro. O professor era um leigo que, por alimentação, morada e alguns mil réis por mês, ensinava a ler, escrever e contar precariamente meninos e meninas. O tronco está hoje no Museu do Estado, oferta da família, por nosso intermédio.

Do lado oposto da casa, era o quarto das moças, pequeno para oito. Todas juntas, num quarto com pequena janela guarneçada de balaustres de madeira estavam numa contínua sombra ainda mais aumentada pelo beiral da casa. Havia naqueles tempos, perpétuo sobressalto acerca das moças e a segurança, e nalgumas casas grandes, faziam-se os quartos sem janelas. Veremos dois ou três casos significativos, nesta viagem sentimental. Está descrita a casa grande com as senzalas. Passemos ao jardim e ao pomar e pasto da malhada fronteira onde é característica uma coitezeira centenária que não mudou em cinquenta anos. Ergue-se em frente ao quarto dos hóspedes onde se deu um “desastre” nos fins da Monarquia. O vaqueiro do Curral da Casinha, Antônio da

Limeira, alto, circunspecto, maneiroso, não teve meio de evitar o uso de um jornal para exonerar-se à noite e, pela manhã, ante a janela aberta, em frente à coitezeira centenária pretendeu jogar bem longe o embrulho. Não viu porém que a janela tinha vidraça, ao encontro da qual tudo espirrou pelas paredes e teto do quarto. O vaqueiro, passado o choque, anuncia ao patrão o seu “desastre” e recebe a mais serena justificação do fazendeiro e criador e agradece confortado, mas triste e humilhado. A cem metros da coitézeira, uma cajazeira velha, perto de um cajueiro, onde a infância foi fagueira, ao lado da tia Sinhazinha, a mais social das irmãs e talvez não a menos autoritária. Dessa cajazeira, muito carcomida pelo fogo, lembra-se que levou queimando muito tempo do incêndio que lhes deixou o raio. Dela, recorda-se o fim de três cachorros de estimação de tio Reinaldo, que morreu de beriberi, em Maracás. No dia da morte, os três animais se agitaram: um começou a agredir e foi morto a tiro outro desapareceu no mato, a não mais encontrar-se, não, se investigando se viajou para Maracás e o terceiro ficou girando em torno da cajazeira dias e dias até morrer.

Além do pasto, onde as vacas vieram a mim, para que as escovasse da sacada da casa grande, desce a ladeira que vai ao riacho, em que se passa, ao ir ao Ponto Sampaio como as demais que buscam os caminhos dos outros morros, onde ecoavam três vezes os gritos e os tiros, cada vez num tom, indicando a distância. Com a destruição de uma parte da mata, ficou tudo reduzido a um eco, do lado do leste, donde desce o trem, cujo silvo enchia toda a bacia sonora, em que se torna a baixada.

O jardim e o pomar dos começos da República, retratam a riqueza da era passada. As laranjas cravo feneceram: eram soberbas de grandes e doces, mas o jardim, caminhando para meio século, é rico e cuidado. As sobrinhas têm o mesmo carinho das tias que já morreram, com as flores que já se chamam: sônia (margarida branca,) margarida do Japão, não me deixes ou miosotes do Japão, rosas de vários tipos, gérbera, alfinetes de moças ou de estudante, madre-silva, angélica, lágrimas de virgem, lírio eucarístico, cravos, cravinas, dalias, crisântemos, acácia, chuva

de prata, bico de beija-flor, azinha, beijo de frade e muitos outros que enchem de fragrância e de colorido o solar em que nasceram pais, avós e tios de larga geração de hoje. Setenta e seis variedades que registramos indicam o sentido estético dos atuais senhores da fazenda, cujo pai só deixou o colégio pela morte do irmão Reinaldo e cuja mãe foi uma das moças intelectuais do seu tempo de colégio, lendo bons livros na viagem de vapor e trem, da Bahia e Nazaré e Santo Antônio de Jesus, no século passado, quando as tias, quase analfabetas, repetiam de ouvido, provérbios franceses de valor.

### VIDA DOS VELHOS ESCRAVOS

Junto à grande cancela da casa de farinha, conversei com Benvinda, velha escrava, de oitenta anos declarados, cujos pensamentos reproduzimos, para conservar-lhes o sabor. “Eu vi vosmicê quando veio com aquele bandão de povo, tudo de camisa verde”... — “Conte coisas de sua infância e de sua escravidão” “Eu vim num panacúm, o Belisário veio no outro e Gracilácia no meio da cangalha. Quando eu cheguei, pegava a chorar e o finado Sampaio mandou as moças saí comigo para esquecer a finada Luzia (Iá Doninha), a finada Liodora, a finada Adelaide, Iá Donana, Iâ Dona... — “Qual era a mais bonita?” “Tudo era bonito.” — “Qual era a mais zangada?” “Zangamento, qualquer pessoa se zanga.” Vê-se a saída diplomática da antiga escrava talvez descendente de príncipes da África. Não se comprometia, como ocorre ao mateiro, habitualmente. Logo se expande: “Doutor Zaía é mais moço que um fio meu chamado Flávio, que a muié matou” “Como matou?” “Deu remédio na comida, cozinhou feijão, botou veneno. Morreu de repente. Não tinha brigado nem nada. Enterrou de tarde. Ia para Santo Antônio e voltou logo. A menina Lourdes veio chamar. Eu enfiei a saia e saí enrolada no cobertor. Quando cheguei: “Que é isto?” e ela: “Minha mãe eu não sei, será que a panela tava ruim?” “Ao sair o pai pergunta”, Oh Lourdes, ainda ficou feijão na panela? “Despejando no terreiro,

todos os bichos morreram. Desenterraram e fizeram exame, depois de cinco semanas e estava perfeitinho”. “Damiana foi presa, 15 dias mais tarde, descobrindo, no segundo interrogatório, que usará três vezes o veneno: na farinha, no café e no feijão (de manhã cedo).”

Deixando de lado o crime de Damiana, nora de Benvinda, passamos para o tempo dos escravos. A antiga escrava informa: Camerino era mulato e os escravos gostavam dele, como o feitor João Peixe (escravo que tomava conta) “Camerino, era lacaio do finado Sampaio andava bem trajadinho, fugiu porque quis. O velho lavava o rosto no baldame da sacada” Aí se conta como o velho atirou água da bacia sobre o seu escravo e pagem de confiança e as consequências. Camerino perguntara ao Senhor algum assunto de serviço e o velho impulsivo, lhe mandou água. O escravo saiu planejando matá-lo e Feliciano aconselhou que fugisse. Numa segunda-feira de manhã, desapareceram Camerino e Firmino, levando um burro com cangalha e não foram mais vistos. Eu volto a perguntar sobre escravos e Benvirida diz: “Carmerino, Firmino, Benedito, Domingos, José Luiz, Antônio, João Peixe, Zacarias, Julião!!! “Eu pergunto”: João Peixe não era feitor”? Ela: “Era, tomava conta das roças.” Eu: “batia nos outros?” Não senhor. “Mas quem era o feitor?” “O finado Sampaio. Finado Sampaio era homem de roça... pegava de manhã à noite... Iô Silvério pegava também... Iô Silvério levou metade dos Nego nagô, oito nego... foi com eles Luiza nagô.” Esta referência significa o maior valor dos escravos africanos, pois Silvério era atilado e, casando-se, ia estabelecer-se no Longuinho e Camamú.

Benvinda conta outra fuga. Lifunde e João de Deus venderam Zé do Vale e ficaram conversando muito tempo, recebendo quase dois contos. “Era um figurão de negro bonito muito sambador e cantor, sempre alegre. Quando fez um ano, Zé do Vale bateu o pé e foi embora. Finado Sampaio botou “precatório” mas não deu resultado. Tio Zé fugiu, como Zacarias, Firmino, Carmerino. Só voltou Zacarias depois da liberdade e foi “caminhante” do finado Sampaio. À vista do tronco, Benvinda diz: “quem fugiu

dali foi Manoel Brasil; fugiu com reza; abria o tronco, a corrente; fugia e ia tomar padrinho com qualquer cidadão e vinha. Finado Sampaio não dava uma tacada no protegido”. Realmente, havia uma dignidade feudal, entre os senhores das Casas Grandes, de honrar o apadrinhamento por outro fazendeiro.

Mas o tronco tinha função decisiva. O velho Francisco Félix pergunta, no engenho, quantas meladuras já tinham tirado e, ao responderem três, ordena que soltem o gado, para mudar a esquipação. O escravo Feliciano, em tom de mando de algum ancestral africano, ordena: “Toque o gado pra diante, moleque! “Meu avô o ouviu e dirigiu-se para abafar o escravo, que logo babata o facão do senhor, enquanto tio Reinaldo, chegando, agarra o negro para o tronco, onde tomou muito bolo, ficando mais de um mês. Quando se levantou não podia andar, pois fora preso por pé, mão e cabeça. Pergunto: “Quando ele saiu ficou mais manso?” Benvinda responde: “Ficou mais covardo, mas não ficou manso” Há muito segredo na alma do antigo escravo, digo eu. Pergunto à Benvinda sobre feiteiros e responde: “Não havia negro feiteiro, não se falava em feitiço, agora que vejo falar em feitiço”. Diz que havia negros forros de nascença, como famílias inteiras forras; negros, crioulos, cabras e mulatos. Entre esses se encontravam feiteiros, como o do Andaray, que é uma das fazendas a serem visitadas, com suas cercanias.

Ia longe a conversa de Benvinda. Fala em Maria Rosa, visitada por famílias inteiras de longe; diz que o Santo mais prezado era Santa Bárbara logo conta histórias de Gracilácia e perguntando qual das moças era mais despachada, responde que “todas elas, não tinha moça macufa não”. Fiz silêncio e Benvinda: “Só de gente que tinha lá em casa, vosmicê enche as visões passadas, a mocidade queixumes, só a infância tem risadas”. E diz sentenciosa: “Isto tem nos livros”. Pareceu-me ouvir minha mãe, na rica memória até 80 anos, a repetir frases francesas de sentido, sem jamais estudar a língua. Logo após a velha Benvinda: “Só de gente que tinha lá em casa, vosmicê entre uma folhinha desta. Eu

digo lá em casa falando daqui.” O lugar onde fora escrava. Você sabe de outros que têm saudade da fazenda?

— “João, meu irmão tinha. Toda vez que vinha em casa de minha mãe, ele haverá de ir na casa de seu Joaquim José na Boa Esperança, pois era de lá.” E continua: “Eu só tenho pena do açúcar. Onde a gente vai achar açúcar? Outros dizem: “Tá barato nois compra açúcar.” E conclui: “Ai... agora a gente não acha um tostão para comprar açúcar muitos dias.” E espontânea, em tom triste, depois de contar que o “nego dançava que fazia medo”... “Finado Sampaio mandava cachaça... Matava boi pra nêgo comê...” e conclui lentamente: “A gente tá é morrendo de fome... com a carne no preço quí está... sem dinheiro pra comprá.” Esta conversa foi na cancela da casa de farinha.

Caía a tarde do último domingo de Janeiro de 1942. As cigarras orquestravam-se em tom mais alto e mandavam, de todos os cantos da fazenda, o canto saudoso do dia. As árvores perdiam lentamente a tonalidade verde e começavam a formar furnas escuras. No céu estendia-se um longo redém de carneiro, como dunas levemente cinzentas, ao lado de suave róseo, perto do horizonte. O bambual, como cristas de aves gigantes, recurva e obscurece o renque, em bosques minúsculos, sobre a várzea. As vacas pastam, em passos demorados, enquanto o cinzento escuro conquista as baixas e sobe lentamente pelas encostas, confundindo o roçado de mandioca e a malhada de fumo, o pasto relvoso e os cômoros das capoeiras mais baixas, o bananal das folhas antiluvianas e as touceiras ciciantes de bambus. Na porta humilde da cabana fronteira, além da via férrea distante, um ser humano ergue-se e estende os braços em cruz. Do telhado, evolase o fumo da lareira, acordada como aquela alma que ergueu um pensamento a Deus, nessa hora de saudade e do recolhimento, em que toda a liberdade está em ser escravo e transformar em turíbulo o coração. E a noite cresce, na quietude da fazenda, igualando a natureza, na mesma penumbra das solidões tranquilas e reconfortantes, em que o pensamento comunga na história do ideal.

À ceia rica, a conversa voltou ao passado: casamentos antigos, escravos e seus preços, custo de vida cinquenta anos antes. Francisco Félix tinha nascido em 1826 e já recebia carta de pedido de casamento do estilo do tempo: Gameleira 14 de maio de 1865 Ilmo. Sr. Francisco Félix de Almeida A.V.S., e a Exma. Família, apeteço a mais florescente saúde, circundada de infindas prosperidades. O motivo que impele-me a dirigir-lhe estas abreviadas letras é ver se poderá ou quererá V.S. outorgar-me a mão de uma das Excelentíssimas Senhoras suas filhas para esposa, não havendo algum obstáculo que se oponha a este consórcio, ou não estando comprometida para com outro, responda-me o que de seu aprasimento para o meu governo. Aproveitando a ocasião para apresentar a V.S. os protestos do meu respeito e estima com que tenho a honra de assinar-me o mais atento, obrigado e Cro. Manoel Amâncio Dias de Freire.

Nessa época, as duas moças tinham desesseis e quatorze anos, sendo as demais de seus cinco a um ano. Assim indiferentemente, o candidato tinha esperança nas possibilidades, cujo o resultado foi negativo. A mais velha perdeu, de beriberi o noivo e não mais aceitou casamento, a segunda casou com um irmão do morto e hoje é representada por uma filha de oitenta e seis anos que tem netos e bisnetos. O casamento desta e da seguinte no matrimônio foi no vasto sobrado do Longuinho, que Antônio Porfirio construíra sem reparar que seu terreno era pequeno, o que o forçou a procurar, no Riachão, seu campo de ação, onde a morte o colheu, deixando Isabel como heroína do trabalho de criar filhos prestantes.

No tempo de 1879-1880, quando se casou a segunda, há fazendas e miudezas de preços curiosos para nós: o gorgurão preto á quatro mil réis o covado, o fustão branco a 1\$200, a cambraia a 7\$200, a chita de Vichy a seiscentos réis, o covado, fita de gorgurão a 1\$400 a vara, uma anágua de esguião custava 35 mil réis, uma peça de tira-bordada três mil réis, uma vara de estopinha 240 réis, uma calça de americano 1\$600, um chapéu de baeta 1\$200. A fatura de Tertuliano Coelho Sampaio é de mais de

três contos de réis, tendo ficado para despesas 3.005\$000. Muitos outros lançamentos interessarão aos pesquisadores, que acharão o documento na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia. Como índice registramos um décimo de vinho Figueira por setenta mil réis e um dito de Lisboa por vinte e sete.

O casamento da terceira filha foi na Casa Grande do Oiteiro da Vargem Grande em 1887, quando a situação escravocrata caminhava para o fim. A vida das fazendas era insegura, como depois, à tentativa de subversão de comunistas. Os escravos ficavam mais baratos, os senhores menos respeitados, caminhando muitos para o suicídio. É oportuno registrar compras de escravos por escritura pública, único meio de transmissão de domínio. Em 1862, 1863, 1864, 1865 fizeram-se escrituras de escravos no valor de um conto e quatrocentos mil réis. No decênio seguinte já os houve de quatrocentos até setecentos, sendo mais caro o de 1.400\$000, em pagamento de uma dívida de senhora. Estes preços são correspondentes à crescente insegurança, após o *Ventre Livre* e a campanha abolicionista, que já tinha focalizado Castro Alves.

A última filha, por ter falecido a derradeira, casou-se no fim do ano anterior à abolição, restando quatro que preferiram ficar solteiras. Era loura, bonita, corada. Os irmãos, quando brigavam, dizia: “Ruiva de má pêlo, má casta e má cabelo.” O casamento se fez sem o noivo a conhecer. Um tio fez o pedido. Na véspera do bródio, já estavam vários parentes das fazendas de Nazaré e Santo Antônio. O noivo, à tarde, chegou com uma irmã, dois primos e senhoras. Na hora do jantar, foi um custo para uma prima, bastante instruída, conseguir que a noiva viesse à mesa. Tinham-se feito três vestidos caros e havia sido esquecido o da véspera, tendo-se de usar um das solenidades. As irmãs e a mãe da noiva não compareceram ao jantar, só ao casamento. Os sapatos e vestidos comprados na Bahia, não serviram à mãe da noiva, que teve de usar um de sobressalente de uma prima.

Pela manhã do casamento, houve missa do Vigário Francisco Manoel que pretendia depois ir realizar outro casamento e voltar à tarde. O pai da noiva discordou dizendo: “Quem tem na mão é seu

dono”. Realizou-se o ato antes do meio dia, um dia de segunda-feira. Os noivos ficaram sentados juntos, mas não conversaram toda a tarde. “Houve brinquedo de roça, mas não dança. Um empregado da loja do noivo recitou versos. À noite, houve jogo e brinquedo de roça. O tio Marciano, negociante em Nazaré, irmão mais moço do sogro, vendo que as moças estavam afastadas, vai procurá-las, achando-as dormindo. “Levanta cambada de preguiçosas! Venham cantar para o casamento de D. Ana não ficar assim triste! Venham cantar! Caranguejo não é peixe, caranguejo peixe é...”

O problema de ir para o quarto foi encaminhado por uma irmã do noivo, grande, enérgica diplomata, durante toda a vida. No dia seguinte, os convidados viajaram antes do meio dia. Na hora da partida, uma taça de champanha para os que saíam a cavalo. Os novos casados ficaram até sábado, quando foram para Santo Antônio de Jesus, à rua Direita da Matriz. Do noivo, o sogro deixou traduzir impressão de valor comparado com os anteriores, o que despertou quente vozerio de ciumada, mas o velho manteve inalterada serenidade. Entre os noivos, a discórdia que durou mais de meio século, começou nos dias da lua de mel, na fazenda. Este escorço indica bem a condição social do grupo e sua falta de cordialidade e doçura, que noutras paragens das viagens sentimentais será mais frequente.

### ORGULHO E VAIDADE

Aqui há muito orgulho de riqueza, superioridade racial e quase nada de solidariedade humana. As moças iam chupar melancia, em frente ao depósito de dezenas, abria-se uma que não agradava: “esta não presta, parte outra,” imperiosamente afirmado, a fruta, atirada ao capim, era pasto para os porcos. Uma travessa vermelha de cajus, uma jaca inteira que não agrada, tem a mesma pena. Tudo sem ideia alguma de fazer dos cajus um doce ou aproveitar em sentido humano as frutas. Ali se julgava ter privilégio as ameixas, as passas e figos do Natal, o queijo flamengo,

as castanhas de Portugal. Celebrava-se o grande feito, repetindo a narração da viagem de um irmão a Caldas da Rainha, doente de beriberi. Contavam-se as peripécias da travessia, no decênio de 1881; repetiam-se os nomes dos livros que trouxe. Não sabemos se já havia uma curiosa indústria que atrai o interesse sensual na famosa estação. O moço trouxera retratos elegantes e voltara em condições de cavalheiro, trazendo um novo colorido ao ambiente do Oiteiro, que era só trabalho, da manhã à noite, na canseira de ganhar o lucro do suor dos escravos como do senhor e dos seus filhos.

O moço Reinaldo tinha natureza mais doce, um dia salvou o pai da sanha do escravo, que levou ao tronco, servindo à disciplina. Sua natureza era, entretanto, mais poética. Cordial com as irmãs, afetuoso com a velha mãe e o pai austero, sua alma tinha carinhos para os três cachorros que lhe parecem ter sentido a morte em Maracás, pelos fins do decênio. Reinaldo, com o findar na distante e fria Maracás, tornou-se mística lembrança da amizade que perdura, entre a saudade do irmão e filho e as glórias de um viajante que esteve no ultramar, no reino, na sede da velha progênie dos avós. Ter ido à Europa, ter visto o que só em sonho se pensava, dava-lhe uma superioridade que mais fazia avultar a riqueza da Casa Grande, rodeada de escravaria. Trouxera bandejas de prata com manograma F.F.A.S. entrelaçados e isso ficou sinal de superioridade da família. Como prova de cultura, livros de história natural e geografia muito apreciados durante anos.

Essa vaidade criava, nas moças, constante hostilidade, pela defesa de seu moleque. Cada qual julgava, como no feudalismo, dever proteger quem lhe cumpria as ordens, muitas vezes caprichos ridículos. Isso trazia choques que se transformavam em vias de fato, rolando duas moças no chão, em luta corporal, que era gozo dos que contemplavam. Mas tudo devia ser ocultado de estranho, negado a pé firme se alguém revelava. O ambiente era de orgulho, que implica completa justiça e mais perfeita harmonia, que se fingia manter e que realmente havia, se excluídos os atos impulsivos da vida puramente visceral. Ao lado disso, uma grande

variedade de provérbios para cada situação, certos, às vezes, contraditórios, dentro de uma hora. É real superioridade da inteligência, que tem na linguagem sua expressão mais segura: e dessa vivacidade se orgulhavam.

## REVOLTA DOS ESCRAVOS

Por vezes havia perigo de insegurança. Certo dia, chega em casa o velho Francisco Félix, visivelmente chocado. Tia Luzia, sua incansável secretária, procura informar-se. Ele: “Nada, minha filha, deixa-me descansar... Depois, escreva uma carta chamando de Santo Antônio a Manoel Barão.” Era um negro bem apessoado, ventruado mas lépido que se incumbia de difíceis empresas. O escravo Feliciano, na estrada, tinha segurado na rédea do animal, fazendo perguntas insolentes. Era uma situação semelhante a do engenho, ao babatar o facão do fazendeiro, quando a chegada do tio Reinaldo salvou a autoridade e talvez a vida. Agora um outro fazendeiro, viajante na direção, interfere, enérgico, afastando o agressor. Manoel Barão recebeu as instruções e o negro sofreu uma surra forte, que o deixou moído. Era já o tempo da revolução crescente. A consciência coletiva desaprovava a escravidão e queria extinguir a escravatura. Conhece-se a luta ciclópica de norte a sul, que não chegou a gerar a guerra, como a Secessão, nos Estados Unidos. Homens esclarecidos apoiavam a transformação do trabalho escravo, procurando apenas o Partido Conservador criar condições de êxito. Mas o governo Imperial, como 70 anos depois, o Governo Federal, sofria das teorias e paixões políticas, como agora sofre do sentido burocrático e ganancioso, de nossa economia. José Marcelino de Souza, no Parlamento do Império, representou bem a família e aos senhores de engenho, reclamando novos métodos de salvação. A luta seria mais grave se a casa Imperial não tomasse a dianteira para o 13 de maio, quando a princesa poderia perguntar ao Barão de Cotegipe se ela não tinha vencido. O grande político: “Ganhoú, mas perdeu o trono”.

Algum tempo faltava. Afinal venceu o ideal e os escravos souberam, na Vargem Grande, onde chegava o telégrafo da estrada, sobre o grande acontecimento. Pelas matas, houve suicídios de senhores de engenho: alguns enforcaram-se e outros se envenenaram, outros endoideceram. Antes do desenlace três meses, tio João Caetano havia alforriado todos os seus escravos e muitos fazendeiros ficaram mal satisfeitos, julgando-o mau exemplo. O velho Inácio Tosta, aconselhava a alforria, e ao mesmo tempo que se pedisse aos escravos ficar no trabalho como assalariados. O velho Francisco Félix conservou vários. Na manhã, depois da notícia, apareceu um com a cabeça amarrada, outro avisava que estava doente e, perguntando porque os outros não foram trabalhar, respondeu que já estavam forros. O velho de tudo estava informado, não se mostrou aborrecido, mas triste e pensativo. Um homem de 62 anos bem vividos, tomaria novos métodos numa forma social de todo diferente. Não acompanhou os que pensaram que Cotegipe tivesse sido assassinado, como o Deputado Geral, Flávio Guedes de Araújo, que com aquele, defendia a esperada e justa indenização que salvaria mais cedo a economia nacional. A República, talvez errando, tem reajustado grupos e crises de açúcar, café, gado e outros, muito menos justificadamente que o grande grupo dos senhores de engenho arruinados em 1888.

## NOITE E DESPERTAR

O serão depois da ceia fora longe. Os vapores da noite iam crescendo; os velhos recordavam as onças da mata que enfestavam os morros. Nestes cantos da serra da Gibóia, a Guarirú das Cartas Régias, ainda dominava esse pavor. Cada um foi procurando o leito depois de ver se estavam bem fechadas as trancas das portas e janelas e de olhar sob a cama lembrando os ladrões que se escondiam, na lenda ou na realidade. Uma coruja pia perto e uma preta velha diz: “Cruz” e se benze. O silêncio da fazenda dá mais vida à luz mística das estrelas, mas a noite estava enluarada

no fim de janeiro, fazendo recordar: “Lua de janeiro não tem companheiro; só lua de agosto, que lhe dá no rosto.”

O Cruzeiro do Sul já ia passando do zenite e os pastos, as moitas, as árvores dormiam, sob neblina, que cederia ao orvalho da madrugada. Um galo da meia noite clarina, ecoando nas encostas. O galo é solene na mata, na cidade, perde-se no vozerio, no chocalhar dos bondes e dos carros. Os galos cantam soberanamente, quem sabe se não despertando para afastar as raposas e os sariguês.

O ar da mata nos dá um sono profundo; os sonhos fugidios não fatigam; o despertar é fácil e alegre. O dia vai clareando ao orquestrar dos passarinhos e das cigarras que, de longe, parecem longos silvos da locomotiva. Ouço as cinco pancadas do relógio velho. À janela, a luz mal permite escrever estas linhas, mas a claridade aumenta, tingindo levemente de rosa o papel. A neblina é tênue e a estrada surge na curva. Agora o jardim é claro e as angélicas, em cachos, erguem-se por entre as margaridas e os malmequeres. As angélicas recordam de chofre a velha avó Maria Angélica. O perfil da coiteseira mística é perfeito e a madre-silva já se destingue completa. Vou ao canteiro da suave e dulcíssima violeta e, entre as flores que as primas cultivam, numa infinidade de vasos, encontrei uma violeta ainda fechada que deixei para o ciclo da natureza.

Estava nascido o dia e perto vinha o rico desejo. Junto ao curral, berram os bezerros que dormiram separados das vacas, que mugem levemente, de úberes apoiados. Logo vem um copo de espuma que se sopra, para sorver o leite quente da vaca preta, que se crê mais sadia. Sorve-se o primeiro, mas é do ritual mais outro, enquanto a vaca paciente lambe a vara jovem do bezerro. Dentro em pouco, ele sugará, as tetas os restos que o ordenhador, por dever, deixou. Era só aperitivo do forte café da manhã, para que já nos chamavam, pela voz alegre e forte da velha prima, nora do humano escravocata, hoje ativa viúva, dona da fazenda.

## O ROCEIRO E A CIDADE

A conversa começou alegre, naturalmente sobre escravos. Esses eram do tio Félix. Severa e Joaquim iam para os casamentos. Traziam duas arcas vazias, oito dias antes, a pretexto de fazerem doces e ajudar. Nada faziam, e quando voltavam eram precisos dois homens para carregar as arcas que iam cheias de manteiga, toucinho, peru, quartos de capado, ervilha, azeitonas. Eram já forros pagando com esmolas a alforria. Chamados para os casamentos, ficavam senhores de tudo, fazendo e desfazendo. Pelo casamento da velha prima, Severa não foi chamada e falou muito. Pelo batizado do primeiro neto, veio, mas de nada cuidou, lambuzando a carne do capado, que foi salgada por outros, às 10 da noite. Eram seus companheiros Antônio e Belchior. O velho médico, quando vinham os filhos do colégio, queria que estudassem, ameaçando: “Eu boto vocês pra arrancar mato e Belchior com a taça atrás.”

Já vinha de antes. O Félix Gaspar, já acadêmico na Bahia, o patriarca Silvério quis tirá-lo do estudo, pois gastava muito. Punha-o a amarrar cerca e lhe batia a boceta de rapé na cabeça: “Tu tá pensando que tá no colégio?” Os irmãos (Félix era mais moço que Francisco Félix, 6 anos e que Joaquim, 14 anos), que já eram casados e afazendados, não permitiram a perda do primeiro diploma da família de Manoel da Cunha Frós de Almeida. Uniram-se e pagaram as despesas, continuando o apoio na construção do palacete, que foi dos melhores de Santo Antônio de Jesus, bem como a casa de negócios, que o médico manteve ao lado da clínica e da política. Deste negócio, há boas anedotas, mas um fato me lembra. Foi vendido para Francisco Félix um décimo de vinho do armazém de Dr. Félix. Era zurrapa e o fazendeiro ordenou que o guardassem. Vindo o médico, foi-lhe servido, explicando o irmão, à reclamação, que o vinho viera de seu armazém.

Francisco Félix era inteiriço e Félix era político. Um genro do primeiro queria ser tabelião e Félix, chefe, partidário, não atendera ao irmão, que, tendo amigos da Capital (hospedava-se

com Dr. Ribeiro dos Santos) conseguiu a nomeação. O médico ofendeu-se, desprestigiado o político e houve troca de palavras em Nazaré: “Félix, seus amigos são o dinheiro e seus filhos” afirmou o fazendeiro.

No casamento de Lealdina houve um forte incidente. O candidato vitorioso a coletor estava ao almoço ao meio dia, a que chegou muito tarde o antigo caixeiro e grande amigo do médico, o posterior tabelião Manoel Lima. Ao apontar calvando na malhada, Félix levanta-se e diz, peremptório: “É biltre, é canalha, é fedelho aquele que não for receber o outro eu” O nomeado por influência do sogro não se moveu e, após o almoço, estando o médico excitado, de beber demais, aquele e o irmão o empurraram para o quarto onde ficou durante horas, a curtir. Tempos depois o “outro eu” do político era capital inimigo, quando Viana foi governador, que fez do filho do médico um dos secretários do Governo, como veremos mais tarde.

Francisco Félix dirigiu a vida com firmeza e inteligência. Vibratil e falador, mas bem intencionado, manteve prestígio de fazendeiro adiantado. Viajava para a Bahia com seu croisé e chapéu duro, dando impressão pessoal superior. Um sobrinho, estudante de Direito, viajava com um colega a quem informou ser aquele Juiz de Direito de uma comarca bahiana. O rapaz aproximou-se, reconheceu a pilhéria do colega, mas manteve a conversa na altura, por bastante tempo. O sobrinho aproxirna-se delicado: “Meu tio, está dando sua prosinha?” O velho: “Quem prosa é cabuleté seu Alexandre”.

Suas relações com o grande oculista Ribeiro dos Santos, de quem era primo, foram duradouras até a decrepitude, após a abolição. A Rua do Paço era sempre falada com honrarias e todos conheciam o nome de D. Jesuina. Do médico ilustre contava-se a severa censura ao criado que não vira uma pena de ave no corredor da entrada do palacete. Elogiava-se o rigoroso asseio do lar amigo, a nobreza do trato, a superioridade dos aposentos. Algumas vezes os primos puderam perceber a diferença da cultura em que vivia o Senhor de Engenho, à vista das gafes que parecem

anedotas, nas suas visitas à capital, durante longos anos, quando fazia as encomendas de roupa e calçados, seus e de sua mulher e das filhas, por ocasião de casamentos. Decisões próprias do ambiente da roça, os primos da cidade faziam por modificar, mas nem sempre conseguiam demover o fazendeiro autoritário, que não compreendia relações elementares da moda e do bom tom.

## DECREPITUDE

Os primeiros fenômenos da sua arteriosclerose com repercussão cerebral, foram na mansão acolhedora da Rua do Paço. A idade, no tempo, era elevada e os dissabores da revolução social, que nunca maldisse, ainda mais abreviaram o desenlace, em 5 de outubro de 1894, na casa Grande do Oiteiro. Seu enterramento, em Nazaré, foi o último que se fez à noite. Era o velho costume das procissões noturnas. Foi uma noite muito tempestuosa. Dr. Alexandre Freire Maia Bitencourt era o Intendente, como se chamava o Prefeito Municipal, logo depois proibiu esse uso, que perdurou, simbolicamente até 1900 em Santo Antônio de Jesus, 9 de março, enterramento da Tia Luzia, a dedicada, secretária do fazendeiro. Neste último dia percebi, aos 11 anos, a segurança e método do meu pai para êxito completo da cerimônia, que se fez à tarde. Em Nazaré, as tochas de enterro eram fornecidas pela Loja de Tertuliano, sendo a tocha inteira de cera protegida por um funil de papel para preservar a mão do condutor. Pesavam-se as tochas antes e depois do ato, pagando-se, o valor da ceira gasta. Os restos das tochas depois de 1894, consumiam-se em casa e, mais tarde na Fábrica Stela, vindo ainda tocos para Salvador. Outro costume, que Xandú extinguiu, foi o dobre contínuo de sinos pelas mortes. Ainda por Francisco Félix dobraram longamente.

Das minhas recordações de meninice que tenho nítidas, a figura da avó não me ficou memória, pois morreu antes dos meus quatro anos. Nem mesmo a cena em que minha mãe conseguiu ver a velha no esquife, à porta, em caminho do cemitério de Santo Antônio de Jesus, me lembra absolutamente. Do avô porém ficou-

me viva figura. Em pé, de Croisé, ouvia de minha mãe, queixas pelas rugas domésticas. Junto estava, vindo da fazenda, rico cesto de laranjas-cravo, que, quase eideticamente, vejo, como ao velho. A serena atitude de aconselhar paciência e conformação indica que a doença ainda não estava agindo. A morte deu-se em 5 de outubro. Acredito pois, que a conversa, cujo valor moral me impressionou, terá sido no começo do ano ou fins do anterior, aos meus cinco anos, quando se deram outros fatos que pude recordar. Foi uma vantagem ouvir o velho avô com pensamento construtivo de conformação, na aurora de minha formação social.

### TIOS E TIAS

Não esmoreceu o encanto da Casa Grande da Vargem Grande, que a todos enfeitiçou por mais meio século, e está acolhedora nas mãos dos netos. Antônio Sampaio manteve, na liberdade, o prestígio do trabalho da monarquia escravocrata. Repetidamente o visitamos. Um São João dos meus nove anos ficou memorável, antes da doce estância, na época do Cometa Hallei. O São João foi a primeira festa depois da morte dos velhos, depois da quebra dos bancos da Bahia, quando as tias perderam seus pecúlios depositados. Já se reclamava reajustamento das condições econômicas, depois das lutas da consolidação da República. A guerra dos Boxeres já passara; a de Cuba traria, breve, altos preços para o fumo. Bernardino de Campos sob Prudente de Moraes, já disciplinara as finanças nacionais para habilitar-se Campos Sales a conseguir dos Rotchild o “fundinloan” que soergueu o mil réis. O dinheiro brasileiro era moeda de câmbio, o dez réis ainda comprava o que hoje dois e três cruzeiros não podem adquirir. Um par de sapatos custava dez e onze mil réis, um queijo vindo da Holanda vendia-se por três e quatro; um peru, que hoje vale milhares de cruzeiros custava cinco mil réis na cidade. Mas deixemos comparações que entristecem os atuais, e cuidemos da festa de São João de 1897. A casa cheia de tios e tias, primos e primas. Os agregados, que imitavam as atenções dos antigos

escravos, muitos a permanecerem na fazenda, circundavam o sobrado, ajudando a preparação do foguetório da noite. Já à tarde rabeavam e espoucavam buscapés e ecoava, nos oiteiros vizinhos, o bacamarte assombrador. Já se comiam figos, passas e ameixas, ou laranjas-cravo e milhos cozidos e pires de canjica. Os meninos já andavam carregando as rodinhas, traques, chuvinhas, fósforos de côr, lápis do Japão, e estrelinhas. As tias acendiam chuveiros e pistolas ou armavam com alfinetes, numa flecha, as rodinhas giratórias, para os meninos. Já meu cuidado era grande ao segurar os fogos, como o ensinara meu pai, no ano anterior. Quando a alegria congregava todos, ouviu-se o estrondo do chabú. Meu irmão de sete anos, tinha a mão ensanguentada. Lembro-me do carinho de tio Antônio Bastista, a fazer o penso. Paralizou-se a folgança; descansaram os fogos. Os gemidos e o choro do menino cessaram. De mão na tipóia, já conduzia fogos ao cair da tarde de inverno, pelas cinco e tanto, que hoje se diz dezessete. E o ritmo voltou alegre, os buscapés presos ao moirão, faziam círculo de fogo, a que seguia o estrondo ribombante do tiro final. Tudo seguiu feliz, com as duas fogueiras grandes, com enormes patís carregados de milhos, cocos, e laranjas, e com os gritos fortes dos roceiros: “Acorda João”. Tudo reforçado pelos ecos repetidos de bacamarte, respondendo ao que fora disparado pelo vizinho da fazenda, três e mais quilômetros distante.

Do jovem tio daquele tempo, animador da festa, com seu otimismo de ex-estudante inteligente e decidido, há boas passagens, chistosas que alunos, julgam heróicas. Era ainda na época dos escravos, já pelos anos finais. No colégio, agitado contra censo e diretor, armado de canivete, esperou a tentativa de prisão para a café, mas ninguém teve coragem de chegar-se. Outra vez na rua do Paço, onde Ribeiro dos Santos hospedava o senhor de engenho, havia uma república de estudantes, onde vivia o futuro fazendeiro. Lembrou-se alguém de prometer cinco mil réis ao que tivesse coragem de sair nu à rua; um sertanejo aceitou a parada. Ao vê-lo fora, outro fechou a porta e o Adão foi visto pelo pessoal escandalizado da Bahia conservadora e pseudo religiosa. Era

um insulto para o famoso oculista e a república perdeu um dos seus cidadãos do tumulto. Calcule-se agora a confusão de quase noventa anos passados e compare-se com a mocidade politizada de hoje candidata à fuga e asilo de embaixadas, ao martírio das prisões ou à chefia dos desejados pelotões de fuzilamento. Esta nova era vem francamente de 1930 e, pouco depois, deixa a terra o bom e querido animador do nosso São João de 1897.

Do ambiente da fazenda, juntaremos alguns provérbios, ditados que eram constantes, ainda até o fim da vida dos filhos do fazendeiro. São hábitos mentais fortes, expressivos do orgulho, com largueza intelectual, mas sem cultura. A linguagem era relativamente boa, pois as críticas eram vivas. As cantigas, em que muito colaboravam as escravas, sofriam efeitos prosódicos. Destas e dos provérbios, daremos exemplos, não tendo sido recolhidas as de mais forte influência africana.

#### CANTIGAS

Querê bem vêm de furtuna  
Furtuna prá quem já tem  
Eu cuma não tenho furtuna  
Não quero bem a ninguém

Você gosta de mim-sê-sê  
Eu também de você-sê-sê  
Se papai, combiná-sê-sê  
Eu me caso com você.

Minha mãe case, case  
Enquanto eu sou rapai moço,  
Quí mio prantado tarde  
Dá paia não dá caroço.

Porque se ausentou de mim  
Foi peditóri de alguém  
Se adverta cum todas  
Faça vuntade a seu bem

Chapéu de paia é prá roça  
De couro pra vaquejá  
De paínha é pra missa  
De baeta pra namorá

É vem barra do dia  
É vem barra do má  
É vem dois marinheiros  
Ê hora deu viajá  
Tin-dolê Tin-dô-lê-lê  
Tinrdô-lê-lê Tin-dô-lá-lá

Vamos pra Bahia  
Vamos pra Bahia  
Vamos vê Jesus  
Botemos jueio in terra  
Vamos adorá a cruiz.

Arfavaca remalhosa  
Lá -no campo dero fim  
Pergunta a amô tirano  
Porque se ausentou de mim

No tempo quêu era moça  
Era querida das frô  
Hoje qui jastou véia  
Sou dispmezada de amô.

Pomba gemeu  
N'ôio da pimentêra  
Avuou, sentou  
Essa pomba é verdadêra

Um pai de famia tinha seis  
Fia moça  
Um moço impreitou um molequim mode dá  
Um recado de geito qui o pai não discunfiasse  
O molequim chegou e dixeu:

Ou moça daquelas moça, Eu não sei delas quá é  
Não sei quem mandou dizê  
Qui fôsse não sei adonde  
Eu não sei qui lugá é  
Eu já di o meu recado, Intenda cuma quizé.

Meu pésim de alecrim  
De ouro já lumiou  
Meu benzim de bunitim  
Todo mundo sinvejou

Meu pé de mangiricão  
De veide já tá pendendo  
Os óio de meu benzim  
Dá vida a quem tá morreno

Eu prantei meu pé de arve  
Para vê queu te avistava  
Cada foia qui caía  
Era um suspiro queu dava

Naquela incruziada  
Foi a nossa dispidida  
Tu pra lá e eu pra cá  
Adeus bem da minha vida

Dentro de meu peito eu tem  
Duas caderas dincosto  
Uma prá deitá papai  
A outra quem fô do meu gosto

Meu coração tá trancado  
A chave tá im Belém  
Meu coração só se abre  
Na chegada do meu bem  
De juêio eu cai nágua  
De juêio eu fui ao fundo  
De juêio eu levantei  
Dei a mão a todo mundo

Alecrim bateu na prôa  
A prôa bateu no má  
Eu passei pela morena  
Não deixei de namorá

A Bahia vale um conto  
Nazaré um conto e cem  
Santatônho vale tudo  
Pelas morenas qui tem

Agora mim deu sordade  
No posso dizê de quem  
Non tá longe nem tá perto  
Quem meti coração qué bem

A sucena dentro d'agua  
Toma conta dum jardim  
Eu só peço ao meu jisui  
Qui tome conta de mim

Seu sobesse qui tu vinha  
Eu mandava te buscá  
Dentro dum copo de vrido  
Cuberto de resedá

## PROVÉRBIOS OU DITADOS

Pedra que muito se move, não cria limo. Quem não tem vergonha todo mundo é seu. Boa romaria faz quem em sua casa fica em paz. Mais pró faz o ano que o campo bem lavrado. Grão a grão a galinha enche o papo. — Remenda o teu pano, que ele dura um ano, torna a remendar que ele torna a durar. — Fica salmorando na cama. — Antes magro no mato, que gordo na boca do gato. — Donde é aquele galaláu de Espanha? — Mais vale amigo na praça, que dinheiro na caixa. Isso não parece muito certo: “A economia é a base da prosperidade” — É preciso não

largar a mão”. — “Dois proveitos não cabem num saco”. — “Ele tem olho maior que a barriga”.

Mal de muitos consolo é. Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. Meu pai é aço que verga mas não quebra. Gabos em boca própria é vitupério. Quem mais se exalta, mais se abate. “Si vous êtes bien ici pour quoi voulez vou aller aller áilleurs”. (Este pensamento em francês era aprendido de ouvido, pelo repetido do irmão, que foi aluno do Colégio São José e do São Salvador. As moças mal assinavam os nomes, mas eram quase todas altamente inteligentes. A expressão francesa era aplicada com propriedade, sempre que alguém falava em mudar-se.)

## CAPÍTULO SEGUNDO

### TAYTINGA, PARAÍSO E SAPUCAIA

Os velhos portugueses, como espanhois, mais tarde italianos, entravam pelo Maragogipe ou pelo Jaguaripe e ganhavam os morros de São Felipe, rumo à Conceição do Almeida, onde se firmaram os Almeidas, depois dos Bitencourts, dos Souzas, dos Santos, dos Cunhas, dos Fróes, dos Ribeiro, dos Castros, dos Batistas, transbordando para as nascentes do Rio das Onças, antes da vila crescer. Outro caminho já vimos, subindo as margens de Jaguaripe até as cabeceiras, pelo Rio da Dona, Taitinga, Jequetibá, Mocambo para onde correm o Riacho das Almas e Rio Cabeça do Homem, que recebe o Mocotó. Todos os ocupantes rumavam para a Serra da Gibóia, vista, em carta régia, como do Guarirú, que vai de Castro Alves, antigo Currallinho e Santa Terezinha até São Miguel, Amargosa e Brejões.

Vários pousos teremos em nossa Viagem Sentimental e agora ficaremos no canto nordeste de S. Antônio de Jesus, indo ao centro e oeste de Nazaré e Sul de São Felipe, entre o Copióba Mirim e o Pedra Branca, de leste a oeste, e do paralelo de Jacarandá, ao da fóz do Taitinga do Jaguaripe.

Em toda a bacia do derradeiro viveram os filhos de portugueses, nos séculos XVII e XVIII, descendentes de Úrsula Maria das Virgens, Félix Bitencourt e Matias Ribeiro. Pelos meios do século XVIII, chegaram os irmãos Manoel da Cunha Fróes de Almeida, João Batista de Almeida, que nos ocuparão dentro era pouco, e João Fernandes Cardoso, cujos netos, ao lado dos netos daqueles, constituirão, no século XIX, assunto das nossas referências.

João Fernandes Cardoso, cujo nome, como o de Manoel da Cunha Fróes de Almeida, denuncia origem israelita dos Cristãos novos, tão numerosos no Brasil do século XVIII, estabeleceu-se nas cabeceiras do Jaguaripe, em Curralinho, negociando em cereais e gado, tendo uma grande fazenda, cuja denominação talvez seja a que depois deu nome à freguesia e à vila, para ser, na República, a Cidade de Castro Alves. Ainda em 1860 a povoação tinha poucas dezenas de casas, quando já se tinham passado, talvez, duas gerações das atividades do colonizador. Além dessa, possuía grande trato inexplorado de matas, de que, em 1914, ainda havia parte virgem, indo do atual Muniz Ferreira até Taitinga, limitando-se com os antecessores dos Torres, estendendo-se ao norte até o Engenho Conceição do Riachão, que fica hoje no município de S. Felipe e fora propriedade dos avós do Prof. Armando Tavares, sendo comprado pelo avô do Dr. André Lyrio.

João Fernandes Cardoso casou-se, mas não consegui saber o nome da esposa. Encontro também uma filha, de cujo marido não achei o registro do nome. Seus filhos foram André, Serafim, Rosa Maria da Encarnação e Francisco Fernandes Cardoso. Não era costume levarem o nome da família as mulheres. Houve outros filhos, cujos nomes e vida não se conservaram. Os quatro sobreviventes, na lembrança para a tradição familiar, dão sentido a esta parte das viagens.

André Fernandes Cardoso, ficou conhecido por André Cardoso Lyrio. De moço, gostando de caçar, encontrou no campo um passarinho, cujo nome adotou porque o achou, muito belo. Ocupou, das grandes matas do pai, o trato à foz do Taitinga,

pela margem esquerda do Jaguaripe, pela margem direita, até o limite com os antecessores dos Torres. Eram matas virgens da extremidade dos terrenos da futura Capela de Santo Antônio de Jesus ainda não freguesia, cerca de oito quilômetros de voltas de rio, a findar na queda de água onde depois se construiu a levada do Paraíso.

### MULHER DESABUSADA

Sua mocidade foi combativa e bemfazeja. Sua irmã, Rosa Maria da Encarnação, era uma mulher forte, gorda, muito disposta, trabalhadora, com vários filhos que encheram de netos e de ação as matas e os sertões. O nome do marido não conseguimos, tão prestigiosa era a amazona de raça, muito carola, metida com padres e frades. Ficando viúva muito jovem, manteve o território banhado pelo Ribeirão Santo Antônio, onde ficam hoje os Sampaio, até o Sítio dos Frades, como ainda é chamado. Mandou um filho para o colégio do Seminário. Era Cardosinho Cospe Cospe, que chamavam Iôô Padre. Quando vinha passar férias, dois pagens fardados, de espadim, o esperavam em Nazaré; um tomava à frente, para cortar os galhos de mato e o outro seguia atrás. Grande malandro, gozador. No engenho, citava falsas frases latinas: “Ego sum colher de páu”. As negras perguntavam o que queria Iô Padre, que explicava: “fogo pra charuto “Salis salites, com ovus mitis” era ovos fritos com pouco sal”; qui quae, quod” era garapa de cana bem coada. No fim de dois ou três anos, os Irmãos afirmam à D. Rosa: “Este estudante está estudando pra burro.” Iô Padre deixou o Seminário e casou-se com uma linda moça que, na velhice, mostrava o que fora na mocidade. Instalou-se com um Engenho d’água, onde ainda vivem os seus bisnetos. O beribéri levou-o à Europa, acompanhado de Reinaldo Sampaio. O antigo candidato a padre manteve namoro com várias moças, dando o nome de um primo casado dos engenhos vizinhos, para o qual vieram várias cartas de portuguesas.

Rosa Maria era viúva rica. Viajando para Nazaré e para os engenhos dos irmãos, acompanhavam-na dois págens fardados, Cevando um, à frente, um grande lenço de rapé, amarrado pelas quatro pontas, com dinheiro de papel, para não ficar correndo riscos em casa. Montava como homem, trazendo uma pistola em cada coldre do selim, para o que desse e viesse. Não tirava da cintura uma chave grande, que brilhava como prata, apesar de ser de ferro. Era da despensa, onde ninguém entrava senão ela, pois aí se enterraram vários contos de réis, em ouro antigo. Quando faleceu, repentinamente, por acesso do coração, diziam que um filho abriu a dispensa e tirou, de sob um tijolo, trinta contos em ouro, que pôs numa mochila e atirou no cocho de mel, donde lhe deu destino. O dinheiro papel, foi dividido entre os filhos. Uma filha que se casou e enviuvou cedo, pois o marido morreu de variola, contraíra novas núpcias com um fazendeiro.

Ao trazer um escravo um baú velho de couro, já sem cabelo, reclamava contra seu peso. Pensa-se que aí foram as moedas muito antigas, que um neto cambiou com dentistas e outros, muito mais tarde.

Mas Rosa Maria tem uma passagem muito interessante que traduz o meio social, no meio século passado. Serafim, seu irmão e de André, era um espírito tolerante, que alguns chamam hoje molóide. Rosa o atormentava e André procurou defendê-lo, per mutando os terrenos. Rosa, valente e destemida, começou a desobedecer aos limites das fazendas, apesar de saber que o irmão era peitudo. Na parte litigiosa, iniciou a construção de uma casa para o engenho e moradia, reclamando o irmão de balde. Por troça, André em certa roda, afirmou: “Rosa quer que eu mande derrubar tudo a machado.” Chegou ao ouvido da amazona. En contrando o irmão na Capela do Engenho de Água, aguardando a chegada do padre, num dia de domingo, perante várias pessoas afronta-o: “Se for homem mande derrubar o engenho.” André lhe respondeu: “Minha irmã, eu assim falei por brincado, pois tenho muito terra e não faço questão disso, mas você me afronta assim de público; tome suas notas: hoje é domingo e de amanhã a oito dias,

segunda-feira vindoura, irei derrubar o engenho a machado.” Rosa aceitou o desafio. André reuniu escravos e mulatos mer cenários, bem armados, divididos em dois grupos, que lembravam ataques de índios pela mata, ou luta militar, e fez o assalto em regra. Rosa, entrincheirada no engenho, respondeu ao tiroteio que durou da manhã à noite, havendo vários feridos de parte a parte, ainda que nenhum gravemente. No auge do fogo, a noite começada, Rcsa e seu pessoal, espirravam pelo fundo do engenho, que não pôde ser de todo sitiado. No ataque final, após a comida, meteu-se o machado para derrubada. Às dez horas, André suspendeu a ação e fez dormir o grupo. Na manhã se guinte, mandou derrubar madeira na mata de Melo, perto hoje da fazenda Sapucaia, e fez novos esteios. Essa conduta de André fez Rosa chegar-se às boas; foram amigavelmente à justiça e acertaram tudo, em documento judicial. Aí se fez a sede dos Fernandes de que foi descendente o Juiz Beolindo Cardoso, em Santo Antônio de Jesus.

Outro irmão de André, Serafim, que herdara do pai um terreno à margem do Jaguaripe e o trocou para livrar-se do império de Rosa, começou a trabalhar progredindo, mas foi assassinado por um escravo, por ordem da mulher D. Maria, quando, se dirigia à casa de farinha. O tiro atingiu a axila, deixando-o vivo poucas horas. O irmão foi ao enterro e, em segredo, descobriu a causa da tragédia. Poucos dias depois, André foi ao engenho de D. Maria, para pegar o negro e desvendar tudo. Posta a pistola na bota e um filho de dez a doze anos na anca, é recebido pelo negro calmamente e pretendendo ajudar a descer o menino. Rapidamente André agarra o assassino. Era um homem alto e robusto, mas o criminoso o suspendeu ao ombro atravessando “como um bentivi” e o carregou cerca de cinquenta metros, rosnando: “que é isto branco, que é isto branco”? André arranja meio de dar-lhe na nuca uma dentada, que o fez banquear.

Pondo a pistola apontada ao rosto do escravo, pede ao filho Reinaldo um cabresto, com que amarra o assassino, logo posto no tronco. Corrido, encontrou-se à cintura, uma meia de mulher, com duas cédulas de quinhentos mil réis, que ninguém pense

ser cruzeiro hoje. “Bom” disse André, “isto é para o processo” e nada deixou ver a D. Maria, pois sabia ser ela mandante do crime. Interrogou o preso, que era moço, muito forte e conseguiu saber que a arma se achava no poço “Pedrãozinho” do Jaguaripe, donde o retirou o mergulhador João Liberato. Ficando o assassino preso, começar-se-ia a ação da justiça pública de Nazaré. Em grande surpresa, foi o preto encontrado morto, envenenado por um irmão de D. Maria, sujeito asmático, conhecido da família por muito tempo. As provas faltaram e o duplo crime ficou impune. Pouco tempo depois, casou-se a viúva, tendo tido alguma herança do marido assassinado. João Fernandes Cardoso havia deixado 18 sítios que seriam hoje grandes fazendas na mata.

O novo marido era já de boa idade e do casal nasceu uma menina que se batizou como Vitória. O pai passava como rico, com trezentos contos de ouro. Veraneava no Rio Vermelho, fiação Capital, por sofrer de beribéri. Vitória cresceu e educou-se num colégio de freiras. Era esbelta, alva, cabelos louros, um trem de riscos, como se diz hoje na mata. No Rio Vermelho, surgiu um namorado médico, que, mais velho, foi funcionário do Estado, sempre metido num croisé esverdeado pelo tempo, que a estudantada chamava clorofilado. O jovem começou a rondar a casa, dando fora o pai, mas havendo proteção de D. Maria. Feito o pedido de casamento, deu o pai resposta negativa. Rufo abandonou a fazenda, indo morar em Nazaré, trazendo a filha sob sete chaves. Com a proteção da mãe, já assassina, fez-se a conspiração. Rufo costumava dizer, nas horas apertadas: “D. Maria, olhe que eu não sou Serafim.” A despeito de tudo, foi peitada uma escrava, que pôs o ópio no chá costumeiro. Caíram todos no sono e nessa noite Vitória não ficou sob chaves, sendo conduzida, pela madrugada, em camisa, para um carro que a levou à casa amiga, em segurança. Pela manhã, Rufo levantou-se e não encontrou a filha. Esbravejou, arrancou os cabelos, rogou pragas e mais pragas: “a desgraçada ficaria grávida de dois filhos e morreria de parto.” Mas a polícia agiu prontamente, e o casamento se fez no mesmo dia. Rufo ficou desolado, parecendo adorar a filha única. Adoeceu e morreu logo

depois, antes de nascerem os dois filhos gêmeos de Vitória, que morreu de infecção puer-peral. Confirmou-se a predição do Rufo. A mulher criminosa morreu miseravelmente, em casa de amigos, vizinho a uma república de estudantes, no fim do século passado, na rua das Flores, onde chegava o bonde da Soledade, na Baixa dos Sapateiros.

Outro irmão de André parece ter-se chamado Francisco, casado com uma Sinhá Iaia, residente onde hoje estão netos de Andresinho, perto de Rio Fundo. Daqueles, não se tem notícias, salvo um neto chamado Doutor de Sinhá Iaiá, tipo sarará, jocosos, desengonçado, que o pai prometera mandar aos estudos. Teve um incidente grave na vida. Discutindo com um trabalhador, atirou-lhe um torrão de terra, que não atingiu o homem que, correndo, tropeçou numa balança, caindo morto de repente. Outros desastres perseguiram a família, nesse engenho, que foi de Rosa e onde viveram dois frades, trazidos pelo Seminarista Cardosinho. Daí o nome conservado pelo mais velhos. Formou-se do Engelho dos Padres uma lenda de dinheiro, sendo a casa mal-assombrada, onde os frades cavaram um porão de ouro. Confusão talvez, com a despena de Rosa, donde saiu o ouro do baú velho, depois cambiado com dentistas. Também pode ser outro tesouro.

## SEGUNDA GERAÇÃO

Concluída a geração guerreira do final do décimo oitavo e da primeira metade do século XIX, veremos os filhos que sobrevieram de André: Reinaldo Lyrio e Francisco Antônio. Um terceiro, Manoel, morreu pequeno, afogado no rio Taitinga, bem aos fundos da Casa da Serra. Brincava com uma cuia que a correnteza afastou; o menino tentou salvá-la e escorregou no barranco e foi levado, sem que a lavadeira, que o levava, o visse, consumando-se a desgraça. Os dois sobreviventes ficaram cedo órfãos. Maria Alexandrina do Amor Divino, filha de Reinaldo Francisco, do Longuinho, pagou

tributo à famosa epidemia da Cólera de 1855. Fora visitar o pai e, de volta, foi retirada do selim de banda, já sem vida.

Depois das lutas já descritas, com os filhos no colégio, da Conceição de Salvador, sentindo talvez a nostalgia da labuta da cidade, retirou o filho de dezesseis anos para entregar-lhe a fazenda. É significativo, no meio do século XIX, a capacidade de um jovem dessa idade, para gerir a escravatura, as roças com animais e bem cedo casar-se. Em 1856, André mudou-se para Nazaré. Austero, fortíssimo, alto, muito corado, procurou ajustar novo casamento. Quase no dia das núpcias, procurando legalizar a garantia dos filhos órfãos de mãe, o pai da noiva aborreceu-se com a providência, resultando encerrar André o plano de casamento. Constituiu família ilegítima, com uma mulata Ricarda, de quem teve um filho que, já homem, foi morto pelo trem, em frente ao Engenho Paraíso. Não ficou registro se era político. Como homem de bem, teve inimigos. Era progressista, sendo acionista da primeira companhia da Estrada de Ferro até Onha, perdendo bastante dinheiro. Trajava um fraque de brim branco, muito usado pela burguesia do tempo, morrendo em 1873, no seu sobrado, junto à matriz de Nazaré, vítima de uma grangrena por estreitamento da uretra. Tinha 52 anos de lutas para construção social. Seu testamento, ainda conservado, prova que o acréscimo do nome Lyrio de um passarinho, não proveio de duas pequenas divergência de família, pois assinou-se André Fernandes Cardoso Lyrio.

Os dois filhos, muito moços, tomaram o cargo da vida. Reinaldo Francisco aos dezesseis anos retirado do colégio, onde progredia nos estudos, causou involuntariamente a interrupção do desenvolvimento do irmão, cuja cultura teria dado um espírito acadêmico, atilado, prudente de esteta e sentimental. Mas ambos entraram na faixa escravocrata, aproveitando a fortuna que o avô e o pai haviam transmitido. Reinaldo seguiu na própria sede do pai nas águas do Taitinga. Reformou tudo depois, construindo bela residência, com vista sobre a cachoeira e sobre a estrada de ferro,

numa eminência de morro que justificava o título de Paraíso, que mais modernamente passou a Palmeira. No casamento com uma moça da família Cruz, teve doente bem cedo a esposa e ficou viúvo ainda moço, vivendo cinquenta e seis anos. Reinaldo morava com uma cabo-verde chamada Januária, com quem teve duas filhas: Dometília e Idalina.

## FEITIÇO

Quando Reinaldo se casou com Maria Manuela Cruz, apelidada Pombinha, Januária disse: “Ele vai se casar, mas eu mostro a burrinha.” Reinaldo despediu-a, sem nada saber, e tomou as duas filhas, que foram criadas em casa e depois casadas. Pombinha era de boa saúde, alva, baixinha, olhos grandes, delicada de temperamento e social. Quando nasceu Augusto, ela teve parto natural e já crescidinho o menino, a mãe saía de casa, ficava sob uma laranjeira e chorava constantemente. Também ficava no quarto fechado com o menino. Nada comia, durante essas crises. Noutros dias, passava muito bem. Tinha absoluto nojo do marido. Quando este passava e mal roçava o vestido, ela ia tomar banho e mudava a roupa toda; dizia que ele estava fedendo. Quando dava comida às galinhas, jogava pirão na cara de Reinaldo. Atirava urinóis cheios sobre ele. Já então ela estava bebendo cachaça, que mandava buscar no engenho. O pai de Pombinha inimizou-se com Reinaldo. Havia fornecido um pó, para se desfazer o feitiço de Januária. Quando Pombinha ia por o pó, Luiza, antiga escrava que carregava Reinaldo, chamou-o e este não permitira, zangado. Ficaram de mal. Pombinha viveu apenas sete anos casada e teve seis filhos, dos quais se criaram cinco. Deu para inchar e afinal morreu. Reinaldo tinha muito cuidado com vinho (sempre tinha bons vinhos para os amigos), mas os escravos traziam cachaça e Pombinha dormia, fazendo eles o que queriam na casa. Depois da sua morte, Reinaldo viveu com Claudiana, e teve vários filhos.

## CAPACIDADE FRACA

No trabalho, seu êxito foi fraco. Suas terras boas não tiveram a cultura paciente e contínua que exigem, com a rotação necessária. Seus escravos foram inferiores ao do seu irmão mais moço. Faltava-lhe o jeito, levando tudo pelo esparrame, como era costume em vários engenhos de escravos, onde o pensamento do senhor não residia no seu labor. Era político extremado, conservador, sendo eleito vereador da Vila recém-criada de Santo Antônio de Jesus, escolhido para a comissão de “alinhamentos e obras públicas” e para a de “posturas e justiças” em sessão de 13 de março de 1883; Sua atuação política coordenou-se com a do parente Dr. Félix Gaspar. Mantiveram-se em minoria, votando sempre contra. Em breve, começaria a luta política de Dr. Félix com Manoel José da Paixão e Araújo. Mas Reinaldo Lyrio propunha sempre em benefício da zona rural da nova vila, ainda engatinhando, depois da desanexação de Nazaré, que, em dezembro de 1884, por ofício do Presidente da Providência, declarava “que sua receita tem decrescido consideravelmente desde a criação e instalação do Município de Santo Antônio de Jesus”.

O lavrador, senhor de engenho, antigo agressor do Colégio para gerir a fazenda do pai, aos dezesseis anos, infeliz no casamento pela doença da mulher, que o deixa viúvo moço, teve constantes contratempos no engenho d'água, dos mais importantes das Matas. Tocaram, fogo em seus canaviais, quatorze vezes, e no próprio engenho. Uma sexta-feira da Paixão, ao meio dia, ouvia-se de longe o estalar do fogo e a fumarada medonha encher o ar. Almoçava-se na Sapucaia e o irmão abandonou a mesa e acudiu com os escravos e os dos vizinhos. O combate contra o fogo foi desigual, porque o vento era forte e o sol escaldante. Os engenhos (Paraíso, Sapucaia e vizinhos mais próximos) moeram quinze dias e quinze noites, para salvar as canas maduras de dez tarefas de canavial viçoso. Quantas noites, foi o irmão chamado para apagar incêndio no Engenho Paraíso! Seus inimigos aproveitavam alguns escravos ruins, como Aninha, Casiano e outros. Não havia

fiscalização metódica. Os negros depois da “hora” faziam suas maldades. “Hora” era o trabalho feito depois de sete da noite, até às nove. Principalmente no passar o bagaço de uma parte da casa onde ficava a moenda para a da fornalha, deixava-se o restilho: um tição de brasa ficava sob o bagaço seco. Já se tinha nota de uma tocaia contra o fazendeiro, encontrando-se ossos de galinha, pedaços de lã, provavelmente postos sobre a espoleta da arma. Contratou-se gente para policiar o engenho à noite, mas o senhor de escravos parecia ter medo, e não saía de casa. Clamou pela imprensa, foi ao chefe de Polícia, até que se descobriu a patifaria dos escravos.

Com a abolição, desanimou completamente, ficou sem trabalhadores, tirando, os filhos do colégio. Seus filhos progrediam. Um estava no segundo ano de direito do Recife, outro no quarto ano de seminário da Bahia. Um terceiro estudava no Colégio dos Remédios, do Professor João Augusto, auxiliado pelo Professor Olavo, em Nazaré. É o colégio que já vimos, com o jovem Manoel Augusto, depois sábio Pirajá da Silva. O próprio filho de Reinaldo revelou-me: “O diretor chamava-o para catar cabelos brancos. Certo dia, deu-lhe uma tesourinha para cortar o cabelo junto da orelha e o aluno fez-lhe uma limpeza acima da orelha, gabando-se: “Reboquei todo o lado” — Nunca mais o Professor o chamou para cortar cabelo.” Toda noite, na hora de subir para o dormitório, havia marcha do batalhão. Depois, João Augusto já estava com uma palmatória, sovando um a um, aos que não tinham sabido lição ou tinham tido mau comportamento. Iam dormir com a mão ardente. Nos dias de sábado, havia dança até 9 e dez horas. João Augusto usava barba inglesa.”

Do colégio dos Remédios, o menino veio para Taitinga, pois, o Rio Fundo não tinha escola — “Era a escola particular de Atanásio de Aquino Nazareno; depois um Pedro Ramos. Em meio de 1888, seu pai mandou buscá-lo e o pôs a trabalhar na fazenda, carregando cana. Nos Remédios o menino já estudava gramática francesa, tirando significado com o dicionário. Lia tão

bem que o seu pai o chamava para ler para as visitas.” A natureza do fazendeiro havia criado condições negativas.

O filho estudante de direito no Recife deixou os estudos, apesar de bom preparo de humanidade e sua propensão para o latim, em expressões críticas e satíricas. Outro o acompanhou, empregando-se no comércio de Nazaré. Uma das filhas casou-se, desobedecendo ao pai e um filho aguentou a lavoura, muito moço. Em 1896, faleceu de hemorragia das gengivas, no curso da diabetes. Poucos o acompanharam até a sepultura no cemitério do Cocão, extrema sudoeste de Santo Antônio de Jesus com Nazaré. povoação antiga e estagnada há mais de um século. Hoje ainda dominam o Engenho os netos, que o adquiriram ao filho quase nonagenário e disposto à vida do trabalho. Ao morrer estava inimigo do irmão por motivo frívolo. Marcelino, mestre de açúcar da Sapucaia, costumava ir ao Rio Fundo, passando pela fazenda Paraíso. O dono, da janela, depois de várias vezes ver o negro passar, grita-lhe de longe: “Olá, não quero que passe aqui dentro de minha fazenda, fazendo daqui caminho”... O negro, de longe, suspende o pé, mostra a sola e diz: “A terra fica aí... Não levo terra no pé não...” E vai embora. O fazendeiro escreve uma carta ao irmão queixando-se. Este chama o negro e o censura: “Isso era um desrespeito ao fazendeiro e ainda mais irmão.” Não despediu, porém, o empregado (era, naquele tempo, uma dificuldade achar-se um mestre de açúcar). Reinaldo, diante disso, fica apaixonado, manda fechar as cancelas para a Sapucaia e não mais fala com Francisco Antônio. Disse até que, quando morresse, não queria que o irmão pegasse na alça do caixão. Ficaram separados. Quando, por acaso, se encontravam, o rancoroso desviava-se e o tranquilo ficava muito abalado, e, conhecendo o gênio do irmão, não falava. Quando morreu de repente de diabetes, o outro estava na Bahia e levou linda capela de biscuit, que não se conhecia no interior.

Antes da morte do fazendeiro político, ensinava os meninos da Sapucaia, D. Júlia de Castro, cabelos já grisalhos, alta, morena clara, magra, inteligente. À noite quando os alunos iam dormir,

fazia mesa espírita com Francisco Antônio, Belota e uma filha maior. Certa vez disse Júlia, depois da prece. “Coronel, chame uma pessoa com quem se queira comunicar; chame em pensamento”. Invocado o espírito do pai, começou a escuta: “Eu não os criei tão unidos, porque estão agora separados?” E assinou: André Cardoso Lyrio. O filho ficou muito chocado: Basta! Basta! e saiu. Era a forma de reagir quando não gostava das coisas.

### PERSONALIDADE EQUILIBRADA

Esse segundo filho foi Francisco Antônio de Almeida Lyrio, que interrompeu os estudos aos 14 anos, em fins de 1855, acompanhando o irmão que, aos 16 anos, assumiu o Governo do Engenho. Conheci-o quinquagenário, cidadão perfeito, não se percebendo nos modos, no traje, na linguagem, qualquer vestígio da vida rústica dos trinta e vários anos de trato com escravos e com os ásperos problemas da vida agrícola do século dezenove. Pelos cinco últimos anos de vida, grandes desgostos precipitaram a decrepitude, mas a sua natureza esteve perfeita até os sessenta e sete anos. Um cartão em tinta violeta mostra-lhe a letra perfeitamente caligráfica e segura de um caráter igual.

Trabalhou na roça desde os quinze anos, sócio do irmão, no Engenho que André lhes entregara aos trinta e seis anos. Casando-se aquele, decidiu instalar-se em novo engenho, que criaria, desde a derrubada da mata e dos alicerces da morada e de sua fábrica de açúcar. Escolheu os fundos da fazenda herdada pelos dois, à margem do Jaguaripe, em terras menos ricas. Em onze meses, construiu um sobrado de vários quartos, dois grandes salões, de visitas e jantar, sobre o rês do chão que servia de depósito e outras dependências, ao lado da larga casa do engenho, com pilares de sete e oito metros de altura, sobre alicerces de dois e três metros de profundidade, em razão de ser baixo o terreno. A média de preço de cada pilar ficou por dezoito mil réis, quando um moio de cal custava quatro mil réis e um pedreiro mestre ganhava mil e seiscentos réis por dia, que era quase de sol a sol. Foi das maiores

estruturas que conheci, nas viagens sentimentais a Nazaré, a Amargosa, a Areia, a Jequié, a Castro Alves, e Conceição do Almeida, São Felipe Cachoeira e Maragogipe. A fazenda chamou-se Sapucaia pela abundância da bela árvore, na primeira derrubada da área inicial. Alta e linheira, tem grande fruto muito parecido com o da castanha do Pará.

Começou por três anos, como engenho de bois, que logo se mostrou insuficiente para moer toda a safra do jovem agricultor.

Instalou-se uma máquina a vapor, a segunda que veio à zona de Nazaré. Espírito lúcido e caráter reto, era um bom senhor, tolerante e enérgico, mantendo médico contratado para os seus escravos, alimentados com disciplina, vestidos com segurança, recebendo no início do inverno camisas de lã, com cobertor. Doentes, eram recolhidos ao “beco”, como se chamava a enfermaria. Frequentemente, vinha medicá-los o Dr. Alexandre Freire Maia Bitencourt, Dr. Xandú, de Nazaré. Escravos ótimos, relativamente aos dos engenhos da sua sogra e de seu irmão. Parece que a novidade da casa, a instalação da máquina e o tino e humanidade do fazendeiro criaram as simpatias dos escravos. Houve uma obra pedagógica do jovem, que seguiu vitorioso, na escravidão e depois da abolição.

Aos vinte e nove anos desposou uma prima Maria Madalena, que teve seis filhas, levando-a a febre puerperal. O esposo deixou nas suas notas: “Levei casado seis anos e quatorze dias, parecendo sempre seis dias.” Nas vicissitudes da vida da fazenda e pelas febres as meninas faleceram, uma queimada pela camisa incendiada pela lâmpada, alta noite. Uma, porém, viveu até oitenta e quatro anos. Para recobrar a segurança casou-se com uma irmã da finada, Isabel, que lhe sobreviveu mais de vinte anos. Os novos filhos foram doze, morrendo na infância apenas dois. Cresceram grandes progênes de netos e bisnetos, alguns alcançando já postos chaves, nas lutas da cultura científica e no domínio financeiro.

O mais notável foi o médico André Lyrio que, septuagenário, deixou muitos, netos. Também teve forte semelhança com seus antepassados, da tenacidade de Rosa Maria destemida, da firmeza

de André Cardoso Lyrio e do velho João Fernandes Cardoso, velho proprietário das cabeceiras do Jaguaripe. Certa vês o clínico de Areia afirmou que era febre amarela o mal que grassava na Bahia e um médico notável da Capital o contestou. O clínico de quarenta anos na zona de Nazaré teve um argumento decisivo: prontificava-se a depositar, num banco, trezentos contos de réis, ao lado de igual depósito do contendor e se faria uma demonstração científica do caso, levantando a soma total aquele cuja afirmativa fosse confirmada. Jamais surgiu a necessária réplica do professor. Vê-lo-emos, adiante na viagem ao Sudoeste.

### ESCRAVOS NOTÁVEIS

Três decênios completos de regime de escravos e vinte anos após a abolição, deram ao engenho Sapucaia bastante vida e alguém ler, meu senhorzinho”. André tinha seis anos e confessa que nunca tomou pito que o escabriasse tanto. Correu caladinho para o sobrado, e nesse dia não tornou ao engenho. Sabe-se do valor cultural de alguns negros, pois até príncipes vieram vendidos na costa africana.

### FALSIDADE NA VENDA DE ESCRAVOS CONSPIRAÇÃO CONTRA O FEITOR

Certo dia, chega uma tropa de negros, conduzidos por três feitores de longas taças, sob o comando de Lefundes. Eram cerca de trinta, que lembravam hoje os grupos de abissínios em marcha para o mar, para serem vendidos, como se vê em fotografias modernas. A tropilha estanca defronte da cancela do engenho e, apeado o dono ou vendedor de escravos, adianta-se um lindo negro forte de seus vinte anos, rogando ao fazendeiro que o comprasse, pois se agradara muito do engenho. Francisco Antônio mostrou pouco interesse, mas afinal o comprou por um conto de réis de prata. O negro se diz bom carreiro, mestre de açúcar. Chama-se Salvador. Tudo pantomina, que fora ensinada pelo mercador, que

conhecia o coração do fazendeiro. Tudo apurado, o escravo era um moleque rebelde do engenho de um Barão de Santo Amaro, cujos negros passavam de trezentos. Saudando-o um negro: “Abaixo de Nosso Senhor Jesus Cristo, a bênção, meu senhor” O Barão perguntava: “De onde é você?” E lhe era indicado o engenho. O certo foi que Salvador era somente puxador de bois de carga e o logro foi completo. Carregando cana, jogou o carro sobre os tocos, arrebrandando-o; e cozinhando açúcar, queimou o ponto; pondo fogo na fornalha certa manhã atrasou a moagem e o maquinista Querino, escravo de confiança, informa ao fazendeiro: “Salvador, meu senhor, não pôs fogo na fornalha, porque está retido nas urinas, espojando no bagaço verde.” O fazendeiro mandou-o para o “beco”, chamou o médico, que engoliu a pílula pois Salvador, nada tinha e foi mudado de função. Era um hércules carregando uma moenda de várias arrobas; no tendal de açúcar, amarrava uma fôrma cheia, pesando sete arrobas, subia a uma parede que tinha quatro metros de altura, passava a fôrma de um lado para o outro e vendia o açúcar aos contrabandistas. Era essa admirável força muscular que fazia os milagres da civilização escravocrata, como dos construtores das pirâmides do Egito.

Mas as façanhas de Salvador não acabaram. Um domingo cedo, não apareceu para tirar o leite e, chamado à ordem, explicou, todo mole, que trabalhara até a madrugada e, com sono, cochilando sobre um cepo, caíra e desmentira o braço. O fazendeiro encanou a junta. Indo ao Rio Fundo, à tarde, tudo lhe foi esclarecido. Salvador furtara, juntos, dois sacos de café, no armazém de um português e os conduzia, correndo uns seiscentos metros até escorregar, deixando cair os sacos e recebendo um golpe do vendeiro sobre o braço. A farça do negro ainda segue. No Engenho Paraíso, o dinheiro de cobre ficava em caixotes, sem garantia, o que indicava descuido e relaxamento: era toucinho no focinho do rato. Salvador encheu um saco de cem mil réis de cobre, ou sejam cem quilos carregou-os para a Sapucaia, levantou sozinho uma pedra, que depois só três homens retiraram, cavou a areia da margem do Jaguaripe, depositando as moedas, mas, por

cúmulo de burrice, conservou, no bolso do calção, três mil réis. Dado o alarme desconfiou-se de Salvador, que negou e acabou confessando — surra de bolos.

Apesar de seus defeitos ninguém o excedia nos serviços, quando o queria. Numa visita do fazendeiro ao engenho da sogra, no Riachão, Salvador quiz cegar à unha a “João Olho de Fogo”, tipo miúdo, sarará que se defendeu com um canivete pequeno, fazendo-lhe um ferimento penetrante no abdômem, com lesão no intestino formando um ânus artificial. Levado para o hospital da Bahia foi operado, melhorou e voltou ao de Nazaré, para consolidar a cura. Uma noite, Salvador fugiu da enfermaria e foi sambar no Onha. Na volta, de madrugada, com os companheiros, desceu num trolí sem freios que, na Ladeira Grande, pegou um burro sobre a linha e soltou dos trilhos, atirando Salvador contra uma cerca, de que uma estaca lhe bateu no mesmo ponto do ferimento antigo. Chamado o fazendeiro, havendo probabilidade de salvar o doente, aquele o ofereceu à Santa Casa, em cujo serviço viveu bastante. Pedida a conta do médico, pareceu-lhe cento e noventa mil réis, e o fazendeiro deu uma cédula de duzentos. Ao falar-lhe o médico no troco, mandou que ficasse para uma caixa de charutos. Chegando em casa, verificou que a conta era de noventa mil réis. O negro era azarado. Além disso, o fazendeiro, demonstrando seu respeito à lei, fez processar João Olho de Fogo, que fez defender no júri, gastando ainda, um conto de réis. Era um bom exemplo para a sociedade, sendo João vendido, seguindo numa leva, para os cafezais de São Paulo.

Um dia houve uma conspiração contra o feitor, mulato João Pereira. O plano era matá-lo à enxada, quando assistisse ao serviço, estando o fazendeiro em viagem. Descoberto a tempo, entraram no bolo vários, entre os quais Corão, Cristianiano, Nicolau. Foi dada uma pistola ao feitor, com ordem de matar, no caso de assalto. Mantido o princípio de autoridade, dentro de poucas semanas, o fazendeiro verificou que o feitor devia ser mudado, dispensando-o e recobrando a pistola. O governo dos agrupamentos exige tino,

energia e serenidade e essa era uma qualidade do Senhor da Sapucaia.

Curioso era o tipo de Ipacio, filho de Sabino Teiú: feio e raquítico, por heredo-sífilis, pernas finas, barriga grande, incapaz de tudo. Reunia vários apelidos, sendo conhecido por “mata gato”, por haver morto um de estimação; “relâmpago”, por bater muito os olhos e fazer caretas; “dois chifres”, por ter duas excessivas saliências do frontal; “boi”, porque ferido um dia por, um garrote arisco; “rim na cintura”, porque furtou um rim de boi inteirinho, dependurou-o na cintura e foi saindo de mansinho. Perguntando-se-lhe o nome, respondia contente e vivo; “Ipacio Relâmpago Dois Chifres, Mata Gato Boi Rim na Cintura.” Muitos anos depois da abolição, queixa-se “de Peito aberto” e o antigo senhor moço, agora médico, por pilhéria, dá-lhe vaselina com iodofórmio em pó, recomendando que fechasse bem à carnisa, depois de esfregar o peito. Ipacio era criado de uma pensão do interior e os hóspedes ao jantar gritaram reclamando: “Este moleque está podre”. Despedido, Ipacio nunca mais foi visto.

#### FESTAS NA FAZENDA

A vida social do fazendeiro o cercava de amigos, em festas do Natal, São João, Páscoa, e nos batizados dos filhos. Havia danças, jantar opíparo, à moda antiga, de leitôas e perus enfeitados, abundante fogueira de doces secos depois de circularem doses de conhaque francês e vermute italiano. Aos convidados de mais destaque faziam-se; brindes. Cantavam, recitavam versos, entre a sobremesa e o clássico café. O velho Cristóvão, chefe da Estação de Rio Fundo, irmão natural de um prestigioso político, médico e diretor da Tram-Road de Nazaré, cheio de sua importância, sisudo, cantava os “Discípulos de Epicuro” é lengalenga monótona. O primo Figueiredo meio na pinga, com olho miúdo, saltava para o meio da sala, e tocava castanholas com os dedos: “esqueringuindim, esqueringuindá, as moreninhas de Jequiriçá.”

Depois vinha Joaquim Barreto, magro comprido, bigode de légua e meia, voz grossa de trovão, língua embolada.

“Eu me casei, não sei como foi;  
Me amarraram, me escangaram  
Oh crioula não me dê mais embigada  
Iaia tua senhora, não é de caçoada.”

A meninada gargalhava, aos gritos, quando Barreto dizia em embolada Kagára por encangaram. Mas já se cansava, pois ninguém ousava levantar-se. Após uma destas festas o André, aos sete anos, quase leva uma surra. Um primo, estudante no Recife, em férias na fazenda do pai, comparecera enfatiotado de casimira, num jantar de cerimônia, que tomava as primeiras horas da tarde, sentava-se junto ao menino defronte de três primas, cada qual mais bela. Com uma, o estudante queria tirar linhas e talvez houvesse correspondência de barbante. Mas riam muito e cochichavam, fazendo desconfiar o primo, que, enfarruscado, instruiu o priminho para que dissesse bem alto, um longo latinório — risus abundat in ore stultorum. Tanto insistiu que o menino gritou: “riso na bunda!” Escândalo... os convivas olham, espantados, a criança, as moças riram mais ainda, o fazendeiro da cabeceira da mesa: “Menino que é isto?” E o garoto: “foi Augusto quem mandou”. Este arriba, correndo; desce a escada e vai a pé, ladeira acima, para seu engenho, apesar de todos gritarem das janelas: “volte, voltei”. Continua o jantar e depois o porta-voz teve orelhas puxadas e foi jurado de uma surra na primeira falta.

## ABOLIÇÃO E REPÚBLICA

Feita a abolição, começou a fermentação republicana. O partido Conservador desconjuntou-se e o Liberal não teve grande êxito. Os fazendeiros simpatizaram com a idéia da República. Alguns comerciantes os apoiavam. A maioria destes preferiu ficar ao lado da monarquia. Começaram os clubes republicanos. Nazaré

e logo Santo Antônio de Jesus. Dr. Maia Bitencourt, Dr. Xandú, foi a alma do movimento em Nazaré, vindo a Santo Antônio para criá-lo e entregá-lo, a Alexandre Sampaio, Dudú. Em Nazaré, pouca gente; lá estava Francisco Antônio, fazendeiro da Sapucaia, que compareceu de botas. A instalação se-fez no Clube Literário, com o calor da propaganda. Enquanto o grupo discursava, um português João Ferreira, da casa Manoel Pinto, depois primeiro intendente da República, mandou passar escremento no corrimão da escada. Nesse tempo, filhos de Xandú distribuíram discurso de Silva Jardim; a cuja recepção, na Bahia, esteve presente o médico. Em sua chácara “Paulo Gomes” estiveram escondidos Cosme Moreira, Deocleciano Ramos, e Virgílio Damásio, depois Governador do Estado. No dia 13 de maio, Xandú saindo à visita do Hospital, voltou logo radiante,” exclamando ainda a cavalo, meio de transporte dos médicos: “Não há mais escravos no Brasil”. Era abolicionista e republicano. Ao movimento associou-se Francisco Antônio, cuja queixa foi a falta de indenização aos senhores de escravos, por uma propriedade reconhecida por lei. Certa vez, lembrei-me, já velho, quando acusava Ruy Barbosa que os Americanos tiveram numa guerra de quase cinco anos maior perda que os prejuízos dos fazendeiros do Brasil. Combinei, depois, quando vi os escandalosos reajustamentos que se têm sucedido na República. Entretanto fáz-se a abolição e o governo conseguiu tal crédito, que a Libra Inglesa ficou abaixo do par.

A liberdade dos escravos não perturbou Francisco Antônio, .que ainda prosperou. Viveu quase um quarto de século, vendo decepcionar a República dos grandes entusiastas. Xandú que foi seu chefe, declarava alguns meses depois: “Vou-me naturalizar “Marroquino”. Os homens eram ideólogos. Basta lembrar que Manoel Vitorino, com a vigilância da guarda cívica, proibiu usar taça nos burros.

O fazendeiro assinava seu jornal, vindo três vezes por semana da Capital, tinha um professor para o filhos e formou um em medicina, depois de farmacêutico, cuja vida de República foi iamosa, como Ele gostava de contar. Seus primeiros filhos de

segundas núpcias, foram educados pela professora Inácia Cândida Regadas, no Onha, e os seguintes pela professora D. Júlia de Castro, no primeiro decênio da República. Os três últimos em Santo Antônio de Jesus, e no Colégio Ipiranga, de seu cunhado e genro Alexandre Porfírio. Era realmente superior o plano moral em que se mantinha a fazenda, que só veio a sofrer da sua doença e morte, a despeito da crise crescente do açúcar que desceu a quatrocentos réis a arroba de quinze quilos. Na da abolição, possuía 38 negros e 15 negras fora os novos, alguns ventre livre. Entretanto, um ano após, a quase totalidade dos ex-escravos enchia o engenho com noventa trabalhadores. O fazendeiro repetiu várias vezes: “Antes não tivesse, conhecido a escravidão,” Perto ‘de fazer 70 anos, sucumbiu e, do meu diário, transcrevo os registros de sua morte e enterramento.

30 de março de 1911 — Agonizante, ainda conseguiu conhecer-me... ainda não me conformava com a ideia da sua morte.

Quase inerte, lutava contra a morte fatal já bem vizinha. As 18 horas transcorriam, a noite veio e voltou. No despontar da madrugada, uma esperança, rastejou de longe em meu espírito: êle, o ente que ia para sempre fugir do nosso olhar, gozava a calma das decadências lentas, mas eu, por muito o desejar, ainda supunha reerguer-se. Mas o dia cresceu, qual o nosso desânimo. 31 de março só uma lágrima de furto eu tinha permitido que me enfraquecesse a alma. Ninguém a vira. Avizinha-se, porém, o desenlace. Ele só e Jovina. A natureza parece amortecida. Quebra o silêncio o respirar ruidoso da agonia. Toda a casa emudecera. Alguns conversam ao longe e não se ouve. Entrei onde jaz aquele corpo meio sagrado. Encarei-o longamente, já me não percebeu; não se lhe mudaram as feições. É aí que não sei se alguma cousa eu disse. A negra Jovina que junto a êle, lhe percebia o decair contínuo, me fez então debulhar-me em lágrimas. Referiu a cena de sua despedida de Maria, os seus conselhos para que me amasse e, na minha exaltação, eu sofria a desgraça e não o ver,

de novo, repetir tal frase. Pensei que Ele a ouvia, e, censurando-a porque estava a falar, a boa mulher também chorou e, com força, bateu no travesseiro o espanador, que afugentava as moscas: Não Iôio ,não é este mais, Ele está morto.” Fraquejei; menos de hora, morria o velho amigo. Confusão, prantos; gritos, soluços, depois as ladainhas, os elogios dos que se acercavam do corpo. As rezas tiveram um efeito calmante.

Primeiro de Abril, Vai o cadáver à sepultura fria. De mim, do pseudo pensador, das minhas pretensões a cientista, a vasta cultura, de mim, crente no Deus matéria, nada restava. Na corrente impetuosa dos sentimentos, eu fui sem governar-me. Maria sofreu ainda mais, nesse dia. A cada elevação de sua voz chorosa, eu sentia uma vibração em mim. Eu mesmo não vi o retirar do esquite. No vagão do trem especial, como carro mortuário, mantive-me ainda firme, de pé, com acompanhantes. Na gare, muitos amigos o esperavam, que o seguiram ou conduziram’ para um carneiro de cemitério, ao alto do morro onde também se enterrara Francisco Félix. Junto ao túmulo com muitas coroas, ao erguer-se a parede que, para todo o decorrer das eras, de nós o separou, ainda não me conformava, não cria o meu espírito naquele fato real, indiscutível, lutuoso e duro. Perguntei a mim mesmo: “Está tudo acabado?” Nesse momento, desapareceu o ateu e começou a vida do que, depois, foi teísta e cristão.

### CAPÍTULO TERCEIRO

#### LUTA DE PORTUGUÊS DA CIDADE E BRASILEIRO DA ROÇA LONGUINHO, COPIOBA E RIACHÃO

Nas águas do Riacho das Onças, que recebe o Mandingueiro, onde desagua o Gameleira, formam-se as cabeceiras do Rio Sururu, que vai separar Santo Antônio de Jesus de Conceição do Almeida, o grande campo das fazendas da família. Nesse canto de boas terras, a meio ,caminho do velho município de Crralinho, hoje Castro Alves, está o Longuinho. Em fim do século XVIII, instalou-

se Reinaldo Francisco de Almeida, filho de Manoel da Cunha Fróes de Almeida e Ana Tereza de Jesus, neta de Antônio de Souza Bitencourt e Ana Maria do Couto e bisneta de Félix Bitencourt e Úrsula Maria das Virgens. Reinaldo Francisco é dos primeiros filhos de Manoel da Cunha, sobre os quais há uma quadra, que fixa quatro caracteres!

Eu sou o galã Zezé o casquilho Janjão vaca velha Silvério o novilho.

Sabe-se bem que Zezé é José Vicente de Almeida, de onde vem uma rica progénies de Almeidas, que transbordaram da Bahia e são grandes forças em Pedra Azul, de Minas Gerais.

Janjão é João Almeida Fróes, filho mais velho, e Silvério Hipólito de Araújo e Almeida, raiz de grande árvore que esgalha até o Rio de Janeiro e São Paulo, Goiás é o mais moço. Não se sabe quem é o galã daquele fim do século da revolução Francesa, nas águas do Jequetibá e Rio das Almas. Pode ser Caludiano, Alexandre ou José, Joaquim Venâncio, Manoel da Cunha Filho, Antônio Félix ou Reinaldo Francisco, de brilhante grupo. Do penúltimo vêm, por linha masculina, os Alves de Almeida. O certo é que houve um espírito de artista, que fixou a quadra, elevando o nível histórico do grupo, que se nobilitou, mais e mais.

Os casamentos em família foram constantes. Primos e primas e tios e sobrinhas casaram-se, entrelaçando os ramos da árvore que mais a mais cresceu. Alguns patriarcas tiveram mais varões que firmaram o nome, outros mais mulheres. Às vezes o apelido destas dominava, ficando ao fim do nome, como entre espanhóis, outras era do marido que vingava, mesmo porque algumas tinham só os nomes dos santos dos dias. O caso de Reinaldo Francisco é de predomínio de moças. Uma, Maria Angélica, casou com Francisco Félix, do Oiteiro, outra, Maria Alexandrina, com André Cardoso Lyrio outra Antônia Luiza, com Severino Bitencourt, do grupo de Nazaré, tendo vinte e um filhos e vivendo a mãe noventa e cinco anos; outra, Ana Tereza, casada com José Francisco da Cunha Simões, com três filhos. Somente dois

varões José Francisco, que não teve filhos, e Antônio Porfírio de Almeida, que é representado por infinidade de netos e bisnetos.

Ele nasceu em 1833, no Longuinho velho, casa grande assobradada, cujos baixos eram alojamento dos escravos. Ainda em 1910 estavam em pé as salas arruinadas, em que o guia aconselhou que não entrasse para correr. No começo do século anterior, aí crescera a prole dos netos de Manoel da Cunha, por um dos seus filhos mais velhos. O jovem casou-se com Isabel Maria de Almeida Sampaio, filha do seu tio Silvério Hipólito de Araújo e Almeida casa com Maria Rosa da Assunção Sampaio, cujo nome predominou. Sua capacidade de trabalho, iniciativa e decisão excederam as possibilidades de prudência do tempo, morrendo cedo, para deixar à viúva o galardão da constância e tenacidade. Antônio Porfírio era muito trabalhador, folgazão, amiguelo, mas reclamador contra as falhas sociais, políticas, sobretudo eleitorais. Longuinho, dependente de Maragogipe, aí eram suas eleições. Antônio era moreno, espigado, andar vivo, conservando as botas com as esporas, que tilintavam ritmicamente. Andava-se assim, nos corredores e calçadas nos dias de feira, onde os sons das rosetas, foi-me lembrado, com saudade, ao ouvir, num grupo Mexicano, a dança das esporas em New York. Do lavrador baiano, que andava duro nas eleições de Maragogipe, perguntou-se: “Que mulatinho pernóstico é aquele?” Maldade política.

Antônio Porfírio, deixando a casa paterna, construiu um sobrado, com baixos de pé direito alto. Era uma casa de cidade, com salões e quartos excelentes, janelas em todos os cômodos. Gastou vinte contos de réis, que hoje seriam muitos milhões de cruzeiros. Com engenho a boi, fazia dez mil arrobas anuais de açúcar, por safra, moendo todo o ano. Terra boa, escravatura diligente, progrediu firme. Naquele tempo falava-se muito em descobrir tesouros e os linguarudos afirmavam que arrancara uma panela de ouro. Era porém pequena a fazenda e cuidou de aumentá-la, comprando parte do engenho vizinho, cujo dono apreçou mas, na última hora, um compadre “cuspiu no anzol e comeu a isca”. Isto o aborreceu e logo o fazendeiro verificou as

dificuldades de transporte de seu produto para Nazaré, a mais de oito léguas, distância prejudicial aos animais, que ficavam, por vezes, na estrada. Nessa conjuntura, indicaram-lhe Copioba, a três quilômetros de Nazaré, com engenho d'água. Sem o devido exame, comprou o engenho desorganizado, vendendo o Longuinho ao cunhado Francisco Félix por vinte contos, que tinha sido o preço da construção do sobrado, ficando abandonada a terra que dava dez mil arrobas de açúcar por ano. Era precipitação de falta de cultura econômica.

Copioba precisou da construção de nova presa. Era um novo engenho. As terras do Longuinho, arenosas, produziam a cana, o milho e outros cereais; as da Copioba, argilosa, obrigando os escravos a ter uma raspadeira na cintura, para tirar o barro das enxadas. Terreno baixo de clima úmido e quente, ou excessivamente úmido no inverno, começaram os escravos a sofrer muito, diferentemente da vida do Longuinho. Durante dois invernos consecutivos, com o verão intermédio, choveu muito, perdendo-se as canas. A farinha de preço alto para sustentar os trabalhadores, sem produto do trabalho, ao lado dos inconvenientes da proximidade da cidade, donde os escravos eram estimulados à fuga, em ambiente naturalmente propício, concorreram para agravar a cardiopatia que o fazendeiro sofria, sem oportuno e precoce diagnóstico.

Atendeu então ao conselho médico. Perdera-se todo o esforço de reorganização da Copioba, depois do prejuízo da venda precipitada do Longuinho. Seguiu então caminho perigoso, adquirindo nove partes da herança de um engenho, que pertencera a um parente. A parte restante ficara com um menor, cujo tutor era um negociante português de Nazaré. Comprou-se briga bem séria, que arruinou a saúde do agricultor. O padrastrô e a mãe do órfão já não residiam no engenho, que chamava Riachão, praticamente abandonado. No caso, houve um negociante rico da cidade e um lavrador decidido, que se tiveram de defrontar. Este ocupou o bem, de que comprara nove partes e a demanda começou, sendo advogado do fazendeiro um Padre Inácio. Não

me foi possível identificá-lo, mas é certo que, todas as vezes que ia ao Riachão, recebia e metia na bota um cartucho de moedas de ouro, repetindo: “Capitão, encheremos um carro de autos, mas o senhor não perde a questão.”

A espionagem entrou em ação, por um mulato Pereira, que residia no Comum, bem a cavaleiro do Riachão. Era um comensal constante do fazendeiro, fingindo-se amigo íntimo, mas servindo secretamente ao comerciante português, que manteve a demanda até à morte do senhor do engenho. Vivia-se sobre embargos e mais embargos. Para fazer-se uma plantação de cana, mandioca ou milho, era preciso reunir os escravos do Riachão com os do Paraíso e da Sapucaia, e fazer trabalho verdadeiramente de guerra: enquanto uns roçavam, outros retiravam os matos, outros plantavam, de modo que tudo ficasse pronto num só dia: chegando o embargo, toda a plantação estava concluída. Esse espião ganhava seis mil réis por viagem, para alertar os pedidos judiciários, que sempre chegavam tarde. Apesar de tudo, o engenho e o alambique funcionavam; o fazendeiro não desanimava, a moléstia progredia. Ia para o engenho carregado numa cadeira de braço, todo ademaciado, com dispnéia, mas sempre orientando, incentivando, controlando. Mantinha-se numa luta titânica. O tutor português tinha muito dinheiro; o brasileiro, neto de português, muito capricho.

O agricultor ganhou o pleito no foro de Nazaré e apelou-se para o da Capital. As crises repetiram-se. Num inverno rigoroso, o tanque transbordou, subindo as águas cerca de dois metros e um grande madeiro, vindo da mata, para a construção, depositado nas cabeceiras do açude; foi arrastado pelas águas, atravessou sobre a muralha, caindo sobre o tanque menor, como um ariete e bateu pesadamente sobre a muralha, abrindo uma brecha de cinco metros de largura. Estava paralizado o engenho. Não se poderia moer a safra a iniciar-se em agosto.

O espião movimentou-se; o tutor aguardou o início da reconstrução da muralha. Viria logo embargo decisivo, e a ruína do fazendeiro, com a vitória do comerciante. Apesar de doente,

Antônio Porfírio agiu com prudência, em sigilo. Reuniu pedra e cal em abundância, concentrou os escravos seus e dos parentes, dos quais havia 18 hábeis pedreiros, deixou que ficasse perfeitamente seco o campo de trabalho e pôs mãos à obra, numa madrugada de lua cheia de domingo. Revezavam-se, dia e noite, 56 homens. O espoleta Pereira seguiu logo para Nazaré; as estradas foram tomadas e, ao apresentar-se, na quinta-feira cedo, o oficial de justiça, o fazendeiro lhe apresentou forte questão: “Quer ganhar cem mil réis ou um clister de pimenta?” O oficial preferiu o dinheiro, foi hospedado com bom trato, teve o cavalo solto na pastagem e na sexta-feira foi ver, judicialmente, o serviço já todo acabado, nada podendo ser embargado, e a moagem começou.

Avalie-se a tensão arterial do fazendeiro, que piorou assustadoramente, sendo conduzido para Nazaré onde morreu, aos quarenta e três anos, em casa de Tertuliano Coelho Sampaio, casado com Maria Madalena, sua cunhada, filha de Silvério Hipólito e Maria Rosa. Maria Madalena, Tia Sinhâ, representou um grande papel de ordem e harmonia na família. Sua casa era um conselho geral da mata, tornando-se o centro moral e social da grande família de agricultores. Aí, Francisco Félix, seu irmão, tivera encontro com Dr. Félix Gaspar, outro irmão. Madalena e Isabel mulher de Antônio Porfírio, eram duas mulheres do Governo. Naquele tempo, a Rainha Victória, na auge do desenvolvimento do Império Britânico, era um símbolo e uma sugestão para o progresso feminino. Seu retrato aparecia, mais tarde, por toda parte, vindo também em figuras coloridas, nas peças de fazendas, sobretudo de rico morim ou madastrô inglês. Com os dela vieram os do Presidente Carnot da França, assassinado à punhal, da Imperatriz da Áustria, do Rei Humberto da Itália. O prestígio da Rainha Victória, ao lado da veneração ao Imperador Pedro II, influiu nos lares da cidade, como nas casas grandes das fazendas de escravos.

Com essa educação, Isabel do Riachão ficou viúva, com seis filhos e logo o tribunal da província deu ganho de causa ao português da cidade, que requereu o despejo da viúva. Procurou a

fazenda uma escolta, comandada por um alferes, que encontrou as estradas tomadas pelos escravos dos três engenhos Sapucaia, Paraíso e Riachão. Era a luta do campo escravocrata com o comerciante que escravizava o fazendeiro. O oficial recuou e a justiça substituiu-se pela transação. É penoso pensar quanta razão tinha La Fontaine. A viúva entrou com a indenização de dezenove contos de réis, que hoje são talvez mais de trinta milhões de cruzeiros. Só pôde entrar com dez contos em dinheiro e assinou letra de nove, garantida pelo genro.

Isabel Sampaio chorou, mas foi heroína. Os filhos crescidos, sobretudo Antônio Porfírio, foram corajosos e disciplinados. Deus ajudou e o açúcar subiu muito, chegando a seis mil réis a arroba de quinze quilos. O alambique concorreu para mais êxito; o pulso de aço da fazendeira, da estirpe de duzentos anos, manteve a disciplina moral e financeira, com escravos bem nutridos e capazes, o equilíbrio econômico estabeleceu-se e, em um ano, propôs liquidar a dívida, pedindo desconto pela antecipação. O comerciante português, de maus bofes, desatendeu e o pagamento integral se realizou, com auxílio do genro, senhor da Sapucaia.

A graça ou desgraça de tudo isso é que o espião continuou a gozar das sopas dos filhos do finado fazendeiro, como se nada tivesse havido. Os moços foram capazes. Um chegou a bacharel em direito e advogado e promotor, vindo depois criar o Colégio Ipiranga, em 1904; era Alexandre Porfírio que foi jornalista e professor do Ginásio da Bahia, hoje Colégio Estadual. Estaria agora pelos noventa anos se vivesse. Outro, Antônio prosperou em economia própria e está hoje representado pelos filhos, netos e bisnetos, que são trinets do malogrado agricultor e da tenaz fazendeira. Desta, pode-se dar um sinal pedagógico. Certa vez uma neta perguntou à mãe: “Mamãe você é mesmo filha de vovó?” “Sim, minha filha; porque?” “Porquê você deve ter sofrido muito... ela faz a gente catar café e feijão e costurar... a gente não brinca...” A velha fazendeira foi educadora pelo trabalho. Alta, andar firme, doente e em rigoroso controle pessoal de seus objetos de uso, dirigiu a fazenda até a morte, aos setenta e três anos. Já

em dispnéa perguntava se prenderam os bezerros, se fecharam direito a adega, se as moendas funcionam bem, se esse ou aquele pagou a conta e outras circunstâncias da rotina. Eram trinta anos de viuvez, sem cansaço, sem desânimo e quase vinte anos de extinção do elemento servil, com trabalhadores assalariados que a veneravam.

## CAPÍTULO QUARTO

### SÃO FELIPE, XANGÔ, ILHOTA. OS LEMOS, COUTOS, COELHOS, SOUZAS, PITHON

Nas baixadas e morros de São Felipe, com bons rios permanentes, além do Paraguassú e do Jaguaripe, entre terras ricas ocupadas e cultivadas há mais de dois séculos, alguns pontos há rios onde viveram Tupinambás e Paiaíás, e por onde as entradas de Maragogipe foram às matas até o Jequiriçá, instalaram-se os Bitencourts, de Nazaré e os Coutos. Antônio de Souza Bitencourt casara-se com Ana Maria do Couto, quarta avó dos atuais septuagenários, octagenários e nonagenários. O irmão de Antônio foi Padre Alexandre do Couto Lemos. Todos eram Souza, do Patriarca. Seus filhos foram dez: segundo padre Couto, Francisco Inácio de Souza, Joaquim, José Feliciano, D. Úrsula neta (SUSSÚ), D. Rita, D. Antônia Luiza, D. Silvéria Caetana, Alexandre José de Souza Bitencourt e D. Ana Tereza de Jesus. Só dos dois últimos conseguiu-se organizar a genealogia. Agora detalharemos Alexandre José de Souza, casado com Ana Joaquina do Amor Divino (Imbinha) com nove filhos. Houve Coelho Lemos que deixaram nome em fazenda. Tive alguns colegas dessa zona. Gente branca e pacífica de São Felipe. Tive aluno Borgas, neto do Senador Estadual Ceciliano Gusmão. Não chegamos a reunir tradição desses grupos. Um deles apareceu com o nome de Pithon. Era um Bitencourt ou seja Francisco Félix de Souza Lemos bisavô do Professor Antônio Pithon Pinto, da Faculdade de Filosofia. Guardava a lembrança do antepassado Antônio de Souza Bitencourt, irmão de Alexandre do

Couto Lemos. Francisco era Capitão da Guarda Nacional do Império e os escravos o chamavam seu Pitão. O uso tornou-se permanente e o Lemos achou conveniente aproveitá-lo. Conhecia a serpente mitológica. Como o autor da quadra do capítulo anterior, era um espírito arejado, indicando a origem francesa do velho Felzi, o francês assassinado no Araçá, perto de Nazaré. Assim desapareceu o último cognome, mas ficou o penúltimo Souza que era do avô ou bisavô de Francisco Félix. Eis como um nome novo surgiu da mata de São Felipe, como o Lyrio de André Cardoso, na primeira metade do século XIX. A força de coesão da família logo aproximou os elementos que se vêm na genealogia da velha Úrsula.

Desses parentes — Lemos, Coutos, Coelhoos, Souzas, vários encontramos desde a escola do Professor Freire e do Professor Lobo. Certa vez fui à fazenda de Reinaldinho, casado com uma prima. Pouco progrediu mas hoje apresenta próspera descendência. Em São Felipe, a civilização consolidou-se com a marcha dos aventureiros para os fundos da velha sesmaria de D. Álvaro da Costa. Os que se afazendavam, organizando sua escravaria, ocupavam o território, enquanto os novos, no velho espírito de portugueses saudosos do desconhecido, transpunham morros, vales e rios, buscando novos campos. Os Almeidas pouco se encontram ali. São mais novos, princípio ao meio do século XVIII. Seu patriarca será Manoel da Cunha, a casar com Ana Tereza de Jesus, filha de Antônio de Souza Bitencourt e Ana Maria do Couto. Depois, tem-se o desdobramento dos Ribeiro, do segundo matrimônio de Úrsula, quando surge o ramo, donde brotam os Carvalho Santos. São Felipe é assim o continuador de Maragogipe e Jaguaripe, com as roças de Nazaré, estendido até o Jequiricá, em Lage. Ficou uma população operosa e sedentária, criando uma sociedade meio estagnada, sem criação de centro populacional suficiente. Enquanto os emigrantes de Nazaré, Santo Antônio de Jesus, Conceição do Almeida dão à Capital e aos Estados Meridionais, bons contingentes, o regime rural de São Felipe está constante. Recentemente a criação do Município de Macedo Costa deu novo aspecto. Certa inércia deu lugar, a crimes mais requintados, que,

surgem em zonas rurais, próximas de centros urbanos de pouca autoridade policial. Um Lemos criava uma afilhada que foi noiva de um Pernambucano, sertanejo. A moça resolveu desmanchar o casamento, mas o noivo tinha umas roças na fazenda do Lemos e exigiu que este as pagasse. Não conseguindo, Pernambucano jurou vingar-se. Certa noite vem Pernambucano. Lemos resiste atrás da porta. Mas o bacamarte não funciona. Pernambucano vinha com a lâmpada de pilha e depois de matar a Lemos corta-lhe a língua, as orelhas, corta-lhe o corpo e faz o mesmo com a senhora. A velha resistiu a morrer mas o velho foi logo morto. A ex-noiva fugiu pelo fundo. Quando veio gritou do caminho: “Cheguei”... O criminoso foi preso e o processo correu por São Felipe. João de Souza Lemos, marido de Marieta e primo do morto, fez uma verdadeira fortaleza em casa, porque o bandido prometeu vingar-se de toda a família.

Outro fato da família Lemos: o marido saiu para a feira e a mulher ficou com a mãe, já velha. O sujeito veio e pediu tudo que tinha. Ela diz que não tinha dinheiro. Entregou a aliança e o dinheiro que achou. O criminoso bateu-lhe muito e a amarrou pelo pescoço ao telhado, mas não suspendeu. A velha fora chamar gente que veio e salvou. O bandido fugiu. Este último foi no governo de Landulfo (1938-1942). Verdade é que o crime não tem campo só no atraso do ambiente. Dos mais requintados há nos centros civilizados. Junto a São Felipe, em Santo Antônio de Jesus, deu-se coisa semelhante no mesmo período do governo de vários Almeidas. Em 1938, um malfeitor assaltou, numa manhã de sábado, no sobrado de mais importância, da cidade, a própria Mãe do Interventor no Estado, em pleno Estado Novo. O facínora penetrou cedo, subindo aos aposentos e arrastando a velha de setenta e dois anos escada abaixo, deixando-a como morta. Seu intuito era latrocínio, mas foi preso e condenado. A velha, trazida ao Sanatório Espanhol, no dia seguinte, convaleceu e ainda viveu oito anos, para morrer de edema pulmonar aguda, por demorar a chegada do socorro médico. Do criminoso não a defendeu a polícia, como não a salvou a ciência, oito anos mais velha.

Outras vezes atravessei São Felipe a cavalo, indo de Sapucaia a Macaré gozando no panorama noturno da mata, com seiis roçados de tocos queimados, iludindo ao longe como sentinelas armadas de guarda, na fantasia. De carro, vindo de Maragogipe, ao centro de Conceição do Almeida, fazenda Sodré, peripécia que virá depois, pela última eleição Presidencial da República velha.

Aí vão acidentes — Há porém, de São Felipe o vulto de José Marcelino de Souza, Deputado Geral da Monarquia, Senador e Governador do Estado e o Senador Federal, líder da grande campanha civilista de Ruy Barbosa em 1909-1910. Sua personalidade merece profundo estudo, mas será como Souza e como fazendeiro que o encararemos. Seu pai foi Joaquim Anselmo de Souza, filho de Simão de Andrade e de uma filha do Tenente Alexandre José de Souza Bitencourt. Foi um agricultor adiantado que centralizou as atenções de seu ambiente, deixando o retrato feito na Capital, educando o filho em Recife, organizando o engenho com maquinismo europeu. Os invejosos ou linguarudos ou talvez mal informados, diziam que havia arrancado uma panela de ouro. Há também a tradição: — um amigo, querendo fazer testamento mandou chamar um parente que demorou a atender, o testador, insatisfeito, pelo desinteresse, deixou a herança a Joaquim Anselmo, que chegou em visita. Era uma surpresa agradável, que naturalmente ficou em segredo, de modo que a história ficou explicada, senão houve a soma de duas venturas. Pensa-se que a felicidade como a desgraça, nunca vem só.

O engenho de Joaquim Anselmo, Nossa Senhora da Conceição, prosperou em escravaria, instalações, em vida social. Dos seus filhos, notáveis rebentos da grei que criou o sangue de Bitencourt, bisneto de Úrsula Maria das Virgens, distingue-se o vulto histórico de José Marcelino de Souza, além de dois Sacerdotes formados e ordenados em Roma, Padre João Nepomuceno, orador sacro, Diretor do Colégio Santo Tomás de Aquino, em São Salvador e Padre Joaquim Anselmo, diretor na Companhia de Jesus. O primeiro foi depois vigário em Ribeirão Preto, na antiga província de São Paulo. Do segundo existe lembrança na rua Padre Anselmo,

em Porto Alegre. De José Marcelino, a Bahia recordará a navegação do Rio São Francisco, com os esforços de valorização rural, além da frota da navegação Baiana, para as linhas do recôncavo e portos do sul do Estado, a construção de boa parte da Estrada de Ferro de Nazaré, criação do crédito agrícola, reerguimento do prestígio político da Bahia, com Miguel Calmon, no Ministério. Souza era um nome bastante, lembrando os ocupantes das matas e criadores das fazendas de nossa viagem sentimental. A de Joaquim Anselmo, do Xangô, perto da margem esquerda do Rio Caraí, afluente do Rio Jaguaripe, prosperou, assegurando os estudos dos filhos, sobretudo o de José Marcelino, que em Recife, foi presidente de uma sociedade cívica de grande influência na época com 170 sócios de alta representação social.

Depois de diplomado, foi promotor público da Capital da província, estando como Juiz Municipal em Nazaré, de 1873 a 1878 quando abandonou a magistratura para ingressar no partido conservador, que o levou à Assembleia Legislativa do Império em 1886. Era uma prova de capacidade, pois a escolha de deputado geral não foi procedida do treino de provincial. Sua eleição foi já como fazendeiro, pois assumiu a direção do N. S. da Conceição, ao Xangô, com a morte do pai em 1878. Nesse tempo, criava-se a Estrada de Ferro, de que mais tarde, na República foi diretor, desistindo do cargo de Senador Estadual da Bahia, para, anos após, ser Governador eleito em 1904, cargo em que, com energia e tino dirigiu o soerguimento da vida econômica e, com serenidade, sofreu o atentado em que foi ferido, à bala, dizendo com firmeza: “Não matem o homem”. Situação menos grave mas semelhante, houve no seu engenho. Um incêndio tomara proporções que assustavam o pessoal. O agricultor e político, dizia da janela: “Calma, apaguem o fogo, apaguem o fogo”. Dominado o incêndio, restabeleceu-se o trabalho em alguns dias, adquirindo-se estações novas. Depois de sua morte em 1917, os herdeiros venderam ao Dr. André Lyrio, proprietário da Sapucaia, o grande alambique de construção europeia.

De José Marcelino, escreveu sua filha Maria Mercedes Lopes de Souza (Marieta) um belo volume de documentação, monografia premiada em concurso, pelo Estado em 1945: “Um estadista quase desconhecido” (Imprensa oficial da Bahia, 1948). É um documento de valor de um descendente de Félix Bitencourt. Aí se vê a sua ação, “desde a Assembleia do Império até as lutas políticas do segundo decênio do século vinte. Merece leitura de de quem deseja conhecer em detalhes esta parte de história política e conômica da Bahia.

Dos demais descendentes de Úrsula, em Maragogipe e São Felipe, não tenho senão rápidos registros. Resta-me a lembrança da admiração pelo médico Dr. Joaquim Rosendo Pinto que uma vez me curou depois de já delirar em palavrag de morte. Tinha sua fazenda na Ilhota, no São Felipe, vizinho a Santo Antônio de Jesus, mas que nos parecia muito longe. Rosendo era de boa apresentação, politicamente propenso a oposição, crítico mordaz dos governantes, residente num sobrado que fora, em tempo, câmara municipal e dominando donairosamente boas cavaladuras tratadas na Ilhota. Essas atitudes e qualidades fizeram-no simpático ao meu. espírito, a despeito das dúvidas políticas dos parentes. Com Ele fecho os capítulos dos Bitencourts, para começar os dos Almeidas, depois de visitar os povoados de Jequiriçá. Não era parente mas tornou-se amigo.

## CAPÍTULO QUINTO

### VISÕES ANTIGAS DOS PovoADOS SÃO MIGUEL, AMARGOSA, LAGE, AREIA, CALDEIRÃO, JAGUAQUARA E JEQUIÉ

Da floresta saem os povoados, crescem vilas, cidades, povo, nação, império, democracia. Brotam aqui, ali, penosamente ou com grande brilho, na lombada das montanhas, às margens dos rios serpeantes, e só os séculos podem ver o rosário de luzes criadas do mato. Bem junto, nasceu S. Miguel das Matas que foi freguesia meio século antes de Santo Antônio de Jesus, já visto o quadro

deixado pelo Padre Miguel de Almeida, discutido pelo apologista do padre Silvério Hipólito, capelão de Lage. Daí decorre século e meio, antes do sete de setembro, ainda com D. João VI, e nossa viagem é noventa anos depois. O século XX começava, sob as cantilenas dos escravos alforriados por Isabel, mas abandonados analfabetos, a comer carne de sertão de quinhentos réis o quilo, indo descalços na terra fria da verminose, saudosos do cobertor, do remédio e da comida que lhes dava o senhor, ao lado do castigo. De pé no chão, seguiam todos, criados, agregados e patrões, por vezes, na faina das roças, quando mulher e filha do fazendeiro calvagavam uma légua para catar café maduro, para que não se perdesse no pé. O trabalho entra na crise do despovoamento e abandono, enquanto o governo e os homens ativos abrem as picadas, cavam morros e enchem vaies para fazer caminhos de ferro. Hoje são de asfalto para a borracha dos pneus; naquele tempo eram de sulipas e trilhos de aço para as locomotivas silvantes de acordar os matutos.

Em 1907 começou a viagem sentimental pelos povoados, onde já chegara o trem de ferro. Um rapaz cheio de lições de José Veríssimo, escreveu à “Tribuna” de Areia e ao “Jornal de Amargosa” que iria continuar naquelas cidades sua pretensiosa evangelização, começada aos quinze anos. A época, a data era a mais imprópria, para o ambiente meio rural. Véspera de São João, na velha Areia, modernamente, pela sabença geográfica sem alma, Ubaira, chegou o viajante. Era borboleta ou mariposa à luz dos candieiros. O jovem seguia o pensamento da Pátria, mas o sentimento agente polarizava-o uma prima. Aos dezoito anos, o menino fazia pregação cívica, movimentada colegas presididos por Moniz Sodré, vibrava gravemente, como em revolução, partindo do desejo de ver a amada, outra criança, seis anos mais nova. Era irmã do jovem clínico da cidade Dr. André Lyrio, trinta anos mais tarde, seu benemérito prefeito, no Governo Landolfo Alves. Naquele tempo, tornado antigo, mal chegava a estrada de ferro de Nazaré, com José Marcelino, sendo Senador do Estado o culto Padre Leôncio Galvão, que pouco após teria papel notável na

política, quando o bombardeio da Bahia derrubava a situação, para instalar o grupo seabrista. O Juiz de Direito de Areia já era Francisco Duarte Guimarães depois Desembargador, espírito esclarecido, jurista que se orientava pelas tendências psicológicas, de que se vincava a época inicial das convulsões guerreiras e revolucionárias.

Encontra-los-emos de novo, ficando agora em nossa conferência pública, numa tarde da véspera de São João, no edifício do mercado, chamado barracão. Os roceiros haviam deixado, talvez antes de hora, seus cantos de farinha, milho, cebola, carne de sertão ou fato de boi, e tudo fora varrido, às pressas, para a discursadeira do rapaz. Reuniram-se conselheiros municipais, serventuários da Justiça, Delegado de Polícia, Coletores, alguns fazendeiros retardatários ou decididos às festas da noite, na cidade. Os lojistas e vendeiros não poderiam abandonar seus fregueses, prontos a deixar na compra dos fogos, panos, remédios e comidas o produto das vendas da feira de lavradores. O ajuntamento era seleta e oficial, que dificilmente levaria a sério o aranzel do segundanista de direito. Povo não havia, mulher nenhuma, nem a menina, bússola que orientava o caminhante, talvez já galvanizado de evangelizador cívico. Areia lá seguia, ao som tranqüilo do seu rio, das suas tropas, agora alertada e perturbada pelos buscapés, espadas, coriscos dos meninos e pelas pistolas e chavinhas que rompiam fogo das janelas. À tarde, todo pensamento de José Veríssimo, Herbert Spencer, Samuel Smiles, e tantos pregadores da educação física, moral, intelectual e cívica tinham ficado aos ouvidos dos benévolos ouvintes, ansiosos por voltar aos lares, onde se preparavam a fogueira, a cangica, a pamonha, o manê, o bolo de milho verde, coberto de leite de coco, para dar cor. E o barracão deserto ficaria como palco silencioso do discursador que escolheu complicado e construtivo método, para ver a namorada. À noite, aos olhares discretos da menina, passou ligeira, no frio de planalto da velha Areia e cedo, na próxima manhã, seria o trem de Amargosa, onde outra conferência seguiria.

Manhã neblinada de despedida, na mudez da saudade escondida, estaria logo envolta na fumaceira e no ruído da ferragem do trem a descer a serra em busca de Lage e São Miguel, a fim de alcançar Amargosa. Outras vezes, viríamos à Areia, com outros romances a guardar e não contar; agora, porém, iríamos no impulso cívico, em busca da cidade do Sertão Alto. Era pleno dia de São João, passado o foguetório, a ressaca do licor de jenipapo e dos exageros do milho ou da folgança. A moderna cidade tinha sido o empório e descanso das tropas do Sertão, depois de Santo Antônio de Jesus. O menino evangelizador ia falar num ambiente de prestígio antigo. Pedro Calmon seria uma lembrança, para enriquecer as crônicas das matas, mas agora cuidava-se de celebrar os heróis e concitar o povo a duplicar a fé nos destinos da Pátria. A demora em Amargosa seria rápida, pois o trem do novo ramal, antiga ponta de linha, daria uma hora. O jornal de Amargosa dá notícia, há 57 anos passados, indicando 4 horas da tarde (ainda não havia horário contínuo de 24, que só começou a 1 de janeiro de 1914); não compreendo porém como fosse à tarde. Não tenho ideia de ter dormido p não sei se havia trem além dessa hora. O certo é que recordo o Hino Nacional cantado pelos alunos do Colégio N.S. de Lourdes, da Professora Amélia H. de Souza e que foi acompanhado pelo jovem Epifânio Fernandes de Souza, mais tarde triunfante no comércio com sua sede em Paris, nos negócios da firma Tude Irmão de Salvador. Não me coube voltar a Amargosa, cujos aspectos ligados aos descendentes de Úrsula Maria das Virgens culminam na personalidade de Pedro Calmon de Bitencourt. Era filho de Sertório, casado com Eudóxia de Araújo Calmon, neto de Manoel Gonçalves Maia Bitencourt, membro da junta governativa de Cachoeira, na Independência do Império, bisneto de Alexandre José de Souza Bitencourt, e trineto de Antônio de Souza Bitencourt, tetraneto de Úrsula Maria das Virgens e Félix Bitencourt. Era da mesma geração de Aprígio, que, em Santo Antônio de Jesus, lhe tinha grande admiração. Pedro Calmon era culminante no comércio do café da primeira década da República. Sua casa era “Paris na América”, centralizando transações com

o alto sertão, recebendo café da Chapada, considerado o melhor do país. Sua fazenda Floresta Negra, e uma olaria de Nazaré despertavam admiração. A última passou à firma Conde Filho e os negócios destruíram-se espetacularmente, com falência total. O brio do tempo não permitia o enriquecimento pela concordata. Com milhares de sacas de café depositadas, vendeu precipitadamente todo o estoque, numa baixa seguida de alta no dia seguinte. As transações davam ao comissário longas margens de compras, mas tudo dependeu do árbitro ou do despeito. A honra comercial e da família ficou salva, entregando-se ricas jóias de vários adereços de brilhante, esmeralda, rubi, pérola e safira e águas marinhas, ametistas e topázio. A esposa, na sua glória e honra, privou-se de tudo e os dois curtiram a pobreza, ricamente compensada pela eminência dos filhos brilhantemente situados na sociedade de hoje: um Reitor de Universidade e Imortal da Academia Brasileira de Letras; um jornalista, professor universitário, secretário do Estado; um Desembargador, uma diretora de Escola de Música e outros de alta posição social. É a roda da fortuna.

Tempos depois, voltei a Areia e tomei impressão de São Miguel e Lage. Estavam ambos unidos na história das matas até à República, sob Jaguaripe, Nazaré e Santo Antônio de Jesus. Em 1819, houvera a disputa da criação da Freguesia, pleno domínio de padres e frades, pelas fazendas e povoados. Em 1918, a sociedade era outra e seu intérprete é um jovem que vai percorrer toda a escala do desenvolvimento social. Era filho do agricultor Francisco Manoel Peixoto, analfabeto, católico, residente em Sete Voltas, a uma légua de Capão e duas da Vila de Lage. Muito amigo do Padre Pompílio seu primo, e depois do Padre Silvino, sucessor na paróquia de São Miguel. O Vigário, para celebrar no Capão, hospedava-se nas Sete Voltas. Era um preto inteligente, consciencioso, político jeitoso e prestativo.

Depois as coisas mudaram. O filho Manoel, de aula primária rudimentaríssima com Francisco Messias dos Reis, passou a trabalhar aos oito anos. Levava capados mortos, em cargas à Aratupe e conduzia farinha e café para Santo Antônio

de Jesus, palmilhando os caminhos, na chuva ou na fresca das manhas da roça.

Morava em Mutuipe o pastor Bernardo Mariano da Silva, preto, incumbido pelos americanos da Igreja Batista do Capim. Por cerca de 1914, abriu-se uma congregação batista na fazenda Pimenteira de Antônio Cesário Pinheiro, compadre do velho Peixoto. Eram duas léguas abaixo de Lage, a caminho de Valença, mas o movimento irradiou-se às Sete Voltas, levado, pelo filho mais velho, Paulino Peixoto, casado com a filha do fazendeiro da Pimenteira. E vem, em 1917, o Pastor Americano White, por inculca de Bernardo Mariano, e, durante uma noite, até quatro da madrugada, convence o fazendeiro de permitir Manoel educar-se no Recife, com despesa da passagem e pequena mesada de quarenta mil réis. O velho perdia seu melhor auxiliar, ativo, fiel, inteligente; consentiu na experiência de seis meses e a viagem se fez em junho de 1917, demorando até 1921. O caminhante das feiras de Aratuípe e Santo Antônio foi contemporâneo de Gilberto Freire e é hoje catedrático por concurso do Colégio Estadual da Bahia e da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia. Em 1926, o velho fazendeiro adoeceu gravemente, levado a Amargosa. Na volta, o Padre Silvino: “Este é o velho Peixoto, meu amigo? Neste estado? Você não quer que o confesse?” O jovem pastor do Recife: “Não; o senhor sabe, somos batistas, não ficaria bem.” E o bom Vigário: “Bem, eu não o contrario; acho que você tem razão”.

O Jequiriçá foi um caminho da religião batista. Os Almeidas descendentes de Úrsula foram criadores do Colégio Taylor Egídio de Jaguaquara e numerosa grei batista cuja origem vai estudada na terceira parte. A velha Toca da Onça de Guilherme Silva tornou-se um centro cultural, em cinquenta anos, com escola normal e colégio valioso. Era um pouco além de Caldeirão, que hoje soa Itaquara. Foi um verdadeiro Caldeirão. Juntaram-se Almeidas e daí partiram para novos destinos. Da velha paróquia, verdadeiro bispado de Areia, de que se desagregaram vários Municípios, há uma forte história republicana: Eram, quase ,todos de Santo Antônio de

Jesus e descendentes de Manoel Cunha Fróes de Almeida. Convém diferenciá-los como o velho e o moço, os nomes de José Vicente de Almeida e Reinaldo Francisco de Almeida que surgem no século dezoito. Um era o casquilho de uma quadra que já tem a luz de três séculos, sintetizando o espírito de jovens, aproximadamente na quadra da Revolução Francesa e um pouco após a Revolução Americana, da Independência dos treze primeiros Estados. Viviam José Vicente e Reinaldo Francisco, os velhos, por 1790 pelas terras das roças de Nazaré, o Maragogipe onde haveria lugar para cidades de hoje. Um era o velho pai de Alexandre Pereira de Almeida e avô de Reinaldo Francisco de Almeida, o moço transferido de Santo Antônio de Jesus para Caldeirão, com vários filhos. Reinaldo moço fora comerciante progressista em Santo Antônio, mas teve a sorte de Pedro Calmon, em Amargosa. Seu irmão Florentino o ajudou a transferir-se para a fazenda, onde lhe sorriu a fortuna para os filhos. Um tabaréu da Capela, na ingenuidade roceira, comparou um dia os dois irmãos, um rico sem filhos e outro pobre carregado de grande família. Reinaldo réplica: “Nao dou um filho meu por toda a fortuna de Florentino”. Veremos, no fim do livro, a riqueza permanente da geração do emigrado. Aproximadamente, veio José Vicente de Almeida, o moço, grande animador dos festejos de Dois de Julho da Monarquia, em Santo Antônio. É filho de Antônia Luiza, casada com Severiano de Souza Bitencourt e neto de Reinaldo Francisco de Almeida, o antigo; do Longuinho velho. Surge ainda, em Caldeirão, Reinaldo Porfírio de Almeida Sampaio também neto e sobrinho neto dos dois velhos. Organizaram-se assim, no fim do século XIX os Almeidas de Caldeirão, em cuja grei foi casar Diogo Spinola de Andrade, pai do Bispo de Vitória da Conquista, Dom Climério. Perto desses, ficaram também os filhos de Egídio, criador do “Colégio Americano Egídio” da Capital, transferido para Jaguaquara, como “Taylor-Egídio.” Eles vêm também de José Vicente, o velho, e ficaram batistas, na penúltima década do século, como veremos na Terceira Parte. Há igualmente parentes que não pude inscrever na árvore. Os Souzas Santos, de Casca, são evidentemente parentes, mas não pude achar a

ligação. Provém do Capitão Manoel de Souza Santos desbravador de estradas para Minas Gerais cuja prole não se confunde com outro Capitão do mesmo nome, filho de Claudiano de Almeida e residente no Rio Jaguaripe, em terras da velha vila de Maragogipe. Da atual Itaquara partiram os bandeirantes de Minas Gerais, para São Miguel do Jequetinhonha, Almenaria e Pedra Azul, onde os veremos, no capítulo final destas matas.

Volvemos a Areia anos mais tarde. Já tinha havido a enchente do Jequiriçá que envergou a ponte de aço da Estrada de Ferro, pouco antes da primeira Guerra Mundial e invadira a cidade, cena que viria repetida, deslocando dos lares os seres humanos, dos nichos as imagens, dos redis o gado espavorido. De lá fiz centro, a conhecer o Alto do Pelado, onde as tropas derrubam ao descanso, em caminho de Jequié. Areia tinha o velho prestígio da conferência da véspera de São João de 1907. Os mesmos amigos, famílias aumentadas, povoação desdobrada, ruas calçadas, casario novo e menos acessível à torrente invasora, descida veloz das cabeceiras. O primo André Lyrio, o Desembargador Duarte Guimarães, o brilhante orador sacro Cônego Leôncio Galvão, vários antigos ouvintes da conferência do menino metido a pregador cívico. Foi uma quadra de renovação de saúde, em férias de esforço tenaz. Montei por lá uma árvore dos antepassados e colhi muita informação do velho ambiente das matas. Na Barra, tive boa hora com o juiz Duarte Guimarães, bela cultura de jurista, que não se ancilosou em fórmulas jurídicas, e soube encarar problemas psicológicos e sociológicos da vida moderna. Na qualidade de Membro do Conselho Penitenciário, animou-me e prestigiou-me, no trabalho de medidas da inteligência dos condenados, que constituíram úteis elementos dos meus trabalhos de testes.

De Areia, em rápida excursão, fui ver Jequié, centro moderno da crescida imigração das matas. Lembro-me de parecer o Rio de Contas com o panorama do Rio Pardo ao extremo sul do Brasil. De Jequié convém não esquecer a conjuntura histórica que esteve a centralizar, há cinquenta e dois anos passados, seu nome e posição, como capital. Era o tempo das “salvações” da presidência

do Marechal Hermes da Fonseca. A Bahia, ao lado de São Paulo, tinha liberado a campanha civilista de Ruy Barbosa para suceder a Nilo Peçanha, que subira à Presidência, por morte de Afonso Pena, em 1909. A oposição seabrista tomou prestígio, após a posse do Marechal, mas José Marcelino e Araújo Pinho resistiram, concedendo afinal um terço de deputados. Em fins de 1911, em plano que esperavam ter êxito, Araújo Pinho renunciou e assumiu o governo o Professor de Medicina Deputado Aurélio Viana. Cabia ao Senador Leôncio Galvão, mas este reservou-se para presidir o Congresso Estadual, convocado para Jequié, para evitar a influência da força federal, em Salvador. Por seu lado, Ponfílio de Carvalho, da minoria seabrista, convocou a Assembleia, composta de Senado e Câmara, para reunir-se na Capital. O Governo do Estado, decidido à resistência, aumentou o contingente policial, retirou o soalho dos edifícios das câmaras, entrincheirou-se no teatro São João, no Ginásio da Bahia, nos pontos estratégicos da cidade. A minoria seabrista requereu hábeas-corpus ao Juiz Federal Paulo Fontes, que requisitou força para garantir a medida.

Absolutamente por acidente, vi-me conhecedor dos segredos das vinte e quatro horas. Descia a Ladeira da Barra, com Mário Leal e, no largo, topamos com o então Capitão depois General Alberto Teixeira Ribeiro, que afirmou ter em mão o telegrama ordenando agir com todas as forças. Era entrar a artilharia. No dia seguinte, 10 de janeiro de 1912, a cidade estava em pé de guerra. Eu fora à Barra para despedir-me, em viagem à Sapucaia e no dia seguinte embarcava ao meio dia. Havia Senadores e Deputados que se destinavam a Jequié e meu colega Wanderley Pinho, ao ouvir o tiro de pólvora seca, já ao sair de bordo, afirmou: fita” Eu lhe disse: “Não é, Pinho! há gravidade”. Depois foram os tiros do São Marcelo e do Barbalho, a fuga dos policiais, O domínio pelo Exército. Em Nazaré, o trem especial nos tomou e os legisladores do Cónego Galvão. Após café no sobrado de Santo Antônio, seguiram para voltar sob o governo do Presidente do Tribunal de Justiça.

A convocação do grupo oposicionista foi vitoriosa e a situação marcelinista de Jequié, sob o timão do Vigário de Areia,

riu totalmente, criando-se a situação seabrista, que dominou doze anos, início do grande surto de Jaguaquara, Itaquara, Ipiaú, Jequié e todo sudoeste.

Não posso recordar grande coisa, da vida da nova cidade, mas recolho, de alfarrábios, as lembranças dos cauassús ocupando as casas e bombeando-as; dos Delegados de Terra servindo de orientadores sociais, econômicos e políticos. Um procura um posseiro que não julga dever medir a terra. Após intimação sem resultado, vai pessoalmente, recebido gentilmente. A conversa tornou-se menos cordial e o engenheiro apelou para a sua autoridade. O posseiro firma, senhor de si: “O senhor é filho, é sobrinho, é neto de Pedro II, para ter autoridade? Como fala em autoridade?” Isso ocorreu em 1917.

Por aquele tempo, em pleno campo, pelas margens do Rio de Contas, morre uma mulher abandonada. O amário a deixara, em busca de curandeiro. Era pretexto; deixara-a ao abandono, Dias depois, o engenheiro e seis homens dormem na vizinhança Casa meio de palha e meio de telha. Sob as telhas armara rede o engenheiro, fechando, a coberta, a casa sem paredes. Na terceira noite, ao frio da madrugada ouve-se o grito lancinante e dorido de criança: “Mamãe, mamãe!” Despertados, os homens vacilaram sobre a quem dariam socorro. O engenheiro anima: “Vai um, vai qualquer.” Vão três, dos quais Manoel Barriguinha (baixo, amarelo, pançudo, bigode entrando na boca); de todos era o que mais temia o contágio de moléstia. Ao chegar, encontraram o cadáver e a criança abraçando-o, em gritos e lágrimas, na choupana velha. No dia seguinte, ela comentava a morte: “Mamãe ontem morreu.” A mulher foi enterrada pelo vizinho, que, na condução do cadáver, foi ferido pelo próprio facão, voltando já carregado. Só a grande quantidade de iodo que lhe aplicou o engenheiro, salvou a rápida infecção. Esse homem tinha perdido uma filha, que os índios haviam roubado, tempos atrás.

Outro aspecto da época, antes das estradas de rodagem, dos aviões, da revolução de trinta, quando a população do Brasil era um terço: José Quirino se internava nas matas do Camaní

(Município) e desbravara as terras. No fim de muita força de vontade, fez-se lavrador acatado. Certa vez, chegou em Camamú sem sapatos, calça arregaçada. Foi à casa do Vigário que o observou: “O Sr. é um homem de representação”. “Ah!, eu vim pagar meus impostos, na coletoria.” “Mas o Sr. vai a uma repartição estadual, nestes trajes? Não. Bote um banho, criado José. Vá comprar ali na loja umas calças, etc. Vamos seu Quirino.” Afinal, o Quirino não voltou mais a Camamú sem gravata. Depois montava em cavalos de sela, muito bons. Traduzem bem a época dos trechos do diário intelectual do tempo: Um padre, Major Limeira e o engenheiro conversavam e o Padre, enaltecia o seu papel e o do engenheiro. “Cristo, dizia o Padre, manda que amemos ao próximo como a nós mesmos.” Seguem a estrada. Junto à cancela, um homem ao chão: o padre segue, como se o não percebesse. O engenheiro tenta chamar-lhe a atenção, mas ele segue.

E logo, um pai de aluno: “Cassiano é o atrazo daquela terra. Ele manda um jagunço morar em qualquer fazenda e escreve ao dono dizendo que aquele não pode sair. “Manda ao juiz, ao intendente, a tudo,” dizia o Coronel Meira, e ninguém se atreve a denunciá-lo.” O Tenente Simões esteve três meses em casa dele. Tinha oitenta soldados, que viviam misturados com os jagunços. Certa vez o Coronel Meira mostrou-lhe que podia prender Cassiano. O Tenente sugeriu uma representação, assinada pelo habitantes da região. “E se o governo não tomar providência e Ele me mandar matar?” respondeu Meira. “E bastava tirar Cassiano, pois jagunço não é nada, seu doutor”. “Isto era fácil pois Cassiano é muito afoito, anda só.” “O que é certo é que não se pode trabalhar. Roça, comércio, gado, tudo se perde. Quando a força aparece é pior, porque não prende criminoso e mata os inocentes.” Depois, abriram-se as estradas, ouvia-se o ronco dos carros e dos aviões, a revolução prendeu alguns coronéis ousados, ficando os mandões políticos; o povo movimentou-se, a população dobrou, triplicou. Jequié passou a ser cidade policiada, centro comercial e rodoviário, apenas sofrendo da decadência da ferrovia. Passou a ser uma das Capitais do sertão, que nessa segunda metade do século fará da

Bahia e do Brasil campo de gente culta, progressista, disciplinada, operosa.

Entre Areia e Jequié, criou-se uma bela civilização de cinquenta anos. Rio Novo, terra de João Carlos Holenvergner, parente dos Almeidas, interessado na criação do Município, passou a chamar-se Ipiaú, que não mais se ateu ao domínio de Camamú. Em derredor cresceram as fazendas de cacau e de criação. De Santo Antônio de Jesus emigrava Antônio de Almeida Souza, que depois buscava Nanuqui, contestado de Minas Gerais e Espírito Santo. Sempre a mudança, a vibração, o crescimento e a labuta da medição da mata, comprando uma carga de banana por alguns mil réis, vivendo vários de Santo Antônio de Jesus. Manoel Firmino de Almeida, Antônio, Landulfo, Francisco, Humberto Alves de Almeida fizeram seu trabalho pela Bahia, antes de irem para São Paulo, Paraná e Goiás, constituindo cidades e orientando sobrinhos na faina do progresso. E a formação prática daqueles foi nas matas, ainda dominadas por índios e foragidos. De lá veio um indiosinho deixado num pé de mandioca, à fuga dos pais, pela investida armada de garantia da medição. João Jacauna Gongogi criou-se e progrediu no Colégio Ipiranga, dando boa parelha para os filhos dos civilizados; cresceu, foi para um aprendizado agrícola, empregou-se depois num laboratório do Rio de Janeiro. Sua capacidade de trabalho era oscilante e sua obediência insegura. Um dia, um Jornal do Rio lhe deu o retrato e a notícia da morte, ao pedestal da estátua da Amizade, da Avenida, junto da Embaixada Americana. É uma recordação triste, conferindo com as sinuosas da vida e com a precariedade da civilização para os selvícolas.

Tudo hoje é diferente, salvo a corrupção que domina os ambiciosos sem escrúpulo, cínicos, fingindo de democratas, por vezes protegidos pela justiça, pela política do Partido, pela polícia do Governo. Dez anos após a revolução de 1930, havia profunda mudança nas matas de Areia a Jequié. Havia já efeito disciplinador da Interventoria Landulfo Alves, que o homem do interior ainda hoje abençoa. O despertar dos Municípios, com suas concentrações e com as nomeações do Prefeito, retirou do governo das comunas

o veneno da política partidária e a influência do coronelismo renitente e do mexerico compadresco e nepotista, que revivem como o morcego voraz a sugar o sangue dos municípios. A vila e a cidade são as células da democracia, mas os nossos deixam-se enganar por deputados que vivem na Capital e fazem o tecido político para dividir, amesquinhar e até ensanguentar as ruas e as estradas. Os descendentes de Úrsula tinham dado ordem às finanças, à polícia, à justiça. André Lyrio cedera em sua ojeriza ao cargo público e aceitou a Prefeitura, para cuidá-la com desvelo de fiel. Tudo entrou na economia e poupança, capaz de dar recursos para as obras públicas. Uma ponte a reconstruir passou aos rigores de uma obra particular, em que se contam os pregos, tem-se vigor no terço do cimento, na qualidade da madeira do lastro. E tudo mais seguiu o critério rigoroso da exatidão das contas. Assim foi também seu genro Eliezer Santos, que abriu estradas, serviu ao progresso de Jequié e seus distritos. Era a raça de trabalhadores indefesos, dos velhos portugueses matadores de onças e vencedores da sucurí.

## CAPÍTULO SEXTO

### MANOEL DA CUNHA FRÓES DE ALMEIDA E SEUS FILHOS

Duzentos anos passados, chegaram de Portugal dois novos criadores da raça brasileira. Eram irmãos e vieram juntos. Outros, se separaram. Dos São Payo, sabe-se que um ficou no Ceará, para passar à Bahia e outro foi diretamente para o Sul da Colônia. Manoel da Cunha Fróes de Almeida e João Batista de Almeida venceram todas as peripécias de meses de travessia do Atlântico, em busca de árvores das patacas, ou fugindo aos perigos do cristão novo, que, naquele século, foi uma das causas de emigração de altíssima porcentagem dos próximos povoadores do Brasil. Ambos tomaram um dos inúmeros primitivos barcos que entravam pela grande rede navegável do Recôncavo. Foram a Jaguaripe ou Maragogipe do Paraguassú, pela confusão de ilhas e voltas

apertadas, que dificultam chegar a Nazaré, ou, entraram pela barra do Paraguassú ou pelo que hoje é São Roque ou Coqueiros, ou Magé ou a sede da vila inicial de D. Álvaro da conquista da mata. Por um das vias chegariam ao futuro lar de aventuras e trabalhos, que salientariam a coragem da raça. Em terra da beira da mata, onde ainda os Testos dos Tupinambás e Paiaias recordavam as assolações e ruínas de engenho, com morte de brancos e pretos, senhores e escravos, os novos bandeirantes, rumaram para as foças dos mais antigos.

Vamos encontrá-los em viagem pelos caminhos enfiados de onças, que forçavam a marcha em grupos que assegurasse a vida. Era ainda perigosa a traição da sucurí, que laçava pelo pescoço o viajante montado ou pedestre. E a tocaia do assassino aumentava o pavor. Enfim, transpõe o Jaguaripe depois do Carai e estão quase na sua terra da promessa, ganhando um planalto onde cruzam os caminhos, depois estradas de Nazaré e São Felipe. É bem perto do Jogo da Bola, onde se encontram os dois Municípios de hoje com o de Santo Antônio de Jesus. Junto, encontra-se um velho cajueiro que é marco dos três municípios, que foram partes das velhas vilas Maragogipe e Jaguaripe. Jogo da Bola é um povoado pobre, junto a fazendas, a pouca distância do Casco Grosso. Pertinho do cajueiro marco, fica o ponto. Tem a mesma origem talvez, do Jogo da Bola. Ninguém supunha ser de futebol, que não sonhava vir a nós. Não conseguimos a causa do nome, mas de Ponto, nos orientaram uns vendeiros, em três quitandas, com cachaça, pão e cigarro. É reserva para os caminheiros da mata. Em Ponto ou Ponto-Seco, antigo Caldeirão do Belisário, eram as rinhas de galo. Os matutos diziam “buia de galo”. Ao Jogo da Bola voltaremos, a ver um filho de Manoel da Cunha, mas sigamos para seu Jericó. Manoel da Cunha Fróes de Almeida é encontrado como possuidor de uma légua de largo por três de comprimento num dos maços do Arquivo sobre “Sesmarías e Divisas” que Fernando Queiroz pesquisou. Aí se diz que, ao Norte, o limita o Rio das Almas, ao Sul o Pedra Branca, ao leste as terras de José Félix Ribeiro e ao oeste seu sogro Antônio de Souza Bitencourt. Aqui é que se identifica. Na tradição,

que nos fez organizar a genealogia de Úrsula Maria das Virgens e Félix Bitencourt, encontram-se os seus filhos Padre Alexandre do Couto Lemos e Antônio de Souza Bitencourt, que casou com Ana Maria do Couto, tendo dez filhos: 1 — Francisco Ignacio de Souza, 2 — Joaquim, 3 — José Feliciano, 4 — Úrsula, 5 — Rita, 6 — Padre Couto, 7 — Silveria Caetana, 8 — Antônia Luiza, 9 — Tenente Alexandre José de Souza Bitencourt e 10 — Ana Tereza de Jesus.

Dos oito primeiros pouco se sabe. Dos dois últimos conseguiu-se, nos cinquenta anos, enorme lista de descendentes. Do oitavo, que teve a filha Luzia casada com um filho de Ana. Tereza, Reinaldo Francisco, temos hoje, centenas de representantes. Tenente ou Major Alexandre José de Souza Bitencourt é o tronco de todos os que hoje são Maias, Souzas, Calmons, Neves da Rocha, Baleeiros, Valentes, Coutos, Lemos, Pitons e tantos outros. São os Bitencourt, de que temos falado, repetidamente, na Luta dos Três Rios e veremos ainda em Santo Antônio de Jesus.

Agora nos interessa Ana Tereza de Jesus, que se consorciou com Manoel da Cunha Frões de Almeida. Entre o Rio das Almas, junto ao qual se acha o Taboleiro, com capela concorrida durante o século XIX, e o Rio Pedra Branca, que limitou depois os Municípios de Santo Antônio de Jesus e São Felipe, ficavam as suas terras. Eram foreiras da capela de Janipapo, onde os Jesuítas tinham bela, rica e frequentada Igreja, hoje tombada mas pouco cuidada. Deles, Manoel da Cunha, obteve as terras, como João Fernandes Cardoso, outro português, que já estudamos. Sabemos bem a sua sede inicial em “Pau a Pique”, em casa de palha, depois grande construção assobradada, que veio chamar-se São José, desaparecido hoje, após duzentos anos, pela passagem da moderna, estrada de rodagem. Nesse ninho é que Manoel da Cunha e Ana Tereza de Jesus organizaram uma grande geração, que hoje os perpetuam: 1 — João de Almeida Frões, 2 — Caludiano de Almeida, 3 — José Vicente de Almeida, 4 — Manoel da Cunha e Almeida Filho, 5 — Maria Joaquina de Almeida, 6 — Antônio Feliz de Almeida, 7 — Reinaldo Francisco de Almeida, 8 — Alexandre José de Almeida, 9

—Joaquim Venâncio de Almeida, 10 — Silvério Hipólito de Araújo e Almeida. Nove homens e uma mulher que se casou com João Félix e foi para Valença, não se tendo tradição, por hora. Valença era país estranho, naquele tempo, fora da Capitania, e na velha São Jorge dos Ilhéus. Hoje vai-se, uma meia hora de carro, partindo de Santo Antônio de Jesus.

Os homens ficaram todos perto sob o prestígio do pai, que parece ter sido um líder feliz. Seu irmão João Batista, de Almeida, não o foi. Era muito desenvolvido, enquanto o irmão não saía da fazenda São José. A sua era Gravatá, que depois foi comprada por um sobrinho. Era Capitão, ia à Bahia e Maragogipe, ao sertão alto. Negociava e era rico, usando arreios de incrustação de prata. Os filhos foram dois, cuja descendência não prosperou. Falava-se que deixou dinheiro enterrado, mas um filho precisou trabalhar de rendeiro. Dos filhos de Manoel da Cunha, ouviu-se uma grande história de esforço, com algumas obscuridades, ou da tradição ou das personalidades. João Batista, ostentador, morreu pobre; Manoel da Cunha, humilde e tenaz, deixou filhos afazendados, netos ricos e poderosos, bisnetos e trinetsos cultos e elevados.

Que influência teve Ana Tereza de Jesus na valorização daqueles brasileiros? A mulher não pode ser esquecida no julgamento moral e social da prole. Sua influência é nociva ou favorável, na disciplina ou desorganização do lar, como escola de trabalho. Não tenho elementos para julgá-la mas seus dez filhos, todos prósperos, dão sinal de sua vigilância, viva constância, para tirar vícios e desenvolver virtudes. Verdade é que Manoel da Cunha vivia sempre do trabalho da fazenda, sem afastar-se do lar e isso é grande causa de ordem. Não nos ficou referência à genitora dos primeiros Almeidas, mas ela era uma Bitencourt, neta de Félix e de Úrsula. Desta se diz que concorreu para a construção da cadeia de Jaguaripe, para ter seguro o criminoso que assassinou Félix. Já havia casado com Matias Ribeiro, tendo oito filhos, cujos descendentes, hoje fazem honrosa figura. Viveu e morreu no esforço de elevar os filhos. E Ana Tereza, sua neta, parece merecer igual julgamento, ao criar a terceira geração da matriarca.

Dentre os filhos de Manoel da Cunha, não se conseguiu recordação da prole de Alexandre José e Joaquim Venâncio. Dos demais, a Genealogia de Úrsula registra maiores e menores contingentes. Dos maiores, João Frões, José Vicente, Manoel da Cunha Filho, Antônio Félix, Reinaldo Francisco, Claudiano o Silvério Hipólito os rebentos são milhares. Desse grupo repeti-mos a quadra cujo autor se ocultou, mas definiu as personalidades e mostrou padrão elevado do ambiente doméstico.

Eu sou o galã  
Zezé o casquilho,  
Janjão vaca velha,  
Silvério o novilho.

Quem foi o autor, não se sabe. Desconfio de Joaquim Venâncio, pela sua vida, que parece de solteiro eterno, que veremos rapidamente, em seu lugar. A quadra indica valor poético, de psicólogo, de acordo com o espírito peninsular. O poeta era filho de português e bisneto de português de origem francesa. Também pode ser Alexandre José que, em moço, quando o pai se deitava, descia de Pau a Pique, a cavalo, até Nazaré, para galanteios à noite, e voltava, antes do sol nascer e o velho despertar, estrompando o cavalo, em correria louca de 14 léguas por noite.

Todos os filhos receberam fazendas que adquiriu Manoel da Cunha, ficando elas em prosperidade até a terceira geração, quando, a abolição da escravatura, seguida da vinda da República, mudou as condições do trabalho dos bisnetos. O último filho, Silvério Hipólito, ficou na sede velha do patriarca. A princípio, eram reдеiros de Jenipapo, mas em 1841, na lei do registro do vigário, começou o domínio, fazendo os donos os limites, de comum acordo.

Há uma característica superioridade pessoal de Silvério Hipólito e veremos a influência das cousas, ao estudá-lo. Cumpre agora comparar as proles, que se concentraram no Município atual de Conceição do Almeida, antiga freguesia de Santa Ana do

Rio da Dona, dependente de Maragogipe. Aí ficaram os filhos de Silvério Hipólito e de Manoel da Cunha Filho, que transbordaram para Cruz das Almas. Os filhos de José Vicente procuraram Santo Antônio de Jesus, São Miguel e depois buscaram as Unhas de Conquista e foram prosperar em Pedra Azul, Minas Gerais, em posição saliente na política do Estado. Os de Antônio Félix e Reinaldo Francisco foram poucos homens. Os de Silvério, com onze homens, casaram em maioria com moças das famílias dos tios. Isso deu ao grupo proeminente influência. Silvério Hipólito repetiu o método e constância do pai: Viveu para o lar e para o trabalho.

Indiquemos as fazendas dos filhos de Manoel da Cunha, bisnetos de Úrsula Maria das Virgens e hoje bisavós dos que se acham pelos 60 a 90 anos. Sodré, perto do Canta Galo, em Conceição do Almeida, coube a Alexandre José, o caçador, que não deixou filhos, passando ao sobrinho Antônio Joaquim e agora é propriedade de neto deste, de igual nome; Oratório, foi de Antônio Félix, que a dividiu em Cajazeira e Mucurí; Pedra Branca, de João de Almeida Frões; Conquista, perto do Retiro e do Pau Cedro, em Conceição do Almeida, de Joaquim Venâncio, que se, transferiu para Cruz das Almas; Jaguaripe, (SOUZA), de Manoel da Cunha Filho, que se mudou para Cruz das Almas; Longuinho Velho, já conhecido no estudo de Antônio Porfírio, de Reinaldo Francisco, dos filhos mais velhos do patriarca; São José, antigo Pau a Pique, foi sede do desbravador, e passou ao filho mais moço Silvério Hipólito. São José será um dos pontos de parada das viagens sentimentais, e centro de carinhos para os netos, que são hoje bisnetos, trinetos, tetranetos, do português.

### INFLUÊNCIA DOS CABOCLOS E AFRICANOS

Os filhos de Manoel da Cunha tornaram-se uma verdadeira tribu superior da sociedade daquela época. É natural que assim fosse, pela pureza da europeidade, que conservaram as gerações, desde Félix Bitencourt até a terceira geração. Falava-se, na família

em mulheres pegadas a dente de cachorro e acredito que, nos vários ramos, que ficaram mal estudados, que não conseguimos reviver, haja mistura de índios e africanos. Há morenos muito acentuados, prognatismos claros, queixos que contrariam as tendências gregas da face humana. Certo orgulho os fazia preferir provir do caboclo, tão honrado no dois de julho do século XIX. Há viva influência índia nas origens dos parentes de Aratuípe, que foi Aldeia, com governo especial e orientação dos padres. Em Santo Antônio de Jesus, do velho padre Mateus, limitrofe de Aratuípe, ficaram grandes vestígios de selvícola, na gente de plano superior, que conheci, nos meus tempos de adolescentes e pequena juventude, entre os que vinham às feiras públicas, que tomava conta da Cidade, a princípio nas sextas-feiras, e depois aos sábados. Muitos hábitos e gestos eram dos íncolas; muitíssimos de filhos e netos dos escravos africanos, entre os quais se acomodavam sem mesclar-se, os aldeamentos provisórios de ciganos, que vinham, equipados como pequenas hordas.

O certo é que a influência negra dominou, havendo no polígono de nossas viagens, alguns antigos e famosos haréns de escravos. Não se esqueça o Chiquinho do Tacho, fazendeiro que tinha apenas um escravo e dezenas de escravas, que lavravam o campo. À noite, descia num tacho, preso pelas alças, em boas cordas, à trave, que fazia papel de roldanas puxadas pela própria força do transportado. Figura sem filhos na genealogia, ainda que casado, no ramo de Reinaldo Francisco, da terceira geração de Úrsula e Félix e filho de Ana Tereza. Reinaldo era muito alvo e casou-se com Luiza da Porciúncula, nascida de Antônia Luiza, filha de Antônio Souza Bitencourt. Não ficou tradição do nome e notícia do marido de Antônia Luiza. Por ela parece vir a nuança: filhos muitos alvos e muitos morenos, cuja variedade, se repete até na oitava geração de Úrsula.

Havia a mesma força que um americano, em 1931, me respondeu, na *Howard University*, de Washington, entre cerca de dois mil e quinhentos “negrões”, onde quase só vi mulatos de excelentes fisionomias inteligentes e poucos pretos verdadeiros.

Eu perguntava como era que se tinha, no país, tanta ojeriza aos negros. O inteligente americano, por sinal Cavaleiro de Colombo, respondeu-me: “Eles gostam”. Certa vez, um fazendeiro perguntou a uma mulata fina se não queria casar com Machado, um bom preto trabalhador. Ela respondeu tranquila: “Não, senhor, eu não caso, porque não acho branco. Vou ficar solteira, para ser filha de branco.” Entretanto, mais tarde, casou com Zeferino, preto trabalhador e sério, de muito sangue africano. Outra mulata tem dois irmãos, um preto e um claro. Tem ódio declarado ao preto. Várias mulheres com filhos de têt diferente têm essa atitude. Vê-se nas famílias, como são privilegiados lourinhos de olhos azuis.

Na descendência dos senhores do Longuinho Velho, Chiquinho do Tacho tinha só um escravo e muitas escravas, ao lado do lar, onde vivia santa e mártir, sem filhos, a mulher. Tinha grande ciúme do único escravo, Agostinho. Por vingança, exigia trabalho excessivo, a que o negro correspondia, vencendo o cansaço, pronto a todo instante. Agostinho chegou a fazer uma malhada de fumo, à noite: abriu e adubou uma tarefa, plantou-a e fez a primeira limpa. Fazia-o à mão, chegando terra e extirpando alguns matos ou capim. O senhor invejava o trabalho do escravo, apresentando-o aos amigos como prova de exuberância de sua terra. Agostinho mordida-se com essa traição. Era um negro de estatura mediana, espáduas largas, fisionomia decidida, inteligente. Levava a noite cabrionando o senhor do harém de escravas. Certa noite no terreno da fazenda, dormia um cavalo e Agostinho o montou. O cavalo erguia-se em saltos, urrando singularmente. Trémulo, apavorado, Agostinho saltou a varanda e o senhor acordou, para inteirar-se do que havia. O negro humilhou-se ante o senhor, mas não foi castigado.

Certa vez, Antônio Porfírio, no Longuinho Novo, compra uma boiada com um boi agigantado e impróprio para a moenda. Depois arremete e torna-se um perigo, sendo preciso matá-lo. Quarenta homens foram pouco e chamou-se Agostinho, que estava no canavial cortando cana de tio Chiquinho — “Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo” — “Para sempre seja louvado:

mandei chamá-lo para matar o boi” — “Yôio me dá seu facão”. Escolheu uma árvore, provocou o touro que partiu para ele. Ao primeiro, ao segundo, a vários impulsos da besta sobre a árvore, o negro circundava o tronco. Quando o animal, perdido o alento, volta ao campo, o negro corta-lhé o tendão de Aquiles e o sangra, com grande estrépito, da assistência, chamando os companheiros e a freguesia: “Urubus, canalha, come agora o boi.” Agostinho trepava num burro, quando passasse junto e em disparada.

### AMBIÇÃO DE SER CORONEL

Seu senhor morreu coberto de chagas, depois de gastar a fortuna, vestindo e montando o eleitorado, a fim de ser subdelegado e coronel, sua máxima ambição. Tinha a barba longa, ótimas montarias, oferecendo muitas mulas caras aos chefes de Maragogipe. Ninguém melhor que ele devia montar na zona. Em Santa Ana do Rio da Dona, ninguém mais falava quando ele estava. Lembrava o tio avô João Batista de Almeida, irmão de Manoel da Cunha.

### ANTÔNIO DE SOUZA BITENCOURT

Mas voltemos ao solar do velho São José, antigo Pau o Pique. Entre o Rio das Almas e das Pedras Brancas e perto do Jequitibá, que vai cair no Taitinga, estava o genro de Antônio de Souza Bitencourt e Ana Maria do Couto. Destes não conhecemos a sede. Deve ser pelo Jequitibá ou Sururu, nascido ao pé da serra da Gibóia. Pelo registro de sesmaria ficava a oeste de Manoel da Cunha. Qual a casa grande? Ainda existe? A quem pertence? Já hoje não existe o São José, de venerável memória de que teremos de contar a vida, em três gerações, sendo nós da quarta. Agora resta aos novos investigar, pesquisar (é o termo de hoje) nos arquivos. Antônio de Souza Bitencourt teve dez filhos, dos quais, somente dois têm enumeradas as progênies, precisando oito de estudo. As gerações de Ana Tereza e Manoel da Cunha vão bastante

esclarecidas aqui e na genealogia de Úrsula e Félix, ao lado da do Major Alexandre José de Souza Bitencourt. É preciso não confundilo com o Tenente Alexandre, filho de Úrsula e Matias Ribeiro, do segundo enlace. Alexandre José de Souza Bitencourt, casado com Ana Joaquina do Amor Divino, teve descendência notável, que vai de Manoel Gonçalves Maia Bitencourt, da Junta Governamental de Cachoeira, no tempo da Independência Nacional, até os filhos, netos e bisnetos de Joaquim Anselmo de Souza Bitencourt, de Antônio de Souza Bitencourt pai de Dr. Alexandre José de Barros Bitencourt, verdadeiro construtor da Estrada de Ferro de Nazaré, e do General Alexandre Maia Bitencourt, que organizou um batalhão para a guerra do Paraguai, voltando vitorioso, para morrer em 1900, no seu palacete, à praça dos Veteranos, como chefe de uma grande progênie, que inclui os filhos, netos e bisnetos do benemérito governador Góes Calmon.

Fica esta tarefa para os novos: ver nos arquivos o que não firmei da tradição, para esta viagem sentimental, que deve ser verificada, e dar a sede dos ancestrais, na vida afanosa da lavoura escravagista, que é nossa raiz ainda bem viva. Os municípios de Maragogipe, Nazaré, S. Felipe, Jaguaripe e Aratuípe, Santo Antônio, São Miguel e Lage, Valença, Amargosa e Brejões, São Félix Muritiba, Cruz das Almas, Castro Alves, Santa Tereza e sobretudo Conceição do Almeida, fornecerão material de estudos, a quem seja capaz de criar a história colonial, religiosa, econômica e social das Matas do Sertão de Baixo, nos séculos dezessete a dezenove.

Ao lado dessa tarefa está a de achar as sedes de três filhos de Manoel da Cunha, pois, de dez, somente sete localizamos, faltando: Caludiano, pai do Capitão Souza, que viveu no Jaguaripe (localidade do SOUZA) além do Mocambo; José Vicente de Almeida casado com Maria Joaquina, nas proximidades de Santo Antônio de Jesus, com grande progênie, e Maria Joaquina, casada com José Félix, que deve ter vivido no atual Município de Valença ou circunvizinho no fim do século XVIII e princípio do XIX. Os sete apresentados ficaram nos atuais municípios de Conceição do Almeida e Castro Alves, alargando-se, do primitivo âmbito, que vai

do Rio das Almas até o Rio da Pedra Branca, que limita Santo Antônio e São Felipe e desagua no Taitinga, perto de sua foz, no Jaguaripe.

Esse trabalho exigirá paciência e felicidade, pois muito arquivo foi destruído. Em Nazaré dois fatos nos indicam a base falsa de uma pesquisa do passado. Havia uma igreja em frente ao rio, com um belo tijupar, antigo recurso dos roceiros fiéis cristãos e um volumoso arquivo. O tijupar foi destruído porque era feio, conforme os políticos; o arquivo foi entregue ao fogo, como inútil. Não é de estranhar, pois em 1940 e tantos, o Dr. Vilhena de Moraes me contou como salvou a papelada dos antigos Vigários do País, destinada à destruição. Acontecia que me eram necessárias informações de um Capelão da Lage em 1819 e de vários Vigários. E o Arquivo Nacional, em uma semana, forneceu-me dez a doze cópias fotostáticas preciosas. Na sede do Governo Federal, só por influência de espírito superior, o fogo não fez mau trabalho.

## CAPÍTULO SÉTIMO

### SILVÉRIO HIPÓLITO DE ARAÚJO E ALMEIDA E SEUS FILHOS

O desenvolvimento das matas foi lento e a ascensão de sua gente, custosa e demorada. A vida rural dos povos cultos permite que o poeta ache motivo e inspiração no pendoar do trigo, no florir das macieiras, no despontar dos botões, ao voltar a primavera. Nas terras novas, de clima inóspito, a vida reduz-se ao trabalho duro dos braços, a cuidar das roças, do gado, das aves do terreiro além de vigiar as cobras ou vencer os mosquitos. As vilas e cidades dão lazer para os estudos, função normal futura dos letrados. Os Bitencourts tinham já representantes no governo, no comércio, no começo da cultura intelectual, pois haviam ficado em Nazaré. Os Almeidas ficaram nas roças, eram os tabaréus da família, a despertar risos dos cidadãos. Quando vinha o verão, ou quando uma epidemia afugentava da povoação, o refúgio era a fazenda do tio ou primo. Depois, muito depois, surgiu um filho do caipira,

que persistiu no colégio e chegou à Faculdade. É a ascensão da família: tem um filho doutor, que ficará o árbitro dos problemas, se for bem ajuizado e não egoísta em excesso. Dos Almeidas, o primeiro pergaminho chegou à casa do derradeiro filho de Manoel da Cunha. A fazenda ganhou prestígio, somado ao do velho português. Irmãos mais velhos tiveram descendentes diplomados, anos mais tarde, segunda geração. As hostilidades do, ciúme não faltaram, mas o grupo teve lucro da decisão do benjamim, que a quadra chama novilho. Era a tradução própria do ambiente, onde o primeiro filho foi chamado vaca velha. Um outro chamou-se casquilho e estou a ver em trinetos a propriedade do epíteto. Do galã não se tem pista para identificá-lo a caminho de dois séculos. Mas a quadra perdura significativa de um poeta interessado por teatro, nos fins do século XVIII. Entremos agora na vida do último filho do nosso Manoel da Cunha. Silvério deixou retrato e um caderno precioso, onde lançou seu casamento e os nascimentos dos filhos. Eram páginas finais da cópia de uma “Cantiga a Nossa Senhora,” seguida de orações de Missa. Começa “Cantiga primeira a Nossa Senhora da Piedade,” logo de manhã:

Desperta o pecador  
Do letargo da maldade  
Vem que chama a senhora  
Mãe de Deus da Piedade  
Aqui está morto em seus braços  
O seu Deus de Bondade  
Que para lhe perdoar  
Tem amor, tem piedade...

Segunda cantiga começa:

Com lágrimas de contrição  
Chega com toda humildade  
Pedindo ao filho Jesus  
Perdão, Perdão, piedade...

São cerca de duzentas quadras. Depois de várias orações em versos, inclusive na Missa e pela comunhão, finaliza:

União convosco temos  
Quando vos comungarmos  
Por vós nos transportamos  
A vossa glória.

Era nesse livro de reza do século XVIII, que Silvério Hipólito fazia seus lançamentos de família, começando: “Em 27 de Novembro, de 1816, casei-me com a Senhora Dona Maria.” Afirmaram que era analfabeto mas o registro o contradiz. Em anos sucessivos, há o registro do nascimento dos filhos, com escrita igual à correta para a época. Dizia-se que a noiva Maria Rosa da Assunção Sampaio, trazia grande prestígio. Após o casamento, Reinaldo Francisco, já conhecido no Longuinho Velho, dos irmãos mais velhos que não creio seja o autor da quadra do galã, aproximou-se do noivo: “Meu irmão, você já está casado, não há mais remédio; se você quer ser feliz, entregue o governo da casa à Maria Rosa; deixe-a mandar e desmandar à vontade.” Silvério ouvi-o e tudo correu bem. Seu trabalho era nas roças, onde prosperou. Teve dezessete filhos, dos quais vingaram onze, com enorme quantidade de netos, bisnetos e trinetos de hoje.

Maria Rosa de Assunção Sampaio, era filha de Maria Rosa do Nascimento e de Manoel José de Oliveira Sampaio, do Oiteiro Redondo, de São Félix. Houve um romance na família. Manoel José e Maria Rosa estavam à janela, antes de nascer a sua única filha. Eram felizes e tranquilos. Passa na rua, cavalgando com maestria, um jovem garboso. Manoel José confia à mulher: “Aquele rapaz, tão bom cavalheiro, é meu filho.” Logo retruca a mulher: “Nós não podemos mais viver como marido e mulher, porque eu sou madrinha de batismo dele.” Desde esse momento, separaram-se. Manoel José de Oliveira Sampaio foi viver nas matas do Orobó e Maria Rosa esperou tranquila o nascimento da futura mulher de Silvério Hipólito. A força da religião era decisiva dos fins do século

XVIII a começo do XIX. O nome Sampaio ficou e quase todos os filhos e netos o tiveram. A firmeza do marido e a intransigência moral da esposa transmitira-se às consecutivas gerações.

Mas o romance continua. Inês Porcina, mãe de Tertuliano casou-se com José Coelho, contra a vontade do pai, sendo maior. Era prima de Maria Rosa. Organizou-se tudo à forma medieval. A noiva compareceu vestida de amazona. Juiz e testemunhas e o noivo compareceram à casa, presente o pai, chegando de surpresa a cavalhada. Não foi um rapto, porque o ato judicial se realizou estando presente o pai. Muitos cavaleiros, convenientemente armados, acompanharam a noiva destemida, que depois teve cinco filhos: Tertuliano Coelho Sampaio, de grande número de netos, bisnetos e trinets; Estevão casado com Joana Pirajá, Maria da Paz, Mariquinhas e Jerônimo, casado com Escolástica, muito quituteira, Inês Porcina venceu o despotismo paterno, mas Maria Rosa, minha bisavó, que nunca tinha visto o Pai Manoel José, recebeu uma dúzia de bolos do tio, para que não ousasse, urn dia, imitá-lo. Isto era no século XVIII ou princípio do XIX, pois Maria Rosa casou em 1816.

Conta-se que seu tio, Gaspar Fernandes, fez um cacho de bananas em ouro oferecido a D. João VI. O certo é que Maria Rosa do Nascimento, sogra de Silvério era muito rica, muito religiosa, um tanto fraca de juízo. Dava presentes de partes da baixela de prata, até bacias, mandando-as a freiras imaginárias, entregando frascos de pó de ouro. Isso hoje repete-se. Uma velha de Conquista distribuiu dezenas de milhares de cruzeiros, como pagamento, enquanto os recebedores contestavam que era presente. A velha do Oiteiro Redondo, dispersou o que hoje seriam milhões. Os netos, no São José, para onde se transportou, faziam, mais tarde, ponteiros de prata para “apontar as lições” tendo como forma canudos de mamão. Os escravos mascaravam-se e roubavam ou recebiam presentes.

Enquanto isso, Silvério Hipólito progredia nas roças. Seria, em breve, vitorioso, dando a cada filho uma fazenda. Nos lautos

jantares solenes, o feliz fazendeiro invariavelmente, recitava, entre as brincadeiras de moços e moças e velhos:

A roupa de minha amada  
Não se lava com sabão  
Se lava com um ramo verde  
Tirado do coração.

Certa vez, quando a farinha subiu cem réis por quarta ds vinte litros, dizia satisfeito: “Vou carregar maniva nesta cabecinha para plantar mandioca”. No trabalho era um leão, honesto de trato, bondoso com os parentes. Era severo com os filhos. Conta-se que fez Félix Gaspar, já estudante de medicina, amarrar cerca, e passava junto, batendo-lhe a boceta de rapé na cabeça: “Tu pensa que está no colégio?” Não manteve a despesa, que os irmãos se cotisaram para sustentar. Que razões teve, desconheço e também qual seria a despesa, em 1858, quando se diplomou o primeiro homem formado da família de Manoel da Cunha. Como termo de comparação, registro que em 1909, 1910, gastei, como quarto e quintanista, quarenta e cinco mil réis mensais ds pensão fora o quarto, que pagava Eduardo de Almeida, hoje octogenário. Silvério, mantinha, em São José, um Padre Mestre, que ensinou a ler a Belota de Xandú de Nazaré, fazendo as letras na areia. A menina tinha ido a passeio com a madastra, Maria Madalena, cujo pai a conservou até os sete anos. Às visitas eram frequentes ao São José, pela bondade dos donos. Também iamos meninos a Nazaré, onde morreram, de febre amarela, dois filhos do fazendeiro.

Maria Rosa, de tanta energia, tanta capacidade de mando e com tantos filhos, adoeceu, tendo congestão que talvez fosse trombose; não pôde mais tomar conta da garência da casa. Assim desfez-se o domínio firmado quando do casamento, pelo conselho de Reinaldo Francisco. Tudo ficou sob as ordens da escrava Luiza Tapuia, filha de Inês, escrava por cuja gravidez Maria Rosa brigara com um primo de grande prestígio político, que devia ser o pai da governanta. A velha Maria Rosa já tinha morrido. Depois, a filha

deixa viúvo o velho Silvério. Teve influência incontestável no lar. Os filhos constituíram-se em fazendeiros capazes e as filhas foram donas de casa prestigiosas. Já conhecemos Isabel do Riachão, heroína que ficou com a dívida criada com o negociante português de Nazaré. Vamos ver Maria Madalena, tia Sinhá, consulesa geral dos roceiros na Capital nazarena das roças, que iam quase a Castro Alves, à Lage, à Amargosa e por toda Conceição do Almeida. Seu lar tornou-se o consistório de análise dos problemas econômicos, morais e políticos da mata.

Havia estilo, firmeza de meditação, critério, conhecimento das peculiaridades de cada lar da irmandade. Madalena era Sampaio, filha de Maria Rosa e Tertuliano era Sampaio, de Inês Porcina, amazona decidida a casar mesmo que fosse contra a vontade do pai. Não posso dar mais que suspeito dos traços israelitas da grei, mas posso afirmar que toda a tonalidade disciplinar adquirida por algumas casas grandes, vem de imitação a Nazaré. Ali viviam os Bitencourts, desde cedo centralizados no povoado, em contato mais constante com Jaguaripe, Maragogipe, com a Capital e com os europeus que vinham nos barcos verificar a existência da árvore das patacas. As ligações dos Bitencourts, Almeidas e Sampaio criavam o estilo civilizado, dominador dos impulsos nascidos das tolerâncias do mato, predominantemente dos Almeidas. O convívio com outros grupos, em mais distantes paragens, poliu as arestas dos antigos rapazes de Pau a Pique, bem denunciados na quadra do galã e do casquilho.

O Sampaio de Maria Rosa, que dominou em todos os filhos, menos no que se fez médico em 1858, foi o traço característico daqueles Almeidas prestigiosos pela solidariedade e união das fazendas de Santo Antônio e Conceição. Adoecendo quando todos tinham tomado estilo, pôde-se manter o regime sob as ordens de Luiza Tapuia, que tinha sangue do sobrinho de Silvério, também neto de uma Conceição Sampaio, com um Magalhães de Cruz das Almas. Era cercado de veneração seu nome, nas fazendas do século XIX, onde parentes e escravos conheciam seus valores, já previstos pelo cunhado Reinaldo, no dia do seu casamento. Havia

um quê de orgulho ao pronunciar o Sampaio final, de costume mais espanhol após o Almeida, francamente português. Entre estes e aqueles vieram judeus cristãos novos para o Brasil em altíssima porcentagem e suas qualidades bem elevam os de hoje.

Ele tinha sido o boi de carga da fazenda. Não teria saído de sua imaginação e do seu exemplo a quadra do galã, mais própria da cultura da mulher. Seu forte era produzir de sol a sol, carregar na cabeça manovas de mandioca, porque a farinha subiu de preço por quarta cem réis. Sua resistência e economia, não economia constitutiva de criação de valores, mas poupança severa e inconsequente, que negava auxílio ao filho estudante de medicina para continuar o curso, dando lugar aos irmãos mais velhos a conjugarem esforços para fazê-lo diplomar-se. Ainda em pleno século XX, um sobrinho bisneto do lavrador repetia a mesma exigência de trabalho do estudante em férias, como aquele ao obrigar a atar cerca, dando-lhe à cabeça a boceta de rapé: “tu pensa que está no colégio?” Sua cultura, presa à terra, só entendia o valor das douradas moedas de vinte mil réis que seriam agora milhares de mil réis.

Sua constância e tenacidade, deixando à mulher capaz o governo do lar e cuidando das roças, do seu gado, dos canaviais e mandiocas, criando pomar, jaqueiral seleta, riqueza crescente, que deu prestígio crescente, em toda a primeira metade do século, vai como a gordura do cavalo, que prospera com o olho do dono. Aos filhos deu exemplo de trabalho. Sendo último filho de Manoel da Cunha, não se fez mimado, nem saiu do meio. Foi profeta na própria terra. Adquiriu dos irmãos mais velhos a velha gleba dos Jesuítas de Jenipapo, uniu-lhe novas terras e morreu à vista de todos, prósperos e prestigiados. As suas fazendas serão as viagens sentimentais, algumas a povoados do centro, outras à própriacapital nazarena das roças.

Os Almeidas e Sampaio foram nascendo na Casa Grande de S. José, desde antes da Independência do Brasil até a época da Maioridade, de Pedro II ídolo de todos ou quase todos: 1 — José Joaquim 1818, 2 — Joaquim José 1819, 3 — Ana Joaquina 1821,

4 — Antônio Joaquim 1822, 5 — Francisco Félix 1826, 6 — João Caetano 1827, 7 — Manoel de Jesus 1829, 8 — Maria Madalena 1830, 9 — Félix Gaspar 1832, 10 — Isabel 1834, 11 — Apolinário 1836, 12 — Marciano 1841, 13 — Veridiana 1843.

Antes de fazer as viagens às suas fazendas, que floresceram até fins do século XIX, começo do XX, vejamos lembranças de seus tios, filhos de Manoel da Cunha. Começaremos com o avô de Aprígio Alves, Antônio Félix de Almeida, casado com Ana Luiza da Trindade, filha de Luiz Batista de Magalhães e Maria da Conceição São Payo. Já se começava o entrelaçamento dos Sampaio e Almeidas, que nunca tiveram perfeita harmonia. Houve sempre desconfiança de que eram duas tribus diferentes, de judeus. Acusavam-se mutuamente. Pelo casamento de Maria Madalena com Tertuliano Coelho Sampaio, Silvério Hipólito fez resistência, cedendo afinal.

#### CAPÍTULO OITAVO

##### ALMEIDAS DE INFLUÊNCIA MAGALHÃES ORATÓRIO, MUCURÍ, CAJAZEIRA, JAGUARIFE, QUARTEL ANTÔNIO FELIZ E MANOEL DA CUNHA FILHO

Dois filhos de Manoel da Cunha casaram-se com duas filhas de Luís Batista Magalhães e Maria da Conceição São Payo. Antônio Félix, senhor do Oratório, foi marido de Ana Luiza da Trindade e Manoel da Cunha Filho teve como esposa Felisberta e morou, a princípio em Jaguaripe, depois chamado Souza, e transferiu-se para Quartel. O pai das noivas era filho de um português do mesmo nome e faleceu no Oiteiro Velho, no dia de *Corpus Cristi* de 1831. Com esse português, identificamos mais um tetravô. Há certa distinção de tendências desse grupo, desde o começo do século XIX. Ele tem representantes mais ousados para emigrar, mudar de terra, ao contrário de outros, bastante conservadores. A influência Batista Magalhães torna-os menos presos à terra que lavraram. Há personalidade mais vivas em todos, mas parece que havia

média mais alta, numa avaliação dos que estamos estudando. Os filhos de Antônio Félix e Ana Luiza já nasciam pelos anos finais do século XVIII e princípios de XIX, dando netos pelos de vinte e trinta: 1 — Inês, a Tia Iaiá, falecida em 8 de agosto de 1884, segunda esposa de seu tio José Batista de Magalhães, que esteve na guerra da Independência; 2 — Jerônimo Batista de Almeida, nascido em 1808, falecido em 17 de janeiro de 1894, casado com Guilhermina Henriqueta Maia, falecida em 17 de janeiro de 1863, deixando-o viúvo por trinta e um anos; 3 — Maria Alexandrina, casada com João Francisco de Almeida, filho de Manoel da Cunha Filho, por onde vem o ramo dos Velames; 4 — Manoel Firmino que foi para o Sertão Alto, casando com Maria Guilhermina, filha de José Luiz Alves e neta de João José Alves; 5 — Isabel, casada com José Joaquim, senhor de Mucurí e depois de São José, deixado por Manoel de Jesus; 6 — Ana (tia Sinhá), casada com Manoel Marques, tendo um filho. Mais dois, José e Antônio morrem moços.

Manoel da Cunha Filho, transferido para Cruz das Almas teve nove filhos crescidos: 1 — José Batista de Magalhães, casado com Ana Joaquina, filha de Silvério; 2 — Alexandrina, que morre solteira; 3 — Cândida, casada com Cândido da Pedra Branca, sem filhos; 4 — Carlota, casada com José Eduardo Vaz da Cunha Sampaio, com grande progênie, cujo estudo vai sendo feito com segurança pelo Prof. Jaime de Carvalho Sampaio; 5 — Antônia, casada com o Capitão Manoel de Souza Santos, filho de Clau-diano, e início de Almeida Souza e Souza Almeida de que se distingue hoje Rômulo Almeida; 6 — João Francisco de Almeida, casado com Alexandrina, filha de Antônio Félix, por onde vem a descendência dos Velame; 7 — José do Carmo, sem filhos; 8 — Inês Porciana (Tia D. Inês) senhora do Canta Galo casada com Antônio Joaquim, filho de Silvério, com descendência atual de diplomados de várias carreiras, havendo netos septuagenários e octogenários e infinidade de bisnetos, trinetos; 9 — Ana (Tia Donana) casada com José Alexandrino, filho de João de Almeida Fróes, o mais velho, da quadra do galã e do novinho. As duas grandes

greis espalharam-se pela Conceição e pela Cruz das Almas, donde, na terceira e na quarta geração, afastam-se para as atividades superiores da economia, da cultura, das tristezas, da burocracia. Para nós, as facilidades de aproximação foram maiores e com o ramo de Antônio Félix. Os de Manoel da Cunha Filho, só adultos começamos a conhecer. Por isso ficaremos pelo canto nordeste de Conceição onde prosperava o velho Oratório. Esse nome provinha de antiga estrutura religiosa simples, que havia nas estradas, onde os viajantes paravam para fazer preces. Em recente cartão postal da Alemanha veio um que era uma haste de madeira, onde pequenino nicho continha um crucifixo. Na Bahia, ainda alguém detem-se e persigna-se, ante uma porta gradeada da portaria da Misericórdia, onde um altar pede oração. Encontrei, na zona rural do Rio Grande do Sul, alguns oratórios veneráveis. Aqui não encontrei, mas também não viajei pelo sertão alto, onde a tradição é mais tenaz e mais grata às forças religiosas e espirituais.

As terras e a Casa Grande do velho Oratório foram divididas em Cajazeira e Mucurí. Estes também são absorvidos, ante a lenta invasão das pastagens, e com os novos traçados de estradas de rodagem. Entre Santo Antônio de Jesus e Conceição do Almeida, a plantação diminuiu para predominar o gado. Na primeira metade do século XIX, Antônio Félix fez a divisão e a Cajazeira fez grande papel na Monarquia. Para lá será uma das viagens sentimentais. Na linha dos avós, encontraria Jerônimo Batista velho, irmão do meu avô Manoel Firmino. Mas completamos a linha dos bisavós, com João de Almeida Fróes, cuja descendência ocupou os limites da Conceição do Almeida com São Felipe e depois as cabeceiras do Mocambo, no Mocotó, transbordando para Castro Alves, o velho Curralinho, unindo-se aos Castros. Na Conceição do Almeida entre o Mocotó e o Cabeça do Homem, que no século XVIII, não seriam tão fracos como hoje, após a devastação das matas, encontrava-se Conquista, de Joaquim Venâncio, que se mudou depois para Cruz das Almas. Perto de Conquista, o Retiro, o Arraial de Pau Cedro, mas do local de Joaquim Venâncio nenhuma revelação. Ele passará à Cruz das Almas, onde foi amparado pelo irmão

Manoel da Cunha Filho. Era muito atilado, negociava pelo sertão, em fazendas e animais, fazendo lembrar mascate judeu ou sírio e ainda os ciganos. A análise retrospectiva nos leva a pensar que é o autor da quadra do galã, do casquilho, da vaca velha, do novilho.

A sudoeste da Fazenda Conquista, de Joaquim Venâncio, entre Jequetibá e seu afluente, a leste do Grão Pará, ficam os Cômoros, que depois de chamarem Boa Esperança, tendo, mais ao norte Pau Ferro e depois Sodré, que foi sede de Alexandre José, o Caçador. Não constam outros registros, passando cedo a outros a posse e afinal a um sobrinho Antônio Joaquim, administrado por José Firmino, que encontraremos mais tarde. Bastante ao sul, entre Santo Antônio de Jesus e São Miguel de boje, que eram da velha freguesia de Nazaré, pelos fins do século XVIII e princípios do XIX, ficou José Vicente de Almeida, cuja descendência, na terceira geração, constitui brilhante representação, desde Salvador até Pedra Azul, de Minas, passando por toda a Estrada de Ferro de Nazaré, sobretudo Itaquara, Jaguaquara, onde está o Colégio Taylor-Egídio, que é um dos orgulhos de grande grupo dos Almeidas da progênie. Havemos de encontrar o moço, nas tarde. Bastante ao sul, entre Santo Antônio de Jesus e São Miguel de boje, que eram da velha freguesia de Nazaré, pelos fins do século XVIII e princípios do XIX, ficou José Vicente de Almeida, cuja descendência, na terceira geração, constitui brilhante representação, desde Salvador até Pedra Azul, de Minas, passando por toda a Estrada de Ferro de Nazaré, sobretudo Itaquara, Jaguaquara, onde está o Colégio Taylor-Egídio, que é um dos orgulhos de grande grupo dos Almeidas da progênie. Havemos de encontrar o moço, nos fins do século XIX, egresso de Santo Antônio de Jesus para Caldeirão, hoje Itaquara. Esse é de outro galho da árvore, o de Reinaldo, que no dia das bodas de 1816 aconselhou Silvério Hipólito a entregar o governo da casa de São José a forte Maria Rosa. O moço vem por sua filha Antônia Luiza com Severiano de Souza Bitencourt, parente do Souza Bitencourt, que fundou a irmandade de S. S. Sacramento de Nazaré. Os cinquenta anos não chegaram para localizar os demais filhos de Manoel da Cunha. Provavelmente,

futuros investigadores da História Regional da Bahia encontrarão documentos em Arquivos, referentes à segunda parte do século XVIII e princípios do XIX.

### DIFICULDADES DO PARENTESCO

Seriam infinidades os descendentes registrados na genealogia de Úrsula e Félix e de Úrsula e Matias, em dois séculos. Muitos estão por se conhecer. Nossas viagens sentimentais, nos levarão apenas aos velhos lares de poucos, onde na infância, na adolescência, na juventude, na idade madura, fizemos o culto da tradição familiar. Estamos entre os trinetos de Manoel da Cunha, que são pentanetos de Úrsula e Félix, em cerca de duzentos e cinquenta anos das matas, que vão de Maragogipe e Jaguaripe até Lage,-Brejões e Castro Alves de hoje. O total dos netos de Úrsula com Félix e com Matias subiria, no que colhemos da genealogia incompleta, a 22, e dos bisnetos a 39, faltando muita gente. Os netos legítimos de Manoel da Cunha e Ana Tereza já sobem a 52, naturais, não sei quantos, os bisnetos a centenas, os trinetos a muitas centenas, ausentes muitos desconhecidos nominalmente. Os trinetos alcançariam a cifra de milhares, onde somos unidades veneradora dos antepassados.

O parentesco dos filhos de Aprígio Alves, Jerônimo e Antônio Batista é muito reforçado, somando sangue de três irmãos bisavós: Silvério Hipólito, Antônio Félix e Reinaldo Francisco, Os Almeidas Souza e Souza Almeidas têm dois irmãos bisavós: “Antônio Félix e Claudiano Almeida. Alguns Almeida Sampaio são bisnetos de Silvério e de Reinaldo. Os primeiros são trinetos três vezes de Manoel da Cunha e Ana Tereza de Jesus; os segundos, è terceiros são duas vezes trinetos. Os Alves conhece cem mais dois bisavós: Luís José Alves e Maria Soares de Oliveira. O triavô João José Alves, é português.

Cada indivíduo tem 4 avós, 8 bisavós, 16 triavós, 32 tetravós, 64 pentavós que podem influir na personalidade somática èpsicológica, dentro das leis da genética. Para os que admitem o

entrosamento das forças espirituais ainda mais complicado é o problema. Em nosso caso, temos ainda conhecido mais dois triavós: Luís Batista de Magalhães e Maria da Conceição São Payo, pais de Ana Luiza da Trindade, casada com Antônio Félix. Ainda triavó é Antônia Luiza filha de Antonio de Souza Bitencourt, cujo marido não conseguimos identificar. Sumariando os triavós conhecidos, homens e mulheres, são: Manoel da Cunha e Ana Tereza; Manoel José de Oliveira Sampaio e Maria Rosa do Nascimento; Antônia Luiza Bitencourt e marido desconhecido; Luís Batista de Magalhães e Maria da Conceição São Payo; João José Alves cuja esposa não conseguiu-se identificar. São assim nove conhecidos. Como três filhos de Manoel da Cunha são nossos bisavós, teremos repetição de mais quatro. Serão treze triavó conhecidos, faltando três para completar a rede genética. No grau de tetravô somente são conhecidos: Antônio de Souza Bitencourt e sua mulher Ana Maria do Couto, repetidos quatro vezes. Oito apenas, enquanto deveriam ser trinta e dois. Como penta-avós apenas dois: Félix Bitencourt repetidos quatro vezes, devendo ser sessenta e quatro. Em cerca de dois séculos, ou pouco mais. É possível que haja outra soma, mas não sabemos se algum triavó ou bisavô traz algum sangue de Úrsula com Matias. Além de tudo isso, há mister pesquisar alguma soma da mulher de Silvério, Maria Rosa da Assunção Sampaio e Maria da Conceição São Payo, mais velha, casada com Luís Batista de Magalhães, pais de Ana Luiza da Trindade, casada com Antônio Félix de Almeida, pai de Jerônimo Batista e Manoel Firmino, meu avô.

### INFLUÊNCIA DAS MULHERES

Dadas as complexidades, convirá salientar dois raciocínios: A influência das esposas, filhas de Luís Batista ou sejam Ana Luiza, de Antônio Félix e Felisberto, de Manoel da Cunha Filho, parece significativa pela diferença de orientação de vida do grande grupo formado, relativamente aos dos Souza Bitencourt e dos Almeidas iniciais da mata estudada. A estrutura das casas, a forma

de vida, a admissão de” apetrechos mais adiantados no trem de vida, parecem ter sido mais aperfeiçoados, mais artisticamente encaminhados. Há nisso talvez a influência de Cachoeira, de maior progresso que Jaguaripe no fim do século XVIII, quando Nazaré ainda era freguesia dependente. Ao jovem que percorreu as fazendas e povoados pareceu que os lares eram mais civilizados. No Oiteiro da Vargem Grande, por exemplo, havia uma sala de visitas e de jantar para cerimônias e sala de chão batido, com estrado para trabalhos de costura das mucamas e das filhas do fazendeiro. Por outro lado o quarto destas era pequeno para o número de moças. Também no falar dos homens e mulheres, no grau de circunspeção dos mais representativos, na política e no comércio e lavoura, havia superioridade nos descendentes de Antônio Félix e Manoel da Cunha Filho. Eram menos orgulhosos, menos positivos, como costumavam dizer os Almeida Sampaio, muito ostentadores de sua superioridade. Das lembranças de meio século, comparo Calixto José de Almeida, do Grupo Manoel da Cunha Filho, com os demais elementos que sustentaram as eleições. Era o mais procurado, mais acessível, mais simpático, mais moderado. A influência das mulheres do grupo Batista Magalhães fez-se sentir nas sucessivas duas gerações. São as donas ou senhoras de Cantagalo e Mucurí. Aquela filha de Manoel da Cunha, “minha Tia Senhora D. Inês” (como se dizia) e Isabel, filha de Antônio Félix, casada com José Joaquim, a qual foi a alma protetora dos órfãos de Manoel Firmino, assassinado por dois escravos em Camisão, dizem que foi influência de parentes (por interesse de terra). Isabel morreu com 95 anos e a veremos noutro lugar.

#### PARENTESCO AINDA DESCONHECIDO

O segundo raciocínio está ligado a um problema que não pude encaminhar. Há nas gerações provenientes de Úrsula e Félix um grupo que mantém ainda uma visível influência européia. São os Almeidas de Egídio, que se fez batista e criou o Colégio

Americano, hoje Taylor-Egídio. Parece que há ligação com a história ou lenda de um holandês ou suíço que, fugindo do recrutamento da guerra da Independência, escondeu-se num cesto ou pacum, que mandou levantar por um escravo, que ergue para o telhado da casa de farinha. Chegando a comissão recrutadora, o chefe percebeu movimento no cesto e o fez descer, quando o estrangeiro já chorava. O recrutador diz decisivo: “Você não vai para a guerra, não; você vai casar com D. Rosa.” Era uma menina-môça de doze anos, quando já muitas estavam prometidas sem vontade de escolha. É a história romântica que ficou de “Dinha Rosa” madrinha ou dindinha, conservada em várias gerações. O número de bisavós e triavós, pela multiplicidade do sangue de mentalidade, tornaram difícilíssimo predizer a média de personalidades; de um lar. Muita vez guarda-se a lembrança de avô materno e de um bisavô paterno, sem dependência de parentescos e de traços raciais e psicológicos, totalmente diversos.

A história de Dinha Rosa sugere também o parentesco dos Holenverg, “cujas ligações não cheguei ainda a firmar na sucessão. O velho João Carlos, de Rio Novo, afirmava nosso parentesco aos irmãos agrimensores de quarenta anos passados. Um pouco mais ao sul, em Una, os Almeidas, que ligam também aos de Muritiba, zona que atribuem à história de Dinha Rosa. Da análise fisionômica, e de certos comportamentos psicológicos, minha crença é de parentesco dos Almeidas catalogados com os de Una, Muritiba, Rio Novo, hoje Ipiaú. Possivelmente o futuro fornecerá elementos de ligação. Tempo, paciência, tranquila apreciação tornam-se fundamentais. A influência dos Batistas de Magalhães, trazida pelas esposas, que passam a ser bisavó e tia-bisavó, passa às tias avós, desde que a avó não é da grei dos Almeidas.

## SÃO JOSÉ

Era domínio de Izabel, filha de Antônio Félix e Ana Luiza da Trindade casada com um filho de Silvério Hipólito e Maria Rosa. Iam começar as viagens sentimentais. Estaremos na região

do antigo. Oratório de Antônio Félix, que o dividiu com os filhos Jerônimo Batista e Isabel de José Joaquim. Desapareceu o Oratório para pouco depois morrer o Mucurí e ficar só o São José com a Fazenda Cajá. Os senhores da época, doze anos depois da abolição da escravatura já eram Jerônimo Batista moço e Jerônimo Sampaio, falecido em 1911, um decênio depois das viagens sentimentais iniciadas.

No derradeiro ano do século dezenove, fomos a Taboleiro das Almas, ser padrinho de Maria, filha de Inocêncio, preto simpático e maneiroso, das terras de São José, antiga de Manoel da Cunha, de Silvério e de Manoel de Jesus, agora de Jerônimo Sampaio, seu genro. Era a primeira viagem. Um cavalo ruço, habilidoso e macio, trazido por Inocêncio, tomou-me, em tarde de sábado. O adolescente, quase menino, seguiu emparelhado com o compadre do dia seguinte. As areias do caminho, de fofas e alvas, que o calçamento depois ocultou, tinham sido palmilhados muitas vezes, indo buscar e levar, diariamente, a vaca de leite, aos postos da fazenda de José Inácio do Sururu. Nessa tarde, era mais solene a viagem. Transpunha-se o Sururu, subindo os contra-fortes que desciam para o Jequetibá,-território de Conceição do Almeida, Os campos, já batisados de dois séculos, davam estradas estreitas, ladeadas de sapês, tendo à distância o jaqueiral e os cajueiros, que já se ornavam dos muturís da safra Guarda Nacional em 1840, assinada pelo presidente da Província Paulo José de Melo Azevedo Brito. Seu título de nomeação de Subdelegado do Distrito do Rio da Dona, do Termo de Maragogipe, foi assinado por João Maurício Wanderley, depois Barão de Cotegipe, em 1854. Eram dois reconhecimentos de importância social. Ainda haveria 34 anos de escravidão, sem trem de ferro, sem automóvel, em tal distância da sede da vila que era preciso atravessar Maragogipe, São Felipe atual e todo o Conceição do Almeida, para ir à sede do distrito. E tudo era campo agrícola, lavrado por escravos. O segundo diploma, aumentava a autoridade e prestígio do portador do primeiro. O capitão era eminentemente político e os filhos o foram em Santo Antônio de Jesus. Nas tardes de domingo e

nas festas, sua casa, ficava cheia de parentes e amigos. Ao sair o grupo, cantava pelas estradas os hinos patrióticos depois de haver saudações de regosijo. Muitos anos conservou autoridade. A fazenda seguia pela natural rotina da escravaria do engenho de açúcar depois reduzido ao café, ao fumo e à mandioca. Em nosso tempo o velho Jerônimo envelhecera e findou em Santo Antônio de Jesus, enquanto o novo iria gerir a fazenda, depois de coletor na vila e depois cidade.

De sua mocidade, contaremos o desmancho causado em Taboleiro das Almas. Nas costumeiras missas do domingo, reuniam-se os fazendeiros, roceiros e agregados da redondeza, cavaleiros ou pedestres, que levavam as botinas presas num cacete, ao ombro, para calçar antes de entrar no adro. Estava reunido o grupo da elite e o tio Félix felicita o jovem Jerônimo, pelo exame de latim. O moço tinha deixado o colégio do Professor Monte, à Calçada, denominado Atheneu Baiano, adquirido depois por Aureliano Henrique Tosta, no sobrado onde mais tarde funcionou o Hotel Miramar. Não existe mais o prédio; no local há um subterrâneo, em frente à estação da Calçada. Aí fora aluno o jovem Jerônimo, colega de José Joaquim Seabra, e discípulo de Claudemiro Caldas. Era dos melhores alunos e contava expressões de talento político de Seabra desde o colégio. Era um líder completo. Para conseguir distrair o professor de filosofia, descobria sempre, meio: vinha sem gravata à sala para dar oportunidade, a uma lição de moral, e outros expedientes. Certo dia, a classe desejava que não houvesse lição explicada, pois já havia grande programa. Seabra prometeu achar solução. Ao chegar o professor, diz o aluno, com fingida seriedade, que não havia compreendido bem a lição do dia anterior e forjicou alguns raciocínios. Claudemiro Caldas, grande talento, explica a matéria, com maior clareza e Seabra recebe abraços dos colegas. Jerônimo fazia um juízo seguro sobre o futuro governador, Deputado, Senador Ministro do Interior e da Viação, finalmente vereador do Rio de Janeiro, em reação ao governo da República.

Com sua capacidade, o filho do fazendeiro de Cajá, ótimo aluno de Latim, premiado com medalha de mérito, de já quase

um século, achou, certa vez, com Ananias de Assis Batista, que havia melhor tradução que a de um protegido do professor diretor e deu-a prontamente. Julgou desaforo o velho Monte e fez sair da sala o adolescente latinista. Encontrado pelo cônego Emílio Lobo e explicada a causa, voltou o aluno a seu lugar, mas nunca mais foi chamado à lição. No fim do ano, negou-se o rancoroso mestre a dar o atestado indispensável para inscrever-se em exame na Faculdade de Medicina. O adolescente recorreu então ao jovem Carneiro Ribeiro, que, justificando-se por não ter sido professor de latim até aquele tempo, apresentou-o com o cartão ao Padre Tiburtino Fiusa depois Monsenhor, grande latinista, que compôs o dístico da estação inaugural da Estrada de Ferro de Nazaré: *“Pervolat ignivomum currus stridente vapore montesque fugiunt, subtrahi turque solum.”* O Padre mandou retirar da estante um texto latino, abrir e ler, traduzir; fez perguntas de gramática e deu atestado de poder o moço fazer exame em qualquer Academia do Império. Havia as Faculdades de Medicina, Bahia e Rio, a de Direito em São Paulo e no Recife. Submetido às provas, foi aprovado plenamente.

Pelas férias, Jerônimo foi à missa do Taboleiro das Almas e, na reunião dos parentes, pois quase todos os fazendeiros eram Almeidas, ou Sampaio, ou Souza, ou Lemos, ou Bitencourts, o Dr. Félix além dos parabéns, disse que havia pedido a Fiusa em favor dele. O jovem sentiu os calos e logo replicou: “O senhor falou? Então eu não continuo a estudar.” Dizem que o tio Félix queria isso mesmo pois seu pensamento era que só os filhos fossem diplomados. Mais tarde, animou Francisco Félix a tirar o jovem Antônio Sampaio do Colégio, como diziam frequentemente na família. Agora, nos ocorre que Pinheiro Machado não foi menos hábil com Jaime Dorcy. Este fazia parte do “Jardim de Infância” do Presidente Afonso Pena. O General o encontra na rua do Ouvidor e diz em fingida cordialidade: “Seu James, disseram que você ia renunciar, por entrar em oposição a mim; não faça isso, não tem importância...” O deputado gaúcho retrucou incontinente: “Já não sou mais deputado” e foi declarar à câmara sua decisão. O jovem

da Fazenda Cajá abandonou o estudo, em que seria vitorioso em poucos anos, e perdeu a família um brilhante talento na cultura. A força do capricho, do orgulho, talvez do pudor, era excessiva.

Dele gozei honrosa confiança. Aos meus treze anos já o conhecia bem. Envelhecendo precocemente, com minha tia Dona, sempre otimista e alegre, com uma filha que breve casaria, e um filho de oito anos, que seria o professor universitário e presidente do Tribunal de Contas, Membro da Academia de Letras da Bahia, Raul Batista de Almeida, o bom tio recebeu minha visita na fazenda. Na saleta da entrada, uma escrivaninha com estante envidraçada, de livros. Num dos vidros, colocado por dentro, o verso de uma folha diária de calendário: “Se tens dinheiro, tens amigos, se perdeste o dinheiro perdeste os amigos”. O tio era céptico acerca da política republicana, que era nossa conhecida, pelas leituras dos jornais. A tia Dona animava a conversa, o jantar corria alegre, recordando cousas da escravidão, e as peripécias das roças. Tudo concluído, com doces saborosos, tia Dona ficava com a prima Iasinha; Raul e meu irmão Aprígio iam ver fojos de preá e arapucas de passarinhos e o tio me conduzia à varanda, onde nos estendíamos em conversas. Eu logo falava em Osório, Caxias ou Pedro Segundo e tudo era fluente, em histórias que ele me contava da Monarquia. Pelas dez horas, já o Cruzeiro do Sul brilhava bem acima do horizonte e era hora de descansar. Meu irmão me perguntava: “Que tanto você conversa com esse Chinês?” E íamos descansar da cavalgada do dia.

Pela manhã, alegre, o bom tio, passeia pelas dependências, pelo tanque, onde os gansos grasnadores enchiam o ambiente bucólico, vazio do chiar dos carros de bois e do mover do engenho de cana, que a escravaria cultivara. O tio ficava um pouco pensativo. Entravam outras conversas dos avós e velhos possuidores da redondeza. E vem à baila o sítio da Muritibá que passou, nos fins da escravidão, ao velho Jerônimo. Fora de antepassado, que está ainda entre os dispersos, sem ramo certo, na árvore. Deixaram-no Úrsula Luiza das Virgens e Antônio de Souza Ribeiro. Este falecera em 1856, na fazenda Pedra Branca

e Úrsula antes. Foi inventariante o filho Miguel Angelo de Souza Ribeiro e correu tudo por Maragogipe. Em 1881 uma neta de Antônio consegue execução contra o inventariante e lhe toma o sítio Muritibá, junto à Cajazeira. Esse drama, escrito nos autos que guardamos, deu-se, visivelmente, entre parentes que não identificamos. Há realmente, nos dois casamentos de Úrsula, pelos fins do século XVII e começo do século XVIII, repetição do nome Úrsula. A matriarca e Matias Ribeiro tiveram uma neta Úrsula, filha do primeiro Silvério Hipólito, que morreu em 1830, com oitenta e seis anos, enterrando-se em São Francisco da Mombaça, perto de Conceição do Almeida. Duas outras foram suas primas: Úrsula (Sussú) filha de Antônio de Souza Bitencourt e sua filha do mesmo nome (Sussuzinha). Destas e dos irmãos conseguimos ainda a descendência. O nome Souza Ribeiro e consequência dos casamentos de filhos e netos de Matias Ribeira segundo marido de Úrsula, e filhos e netos de Antônio de Souza Bitencourt, filho do primeiro casamento com Félix Bitencourt, o francês assassinado no Araçá. As matas ficaram praticamente ocupadas por estes, e depois foram Almeidas, Batistas, Lemos, muitas vezes seguido de Souza Bitencourt.

Voltamos da lagoa dos gansos, passando pelas enormes cajazeiras, vendo as plantações de fumo e os mandiocais, cafesais alinhados, tendo por balisas verdes e altíssimas jaqueiras, carregadas de sacos de comida, como disse o inglês, ao ver as enormes jacas de nossas matas. Vieram à conversa dois tipos que merecem recordação: João Hilário e João Nery. O primeiro era afilhado do Velho Jerônimo; morava em Ramos, ao sul do arraial da Cajazeira, na fronteira de São Felipe, ao norte do Jogo da Bola e do Ponto da briga de galo, perto do Casco Grosso, de Santo Antônio de Jesus. Um dia, o visitante vê um boi, sem apeiar. “Meu padrinho de quem é aquele boi preto de cauda branca?” — “É de José Joaquim, que me encomendou com muito interesse; comprei em Camisão.” — “Me ceda o boi, meu Padrinho”. — “Não posso; é de José Joaquim”. João Hilário não apeia; corre ao Mucurí e volta, momentos depois, com autorização de levar o animal.

Acerta vir buscá-lo e três dias depois, aparece com uma junta de bois e um boi com canga para companheiro. Acompanham escravos e cachorros. O velho Jerônimo adverte que o touro é de campo e que não poderá ir em carga. Hilário insiste, pega o boi, mete-o na canga e manda tocar. A besta vai arrastada, amuada, cachorro mordendo, pessoal acompanhando, na palhaçada. Afinal o bicho deita-se e, vendo que não se erguia, Hilário manda que o arrastem. O boi vai arrastado até o engenho, largando pedaços de couro, para morrer sufocado pela brocha, já na sede da fazenda. Nas suas idas à Cajazeira, os meninos perguntavam: “Então, seu João Hilário, o boi foi?” E ele: “Foi... os ossos, mas foi...,” na voz de fasete que o tornava mais ridículo.

Certo dia, um raio entra na casa de farinha e gira, seguindo a moenda; Hilário manda apressá-la em vez de parar; toma um bacamarte dispara-o e o raio sai. “Hilário: Tu viu diabo?” Passa montado, pela casa de Silvério dos Ramos, conversa e diz: “Dou-lhe um conto de réis se disser o que levo aqui”. — Um gato mia no saco, na garupa do cavalo. O amigo; “Um gato” E ele: “Não é; é uma gata.” Silvério quer receber a aposta e reclama perante o Senhor da Cajazeira, que resolve. Hilário briga com o açougueiro de São Roque (hoje D. ANTÔNIO MACEDO COSTA) “Tu não mata mais boi aqui”. No sábado imediato, mata três bois, cuja carne conduz em vários burros, distribuindo-a, de presente. O açougueiro que se encolhera, esperou várias semanas, até que Hilário cansou e logo recomeçou seu negócio. Afamado de tal sorte, um oficial de Justiça, chamado Coelho, pede-lhe agasalho. Lá pelas oito horas, entra um escravo: “O cavalo da moenda está doente” Hilário ordena: “Pega o coelho” O Oficial, deitado na rede, ouvindo a ordem, dispara pelo fato até Cajá. O Capitão Jerônimo manda chamar, de manhã, a João Hilário e o repreende forte. Este, espantado e com voz esganiçada: “Eu meu padrinho?... É meu burro chamado coelho... Eu mando ele ser besta...” O oficial viu seu erro e tudo acabou em galhofa.

Já tinha deixado o estudo Jerônimo moço. João Hilário chega na Cajá e vê um leitoa baé (chatinha, curta, pernas curtas,

quase redonda). Insiste com o velho para vendê-la, mas este nega-se, pois é do filho. Chegando Jerônimo, lhe oferece. João Hilário agarra-a e amarra-a na garupa, incontinenti. No dia seguinte, chega um escravo com uma carga de dois panacuns com dois capados, em paga da leitoa. Para comprar um cavalo de sela, mandava os escravos ficarem ocultos, com varas estendidas, em vários pontos da estrada. Se o cavalo deixasse as varas tocarem as patas, não servia, porque não era suficientemente ardego. Um dia metia a taça numa escrava de muita simpatia de uma nora, amarrando-a para surrá-la. A nora intervém a proteger e toma a taça; o filho vem em defesa e é surrado. João Hilário morreu na miséria. Entrou em luta com um irmão por causa de divisas de terra. Haviam dividido amigavelmente a fazenda herdada, mas o irmão fez um roçado, que ele julgou no seu terreno: “Você roça mas não derruba” O outro insiste e ele: “Você derruba mas não queima.” Depois da queima, há luta, reagindo com escravos armados. Não podendo vencer, toca fogo em todo o mato. Depois continuam na Justiça, arruinando-se os dois irmãos.

Outro João do anedotório de Caja, o Nery, só virá para lembrar que tanto corria a cavalo, que, um dia, levando de garupa a mulher, não percebeu que ela caíra e só muito longe sentiu-lhe a ausência. Quando vinha à vida, bastava gritar: “É vem João Nery” Admiração... e todo mundo corria para a janela para vê-lo passar na disparada.

Felipe de Cajá era filho da africana tia Chica. Inteligente e conselheiro era págem dos amos de fidelidade em pessoa. Ficou na fazenda após a abolição como pé de boi. Costumava orientar o senhor moço: “lôiô, fuja de dianteira de padre e de trazeira de burro” “lôiô, fuja de mulher com cheiro de bacalhau” Vendo-o com dor de dente: “lôiô, esse osso encravado no osso, só arrancando”.

No almoço suculento e após a sesta, conversamos sobre o tio Antônio Batista, que foi à Europa, com o irmão José, que morreu noivo da tia Luzia. A viagem à Europa dá uma nota interessante. O velho capitão Jerônimo, fizera acompanhar aos

filhos o escravo Januário, mulato claro, muito dedicado, mas ao embarque na Bahia, voltou o escravo. É que, passada a linha Equinocial, ele seria automaticamente libertado. Antônio Batista fora seminarista e me fez admirá-lo, aos nove anos, ao rezar a Ave Maria e o Padre Nosso, em Latim. Era o tio que eu mais procurava. Nas noites de Natal, quando teria de acompanhar a minha mãe à missa do galo, preferíamos estar em casa dele até a hora. O tio então dizia que depois de meia noite não se devia velar. O sono bom era antes de meia noite e se recolhia pelas onze e pouco. Não viveu até velho. Em 1898 mudou-se para Corta Mão, donde devia partir o prolongamento da estrada de ferro. Aí teria uma padaria para os garimpeiros. Um tipo traçoeiro fê-lo baquear; tia Heliodora voltou para junto de Sinhá, sua filha que havia casado. Vê-lo-emos ainda em Santo Antônio de Jesus, onde foi vereador ou conselheiro Municipal.

## MUCURI

Ao lado da Caja, Fazenda Cajazeira, constituindo o velho Oratório era o Mucurí, que ficou com José Joaquim, por vários anos, até a morte do irmão Manoel de Jesus, casado com sua filha Lizarda. Aí, sob a proteção de Isabel, irmã de Manoel Firmino, morto pelos sicários, criou-se Aprígio, que morreu nonagenário.

Topograficamente, partindo de Santo Antônio de Jesus, as fazendas se distribuíam seguidamente: São José, Cajá, Mucurí, Gravata e Boa Esperança, mais a Oeste, mas todas nas bacia do Jequetibá, de um lado, e, do outro, do Rio das Almas que vai para Mocambo. No alto entre Cajazeira e Mumurí, caminho do Taboleiro das Almas, os primos e cunhados Jerônimo e José Joaquim construíram casa para escola, com o professor Felisberto Patrício de Santo Amaro, para onde Aprígio ia, de garupa, de Antônio Salustio. Para essa escola vinham também as filhas do Antônio Joaquim, do Canta Galo. Já daí se vê a tendência ds Aprígio, que aprendeu mais Aritmética. Ele conta, quase nonagenário: “O professor puxava mais por mim, porque eu não tinha patrocínio;

judiava mais de mim. Ele era um sujeito dessa lei de protestante, os livros que ele distribuía eram de sistema protestante. Caiu em sua fazenda onde o dono dizia que a vida do homem era como a luz, que apagado, tudo estava acabado”. Voltaremos a esta frase, em Antônio Joaquim.

O Oratório fora a sede de Antônio Félix casado com Ana Luiza. Aí, criou-se a prole de que foi mais notável o Capitão Jerônimo. Os irmãos foram descritos no início do capítulo. Deles já conhecemos Isabel, que era de Mucurí e transferiu-se para o São José. Foi uma das mulheres fortes da família. Neta de uma São Payo e um Magalhães, cedo vieram-lhe os sobrinhos orfanados em Camisão, hoje Irajá. O desvelo pelos filhos, somou aos cuidados com os filhos do irmão assassinado, e a direção do lar, com diversas e hábeis mucamas — doceiras, cosinheiras, rendeiras — correspondentes aos escravos artífices de José Joaquim, de ótima escravaria dedicada e bem tratada. Isabel esteve quase centenária, apostando com a prima Antônia Luiza, do Camamú, que chegou a 105 anos, indo a outra a 95. Ambas vi entevadas, cercadas de netos. De Isabel, lembra-me falar-lhe suavemente, meu pai, em longa conversa, enquanto seu filho Jerônimo Sampaio não conseguiu comunicar-se. A anciã abria o rosto, recostava-se, apoiada no travesseiro, e respondia em voz fraca. Aprendi a falar com velhos e surdos, dessa vez e, antes de sua morte, pude ouvi-la de novo. A lição me ajudou, em 1906, a conversar, em Itaparica, na casa de saúde Dr. Valiça, com um velho negreiro nonagenário avançado, que me contou muitas coisas do mar e do tráfico escravo, notas perdidas entre papéis preciosos, numa remessa da minha biblioteca para o Rio, em 1934. Os velhos são valioso recurso de interpretação da vida, mas é preciso saber ouvi-los e falar-lhes. O mestre amigo Aureliano Tosta, morto aos 96, era surdo, desde antes dos 80. Quando se lhe falava alto não ouvia, mas tudo ia bem, se o interlocutor mantinha tom suave. Guilherme Rabelo era outro exemplo. Na tradição da família, Isabel e Antônia Luiza e, na vida de Santo Antônio de Jesus, minha velha Mina foram

também boas informantes do adolescente e do jovem do começo do século.

Interessa focalizar pela abundância de pormenores, Manoel Firmino, meu avô, assassinado por dois escravos, em 1856. Nasceria e crescera no Oratório e Mucurí e fora casado com Maria Guilhermina da Conceição Alves, filha de José Luiz Alves cuja história vem aos começos do Camisão, hoje Ipirá. A prole dos Alves estende-se hoje pelo Ipirá, na Serra Preta, para vários Municípios limítrofes e longínquos. Olhos azuis e cabelos louros das crianças são abundantes, pelos atuais Itaberaba, Capivarí, Rui Barbosa, com o nome de Borges, Dultra, Ribeiro, Andrade, Sampaio, Soares e outros.

O mateiro, nos fundos de Maragogipe, procurou longe seu campo de ação e seu lar. Deixava as matas do Jaguaripe, para as proximidades do Rio do Peixe, afluente do Paraguassú, hoje Castro Alves. Era da comarca de Feira de Santana. Teve decisão e progrediu. Deixou as matas tranquilas de duzentos anos da cultura do campo, na família enorme, e tomou o norte, como fizera João José Alves num momento de “mata maroto” na Bahia, quando este se salvou, fugindo de seu armazém da Conceição da Praia. Tempos depois, acalmada a Cidade, voltou para vender o negócio e fazer-se fazendeiro. Os roceiros já se habituavam a chamá-lo: “O homem de camisão” porque, no costume antigo, ainda vigorante em 1898, em Santo Antônio de Jesus, os homens importantes usavam chambres vistosos de chitão ou de seda. Conta-se até que um desembargador da Bahia, procurado por um político, julgado de conduta insegura, depois grande do Império, recebeu-o de chambre em sua casa, desfeita que nunca foi perdoada. Mas João José Alves, “homem de camisão” afazendou-se na Macambira, teve filhos, dos quais recolhemos: José Luis Alves, da Santa Maria, que se casou duas vezes, Luis José Alves, conhecido por Luis do Tanquinho e Nazaria Maria da Luz, casada com Manoel Joaquim Soares, havendo outros. É uma outra família de origem portuguesa. João José Alves é mais um triavô conhecido.

Assim, pois, nas relações de Macambira, Santa Maria e Tanquinho, deixando o Oratório e Mucurí, São José, Sodré, Cômoros ou Boa Esperança e Conquista, Manoel Firmino de Almeida, instalou-se e dominou na fazenda Coqueiro, hoje Bananeira, nas matas de Camisão. Teve outra fazenda Campo Grande, perto da Santa Maria, onde morava e morreu o sogro em 1852. Tudo progredia, fazendas e prole. Havia já: Isabel, José Firmino, Balbino, Ana Guilhermina, Floripes, Maria Alexandrina, Manoel Firmino e Aprígio, devendo nascer outra que seria Antônia, que foi póstuma. Todos fortes, como os pais. O sertão de cima compensava o filho do sertão de baixo. Mas o interesse da fortuna cria o ciúme e o ódio.

Uma demanda, por causa de terra, armou dois sicários. O fazendeiro fazia a ceia, com a família, e levantava o bule para servir-se. Pelas costas recebeu um tiro traiçoeiro que o prostrou. Dois escravos, peitados, haviam aberto o furo por onde alvejar, na parede da casa de farinha, que era costume ficar junto à casa grande. Nove órfãos com a nascitura, 1856, Maria Guilhermina da Conceição Alves, estava viúva e seria tutora dos filhos. Os criminosos foram condenados, e, lenda ou verdade, corria a versão que foram presos por observarem que o cadáver, conduzido em rede para Camisão, sangrava com mais força toda vez que o escravo Nicolau a segurava. Daí a suspeita, que se confirma por confissão, em que surgiu também Querino, como parceiro. Eram ambos escravos de Manoel Firmino e houve quem pensasse sobre o caso, o que se sabe de Serafim Cardoso, da mesma época aproximadamente. Morria o fazendeiro, e casava-se a viúva, em menos de dois anos, e a prole enlutada descia para Cajazeira e foi dispersada, depois de casamentos, pelo Jaguaripe, Jequetibá, Mocambo, Matas do Cedro. Iremos encontrá-los nas visitas aos tios. Agora seguiremos os tios avós, do velho tronco de Manoel da Cunha.

Da tragédia, não gostava meu pai de conversar, mas, quase nonagenário, fez-me uma revelação sobre o pai: “Manoel Firmino, o velho, dizem que era um homem que fazia figura. Dizem que foi um concunhado que manteu matar. Quando fui para emancipação,

viajei num burrico e tomei pouso numa casa. Passados muitos anos, o burro quis entrar de novo. Dessa vez me hospedei com parentes, recebendo toda consideração. Saindo do quarto, depois de banho muito bom, encontrei meu amigo conversando baixinho com o pai de um lado da mesa. Quando me viram, pararam. O vaqueiro do Campo Grande, pilheriou comigo sobre o falado casamento meu com uma das primas.” Suprimimos três nomes que o ancião pronunciou.

### SOUZA DO JAGUARIFE

Um grande ramo carecente de estudos é Capitão Manoel de Souza Santos, filho de Claudiano de Almeida, tio bisavô, por ser irmão de Silvério Hipólito, Reinaldo Francisco e Antônio Félix. O octagenário Eduardo de Almeida ainda se recorda do avô, velho Souza, nascido no começo do século XIX, casado com Antônia, filha de Manoel da Cunha Filho, falecendo em 1882. Eduardo tinha cerca de cinco anos e se lembra: estatura média, barba branca, em ponta; parecia forte. Como morreu não se sabe. Foi inventariante o filho Manoel de Souza, seu pai, meu tio, o mais moço das primeiras núpcias. Destes, casaram-se com filhas de Manoel Firmino, assassinado no Camisão: Manoel, com Maria Alexandrina, Francisco, com Isabel, e José com Floripes, enquanto uma filha, Enedina, casava com José Firmino. Iremos encontrá-los nas viagens nas fazendas dos tios. Ainda era um tio-avô capitão, da mesma importância política e social que teve o velho Jerônimo da Cajazeira. Outros filhos: Joana casou com um Mangueira, com um filho Francisco, rapaz bom moço mas estroina, que durou pouco. Em segundo casamento do Capitão Souza, vem João de Souza que viveu no Cunha, perto de Santo Antônio, com um filho Sérgio e foi casado com uma tia avó de Claudino e Flávio Ribeiro, de Família de São Felipe e Nazaré, com ligações com parentes de José Marcelino. Supõe-se que ao Capitão Souza Santos estão ligados os de Jaguaquara e de Jequié (Dr. ELIESER DE SOUZA SANTOS e MOISÉS e seus irmãos.) Ainda vivia José Rodrigues de

Souza, bisneto do Capitão de Souza, que informou, em 1954, viver Firmina, com 90 anos. Há várias provas de longevidade dos Souza Santos, Souza Lemos, Souza Ribeiro Piton, Souza Bulhões, Souza Barbosa, cujo foco de expansões foi São Felipe, anexo a Nazaré e Maragogipe, além de Jaguaripe, vila da segunda metade do século XVII.

A sede do Capitão Souza foi perto do Rio Jaguaripe, logo ao passar de Castro Alves, do Poço Fundo para a Conceição do Almeida. Por aí recebe o Rio Salgadinho e o Ribeiro do Riachão onde cai o riacho dos Tuins, que vem de Cruz das Almas. Esse ponto hoje chama-se Souza, como localidade, na carta do Município, em 1940, perpetuando o nome do capitão, bisneto de Antônio de Souza Bitencourt primeiro Souza dessas matas, filhos de Úrsula e Félix.

## CAPÍTULO NONO

### TIOS DO SÉCULO XIX

Esgotados os recursos sobre os bisavós, começaremos viagens mais sentimentais, porque mais pessoais, vividas em meio século, nos lares antigos dos tios avós, já representados pelos filhos, que eram todos vivos e prósperos de 1900 a 1910, quando havia passada a crise da abolição da escravatura, com os efeitos dos craques do café, das secas repetidas e da baixa excessiva do fumo e do açúcar, que produziu a conferência açucareira, no tempo de José Marcelino, sob a orientação do velho Inácio Tosta. Alguns primos criaram nova sede, em municípios distantes, mas os tios ficaram no que foi feito pela geração dos filhos e netos de Manoel da Cunha e Ana Tereza. Conservaram o que pais e avós haviam criado por seu esforço e pelo dos escravos. Os que não referirmos, além dos já estudados, serão os que não visitamos. Vimos a Boa Esperança, o Canta Galo, Andaraí, o Retiro, o Mocambo, o Pastinho, o Jequetibá, o Camamú, a Fazenda de Sebastião Fonseca e Joaquim Ferreira, em Conceição do Almeida, e Bom Jardim, e

Curral da Casinha, em Castro Alves. Nosso trabalho não é de ficção. Descrevemos, criticamos, comparamos e salientamos o grande esforço criador das gerações de 1750 a 1870 aproximadamente, tirando da mata bravia a riqueza agrícola, que ainda hoje vigora em alguns centros, em meio à transformação dos hábitos, dos costumes, da mentalidade de quase toda vida rural do Estado. Quase nada diremos de hoje. Nossa experiência se fez até 1929 a 1930, com poucas visitas em 1938 a 1941, quando a função do governo prejudicava a função da vida social.

Começaremos pela Boa Esperança do bondoso fazendeiro, que os escravos consideravam santo, Joaquim José, terceiro filho de Silvério e Maria Rosa, nascido em 16 de setembro de 1819, na fazenda São José. Tinham sido “Comoros”, de um dos tios de quem Silvério o adquirira. A casa grande era sobrado de cidade, amplo e bem dividido, num platô alteado à mataria e às roças. À frente, um jardim bem cuidado de canteiro rejuntado de tijolos, com variadas rosas, em que predominava a príncipe negro, cravos, cravinas, gardênia, angélicas, crotons imperiais e outros. Era assim quando a conheci em fins do século XIX, com tio João Francisco. Salas ornamentadas, vendo-se desenhos da prima Marocas, aluna do Colégio N. S. da Glória da Capital. Joaquim José, irmão de Francisco Félix e João Caetano, pais dos novos donos da casa grande, exercera grande influência na família, com seu prestígio e força moral e religiosa. Não se casara e tinha vida ascética, de constantes rezas e exercícios espirituais. Usava cilício e disciplina e, durante a quaresma, tinha coroa de espinhos e trajos pretos. Era domínio da Missão Abreviada e da velhas Horas Marianas, ainda não afastadas pela Igreja. Quando morreu, o sacerdote que lhe deu o viático, afirmou que teve cheiro de santidade. Foi um sentir geral de parentes, amigos, colegas e escravos.

Pelas festas religiosas, patrióticas, com nome de Deus e dos Santos e do Imperador Pedro Segundo, havia lautos banquetes, regados a bom vinho, que era costume atirar, por todos os convivas, também por sob a mesa. Ficava o chão avermelhado. Era a alegria da riqueza. A piedade do fazendeiro era como a dos ricos clérigos

medievais, que ostentavam seu poder nos grandes ajuntamentos, em que o estômago recobrava força, depois da debilidade do jejum e da devoção. Os dias Santos de guarda e jejum eram obedecidos por Joaquim José e por toda sua escravaria. A vida diária era menos franca, por má conservação da vitualha. A carne, às vezes, dava bichos; a farinha acumulada por muito tempo, mofava. Não havia controle de mulher na casa grande, pois o fazendeiro não tinha, ao menos, uma irmã que a regesse. Isso era consequência do seu espírito voltado para as cousas do céu.

Tinha grandes relações em Nazaré e Maragogipe e no Sertão Alto. Quando Angelo Ribeiro Soares foi estudante, filho de João Batista Ferreira Soares, senhor da fazenda Parebuna, foi Joaquim José o correspondente, recomendando ao irmão Marciano Firmo, em Nazaré. Aqui vemos, recordando os três rios, a ligação pelo Jaguaripe e não pelo Paraguassú, ainda que o estudante pudesse ir no vapor de Cachoeira. O velho Curralinho é a entrada para o sertão, pois se estende, entre Santo Estevão e Santa Terezinha, o até então longínquo Camisão, hoje Ipirá. Anos depois, o filho do senhor da Parebuna foi hóspede de meu pai, no Curral da Casinha. A mulher, muito gorda, viajava de liteira. Como veremos depois, Camisão agora Ipirá é, em parte, seguimento das caatingas de Curralinho hoje Castro Alves. A insegurança da criação do gado era a mesma. As secas traziam a mesma devastação, em períodos mais ou menos curtos. Houve uma seca tão forte que o fazendeiro ia às roças a pé, por falta de animal.

Não sei quando Joaquim José morreu, pelos setenta, nem quando construiu seu sobrado, que custaria hoje milhões, na cidade e passou ao domínio de Francisco Félix. Deste veio ao filho João Francisco, casado com Maria Angelina, filha de João Caetano. A estes visitamos mais de uma vez. Era casa acolhedora. Tenho a lembrança de qualidades aristocráticas do Tio João. Menos instruído que Reinaldo, que foi à Europa, e Antônio, que viveu anos no colégio da Bahia, tinha um senso político e diplomático bem pronunciado. Menos expansivo que o mais agrícola, Tio Silvério, João Francisco mantinha conversa tranquila, agradando

os sobrinhos. Das minhas lembranças de menino recordo um traje de casemira preta com calças cinzento azulado, que ele conservava no sobrado de Santo Antônio, com um par de sapatos finíssimos de tão pouco peso, que me admirava. Era a indumentária de viajar no trem, para Nazaré, com um guarda-pó de linho. Com ela ia à capital, na solene viagem de poucas vezes por ano. Era coronel da Guarda Nacional, como comandante, de que meu pai era Major Fiscal. Na Capital, o Hotel Oriente, prédio demolido, fronteiro à Associação Comercial, era o pouso de poucos dias, enquanto se entregavam os filhos ao Colégio ou se fazia alguma consulta médica - o fazendeiro da Boa Esperança dava impressão de um diplomado da magistratura do interior.

Nas nossas visitas da fazenda, corriamos currais, casa de farinha, estribarias de boas montadas, rodão de café, descascando dezenas de arrobas por ano, pomar com frutas escolhidas. Havia uma especialidade que jamais olvidamos. O cheiro de mel de abelha do quarto da cama de fumo. Cultivado com esmero, seco à sombra com rigor, manocado à vista e às vezes, às mãos do fazendeiro, o tabaco sempre de alto preço, era encarnado em quarto fechado, onde, em algumas semanas, ficava curado. A temperatura se elevava mas não chegava a arder e o enfadamento em pindoba, para ir aos trapiches ou armazéns, apresentava um produto de indiscutível superioridade. Não nos desaparece aquela recordação, ainda hoje, a sessenta anos de distância. Tínhamos o trato do ramo do comércio, pelos doze a quatorze anos, e víamos quanta partida má se tinha de “encostar”, por ser molhada, ardida, mofada. Os carregamentos de tio João eram sem defeito. Já começava a fraude, que desmoralizaria o mercado, que na Monarquia, era de inteira confiança. Depois da abolição, brancos e pretos fraudavam na produção, deitavam pedra no laço da manoca do fumo, molhavam as folhas e as passavam num monte de areia, tornando rendada a finíssima estrutura, como depois falsificaram a tapioca e danificaram a borracha. Vivos os começos dessa ruína moral, que defez a confiança no agricultor brasileiro. Tudo consequência da incultura com a liberdade política, que

a República instituiu e que a demagogia do voto comprado consolidou no país. Desde menino, acompanhou-nos o duende da falta de segurança política, econômica, religiosa, que são base da verdadeira autonomia individual e da duradoura soberania nacional. Por isso, nunca tiramos do pensamento o cheiro de mel da cama de fumo do meu tio.

Com a idade, tendo filhas casaduras, estabeleceu-se na cidade mas não abandonou a casa grande da Boa Esperança, tendo ao lado o Grão Pará. Ambos estão ainda no poder dos filhos e netos que progridem.

Na Boa Esperança ficou Rosalvo Fonseca, médico, prefeito. político em Santo Antônio Jesus, neto do senhor do Cantagalo. Seu pai, Sebastião Fonseca era irmão de Joaquim Ferreira. Eram dois irmãos casados com duas irmãs. O mais velho muito guiado pelo mais moço, como Umbelina e Sinhazinha. Sebastião morava em Boa Vista, onde muito viveu Joaquim Ferreira, dono dos Oiteiros. Certo dia dois irmãos saíram de madrugada a levar açúcar a Nazaré. Joaquim partiu mais cedo e esperou, dormindo sentado no animal, na entrada da cidade. Sebastião chegando ao clarear do dia disse, na sua voz dominadora: “Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo”. Joaquim acorda assustado e saca do punhal. Foi preciso o aquieta, aquieta de Sebastião para continuar a fraternal amizade, que chegou à velhice. É que talvez o mais velho sonhava no seu sono à cavalo, com algum malfeitor de estrada.

## CANTA GALO

Um pouco ao Norte, mais perto do Rio Mocambo, está o Canta-Galo, de Antônio Joaquim, nascido em 1822. Silvério Hipólito adquirira a fazenda, que ficou ao filho, num sítio ameno, em casa de grande beiral, terra mais espaçosa, onde se desenvolveu a prole nascida de tia D. Inês, filha de Manoel da Cunha Filho.

Não conhecemos o tio-avô, mas tivemos grande amizade ao filho Manoel Augusto, que o sucedeu no Canta-Galo. Aquele, como este, era alma boa, servindo a Deus e à família com

tranquilidade e paciência, que os fazia queridos de todos. O velho era conformado, apesar dos desastres que o perseguiram. Sua filosofia, bem percebida e talvez orientadora do jovem Aprígio, era forte. Um professor protestante distribuía ideias, na segunda metade do século. O velho dizia — “A vida é como a luz; apagada está tudo acabado”. Ao lado dele, os irmãos José e Joaquim eram devotos, apesar de dizerem que Joaquim era metido a conquistas, sem jamais casar. O velho Antônio Joaquim era bom conversador, não tendo fim a prosa. Era coxo. Subindo no tendal de açúcar, o coxo virou e lhe quebrou a perna, na coxa. No pensamento do velho Aprígio “era bom coração, como José Joaquim, enquanto o irmão Joaquim José tinha suas diplomacias”. Na fazenda Canta-Galo, no correr dos anos, houve incidentes graves. Um dos filhos, num “balcão”, depósito que descrevemos no Oiteiro de Francisco Félix, ficou enforcado, por cair-lhe a tampa sobre a nuca. Um escravo punido ou jurado enforcou-se no mato.

Os progressos da ciência vêm de planos que são, depois condenados. Quanta gente não usou beber urina de mulher grávida, como remédio! No Canta-Galo apesar de um irmão doutor era medicina, a urina era remédio contra a coceira. Não somente lá, mas pela mata afora, onde hoje ainda o analfabetismo e a pobreza não conseguem vencer a força da natureza criadora, que multiplicou os homens. Antônio Joaquim era espírito muito arguto. Conta-se que certa vez, cavalgando para Cruz das Almas, em sentido oposto ao de outro viajante, voltou a rédea e confessou achar semelhança das mãos do interlocutor com as de pessoas da família. Era um parente, desconhecido até ali, que declarou ser filho de José Vicente de Almeida, portanto primo que não era conhecido de Antônio Joaquim.

Sua influência ou presença, pelos caminhos do ignoto, é inexplicável; veio até a primeira metade do século XX, cerca de setenta anos depois de sua morte. Um sonho repetido e visões de uma sobrinha, permanentemente renovadas, produzia um velho. Não se sabia quem era o velho que só muito depois se identificou, como se conta. O sonho correu, original: “A sobrinha neta, sonha,

vendo a casa toda da fazenda, e alguém que era uma mocinha, de cabelo cortado, tendo asas, dizendo: “Vamos a um lugar, que eu quero lhe mostrar uma coisa”. “Onde é? Longe? “É... Então deixa eu trocar o sapato.” “Não, você vai descalça. Eu vou descalça, você tem que ir descalça” — Seguem e ao chegar adiante, encontram duas estradas. Tomou para o lado direito e a outra diz: “Não, não vá por aí não; aí vai à casa de jogo, onde jogam todos os homens da fazenda” (descreve-os). Rumaram pela estrada à esquerda. Lá mostra todas as partes da casa: Sala forrada de papel, — Altar — Quarto depois alcova, etc 5 quartos — 4 estão fechados — No quinto é que se acha o que lhe interessa, e vai mostrar. Havia um assoalho queimado. “Olhe aqui, não tem menino na casa; olhe este papel de jornal, com uma carinha de moça; debaixo do jornal há cem réis — aí você cava e encontra quarenta contos, de moedas de ouro e prata.” “E como eu tiro, se Zeferino mora aqui? Ele deve saber?” “Zeferino não deve nem saber, nem outro, nem assistir” Porque? “Porquê ele é muito usurário. Vendo este, dinheiro, vai lhe prejudicar; Você não gozará desse dinheiro.” “Como é que eu posso tirar este dinheiro?” “Você aproveite um dia de sexta-feira para sábado, quando ele vai vender coisas em Nazaré — Você deixa um pessoa espiando e vai tirar o dinheiro.” “Com quem eu podia tirar este dinheiro?” “Na fazenda você só tem duas pessoas: Cláudio, Zeferino de Matilde a mãe de Cláudio, a velha Fulo.” “E de quem foi este dinheiro?” “Você não sabe que este engenho foi de um parente de vocês, por nome Fernando? Olhe ele ali, apontando para a bandeira da porta.” Aí a sobrinha vê um homem (rosto) com óculos de aro dourado, rindo que disse: “Tira, minha filha, que você será feliz.” Nesta hora a moça desapareceu.

A sobrinha neta conta a história no dia seguinte, e marca um domingo e encontra tudo como fora dito em sonho. Achou o jornal e debaixo o tostão. Tomou um grande choque e passou a ser perseguida, por não ter cavado.

A casa era de portas de almofadas e as bandeiras das portas de vidro. O forro em harmonia com o assoalho. As paredes da

sala de fora (visitas) forradas de papel, com desenhos dourados sobre fundo prateado. Era circundada de varandas, (Houve época de paredes forradas de papel) A casa foi depois destruída, para plantar-se malhada de fumo. Zeferino de Angelo, (não confundir com ZEFERINO DE MATILDE) que fez a malhada, afirmava à sobrinha que ali havia dinheiro. A Capela era um nicho na parede, em toda a sua altura, com abóbada circular, azul (parece), formando segundo arco até embaixo, com colunas redondas com fuste. Estava vazio, no sonho. Depois, verificou exata confirmação, ao visitar a casa. No sonho, entrou-se pela escada do lado - Na realidade, a varanda do fundo já havia sido retirada. Depois da demolição, foi que se fez a malhada, com interesse de revirar. Então é que veio novo sonho: (Ele plantava malhada, cavava, mas não encontrava o dinheiro).

A presença do velho já era habitual, trazendo constante incentivo e dissuadindo a sobrinha neta de troças e aborrecimentos das irmãs, e insistindo sempre no tesouro enterrado. Certo dia, em Santo Antônio de Jesus, estavam todos à janela, num sábado de feira, e surge um agricultor que se dirigia à casa onde estava hospedada. A moça deixou a janela, tendo logo decidido não falar àquele homem. Recebida a visita, e formada a roda, com simpatia de todos, vem a sobrinha neta de Antônio Joaquim. A conversa vai ao sonho. Manoel Augusto, ouvindo a descrição do velho das visões, afirma que era seu pai. Assim no século XX, um homem nascido em 1822 era a força psicológica ou metapsíquica de conduta.

## ANDARAÍ

Andaraí, de João Caetano, está no canto sudoeste da Conceição do Almeida perto da extremidade sul de Castro Alves e, assim, perto de Santa Terezinha, onde fica Pedra Branca, em que houve aldeamento de caboclos, perto de Monte Cruzeiro, antiga Gibóia, como a ouvi chamar, quando menino. Perto, corre o Sururu, que vem da serra, com os dois afluentes, Riacho Mandigueiro, o Riacho da Gameleira, aos lados norte e sul da Cruz

dos Anjos, atualmente municípios de Castro Alves. Nesse recanto, talvez pela sesmaria de Antônio de Souza Bitencourt, que ficava ao poente da de seu genro Manoel da Cunha, veio instalar-se um dos netos deste, nascido em sete de agosto de 1827.

João Caetano de Almeida Sampaio alargava o horizonte da vida e foi buscar, além, seu caminho. Foi casar-se na freguesia de Lage, onde o Padre Silvério Hipólito de Araújo, neto de Úrsula, pelo segundo matrimônio, com Matias Ribeiro, tinha sido capelão elogiado na representação de 1819, contra o pensamento da criação da freguesia de São Miguel das Matas, que já vimos. Era Lage, no tempo, povoação filial à Freguesia de Jequiriçá, mantida pela coroa. Mas venceu Jaguaripe; São Miguel das Matas foi erigido em Freguesia; Lage seguiu muito depois de Santo Antônio de Jesus, que foi paróquia em meios do século XIX. Lage, que hoje se chama Nova Lage, tem um episódio social religioso, contraste como de 1819, no desenvolvimento do ramo evangélico, do começo do século de propaganda bíblica pelos protestantes, que os católicos eram proibidos de ler, se não fosse comentado canonicamente o texto. Não é tão longe como parece e deve ser vista como parte do Município de Santo Antônio de Jesus, em 1883. Já a apresentamos na “Luta de Três Rios”.

Em Lage, casou-se João Caetano com Galdina Mota que veio a falecer em 1903 com 78 anos, filha do fazendeiro Joaquim José da Mota. Viveu aí um ano, para vir o casal para Andaraí, com um filho que faleceu menino. A importância da mulher na vida do homem é secularmente reconhecida. Nota-se, na família de João Caetano, diferença dos métodos entre outros netos de Manoel da Cunha. A presença de mulher de outra família, traz ao lar nova mentalidade. João Caetano deixou ver essa atitude.

A casa grande de Andaraí, ampla como convinha, assobradada, na baixada, por conveniência do engenho de açúcar, ficou arruinada depois da morte de João Caetano. Seu filho Silvério Hipólito construíra outra no alto, menor, de seis janelas de frente, tendo os fundos assoalhados, pela declividade do terreno, que dava seguro escoamento às águas e humidade.

O método do fazendeiro era menos severo com os filhos, que não entravam em trabalhos de enxada, único instrumento no amanho da terra, no meio onde não havia nem os velhos arados da metrópole. Tiveram educação mais liberal, com modos e atitudes políticas. Pouco prosperaram na vida, só ficando prole pelas filhas que casaram com filhos de seu irmão Francisco Félix e por um neto, João de Almeida Silva, pai do Dr. Aloísio Sanches de Almeida, ex-Secretário de Saúde do Estado da Bahia, que teve posição de destaque no Governo.

Já vimos que João Caetano teve visão, alforriando seus escravos. Três meses antes de 13 de maio, com o que se desgostaram os agricultores da redondeza. Ele era simpático a Inácio Tosta, que aconselhara essa atitude. Na mesma época, José Marcelino pedia, no Parlamento Imperial, medidas técnicas de trabalho livre e de imigração, para que a lavoura não sofresse colapso. Era pois um abolicionista prático, como o foi Xandú, Dr. Maia Bitencourt, que alforriou todos os escravos, na festa de sua formatura, anos antes da lei áurea.

Seu espírito era vivo e observador. Perto de suas terras vivia um homem livre, escuro, vindo da vila Nova da Rainha, João Fagundes Cabral, que se casou com Maria Guilhermina, neta de índia pelada a dente de cachorro na Pedra Branca de Santa Terezinha, onde há uma igreja, já reparada, que foi do aldeamento de índios. Numa batida dos brancos, seguidos de escravos, para que mal davam os caboclos, fugiram os aldeados e foi agarrada uma cabocla. Esta foi a avó da mulher do Fagundes. O tipo racial, destes lados de Castro Alves é bastante influenciado pela presença de sangue selvícola. Em Pedra Branca e João Amaro, eles foram protegidos, no tempo da Colônia, ao amparo dos padres. Elementos índios também se vêm ainda nas cercanias de Santo Antônio de Jesus e todos os municípios limítrofes especialmente Aratuípe, a famosa Aldeia.

João Fagundes trabalhava em suas roças com os filhos menores, todos habituados ao trabalho, que não era escravo e dava prosperidade, como o camponês europeu, o que não entendia o

brasileiro preso ao cativo ou viciado na exploração do cativo. João Caetano, amigo do lavrador, diz-lhe: “Você aqui, aproveitando tão bem, o trabalho dos meninos, e eu lá com tanto moleque que nada faz.” Aprendeu do homem livre e fez os filhos dos escravos terem tarefas: arrancar mato no pasto, dar ajuda em casa, na cozinha. Foi talvez a causa de ficarem muitos antigos escravos na fazenda, que foi crescendo, absorvendo aos poucos, as roças da redondeza, constituindo hoje meio latifúndio dos netos do senhor de engenho abolicionista. Uma sua escrava da cozinha, a liberta Joana, irmã do valentão da Vargem Grande, Feliciano, ficou no Andaraí até morrer, em idade avançada, na República.

Em todo caso, os métodos de ação e de governo dos fazendeiros, criam aqui um problema pedagógico. A disciplina severa do trabalho pesado de Francisco Félix, a influência social das relações políticas, do velho Jerônimo, o espírito arejado e crítico, com relações familiares bastante democráticas de João Caetano, e a conduta harmoniosa, afetuosa, às vezes sentimental de Francisco Antônio, criaram quatro tipos de organização, que dão clara gradação de escala de filosofia da educação. Não esquecemos que o velho Silvério, de S. José, bateu com a boceta de rapé na cabeça de Félix Gaspar, já estudante de medicina, obrigado a amarrar a cerca: “Tu pensa que está no Colégio?” Francisco Félix o imitou, mais que o irmão Caetano. Este dava aos filhos mais folga; aquele, não continuando filho do Colégio, não transigiu: “Já tenho muita moça em casa, quem não quer estudar vai para enxada” O filho vai, com os escravos, de manhã, e volta às onze horas. “Você voltou muito cedo,” observa o velho. O filho almoça e vai para a roça. No dia seguinte vai com os escravos e volta às duas horas da tarde. O velho: “Você hoje veio muito tarde”. O jovem almoça e volta para o trabalho. No dia seguinte, toma o café de manhã e só volta às seis da tarde, com os escravos. O fazendeiro: “Você hoje quase não volta”. O moço, então “Não o compreendo: um dia veio muito cedo, outro dia venho muito tarde, outro dia quase não veio”. O pai, severo, fala enérgico e o rapaz recolheu-se ao quarto. O velho seguia uma filosofia de ação e de educação que o filho mais

tarde seguiria também. Com os outros três fazendeiros, havia total separação entre escravos e filhos. Estes não tiveram função direta no trabalho. Com Francisco Félix, o trabalho era igual para todos. Formou-se uma escola que fixou as duas gerações seguintes. Os filhos foram agricultores; os netos conservaram a fazenda Oiteiro, valorizand-a com instalação elétrica.

### LONGUINHO E CAMAMÚ

Camamú foi sede definitiva do tio materno mais velho que repete o nome de Silvério Hipólito. Desde o filho de Úrsula, pai do padre Silvério Hipólito, Capelão de Lage em 1819, era o quinto catalogado da família, sendo sexto o seu filho, doutor em medicina. Era um leão no trabalho. A enxada lhe era leve, até aos sessenta anos; conduzia pesos altos; facilmente dominava animais de serviço e bravos. Era coração boníssimo, sestroso, porém, como bom português das roças e aldeias. Logo que se casou com Maria José, filha de Severiano Bitencourt e de Antônia Luiza, e neta de Reinaldo Francisco, filho de Manoel da Cunha, os quais tiveram vinte e dois filhos, cujos netos e bisnetos hoje prosperam, instalou-se no Longuinho Novo, construído por Antônio Porfírio, e comprado por vinte contos por Francisco Félix. Já vimos o prédio que hoje seriam alguns milhões de cruzeiros. Lá trabalhava de sol a sol, como trabalhador igual a seus escravos.

Surge um projeto de casamento de tia Luzia, que conhecemos já, no Oiteiro da Vargem Grande. O noivo, José Batista, depois de ir à Europa, por beribéri, morreu da recidiva. Francisco Félix conversa com Silvério sobre a futura ida de Luzia, casada para o Longuinho e o filho pergunta: “Para viver onde?” “Em cima,” diz o velho. Significava viver a família de Silvério no rez do chão. Logo cantam os machados e a madeira cobre a terra, onde iria surgir, da energia do moço fazendeiro, o seu Camamú. Casa Grande, engenho, currais, casa de farinha, senzala de escravos, tudo nasce da energia de um bisneto de Manoel da Cunha. Era um sítio tranquilo, em que o menino de treze anos

encontrou os primeiros latidos do coração. Ainda se recorda, após setenta anos, do soberbo túnel de bambual cicante, onde os raios de sol não penetravam e onde as tardes corriam tranquilas para um sonhador. Não lhe foge da memória uma aprendizagem: chamava, em grito, da frente da casa do irmão Aprígio que saía com Silverinho, pelo mato e demorava para o almoço. A voz do menino não era ouvida. Francisco Batista, que morreu oficial médico do Exército, chegando à porta, chama com voz adulta e é logo ouvido e respondido. Como menino, percebeu, com clareza, a diferença do jovem para o adolescente e isso nunca lhe esqueceu. Assim o Camamú ficou no coração e na inteligência.

Nessa nova casa, cresceram os filhos: Francisco que era português autêntico, no aplombe e donaire de cavaleiro exímio em sua bela mula ruça, de legítimo perfeito; Donana, alma divina, logo foi chamada ao céu; Bela que uma espinha na face, vitimou em pouco tempo; várias outras irmãs mais vivedouras; e Iaiá, espírito de líder, que sobrevive sozinha a pais e irmãos, mais que octogenária.

Do velho tio amigueiro, lembra-nos sentarmo-nos os sobrinhos, no soalho do sobrado de Santo Antônio de Jesus e ouvido, deitado no sofá de jacarandá de 1887, quando custou setenta mil réis, valendo hoje alguns milhares de cruzeiros. Ouvíamos contar toda a história do Imperador Carlos Magno e dos doze pares de França. Era uma memória prodigiosa, recordando fatos e anedotas do passado. Não ouvíamos dele censura a governo, pessoas, condições da vida. Meia altura, tendente a picnico, de voz cheia, sem estridor, sempre de rosto aberto, os meninos lhe davam mais afeto que aos outros.

Não deixava de ter as desconfianças da família. Pelos princípios da República, Jerônimo e Antônio Batista, seus cunhados, tinham armazém na rua da Paz, depois Silva Jardim e por fim Landulfo Alves, em Santo Antônio de Jesus. Havia em Ramos, nos limites de Conceição do Almeida e São Felipe, entre Jogo da Bola e Cajazeira, um lavrador Silvério, que mandou, positivo, buscar uma garrafa de conhaque no armazém dos Batista, porque

um agregado fora mordido de cobra. O álcool não foi usado e foi devolvido com o rótulo roído de barata. Jerônimo, recebendo-o, diz: “Não está vendo que Silvério não é capaz de beber conhaque?” Um empregado ouve e logo diz ao tio Silvério, que não apeia, na próxima feira, na casa de Jerônimo como de costume. Este, inocente, é interpelado, pelo sogro Francisco Félix: “Que foi que houve, senhor Jerônimo, com Silvério?” “Nada; não sei de nada”. O velho refere o caso e tudo se esclareceu. Mas a mágoa ficara, roendo o dono do Camamú. Os filhos iam crescendo. Um dia, no serviço, pergunta a Francisco: “Que corda você tem aí?” “De couro,” diz o filho. Alteia a voz o pai, na segunda pergunta: “Que corda?” e o acompanha o filho; “Deu couro”; e mais forte na terceira. O velho queria saber se era nova ou velha, mas o rapaz não atinou e zangou-se com as perguntas. Silvério então: “Você já está bom para ir para o Longuinho”. O moço já estava, realmente, em condições de mandar e gerir economia própria, como confirmava aos cinquenta anos, ao contar-me o fato.

Lembra-nos, do Camamú, a velha diferença sentida em criança das tias Umbelina e Sinhazinha. Uma despachada, ativa, admirada; outra murchinha, pálida e acanhada. Se era um passeio, Sinhazinha decidia; o vestido que a outra usaria, ela indicava. Não se ouvia a voz de Umbelina. Adelaide, mais velha que as duas, era decidida, mas não tinha domínio sobre outrem. Sinhazinha era soberana. Um menino, que ela tomou para criar, era um malcriado a quem ela deu muita ousadia. Parecia uma síria libaneza que conheci. Essa semelhança, dos tios com sírios nos ocupará um pouco. Aos meus nove anos, na praça de Santo Antônio de Jesus, vi de longe, pensava, a tia Sinhazinha para quem me encaminhei. Já bem perto, reconheci o erro e, sem ser percebido, desviei os passos de D. Rosa, mascate síria que surgia na cidade. Já perto dos quarenta anos, vejo entrar, no meu gabinete do Colégio Ipiranga, um homem de alguma idade. Senti alguma emoção interrogando-me: “Tio João já não morreu?” Recebi o homem, que logo disse: “Eu sou João Ganen, venho trazer um filho.” Era situação que confirmava o meu pensamento das influências semíticas.

Em 1930, saindo da fazenda Sodré, do primo Totoninho, fui visitar, o Camamú. Part amos da sesmaria de Manoel da Cunha e vínhamos   de seu sogro Antônio de Souza Bitencourt; deixávamos a bacia do Mocambo, para ir aos afluentes do Sururu. Sempre nos  mbitos dos descendentes de Úrsula e Félix. A velhinha, tia Maria José e todas as primas, formaram a roda alegre de perguntas pela saúde de todos, de cada qual e de gente da Bahia, do Rio e São Paulo. Fiquei embaraçado ao querer certificar-me se tia Umbelina era viva ou morta. Dei volta e afinal perguntei: “E tia Umbelina”? Ela, corada, me perguntou surpresa: “Você não me conhece mais?” Era um tom quem lembrava a meninice, em que ela me agradava e eu sempre preferia tia Sinhazinha. Eu, tranquilo, respondi: “Não podia conhecer; vosmec    outra mulher, corada e robusta, muito diferente. Vosmec  era pálida e magrinha e agora   bonita, alegre, e viva.” Ela se desvaneceu feliz. Era realmente uma grande mudança de personalidade. Deu-se o que tenho chamado de parasitismo psíquico. Uma alma domina a outra que se aniquila lentamente, como a planta que nutre a planta parasita. Isso acontece com irmãos, pais e filhos, marido e mulher e ainda entre amigos. Por uma separa o, sobretudo pela morte, reajusta-se o ente parasitado, recobrando energias e vitalidade. A tia Umbelina, um ano mais velha que a irmã dominadora, viveu treze anos mais que Sinhazinha, que havia desencarnado anos antes. Nas minhas cogita es sobre a liberdade dos seres, já me tinha ocorrido pensar nas duas tias e agora contemplava uma alma renovada, para que fora injusto, nas preferências do menino.

Do bom tio do Camamú, registrei, no meu diário, condutas condizentes com o nível do ambiente, os quais transcreverei. Tio Silvério foi ao Itapicur  saber de um caboclo quem envenenara uma besta de seus serviços. Oitenta léguas!... O caboclo afirmou saber, mas não lho quis dizer, porque ele mataria o autor. Fez algumas revela es graves: afirmou que um primo acabaria a vida pedindo esmolos, que Silvério fora, durante três dias, espreitado na estrada para ser morto, que tivera 17 irmãos e não quinze como dizia; que, naquela época, depois de sua partida na fazenda,

um burro envenenado veio morrer dentro de casa, sob o nicho, o que fez adoentar a mulher. Este fato sucedeu, tal como afirmou o caboclo, como também os demais e mais ainda: que a esposa do consulente estava grávida e que seria um homem o filho; que minha avó estava envenenada pelos médicos, que não haviam conhecido a moléstia e que já não haveria remédio, quando mudassem de opinião, pois só haviam de reconhecer nas proximidades da morte. Era em 1892. Mas o importante, no século dezenove, já no fim, é o prestígio de um feiticeiro, à distância de oitenta léguas.

A elevação social do tio fez-se pelo filho do mesmo nome, que alcançou doutorado em medicina. Seus netos também netos de Jerônimo Batista moço, são poucos, mas o Longuinho continua na família. Seus métodos eram tendentes aos de Francisco Félix, ainda que fosse menos severo. Uma das filhas sobrevivente, septuagenária, confirmou a energia de Maria Rosa e a tenacidade dos Bitencourts e de Úrsula Maria das Virgens. Não casou: não transmite, pois, as qualidades que distinguiram o português Manoel da Cunha, mas acompanha uma filha adotiva do irmão médico, falecido, que reside em Nanuque, no Contestado de Minas Gerais e Espírito Santo.

## CAPÍTULO DÉCIMO

### RETIRO, PASTINHO, MOCAMBO, JEQUETIBÁ E SURURÚ

Assassinado Manoel Firmino, em março de 1856, na fazenda Coqueiro, hoje denominada Bananeira, em consequência de demanda judicial, em que as paixões de parentes se exasperaram, os dois executantes foram condenados à prisão máxima, onde um morreu antes de se escoar o prazo. O mateiro do Mucurí tinha mostrado valor e resistência, nos campos mais altos do sertão de cima, além dos mansos sítios dos jaqueirais e dos canaviais, e baqueou como batalhador, ao golpe traíçoeiro e não nas justas dos combatentes de viseira erguida. O lar dissolve-se no choro da orfandade. Uma fazenda Coqueiros, ficou para a viúva e outra

Campo Grande, para os filhos. A viúva Maria Guilhermina Alves foi nomeada tutora dos filhos em 6 de setembro de 1856, convalidando as novas núpcias, em 22 de março de 1858, com João Ferreira da Cunha Sampaio, vindo a morrer, sem filhos, neste consórcio. Conta-se que morreu repentinamente, voltando de uma viagem de passeio, encontrando violadas as arcas, em que guardava riquezas entesouradas. Já em 17 de abril de 1858 havia sido destituído da tutoria, com a nomeação do tio Capitão Jerônimo, senhor da Cajaseira. Para aí foram logo transportados os restantes dos filhos, pois já tinham ido lá viver os órfãos José, Balbino, Isabel e Floripes. Os novos habitantes da mata do sertão de baixo do Recôncavo, Ana Guilhermina, Maria Alexandrina, Manoel Firmino, Aprígio e Antônia, reuniram-se aos irmãos. Eram nove, dos quais morreram jovens Balbino e Manoel que, depois de maior, assinou em agosto de 1878 a venda de sua parte na fazenda Campo Grande ao seu tio e tutor Jerônimo.

Balbino fôra levado para Itaparica, doente de beribéri e lá morreu. Manoel Firmino era franzino e bastante inteligente. Levou-o Aprígio para Capivarí, fazenda do tio Florentino José Alves, solteirão sem filhos, que ainda conhecemos em menino, em Santo Antônio de Jesus, magro, alto, vivo e delicado, mais que septuagenário. A lembrança do velho me é ainda agradável após sessenta e muitos anos. De sua fazenda veio, antes de 1887, a notícia da morte de Manoel Firmino Filho. Os demais criaram famílias, que um século depois, fazem nobre e brilhante missão. Cinco filhas casaram e quatro tiveram grande descendência, exemplificando como se transforma a pobreza em prosperidade, no decorrer das gerações. Não nos interessa o fenômeno oposto, em que filhos e netos vegetam na pobreza, ou morrem na miséria, talvez vingando a vaidade e o orgulho dos pais e avós, que dominaram ou exploraram parentes e estranhos, sem dó, sem piedade.

Ana, Isabel, Floripes, Maria Alexandrina e Antônia, póstuma ao assassinado, são as tias das fazendas, onde encontraremos afetuosa acolhida nas nossas viagens sentimentais. Alexandrina já

se tinha mudado, viúva, mas lhe bosquejaremos a vida na fazenda, com a das outras, indo de sítio em sítio mais rico ou mais pobre, com o mesmo coração. Depois vê-la-emos na terceira parte.

## RETIRO

Retiro da tia Donana, que morreu quase nonagenária, foi um dos doces recantos da mata, dos fins do século XIX e começo do XX. Perto da extrema ocidental de Conceição do Almeida, entre os Rios Cabeça do Homem e Mocotó, entre Andaraí e Pau de Cedro, quase em Castro Alves, foi um centro espiritual dos sobrinhos, durante muitos anos. Aí houve prosperidade, num lar sem filhos enquanto as irmãs com muitos filhos, viviam na pobreza. Ao Retiro, todos mandavam seus apelos e lá tive momentos de bucólica felicidade. A velha tia, quando jovem, casou com um primo distante, Amâncio José de Souza, bisneto de João Batista de Almeida, português que ia à Bahia, que era despachado e influente, que montava em cavalos bem ajazados, irmão rico de Manoel da Cunha que era pobre e deu, mais tarde, uma fazenda a cada filho. A jovem Donana foi pedida por um tio e exclamou, em tom de assombro: “Virgem Nossa Senhora!” Depois foi pedida por Amâncio, que veio pessoalmente visitar o tutor. O candidato nunca lhe tinha falado, nem visto. O tutor orienta: “Você foi pedida e Amâncio virá ver... Na hora, eu pedirei um copo de água e você levará”. A jovem loura, muito alva, de média altura, de andar firme, conduz um copo d’água com muito respeito sem urna palavra, cabelo arrebanhado, para só ver de novo o futuro marido, no dia do casamento. Sessenta anos depois, ela mesmo comentava: “Assim é que está direito. As moças de hoje não têm respeito.”

Casada, tornou-se a dona do Retiro. Tudo decidia, sem apelo, resolvendo pelo marido todos os assuntos, apesar de ser ele uma boa alma, de conversa agradável e seriedade no trato. Dizia sempre: “Se Deus quiser...” num tom arrastado de quem não fez o mal. Morreu pelos meus nove anos e quatro do seu afilhado

Landulfo. Vivíamos já no sobrado, em frente ao cemitério velho, necrópole abandonada, mas de carneiros ainda em pé, junto à linha férrea, onde se fez o jardim triangular da Praça Rio Branco, em Santo Antônio de Jesus. Sabíamos que o tio estava doente, visitado por papai, que voltara dois dias antes, sem razão de alarme. Uma manhã pelas dez horas, Landulfo, de quatro anos, entra correndo assustado pela porta da cozinha: “Eu vi meu padrinho ali, junto da figueira”. Era um belo pé de deliciosos figos, em terreno bem adubado. Minha mãe enérgica: “Que é isso menino?... seu padrinho está doente no Retiro!...” Momentos depois, um positivo estanca o cavalo e meu pai pergunta: “Como vai ele?” “Faleceu”. Eu entendi “desapareceu” e a impressão perdura após 67 anos. Landulfo teve outras visões, até a idade madura.

A fazenda continuou com o mesmo ritmo, sob o governo da viúva. Anos depois fui visitá-la. Casa térrea e ampla, com varanda e beiral à frente, de telha vã, salvo a sala e o quarto de visitas, toda tijolada e bem lavada. Uma vasta malhada de fumo, em toda a esplanada até a cancela, com admirável plantação, bem cuidada. Perto da casa, um belo pé de jaca de pobre, uns quatro metros de altura, copa próxima de cone, sadias folhas. Era um encanto ao cair da tarde. Centenas de passarinhos, de todos os matizes, vinham pousar nos galhos, cantando, chiando, esvoejando, para logo emudecer até o despontar da aurora. Então tudo se agitava em maviosa orquestra, até que o vôo levasse cada qual à luta de seu dia. Nunca mais tive este maravilhoso quadro. A tia varonil não permitia caçar em suas terras, e o pé de jaca de pobre era um viveiro amigo, em que a passarada confiante repousava. É o caso de lembrar agora que as feras são menos perigosas, onde o homem é menos desumano. No Retiro, tudo havia de ser justo e bom e os passarinhos acolhiam-se a seus ninhos, bem junto à mansão da fazendeira.

Havia um gineceu, onde as moças se preparavam para o casamento, na escola do trabalho, às vistas da madrinha, pois era infinda a série de afilhadas. Quando chegavam à idade, a fazendeira acertava o noivo, marcava o dia, padre, capela, quando

não na própria casa. Um dote modesto, depois do enxovalzinho, e bródio mais ou menos pobre, conforme as condições do novo par. Vários casamentos promoveu, que me foram ditos amargos. As noivas parentes confessavam antipatia original e permanente ao marido. O certo é que hoje os filhos e netos dessas queixosas prosperam com famílias confortadas e felizes. Um dia houve um casamento, e o noivo, no dia seguinte, fez queixa de impureza. A fazendeira, que já conhecia os homens, dá suas providências, recolhe as provas de sangue e chama o noivo: “Seu descarado, está aqui sua mentira! Você não presta e não apareça mais aqui.” O chantagista, de plano frustrado, humilhado, pede perdão, e vai viver com a mulher, respeitando a lavradora que era um verdadeiro bispo nas redondezas.

Saindo a cavalo de selim de banda, de roupão branco e longa cauda, que cobria os pés, busto ereto, como viajava o irmão Aprígio, a velha Donana, a cada volta da estrada tinha um cavaleiro ou pedestre que estendia de longe a mão: “Bença”... E ela “Deus te abençoe”. Eram dezenas de saudações afetuosas da fazenda ao Cedro, a Santo Antônio, a qualquer destino. Certo dia chego em visita rápida aos velhos pais e, à tarde, aparece a tia: “Eu sabia que você não ia me ver e vim lhe ver”. Eram três para quatro horas da tarde, que se encheu de alegria e recordações. À tardinha a mais, a septuagenária apresta-se a partir. Não houve razões a que atendesse: a noite próxima, quase quatro léguas de distância, o cansaço da vinda. Ela resistia: a visita estava feita, a fazenda precisava da dona. O irmão, mais moço cerca de dez anos, apenas ria, porque sabia que nada demoveria a camponesa. Prepara-se e minha irmã Isabela se apronta para levá-la a meio caminho, até o Jequitibá, apresentando-se montada de culote e a velha tia: “Mas Aprígio, você está doido? Como é que você deixa sua filha montar assim?” O irmão responde: “Eu sei? elas querem... é moda...” E a velha: “Pois eu, se tivesse uma filha, não deixava não; não tinha nada de modas.”

Certa vez, formou-se uma romaria da Zona do Retiro e Cedro para o Santuário das Candeias. Era movimento social na

inata, ainda cheia de devoção, ainda sem automóvel, sem rádios. Há consulta de fazenda em fazenda, como a velha contou a viagem. “Nossa Senhora das Candeias, vamos a Nossa Senhora das Candeias?” “Qual? vai gostar muito!” “Que importa? Vamos, vamos pagar a santa promessa.” Seda, calçados finos, novos selins de banda, jóias, pulseiras, bichas e anéis, uma anquinha pedida da Bahia. Tudo pronto, dias depois passavam na Capital da Província, em demanda dos milagres das Candeias. Alegria e prazer ingênuos, banhos, risos, esmolos, a têt linda das tabarôas, transformavam num pórtico do céu aquele pedaço encantado das matas. Após o banho a voz interrogante da mordoma: “Vestiram, então, a mesma roupa? Faz mal: a moléstia está na roupa! E todos, senhoras, cavalheiros, e meninas, deixaram roupas, jóias e calçados, em troca do sobressalentes das malas. Chantagem desde a Monarquia...

Os maridos da tia Donana tiveram semelhante condições de vontade. Ambos submissos, cômicos, fleugmáticos, mas às vezes impulsivos. Amâncio, bisneto do opulento irmão do econômico Manoel da Cunha, na casa de um parente, tem uma manga à mesa. Devia usar talher. A faca cega, a novidade do ato; os meninos já começavam a rir e o mateiro agarra a fruta, que atira pela janela. Sua diferença fundamental da mulher era o grau de iniciativa. Donana parecia repetir Isabel do Mucurí, enquanto Amâncio não se aproximava de José Joaquim, no governo das roças. O segundo marido, que já era viúvo, com vários filhos adultos, deixou-nos várias anedotas. Minha irmã pergunta: “O senhor sofre de prisão de ventre, porque não toma levagem?” “Menina, meu Deus, dê cá uma vela! Você fala nisso? Que horror! É uma imoralidade.” Com uma filha doente, ele preferia que morresse a obedecer a prescrição médica de um clister. Falar às filhas em um adjutório era ofender-lhes o pudor. O velho era indiferente às cousas sociais. Certa noite de Natal, dorme de botas, estendido, com o rebenque à mão, seguro. Isso em pleno século vinte, à distância de menos de quatro léguas de uma das estradas de ferro, que trafegava desde

a monarquia, quando os senhores de escravos eram tidos por superiores.

### PASTINHO DO JAGUARIPE

Das cinco órfãs causadas pelos sicários, armados pelo ódio de família, em luta por orgulho ou interesse de terra nas matas do Camisão, a mais notável foi Donana do Retiro. Ela, porém, se recordará nos atos da própria vida, mas apagar-se-á sua lembrança mais cedo ou mais tarde, por não ter tido filhos. As quatro irmãs restantes foram mais humildes, na vida social e na econômica, e se perpetuaram nas gerações. Não é que todas as mulheres tivessem influência no brilho do lar. Algumas foram fundamentais: Maria Rosa, do São José, até que a hemiplegia a conteve; Isabel do Riachão, em 33 anos de viuvês, salvando a prole e o engenho, morreu septuagenária, cercada de netos: Madalena de Tertuliano, sendo a consulesa das vilas, povoações e fazendas da mata, conselheira e apaziguadora dos parentes, Sinhá, curtindo a mais dolorosa pobreza, em viuvez, ao lado da mãe acabrunhada e a prole faminta, mas a mandá-los à escola de roupa passada, no mais heróico segredo, e hoje, alegre entre dezenas de bisnetos e netos, octogenária tendo a veneração dos filhos até sexagenários. São grandes figuras, que não obscurecem as humildes, que no trabalho das proles, criaram a pátria atual. Um hino à mulher heróica, no silêncio do trabalho, é um dever dos povos que chegam à glória de nação.

Assim, ao lado de Donana do Retiro, veremos as irmãs pobres, casadas com três irmãos, filhos do Capitão Manoel de Souza Santos, de grande influência no seu tempo. Os filhos não herdaram sua energia, mas a transmitiram aos descendentes, somada à tenacidade de Manoel Firmino, baleado de costas por escravos, peitados pela inveja rancorosa. Isabel perdeu cedo o marido Francisco de Souza, que cegou e a deixou em pobreza extrema, no Pastinho, nas proximidades do Souza, onde a vi conformada perto do Rio Jaguaripe, antes de receber as águas do

Mocambo, em 1910. Teve filhos que lutaram, cujos netos estão hoje triunfando no Rio de Janeiro e Salvador.

Floripes, casada com José de Souza, na Fazenda Cajá, no mesmo dia em que Maria Alexandrina casou com Manoel de Souza Santos, também provou grandes amarguras, sobrevivendo ao marido, junto à irmã no Pastinho. Vi-lhe, no rosto, antiga beleza e nobreza, que a vida não conseguira sepultar. Foi uma grande lição da vida, contemplar as duas tias pobrezinhas e humildes, que ninguém procurava, cuja dignidade as ajudava a trabalhar até à velhice, para subsistência, quando já os filhos se haviam dispersado pelos caminhos da vida. Comparei a coragem daquelas heroínas e a decisão e vitória de tia Donana. A sorte age em tudo e aí lembrei que os dedos das mãos são irmãos e não iguais. Assim, aconteceu com as órfãs, que pagaram uma pataca por dia ao tutor, até casar. Venderam gado e casco da fazenda, em Camisao, e ficaram na pobreza, enquanto os outros prosperaram. Temos escritura de 1871 a 1878 em que os órfãos passaram adiante suas heranças, pelo preço do inventário de 1857, sessenta mil réis, que couberam a cada herdeiro.

### VIRAÇÃO OU ESTREITO DO MOCAMBO

Mocambo é a sede de tia Totonia, a póstuma, casada com Florentino Matos. Era junto ao antigo Pau Ferro, que, na geração dos avós, era de um só dono e neste século era um comum de mais de cem. Neste século, era pequena a fazenda mas ótima, bem lavrada. Era modesto, sem sofrer privações, o lar polífero, de quem centenas de netos e bisnetos se instalaram pelo Brasil. Desse convívio doce, recordo uma tarde suave e repousante. Primos e primas conversavam, os tios já quase velhos, antes do tempo; recordavam-se casos de escravos e de bichos, de almas de outro mundo e caipora, do feiticeiro do povoado próximo, que sabia das coisas e dava remédios, e do velho sacristão Serafim, que contava que o padre, celebrando missa, no vidro do Ostensório, vê um moleque subindo ao seu coqueiro: “Sobe, ladrão, sobe, ladrão”,

na hora exata da elevação da hóstia. Era o anedotário mais rico da zona, o desse sacristão que fazia rir a todos e ao próprio padre.

A viração era viva e não houvera senão risos e alegrias; Vem um rico cacho de côcos e o facão fornece, dentro em pouco, água e nata, que mais animam a conversa, até o começar o pôr do sol, quando o céu, de franjas róseas e violetas, anuncia as próximas estrelas e os beijus alvos do café com leite, após o jantar, mais leve que o almoço de galinha e leitoa, ao meio dia.

Recordo-me, cavalgando, pelas proximidades de um belíssimo vale cultivado, com diferenciado matiz das plantações, que só contemplei semelhante e mais largo, descendo de Caxias, pela minha viagem do Rio Grande do Sul. Esse trecho da mata é um dos vários em que se formam comuns. Um deles, na Conceição do Almeida, era propriedade de um só há um século e hoje pertence a centenas. É a concorrência crescente da vida que aí se desenvolve, fazendo viver na gleba os mais fracos e levando para o Gongugi, o Rio Novo, Poções e até São Paulo e Paraná os mais ousados. Essa parentela enorme é da mesma fibra do velho Aprígio, que ouvi repetir à janela, quando me sentava à sombra do sobrado a, cuja parede branca batiam as rolas encandeadas, que eu revivia, tamborilando o fundo da bacia, sob o qual jaziam quase mortas. Ele dizia:

Só dos ousados foi sempre  
A fortuna companheira,  
Do covarde que a teme  
Inimiga verdadeira.

## JEQUETIBÁ

Mais perto de Santo Antônio de Jesus, deixada a bacia do Mocambo, com o Rio das Almas de Manoel da Cunha, íamos ver a recordação da Tia Mariquinha, no Jequetibá, nos mesmos sítios de Antônio de Souza Bitencourt. É a viúva de Manoel de Souza Filho, o mais despachado dos irmãos, que sucumbira às febres

aos anos de 1885. A tia ficou desamparada, com vários filhos dos quais Eduardo, Inês, Aristeu, Antônio têm hoje uma grande representação. Eduardo é pai de Rômulo Almeida, nome nacional aos quarenta e tantos anos. Essa tia, viúva, pobre, ficou exposta ao método usual de desvalorizar a terra vizinha do proprietário ambicioso. Solta-se boi ou montaria na roça e as reclamações do roceiro nada valem. Assim se criaram os latifúndios. Com a tia não sei qual foi a causa. O certo é que o único escravo que tinha, já idoso, o negro Ventura, foi espaldeirado a cacete, por um valentão Birro Gallo, na própria fazenda do Jequitibá. O pobre escravo morre logo em 1885. A tia ficou apavorada, os filhos pequenos não a podiam garantir. Tio Amâncio e meu pai decidiram levá-la para o Retiro, e mais tarde para Santo Antônio de Jesus, em frente à nossa casa, à rua da Matriz. A velha viveu quase oitenta anos, cercada de filhos que prosperaram; cresceu socialmente, dirigiu festividades de igrejas, sempre tranquila. Nunca lhe ouvi uma só expressão forte, a voz sempre baixa e tímida, diferente de Donana.

Nessa bacia de Jequitibá viveu um velho, um Souza Bitencourt, na zona da antiga sesmaria do tetra-avô. Para leste do Rio das Almas até Taitinga, fora o genro Manoel da Cunha. As matas começaram a ser derrubadas pelos patriarcas, no começo e no meado do século XVIII. É evidente, porque a filha de Antônio de Souza Bitencourt, Ana Tereza teve dez filhos dos quais o último Silvério Hipólito, casou-se em 1816, indo buscar mulher no Oiteiro Redondo. Por ali ficaram Bitencourts, que pouco a pouco se fixaram em Nazaré ou circunvizinhanças ou na Capital, indo mais tarde para o sul do País. Um Bitencourt viveu por aí, que teve grande progênie: Severiano de Souza Bitencourt, casado com Antônia Luiza, filha de Reinaldo Francisco, do Longuinho Velho, no fim do século dezoito ou princípios do dezenove. Não sabemos a linha dos ascendentes de José Tibério, mas aceitamos como autêntico o seu nome Souza Bitencourt. Conhecêmo-lo, pessoalmente e os traços físicos e mentais parecem confirmá-lo. Um filho transferiu-se para o Sul, com inteligência e segurança, depois da escola que, juntos, frequentamos. O homem ao mudar-

se do meio primitivo tem, muitas vezes, uma ressurreição e o certo é que os filhos abandonando o lar, ampliado em cidades, povoações ou fazendas, saem da influência das forças dominantes dos velhos ambientes: tabus de toda ordem, preconceitos, ódios, tristezas.

As matas tornaram-se velhas, no começo do século vinte. Os manes dos escravos dos engenhos vivos, ou de cerca de duzentos, mais ou menos, sepultados sob os matos, onde a gameleira envolve tachos que se libertam, aos poucos, a machado, vivem na psique coletiva e na individual, alterando a ordem moral, jurídica e religiosa. Os fracos sucumbem; dos fortes uns reagem ao próprio “habitat,” com as deformações inevitáveis, outros emigram, ocupando as matas próximas ou distantes, até outros Estados, indo criar fortunas, como em séculos passados, os avós, na velha gleba vindos da Europa. Muitos deixam lembranças de personalidades paradoxais que devem ser fixadas para memória da raça, que perdura através do tempo.

Desse Bitencourt registraremos cômicas passagens. Chega um conhecido à sua fazenda, de passagem e o saúda, da montaria. O fazendeiro exclama: “Senhor doutor, o senhor por aqui?” e vai arrancando da sela o viajante: “Vamos tomar uma cerveja” “Sim, senhor, mas eu não sou forte nisso; vamos devagar; demais estou suado, o tempo está quente” Nada vale, pois a cerveja se abre e logo, o fazendeiro “Oilá, o senhor não sai daqui sem comer uma farofinha.” Dá de mão à espingarda e, de um tiro, mata dois perus, do bando que vagava no terreiro. “Corta o pescoço desse desgraçado”, brada à gente da cozinha. Conversam sobre a mata: fumo, gado, mandioca, cangaceiro de Jequié, Camassús, Severino e José Marcelino, Afonso Pena, que acaba de ser no nome oficial da Conceição do Almeida. Vem o ajantarado do peru fresco, com vinho e doce de araçá. À tarde, é hora de sair. O hospedeiro: “Vou levar seu doutor” selado o cavalo, partem. Chegando, atravessa o corredor montado, o que obriga o cavalo a saltar a janela, derrubando a mesa. Isso faz lembrar igual fato da Cana na capital

da Bahia, em que o sogro de um juiz, quando no porre, entrava a cavalo pela janela do Hotel Sul Americano.

No casamento de uma filha, o Bitencourt, com amigos na fazenda, quer ficar sem paletó e camisa. Sob a insistência dos amigos, combina em vestir um terno branco. À hora do jantar aparece de manga de camisa. Servindo à mesa, segura uma travessa com uma leitôa, que escorrega e vai cair no colo da senhora de um chefe político da Conceição do Almeida, e Zé Tibério grita: “Qué fugi diabo?” À sobremesa, traz queijos, que divide a facão: “Come povo”, exclama, na mais autêntica gentileza do roceiro inculto.

Certo rendeiro é preso pelo subdelegado de Sant’Ana que não atende às intimações e ameaças do fazendeiro, que se dispõe a arrombar a prisão. A autoridade de pistola em punho: “O tronco está ali, mas à primeira machadada na porta, eu lhe arranco a cabeça, com a bala”. O fazendeiro teme e recua. Dispara até à sede do muni-cípio, onde não consegue ordem de soltura. Rompe com as Caldas, governistas, hospedando-se, em primeira ocasião, com Almeidinha, da oposição. Ao retirar-se da cidade, era seu costume dar umas esquipadas pelas ruas. Uma malta de moleques, com latas de gás, faz-lhe uma manifestação, que assusta o cavalo por todos os pontos onde vai o cavaleiro, que irritadíssimo, joga o cavalo a fora e volta à casa.

## CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO

### FUNDOS DE MUNICÍPIOS: INSEGURANÇA, CORRUPÇÃO, RENOVAÇÃO POR GUERRA E PESTE

As condições pseudo jurídicas das matas são filhas do cacixe e da ameaça de chibata. Em vários pontos da Conceição e do velho Currealinho, criava-se prestígio e fortuna com chicote, com cacete e prisão. O tabaréu medroso vê, como assombrado o chefe eleitoral, corre a lhe pedir amparo e justiça, respeita-lhe as ordens inconscientes, o que lhe cria prestígio. Alguns morrem na tocaia, antes do tempo; outros atravessam até decrépitos. Certa

vez, um consegue de uma negra uma escritura de um terreno, debaixo de ameaça, perguntando a um filho; “Cadê sua mãe? Ela não veio passar a escritura? Nego é mesmo burro: quando se alisa, dá coice”. Ainda há pouco na zona do Jequitibá e Sururu, havia tipos sociais limítrofes do desequilíbrio moral e mental, nestes cantos de cerca de trezentos anos de extinção dos índios e de misturas de portugueses, espanhóis e negros, e aborígenes, a se elevarem pouco a pouco, com as guerras e as epidemias que aterrorizaram a todos e deram aspectos opostos de curioso contraste: terror torna-se em vantagem no meio da mata. Conta-se que um holandês ou descendente, em tempo de recrutamento, meteu-se num cesto dependurado do telhado, mas foi descoberto porque os recortadores viram mover-se o panacum. Descido, chorou o branco fraco e o capitão do grupo sentenciou: “Você não vai para a guerra, mas vai casar com Ana Rosa.” Situação diversa mas equivalente é a do negro Sabino, esguio e ativo que só fazia viajar, rápido e pronto, cumprindo a pé todos os mandados. Diz-me um dia: “No tempo da impidimia; eu estava assim... um tempo medonho... não se enterrava em cova; abria o valo e jogava os defuntos”. No dia seguinte, “no outro dia” tava um sentado na beira. “O juiz passava a carta e dizia: “Tu não conhece mais sinhô”. Esse ressuscitado era Sabino, de cólera em 1855, que falava em 1916.

Enorme efeito teve a guerra do Paraguai. Grande prestígio obteve Alexandre Maia Bitencourt, que organizou um batalhão com brancos, mulatos e pretos, escravos, que assim se alforriaram.” Ao terminar a guerra, os heróis que voltaram, receberam distinções. Os brancos lhes estendiam a mão; alguns os abraçavam. Há meio século, registrei informações do historiador e geógrafo Aureliano Tosta, de 1841, falecido com 96 anos: “Do Passeio Público, avistou-se um vapor nacional de mastros embandeirados, Os marinheiros, nas vagas, davam altos vivas, agitando lenços. A faísca fulminara a multidão; por todo canto, nas ruas praças o povo se agitava no mais fremente entusiasmo. À noite, todas as casas iluminadas foi a mais intensa vibração popular que o velho

viu. Nesse dia, todos se abraçavam: brancos, negros e mulatos, na melhor atenção. A guerra do Paraguai, concluíra elevado seu nível social. Antes, ninguém dava a mão a um negro ou mulato. Durante a guerra houve aproximação dos dois elementos e daí vem a gradual ascensão dos mestiços e pretos entre nós. “Nas matas, a influência da guerra foi logo sucedida pela da liberdade dos nacítuos, 28 de setembro de 1871. A escrava amamentava um ser livre e o escravo via sua personalidade já sem trevas, no futuro do filho. Se a liberdade do sexagenário viesse dez anos antes, a crise criada seria menos grave, na falta de indenização, após 13 de maio. Em todo caso, a lei Rio Branco foi seguimento lógico dos atos diplomáticos e políticos do organizador da paz com o Paraguai.

Nesse encontro de municípios, onde era fácil fugir à polícia, criavam-se os ciúmes dos chefes, com seus asseclas. Os ricos ficavam mais ricos, com a espoliação dos pobres. Estes ficavam na condição do passarinho, que vi num pé de baba de boi, a chiar desesperadamente, sob a influência de uma mussurana, em que atirei uma pedra que a fez fugir. O papacapim pôde voar, perdendo-se o domínio da cobra inocente para os humanos. Era uma papapinto de pele nova e verde ou papa-rato de pele preta. Deles vimos dois, um de cada cor. Um subira ao primeiro andar do sobrado, outro foi morto pelos meus irmãos e, aberto, tinha um sapo na barriga. Esses mateiros ricos são símiles de mussurana, com seus antigos escravos, que a transformação de valores rebaixou.

As vicissitudes davam oportunidade de ascensão, sobretudo nessas regiões mais próximas das povoações em desenvolvimento. Santo Antônio de Jesus, tinha sido Vila em 1883 e essas terras da Conceição do Almeida ficaram fortemente presas a seu núcleo social. A sede do município ficava a cerca de seis léguas do Sururu e do Jequetibá que distavam de Santo Antônio de Jesus menos de uma légua. A estrada de Ferro de Nazaré, que se fez aqui, afinal, por vários anos, tornou a velha capela de Padre Mateus o ponto de convergência de toda a mata do Sertão de Baixo, de São Felipe até o Rio de Contas, com o nascente Jequié, trazendo em

contato com a velha São Salvador os portugueses e italianos que se instalaram por Jequiriçá, Areia, Caldeirão, Santa Inês, Toca da Onça, Pé da Serra do Pelado acima, com ramificação para Maracás, que era o recurso da luta contra o beribéri, e ainda varando até São Miguel do Jequetinhonha. A história dos emigrantes faria de Santo Antônio de Jesus uma nascente de fortes personalidades. Haverá de dar alguns traços oportunamente. Agora vejamos como a zona de Jequitibá e do Sururu, que a velha terra de Antônio de Souza Bitencourt, administrativamente é da Conceição, mas socialmente é de Santo Antônio. Manoel Jovino de Souza, que morreu quase nonagenário, caixeirinho que fora o portador das fazendas do enxoval de Fausto, nasceu aí. Calculador admirável, fazendo de memória grandes somas da esquerda para a direita, como vice-versa, multiplicando, sem lápis e papel e chegando a extrair raízes quadradas, acabou negociante na Avenida Passos, onde pôde, na multidão dos seus fregueses, descobrir a velha, forte e bela mateira, que encheu a imaginação das moças das três décadas finais do século dezenove. No Jequitibá e no Sururu viveu a infância e começou a adolescência. Sofreu os efeitos da conjunção das roças. Meninas mulatinhas, negrinhas provocavam-no, ameaçadoras, e ele cedia, pois elas diziam: “Eu quero senão eu conto a sinhô”. Várias seguidas. Uma delas, filha de escrava, cresceu cedo e veio a ser amante de seu pai enviuvado, tornando-se a mãe de Hermenegildo.

O mateirinho cresceu sem dar de si. Empregado de Jovino, acabou despedido pelo irmão, deu para jogar, malandro, mas não foi ladrão. Vai para Cachoeira, conservando a vida desregrada, como escolhedor de fumo. Jogava e os amigos se locupletavam. Certo dia de sábado, tinha uma pataca no bolso, pensando como passaria o domingo. Andava sem destino, pelas ruas cheias de roceiros, cavalos, burros, e bois de carga. Eis que vê, numa loja, uns brincos de metal que compra pela pataca. Na feira, vende-os a um tabaréu pelo dobro, correndo à loja para dobrar a compra, fazendo logo quatro patacas, repetindo vinte vezes o negócio, que

lhe rendeu vinte e tantos mil réis, com que comprou vários tipos de fantasias, que vendeu, no domingo, nas cercanias de Cachoeira.

Não mais parou, até que se mudou para Valença, com algum capital fazendo-se comerciante de fazendas e armarinhos, casando-se com a filha de um fazendeiro. Um dia, apareceu na Bahia; Juvino toma um choque, receiando prejuízo. O irmão comprava à vista mais de um conto de réis, levando fazendas e coisas de armarinho, também de outras casas. Era sangue de um Souza na mata, do Sururu, que continuou a prosperar em Valença, onde já havia antes vivido uma filha de Manoel da Cunha, neta de Antônio de Souza Bitencourt.

### TIPO DAS ROÇAS

Manoelzinho da “Má Vida” era um homem que vivia rezando. “Má Vida” era na extrema da Conceição do Almeida, passando o Sururu. Rezando e tomando chá, em cima de um estrado. Não trabalhava. Tinha tido escravos e continuou no mesmo regime, depois da Abolição; morreu lá por 1895. Com rosário muito grande de contas de coco, ele com a mulher e as filhas, Pomba e Paca. Meio de cócoras sobre o estrado, agarrando as pernas sob os joelhos “Padre nosso que estais no céu, venha a nós o vosso reino... oh: Gustavo, (com voz arrastada), viste lá o buraco da cerca?... seja feita a vossa vontade”... Assim ia, sem perder os fios das rezas, fazendo perguntas de administração. Nos domingos, havia o almoço fresco, pois a carne verde era dos sábados. Ainda não era dia de feira, pois em Santo Antônio era na sexta. Era chique o almoço fresco do domingo, cheio dos perigos verdadeiros ou imaginários que o cercavam. Chique também, lá por 1885, mesmo nas cidades e vilas, nos povoados e fazendas, vir uma travessa com os ossos de tutano, escolhendo-se a carne da mão da vaca, com cerca de um palmo de osso rico, acompanhado de pequena mão de pilar tempero, que se batia à mesa para sair o enchimento, que se distribuía aos convivas. Quase sempre o maior era do dono da casa. Esse almoço era cedo, antes de

viajar para a missa do domingo. Ia para o fogo à noitinha e estava cozido, amanhecendo. Manoelzinho, certo domingo, passa por Manoel José da Paixão e Araújo, com a mão na boca, montado a cavalo e cumprimenta de cabeça. Depois da missa desculpa-se: “Compadre, não repare que eu tivesse saudado só com a cabeça... é que eu havia almoçado fresco na fazenda e não podia tomar vento na boca”. Não há certeza se é verdade ou lenda do Chico Liberal, que veremos muito em Santo Antônio.

Outros fatos são verdades do meio em decomposição, cerca de duzentos anos depois do desbravamento de Antônio de Souza Bitencourt. Um Barreto é a figura central, com dois outros indivíduos, em contraste com o terceiro ou terceiros. São dos fins do século dezenove, até quase meado do vigésimo. A última de sua exuberância: “Ora, seu Genebaldo, esta gente aqui da capela está toda fofa porque o filho de Aprígio foi nomeado Governador da Bahia. Que diabo é Bahia? Eu troco Bahia por minha fazenda?” Estava em 1938. Permínio Costa chega à loja onde estava o Barreto e diz que o Fraga pagou, acaba de pagar, um conto e setecentos de lança-perfume, gastos no último carnaval em S. Antônio. “Meu fio seu Pedreira, diz Barreto, foi passar carnaval na Bahia e trouxe uma conta de 98 contos de lança-perfume. Eu perguntei como se gasta tanto dinheiro e ele diz: “Meu pai, os rapazes aqui jogam lança-perfume com uma seringuinha de vidro; lá enche os canecos e tampa nas moças.” Um filho vai casar com a filha do Velho. Não muito satisfeito, foi ver a casa preparada. Vai banheiro e diz a um amigo: “Fui ver a casa de meu filho, seu Pedreira... Maluco... entre móveis e movimento, comprou mais de trinta contos... Nem o palácio de D. Pedro II... bandaieira pura... tem um espejo que pega no forro da casa e bate no chão, com um ramaiete que desce por riba das caderas, toda cheia de ramaiete.”

Esse era um político influente nas eleições. Um estranho arrenda um alambique e o engenho da redondeza e resolve plantar cana; pede animais emprestados ao Barreto para conduzir sementes, que dá um fazendeiro. Passando os burros carregados, pergunta ele: “Você vai plantar cana de qualidade? Você não tira

uma, que o povo não deixa, rouba toda... Devia plantar pretas, que aguenta mais ao sol e o povo não rouba tanto, porque só rouba para chupar e não para vender e o bicho não estraga tanto... Você quer saber quem trouxe cana preta p'ra o Brasil? Fui um dia no arreconco de Santo Amaro, panhei quatro ôlho... botei na mala e trouxe". E logo: "Oi você vai ganhar muito dinheiro porque cachaça de Pernambuco não vem mais p'ro Brasil."

Era um chefe político. Juvenal vai com um boiadeiro estranho, avermelhado, e ruivo e diz: "Coronel, este moço é americano: está comprando fazendas; já olhou a sua, gostou muito e dá quinhentos contos." Félix responde: "Você está bestando? Eu vou vender minha fazenda por quinhentos contos? Minha fazenda, o governo não cuidou dinheiro pra compra. Ela tem ouro, tem briante, tem diamante, tem manganês, tem tudo que você procure". Félix vai queixar-se ao delegado Borba, que estava sendo furtado. "O povo não trabalha, só faz roubar (rosário de coisas). Essa Capela aqui tem mais de cinquenta mil ladrão..." "Encontra Genebaldo: "Ora, esse homem não era para ser Tenente... Um Tenente mandava chamar esse povo todo e metia o cipó e bolo até rincha... Um Tenente é um ôme que age logo."

Conta porque expulsou da fazenda a mulher, dá detalhes; controla-se, não mata e ataca a família Ribeiro, pois o pai com a filha e o sobrinho, ele pegou em adultério. "Desse povo dos Rêbera não tem ninguém que preste. Se tivesse duas famílias de Rêbera... cabava com esse Brasil..." Um irmão inimigo, quando já não tinha nada, muito decadente, descarrega a bagagem na casa de farinha: "Daqui não saio mais, hei de morrer aqui"! Félix, sabendo: "Diga a ele que pode ficar! Do que eu comer, ele come até morrer". É um traço de solidariedade na desgraça.

## FLIBUSTEIROS E MANDÕES

Em diversas épocas, as fazendas do Sururu e Jequitibá sofreram incursões de sujeitos mandões de municípios limítrofes, protegidos da política e da polícia, cercados de invencível prestígio

sobre os pobres e fracos, ainda que corajosos. Ataque de flibusteiros, pela mata, surgem esporádicos, vindos de povoados afastados ou vizinhos. Manoel Pedro, certa noite, teve a fazenda atacada por vários sujeitos meio mascarados com a cara pintada de tinta, que se encontrou depois num toco de páu. Os agregados que socorrem evitam o arrombamento, mas os assaltantes atiraram, baleando um que conseguiu chamar outros, enquanto os oito agressores, temendo os fazendeiros vizinhos, abandonam o plano, correm pelas ruas de Santo Antônio de Jesus, atiram contra um guarda que os tenta conter, descem pela rua dos Minérios, rumo a Nazaré, detonando os rifles. Foi um Amorzinho famoso da política, cercado de prestígio. Bastava um preso gritar: “Va-Iha-me, seu Amorzinho” e logo a polícia era forçada, mesmo por violência, a soltá-lo. Certa vez um barqueiro de Valença atraca-se com um outro chamado Portela, que não conhecia. Consegue subjugá-lo e o põe ao chão. Quando ia bater, diz-lhe e dominando: “Bate, desgraçado... tu está batendo em Amado Portela”. O barqueiro pula, ajoelha-se, põe as mãos e suplica: “Seu Amado, pelo amor de Deus, eu não pensei que era o senhor.”

Nesta época do assalto, apareceu, em Santo Antônio, um Paiva propagandista de remédios, sabonetes, óleos, fazendo rodas, na rua, sobre cura de talhos, mordeduras de cobras. Fazia mágicas e hipnotismo. Infiltra-se pela mata, fazendo curas, grangeando algum dinheiro. Aproxima-se do assaltado e incute-lhe no ânimo que isso fora efeito de feitiçaria, que ele cortaria. Ali havia coisa enterrada; e desenterrada, o fazendeiro voltaria a viver em paz. Arranca da terra um sapo boi, cabelos e outras mentadas. Nesse tempo morre a mulher do administrador, uma preta franqueando a chave do cofre, no que tudo corre bem: desenvolve-se a fazenda: mangas, capinzais, tudo reconstruído, roças aumentadas. Nesse tempo morre a mulher do administrador, preta com quem vivia. Acerta-se o casamento com uma sobrinha do fazendeiro, que passa todos os bens, fazenda e propriedades em Santo Antônio, em nome do noivo, ficando a morar com o novo par. Tempos depois Manoel Pedro é expulso da fazenda, indo viver num terreno

que Dr. Asterio lhe deu, de graça, para morar. Daí se transferiu para um pedacinho de terra na estrada do Grão-Pará, pondo uma biboca para vender cachaça a retalho, em grande miséria, e dizia: “Tudo perdôo, porque afinal tudo ficou para minha sobrinha; o que mais me doi, são so últimos dezoito contos que eu entreguei, por empréstimo, e ele nega.” O fazendeiro, para comprar, era terrível. Quando um carretel de linha passou a duzentos e trezentos réis: “Isto é muito caro; faça por menos, o senhor está ganhando muito.”

O irmão Manoel Pedro contava que o pai, Pedro Barreto comprava animais bravos dos quais caíam os amansadores. O moço montou e depois de muito pulo, o burro passou em baixo de uma limeira, ficando o cavaleiro imprenado entre a cangalha e os galhos. Muito doente, o Dr. Sampaio diz ao velho que prepare o caixão que é por pouco tempo. Morre-lhe a mãe e vem uma mulata sertaneja para morar com o pai. Sabendo a causa da doença, prontifica-se a curá-lo com “buxa de paulista”. Primeira garraçada, muitos vômitos; na nova, a curandeira examina o vômito: “Salvei seu filho.” Completamente forte e robusto, Pedro é sorteado para o Júri em Maragogipe e vai ao Dr. Sampaio, alegando trabalho e pedindo atestado de doença, dizendo-lhe o doutor que não é médico de mentira, para dar atestado a homem vendendo saúde. “Muito me admira, seu doutor dizer uma coisa dessa, porque há tempos passados o senhor disse ao meu pai que preparasse o caixão.” “Então você quem é?” “Félix Barreto, filho de Pedro Barreto”... Com que ficou bom?” Com remédio que o dotô receitou.” O médico logo dá o atestado, não aceita pagamento. Vê-se a diplomacia do mateiro, sempre capaz de vencer, quando lhe interessa.

Tem uma questão com um rendeiro, Pedro Crispim, cujas vacas são mandadas para o curral do conselho, em Conceição do Almeida, à distância de sete léguas, morrendo uma no caminho. O advogado oposito foi Thier Chagas, que afinal lhe levou a terra à praça. Na primeira instância, o juiz Oto Brandão aconselha um acordo, que Félix recusa. Mais tarde, vai ao juiz que lhe lembra

não ter acordado e agora perdeu a questão. O mateiro diz: “Perdi porque o dotô não tirou a copa dos auto. Se tivesse tirado, eu não perdia... Porque quem tem dinheiro não perde questão. Perde aqui, recorre pra Bahia, perde na Bahia recorre pro Rio; perde no Rio recorre pra Portugal e se perde em Portugal, ainda tem Santa Catarina”. Esse era um fazendeiro do começo do século vinte, muito influente na política.

## CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO

### SODRÉ, PAU DE CEDRO, BOM JARDIM, CURRAL DA CASINHA

Sodré foi o primitivo sítio de Alexandre José, que o pai, Manoel da Cunha, tomara em renda aos padres de Jenipapo, no século dezoito. De Alexandre José sabemos que casou com uma Neiva e não teve filhos. A tradição guardou que não era trabalhador. Era caçador. No século XIX, a fazenda teve o registro do Vigário e passou ao velho falador e filósofo, fazendeiro forte e bom: Antônio Joaquim do Cantagalo. Aí trabalhou um dos órfãos do Camisão, do ativo malogrado Manoel Firmino, assassinado por dois escravos. Era o tio José Firmino, noivo de uma das filhas do senhor do Cantagalo. Aí o velho Aprígio ajudou o irmão, depois de trabalhar, desde a infância noutros pontos, José Firmino não permaneceu e passou ao Bom Jardim, mas foi causa e desmancho do noivado. A noiva não era a mais velha e tinha intervenção da outra, que não queria ficar atrás. Além disso, meteu-se o noivo em coisas de escravaria do Cantagalo e teve de abandonar noivado e fazenda. Vamos encontrá-lo, já casado, perto da Serra da Gibóia.

O Sodré ficou com o velho das visões da sobrinha neta, a quem, em sonho, indicaram dinheiro enterrado, até que cresceu um neto que se fez senhor de latifúndio e grandes haveres, vivendo hoje septuagenário na Capital. Em 1930, passamos com todos os sete filhos, no seu solar amigo. Foi uma semana de conforto, em que nossos estudos da mata muito cresceram de indevemos viajar cedo para evitar o sol. O fleugmão cedeu no dia seguinte ao chegar-

se à Bahia, pela injeção tomada na fazenda, mas pude registrar quatro dias de movimentos na mata, que já esquecia o carro de boi, e já ouvia, sem disciplina, o buzinar do automóvel.

O almoço, em piquenique, sob uma jaqueira frondosa, pela beira do mato manso e das plantações, um conjunto de primas e primos, em bucólica alegria, foi a festa de despedida, enquanto fui a Salvador, em eleição. Minhas filhas recordam ainda a beleza do campo, a gentileza dos parentes, a tranquilidade da tarde. Extensa toalha na grama, robusto caldeirão de feijoada, tijelas de vários tipos de galinha, porco assado, que fizera roda na véspera e compotas soberbas de doçura, fizeram alegrar a tarde, num tranquilo repouso e bons jogos, histórias da roça, inocentes carreiros no descampado. São hoje quase todos de longes sítios, pais e mães em Goiás, na Guanabara, em Minas, Salvador e poucos na velha mata confortante. Os filhos já vão formados ou bem perto, dando-lhes netos. Mas a lembrança da tarde vive doce, com a da terra dos avós desconhecidos, que revivo.

#### PAU DE CEDRO

Pau de Cedro, no canto noroeste da Conceição, é quase em Castro Alves, separado pelo Cabeça do Homem. É um povoado parecido com os demais. Uma praça circular ou quase, tendo pelo centro a igreja. Fora da praça, já é fora, sem subúrbio, sem arrabalde. Visitamo-lo ha cinquenta anos, pelo última vez, e a primeira há sessenta. Uma tarde do último dia do ano de um ou de dois do século, partimos para visitar Joaquim de Souza, comerciante do Pau de Cedro, eu, Antônio e Firmino de Almeida. Um era um pragmático, que fez boa carreira de comerciante, com ótima redação, sem ter tido colégio, e outro estivera no Seminário, estudava sozinho, por falta de recurso, o italiano, lendo a “Você de Itália” do Rio ou São Paulo. Seria depois estudante diplomado em Engenharia Civil, que o leva a septuagenário caminhando agora para os oitenta, depois de colonizador conceituado no Paraná. A tarde de verão estava alegre e viajamos felizes. Firmino, na pilhéria,

tomou alguns tragos. Chegamos ao Cedro e ele demorou. Já era escuro e já se cuidava de mandar alguém. Mas surge na praça, só iluminada pelas casas abertas no dia de festa, um vulto dando vivas à monarquia, do Imperador, à Princesa Isabel. Dizia-se alemão pelo nome. Os Aldeões, alertados, aproximaram-se enquanto reconhecíamos a voz do primo. Foi uma festa a sua chegada. Os roceiros ainda não reconheciam a República de doze ou treze anos, e confraternizaram na manifestação monárquica. Tudo seguiu: jantar, jogo da praça, com dados sacudidos num caneco, e missa à meia noite. O sacristão era o já conhecido Serafim, do moleque subindo num coqueiro. Ouve-se a missa, entre as tabaroas e os roceiros, e nota-se a falta de Firmino. Chama-se, grita-se, mas ele está dormindo, sobre uma grande viga lavrada, numa extremidade da praça.

Mais tarde, voltei ao Pau de Cedro, que ficou a primeira sede comercial do velho Aprígio. Desde menino, trabalhou, metódico e incansável. No Mueurí, plantava fumo, batatas, cortava capim, apanhava café, aprendia as cousas. E as aprendia bem, com capricho, em profundidade. Passado aos Comoros, ao Sodrê, com o irmão José Firmino, mais velho uns dez anos que depois vai para o Longuinho, ajudava com firmeza. Veio para o Retiro, servindo nas roças, como depois, já rapazito nas roças de tia Mariquinhas no Jequitibá, donde volta às roças do Retiro e logo para Boa Esperança, como administrador de Joaquim José, que os escravos julgavam santo. Daí foi a Camisão, obter a emancipação aos vinte anos, continuando ainda cinco meses como feitor, adoecendo pela má alimentação e excessivo trabalho. Saiu meio defunto, para o Retiro, muito amarelo. Melhorando passa a mascatear, com um camarada que conduz a carga, de fazendas compradas a Antônio Batista na Capela. Vendendo seu gado a trinta e oito mil réis a cabeça, vai à Bahia, com o Batista, comprar, a dinheiro, o sortimento que iniciou no Cedro seu comércio de portas abertas. Antes sua sede era a sala de visitas da Donana do Retiro, depois verdadeiro bispo, pelas bênçãos que pediam os roceiros. No Cedro demorou sete anos, resistindo à falta de boa água, de frutas, de

carne verde, que se comprava às sextas-feiras, em Santo Antônio de Jesus.

Seu negócio prosperou rapidamente. As compras na Bahia cresciam. Naquele tempo, os importadores eram casas inglesas; as portuguesas recebiam daquelas, para vender no interior. Das últimas, seu fornecedor maior era Antônio Gomes dos Santos, sucedido pela razão Rodrigues de Moraes & Companhia. Estes tinham como chefe Miguel Rodrigues de Moraes companheiro de Luiz Tarquino, nas grandes empresas. Aprígio foi grande amigo de Miguel, que morreu cedo, deixando prole cujo representante maior foi o Professor de Medicina Eduardo Moraes, pai do atual mestre; Carlos Moraes. Comprava-lhe grandes cargas que, ao descarregar no Pau de Cedro, às vezes, não chegavam a tirar-se dos caixotes sendo as fazendas vendidas antes de postas nas prateleiras. Os comerciantes italianos estabelecidos no Cedro, foram cedendo terreno, procurando outro local, por não poderem concorrer. Assim, ganhando pouco por unidade, fez em sete anos de movimento incessante um patrimônio considerável. Em 1887, quando casou com Ana Augusta, já era dono da Loja Popular, na vila da Capela, logo Cidade de Santo Antônio de Jesus. Capela era seu nome pelas matas como Capela de Almeida, Capela de Santa Ana, para os vizinhos núcleos. Ainda quando me entendi, Capela era o endereço para telegramas, perdurando a inscrição da parede da estação de *Tram-Road* Só mais tarde se generalizou como Santo Antônio de Jesus, sendo antes Capela do Padre Mateus, Capela de Santo Antônio ou simplesmente Capela, ponto de parada de trens, para longos anos, enquanto se faziam os planos para a construção à Amargosa. Assim, Aprígio fez-se, com inteligência e tenacidade, no Pau de Cedro, comerciante matriculado, na Praça da Bahia depois mais desenvolvido em Santo Antônio. No Cedro, jovem, tomou mulher. Viveu com uma mulata clara, bonita e decente, de que não teve filhos. Quando, em 1887 planejou casar, tendo transferido o negócio para a Capela, promoveu casamento dela com um moço correto, e deu-lhe um dote de doze contos. Contando-me isso, um velho professor de abc das fazendas, salientou a integridade

moral do sertanejo e disse, sentencioso: “Mulher não senta mais em quarta, para ter um filho como Aprígio Alves.”

## BOM JARDIM

Ainda nas matas, iremos encontrá-lo no Bom Jardim ou Sururu de José Firmino que é mais velho e morre no primeiro decênio da República. José casou com Enedina, filha do Capitão Manoel de Souza Santos, que estudamos antes. Enedina morreu do primeiro parto, nascendo o atual Engenheiro Manoel Firmino de Almeida, sertanista, criador de cidades no Paraná. Dele, há recordação dos dias de escolas do Santo Gordo, Francisco Feliz dos Santos Só, que tinha dois alunos internos, no Morro, perto do Bom Jardim, com externos que andavam quilômetros a pé, diariamente. O professor era também açougueiro, aos sábados, quando vinha o cavalinho para levar Firmino à casa, com a carne verde da semana. Voltava segunda-feira, para o regime da palmatória que Santo Gordo não dispensava é de que o tio Firmino era intransigente advogado, sendo ambos severos no “torcer o pepino” da criança. No Sururu do fim da monarquia, José Firmino, Santo Gordo, velho Possidônio e outros trocam ideias sobre a vida nacional, glorificando Pedro II, que Aprígio achava muito absorvente, para tornar-se Republicano histórico ainda no Cedro, quando pensava também que a abolição da escravatura aumentaria o jogo comercial pelo surgimento de muitos lavradores autônomos e diligentes. Isso deu-se nos primeiros dez anos, mas depois o equilíbrio moral quebrou-se e os negócios sofreram, e a emigração tornou-se imperiosa. José Firmino morreu em outubro de 1893; seu filho, de dez anos, pôs numa caixa de flandres, as “Horas Marianas” do pai, um “Ciência do Bom Homem Ricardo”, o primeiro e o segundo livro de leitura de Abílio Cesar Borges e talvez o terceiro, para o acompanharem. A caixa ficou esquecida, mas as ideias dos livros perduram até septuagenário, quando recorda trechos, lendo “Vidas e Obras do Barão de Macaúbas” e “Vocação Pedagógica de Rui Barbosa”.

Meio século depois de José Firmino, fui visitar o velho Aprígio, no Bom Jardim do Sururu, bem perto da Serra da Gibóia, onde as onças ainda farejam carne humana, quando os guias se descuidam. As águas são leves e sadias como quer o velho, que então vendia e dava remédios, conselho, justiça e censura aos tabaréus. “Vocês compram remédio e ficam bebendo a mesma água? A água é o mais importante”. Por isso, deixou o Cedro, onde prosperou e quando, na velhice, sentiu que devia deixar o sobrado de Santo Antônio à minha mãe, Donana, emigrados os nove filhos para a Capital e para o Sul do País, foi certo ao velho Bom Jardim do Sururu, onde sabia de água pura e potabilíssima, vertida ao pé da montanha. Aí se instala e vive os últimos vinte anos dos noventa e quatro, menos dois, após a morte da esposa de oitenta anos, casados, brigando, quase sessenta. Não era terra de Santo Antônio, nem do Conceição do Almeida. Era do velho Currálinho, distante duas léguas, enquanto a velha Capela estava a cinco. O septuagenário voltava à terra do fim da adolescência e vamos ouvir lá suas reflexões. “Proibiram os engenhos, as engenhocas. Foi um desastre... Os homens faziam, com as famílias, a raspadura e o açúcar preto ou o mascavo, que dá saúde. Os barqueiros de São Francisco comem raspadura e farinha de mandioca e fazem um trabalho grande. Ora o governo manda que se produza na lavoura, e lá vai o engenho. Vão para o inferno.”

O que está de verdade nesse pensamento de ancião, confirma as causas do despovoamento dessas matas, após as reformas precipitadas da República Nova, que só encarou os grandes centros, as usinas, que destruíam o pequeno lavrador, reforçando a corrente de urbanismo.

Vem a conversa sobre o café e o velho declara: “O general me chama de atrasado, porque eu não quis uma máquina despolpadeira de café... Eu preciso de meu café de rolão para secar e conservar, vou agora despolpar... Ora essa... Esses Institutos... esses Institutos, nós estamos trabalhando para essa capadoçada toda. “Eram quase noventa anos de vida com oitenta de trabalhos, desde a infância. Logo depois: “O campo de Santo Antônio é um

verdadeiro sugador dos contribuintes. Tudo teoria, perdendo-se dinheiro por falta de continuidade. Lavoura não é brinquedo: o tempo, as formigas, a qualidade das sementes, tudo exige prática. Não nego a ciência, mas esses administradores não demoram: deixam tudo na metade e outros vêm com outros planos, outras teorias. Quando vem um sério, a política o desmoraliza.”

Puxemos conversa para o passado, que era mais tranquilo: “Depois do casamento conservei a Loja Popular e fiz o armazém para compra do café, na rua de Cima, hoje Rui Barbosa. Naquele tempo, começava a cair o açúcar. A rua de cima era despovoada: vinha pouco além da minha loja, na rua dos Nazarenos, do tempo dos senhores de engenho. Agora começava a cidade a crescer. O café era comprado por mim e por Antônio Leite, que negociava em Santo Antônio e Curralinho. Depois entraram outros no mercado, até a queda do preço. Nesse tempo construí o sobrado. O povo passava na rua: “Não dizem que esse homem está quebrado, como é que ele está construindo casa?” E foi minha salvação, porque eu pus os lucros na construção e, quando veio a queda, eu tinha base. Depois veio o fumo que deu outro surto. A construção do armazém perto do sobrado. Vendi a loja, conservei o Curral da Casinha e vocês foram para o Colégio e eu fiquei sozinho, pouco a pouco.”

Pensamento claro de oitenta e nove anos, verdade é que já começava a decadência, controlada por admirável higiene alimentar e de sono. Desde que me entendo, pelos quarenta anos de meu pai, que casou aos trinta e três, testemunho sua admirável disciplina. Saboreava a água e raramente o álcool, menos o vinho Figueira, que usava às refeições e nos fazia usar. O excesso de gordura sempre condenava. Nunca vimos um sarapatel em casa. Muita laranjada, lima, mamão, pinha, figo, até uva tivemos na chácara em 1896 até 1903, quando entrei para o colégio. A alimentação era cuidado especial de minha mãe, incansável na vigilância dos nove filhos. Doces, açúcar mascavado refinado, ovos em abundância, com um poleiro de dezenas de aves, entre as

quais, no princípio do século, tivemos um casal de pavões e um de gansos, um de saques, uma seriema e uma ema.

O principal característico de nosso lar era a inexistência de serviço médico. Dormíamos de janela aberta e, no verão, ficávamos no salão de jantar, em colchões no chão, com duas janelas de leste e duas portas de varanda do norte abertas. O próprio velho foi sempre, na Bahia, a três médicos famosos da época, dentre Júlio Adolfo, Castro Rabelo, Lídio de Mesquita, Pacífico Pereira, Ramiro Monteiro. Comprava os medicamentos das três receitas e os punha separados, sobre a cômoda, dizendo: “Esta semana, viajei e não tomo remédio.” Na semana seguinte retirava as bulas, que traçava a lápis vermelho, fazia-me ler, com as recomendações de higiene, e, chegando à janela derramava o conteúdo: “Este já tomei.” Na segunda semana, mesmo raciocínio e mesmo ato, como na terceira. E assim varou mais de noventa anos, quando ainda ensinou higiene aos roceiros.

O Bom Jardim do Sururu estava velho, como seu dono. Tudo ia ficando triste, se bem que a experiência do ancião ainda fosse valiosa. Um burro, que se criou na fazenda, vivia sozinho no pasto, não suportava outro animal. Já matou um, depois de atacá-lo ferozmente, Entretanto é ótimo animal no serviço. Os demais precisam ficar na manga próxima, onde pasta o cavalo manso e o velho, em que viaja o papai, que já caiu, ficando o animal tranquilo nas proximidades. Não há meio de fazer sair com pagem, faz questão de provar sua segurança, nos velhos caminhos que atravessa há setenta anos. Está quase lúcido, mas já perde dinheiro e coisas que guarda, sem lembrar onde. Viajando chega a Castro Alves, onde anda de botas, sem esporas, que põe sob o colchão na casa de Joaquim Castro, neto de velho amigo já morto. À tarde, é uma celeuma, pois julga que foi roubado, até que a parenta encontra as esporas. Entretanto há pouco deu boa lição. Tratava-se de pegar uma leitoa e queriam correr atrás, até agarrar: “Não corram assim, porque a espantam. É preciso iludir os porcos para dentro do armazém, com jaca, com o cheiro de jaca madura.” “Não tem jaca,” diz a velha Francelina. “Manda-me tirar”, ordena

o velho. Pouco depois vem Francelina com uma jaca: papú, papú... com um facão na mão direita e a fruta sob o largo busto, segura à mão esquerda, vão tratar do jantar, enquanto passeamos pelas roças. A plantação não é grande, é bastante. Não é tão alinhada como a que vimos, no São José de 1897, dia das plantações do milho, para a colheita da canjica e pamonha de São João e São Pedro. O antigo trabalhador das roças, feitor de Joaquim José, mascate de fazendas pelas matas e então logistas e negociantes de café em larga escala, fez-nos uma grande festa em 19 de março. Organizou seu plano, combinando, como bom roceiro, apenas nove anos após a abolição da escravatura, começar o serviço às seis da manhã. Oito homens fortes, como esquadra, moveram as enxadas, em frente ao cemitério velho, em cujo solo se encontravam ainda caveiras e canelas dos antigos defutos. Ali havia morado nos barracos da chácara até nossa mudança e depois nos carneiros o famoso Gandú, que encontraremos na terceira parte. Os homens em grupos, abriam covas, lançavam as sementes que cobriam. Era milho, feijão, amendoim, tudo em ordem admirável, que edificou o menino por toda a vida. Ao meio dia, os roceiros almoçavam e, uma hora depois, recomeçavam a faina, à vista do chacareiro, que parecia um capitão, em comando. A chavinha criadora de São José dava ao ambiente feição de felicidade, pois os roceiros, de busto nú, mais vivamente moviam as enxadas, contarolando, ativos. Ao cair da tarde acabava a plantação, com linhas rigorosas de covas. A noite caiu, os roceiros partiram, e, na manhã seguinte uma forte esperança nos guiava. Na primeira semana corremos às fileiras, sem ver nascer plantas mas idealizávamos as folhinhas. Mais tarde, milho, feijão, amendoim foram crescendo, pendoavam e flovaram, como se diz na mata. E dos frutos tivemos o milho vermelho e o branco; do feijão: o preto, o mulatinho, de chumbo, enxofre, cachangá ou curió, cada qualidade secando separado para ser batido à vara. Das espigas de milho admiramos a linha das fileiras de caroços e a perfeição das cabeleiras escondidas, em parte, pela palha recurvada, onde algumas bonecas se ocultavam. Essa tarde, e esse dia da infância nos vieram, ao contemplar as

roças do quase nonagenário, cuja vista e cujo tento não viviam no capitão do plantio de São José de 1897. Agora, olhamos para longe, num morro distante com um jatobá em meio a um terreiro, alto, linheiro, como um grande bouquet antigo. Pensamos se seria ali o “Morro” da escola de Santo Gordo, açougueiro aos sábados, que fora primeiro professor de Firmino.

Voltamos à casa e conversamos. Volta à cena Serafim do Cedro, sacristão do “sobe ladrão”, do moleque no coqueiro. O padre perguntara o nome do cachorro, conta Serafim. O dono fica acanhado e o padre insiste. O cão atende por “você”, o dono informa. O padre não vê razão de acanhamento. Um pouco depois vem outro. O padre, ao fazendeiro: “Você tem outro cachorrinho...” e o lavrador: “É uma cachorrinha que eu arranjei para casar com você”.

O sacristão era pai do noivo da filha de Florentino e tia Totoninha. Na hora do jantar de casamento, brinda o sogro do filho: “Há tantos homens importantes, como o Major Aprígio, que carregou estrume, para cultivar flores no seu jardim, mas o mato também produz flores como seu Fulô da Cunha... eu bebo à saúde de seu Fulô do Mato.” O pai da noiva era Florentino da Cunha Matos. O sacristão viajando, era obrigado a apear pelas estradas, para beber e conversar, nas casas dos amigos. Era figura central, em todo ajuntamento. Logo fez recordar Agostinho Pó, sempre governado pela mulher D. Maria, muito parecida, pelo despacho, com tia Donana. “Na igreja do Pau do Cedro, punha para fora quem se sentasse no seu lugar. D. Maria de Agostinho Pó deixou cerca de 300 netos.”

A noite vem, a leitôa já está bem ensopada e assada com “chebêu” e torresmo. O velho toma sua coalhada com farinha de tapioca e beiju. Traz uma caixa com cadeado, onde guarda os beijús, que não consegue abrir. “Eu não faço nada sem óculos; quem se habitua, não pode fazer nada sem eles”. Os oitenta e nove anos não estavam contentes. Jantamos com os companheiros, dos quais Joaquim Neto vê um meio de conversar com a velha Francelina: “Eu não posso mais ficar aqui não; já to cum perto

de trinta anos. Cheguei aqui e cinco anos depois Dr. Landulfo casou. Já tô cansado, cum reumatismo. Este corpo não é saúde, é doença.” Depois dá um suspiro e diz: “Eu já vejo a hora de um precipício aqui. Um tropeiro, um trabaíadô, quarquê pessoa faz uma coisa, que muita gente não aguenta. Há poucos dias, lembrei um desastre com um senho do Camamu” E logo depois: “Esse veio não aguenta mais esse trabaio. Pega aqui, pega ali... está os que os trabaíadô faz com ele... ele dá dinheiro adiantado e eles não vem trabaíá... assim é que paga a Zoada... Ele tem razão...” Assim estava o ancião, três anos antes da morte da mulher e cinco antes da própria, que foi ainda com heroísmo. Em 20 de junho de 1948 pela manhã, tentando erguer-se da cama, com minha ajuda: “Aguenta! Aguenta!...” Às oito da noite, fechou os olhos para sempre, no sanatório Espanhol, em Salvador.

#### CURRAL DA CASINHA

Em seis de dezembro de 1843, Manoel da Cunha Simões assinava um arrendamento de terras de Ana Francisca Alexandrina de Melo, no lugar denominado Curral da Casinha, para fazer benfeitoria para criar gado, pagando anualmente dezessete mil réis, com a condição de fazer cerca de coivara no curral e casa de sapé ou telha, até dois milheiros no cercado. Começaria em janeiro de 1844, pelo tempo de nove anos. Foi testemunha e escreveu o contrato Manoel Lefundes. Não sabemos quando passou a Francisco Félix de Almeida Sampaio, cujo inventário de 1895 o transferiu, por herança de sua mulher Ana Augusta, a Aprígio Alves de Almeida. Em 1947, passou-me, por herança materna, e lhe anexei o Brilhante, adquirido ao Dr. Antônio Leone, quase dado. Em 1950, foi feito o título de domínio pelo Governador do Estado, para só em 1964 ser cercada de arame, por preço de inflação.

Já não é mata, as águas já não são do Jaguaripe, que nascem em Castro Alves. Agora estamos na vertente do Paraguassú; bem perto passa o Riacho Fundo, que lhe é tributário. Começam as velhas fazendas de criação, sem cerca, campo aberto, dos vaqueiros

de rodeios célebres, de séculos seguidos. Agora já são demarcadas, meio cercadas, formando o domínio privado perfeito. Muitas vezes nasciam rezes e viviam em fazenda alheia e nunca deixavam a marca do seu dono. O ferro em brasa o assinalava no dia da ferra, a orelha tomava o sinal, a contagem se fazia e a sorte, de cinco um e depois de quatro um, para o vaqueiro. Bezerro e vaca partiam, aberto o curral, para a mesma baixada a viver a caatinga, livre até nova junta. Às vezes, nem cá vinham, na tranquila comunhão do campo aberto. Eram séculos passados, no roupão de couro, riscado pela macambira, à sombra do mato ralo, ao cheiro da jurema, que vem até os altos de Brotas, e do Grão Morgel, na Capital. As fazendas de gado eram, porém um complemento da personalidade do senhor de engenho do século dezenove. Curral da Casinha, as Alagoas, Mulungús, Pantaleão, Maria Preta e tantas outras, mandavam dinheiro ou gado aos fazendeiros, quando a seca não matava tudo, até bater-se a cancela.

É outro mundo, a caatinga, junto à mata. Tudo é diferente: atividade, vibração, raça, filosofia. Na mata, o escravo africano criara um povo mestiço e dera métodos sedentários, ao temor do tronco, do chicote, do bolo nas mãos e nos pés. Entre eles, havia líderes de alta hierarquia em seus países, múltiplos e de diferentes culturas e graus de civilização. O preto da mata, como das Capitais, onde planejaram e perderam revoltas sangrentas, tinham decisiva influência no trabalho e na vida da sociedade rural.

Alimentação, crença religiosa, criação da raça mestiça, poesias, sentimento, são vivamente influenciados pelos usos, costumes, tendências trazidas da África. Muita vez o negro tinha mais alto nível, em sua pátria, que o reinol degradado e degregado, que veio viver além do equador. Negros admiráveis como Felipe, Fagundes, Sabino, ficaram em vários capítulos. Homens e mulheres deixaram traços dignos de estudo. A mãe preta é um símbolo e uma realidade. Para meus estudos, Teodoro Sampaio e André Rebouça, convenceram-me da valia daquela roça escravizada, mas não arruinada, criadora da riqueza nacional.

Na caatinga, o ilhéu vindo, em boa porção, das mesmas plagas de que proveio o primeiro gado, formou uma geração ininterrupta de vaquejadores, que hoje continua. Uma terra recente reuniu boas dezenas de vaqueiros. Cada um que chegava era um cavaleiro medieval que aparecia: sua armadura é de couro, mas seu passo é firme, sua conversa é direta, seu cavalo é tratado. E todos avermelhados, alguns sugerindo godos, olhos azuis, alguns de cabelo louro. E não são novos, vivem na caatinga, há muitas gerações. Dão ao ambiente uma feição fidalga. Há bons vaqueiros pretos, em número bem menor. Dos que vêm da última década do século passado, no Curral da Casinha, só tenho lembranças de um, do tempo do meu avô até mim. Gente de pleno direito, aqueles mantiveram-se sem grande mistura de raça e só com o tempo vão deixando o sistema de vaquejar, após o lento medir e cercar das fazendas.

O vaqueiro era personalidade importante na vida do senhor de engenho. Alguns ficavam, pouco a pouco, donos, pelo acúmulo de gado seu, obtido pelo sorteio sucessivo, ou por excessivas vendas pelo patrão. No Curral da Casinha, o vaqueiro mais famoso do tempo de Francisco Félix, até Aprígio, é Antônio da Limeira, de quem já contamos o incidente quase cômico, no quarto de Vargem Grande. Era homem robusto, alto, de voz cheia, dando forte impressão, com sua roupa completa de couro. Uma vez chegou a Santo Antônio com uma boiada, auxiliado por cinco ou seis companheiros. Era um comandante com seus oficiais, a tropa era a boiada, que vinha solene, tendo ao centro um boi preto, luzidio, alto, que o menino fixou como uma montanha em movimento. Chamava-se Montenegro e fora marruá chefe da fazenda, por muitos anos. Quase completo malabar. Vinha no centro, como se todos o guardassem. Seu nome fora dado por desprezo do velho Francisco Félix por um advogado contrário, em famosa demanda da Vargem Grande, com um primo, que por fim suicidou-se. Agora, as coisas são diferentes: na presidência constitucional de 1937, houve uma grande exposição de animais, no Derby Club, no Maracanã, à qual Landulfo Alves deu o máximo de sua energia

organizadora. Getúlio Vargas entusiasmado pela eficácia de sua ação, o fez interventor na Bahia, durante o Estado Novo. Na exposição havia um soberbo animal que precisava ser denominado e, à pergunta de alguém, responde o Presidente: “Landulfo Alves”. Era uma honra, o que meu avô usou como escárnio. Nos pagos gauchos um grande cavalo merece o nome do grande homem. Essa boiada, descida do Curral da Casinha, de gado gordo, após as águas que seguiram a seca de 1899, vinha servir o desforço burguês do fim do liberalismo, que acabou na guerra de 1914 a 1918 e ainda não cessou de todo. Aprígio Alves, de quarenta e cinco anos, tinha querido concorrer para manter o preço da carne, a pataca ou cruzado ao quilo. O açougueiro principal encolheu-se e o deixou consumir a boiada e voltou ao campo, para elevar o preço de um ou dois vinténs, não sei bem. Foi a primeira luta com a ganância vitoriosa que vi, e o Curral da Casinha ficou conhecido pelos seus bois e seus vaqueiros, encourados, com seu gigante Montenegro, que deu carnes abundantes aos açougues. Depois, Antônio da Limeira deu lugar a Joaquim Suzarte, que Pedro depois o substituiu. A vida me levou aos estudos, a doença me quis levar para a morte, depois de São Paulo, no fim do quarto ano jurídico. O reumatismo me entrevou e não pude cavalgar, para ter os ares da caatinga. Era necessário vir à Capital e Cachoeira, em trem e a vapor. Mario Leal, depois professor de Medicina, hospedou-me e sulquei as águas do Paraguassú, pela primeira vez. Depois a Central da Bahia, por onde cheguei trôpego, mas bem protegido pelos vizinhos. Sozinho, com o vaqueiro, na velha casa, que, em meio do século passado, fora de sapé ou telha limitada, dormia feliz numa noite seca e fria. Pela manhã, o umbuseiro estava cheio de bagas amarelas e doces, pois o azedo vem do tempo que segue à colheita. Depois, leite soberbo, ao meio dia, carne de sol e pirão de leite. Rápidos os dias de cura. Descalço, de espingarda ao ombro, atravessei o campo de areia ardente, ao voltar da lagoa, com patos bravos. Era terrível: andava de ponta de pés e nunca mais fui sem sapatos. O vaqueiro me lembrava que era preciso proteger-me contra a cascavel também. As visitas foram chegando:

filhos e netos de Anônio da Limeira; vaqueiros das fazendas dos tios, alguns amigos do velho, em Castro Alves. Os dias passavam rápidos e felizes. Alguns livros vieram da bagagem, de Dastre e Garofalo, até a Margem da História de Euclides da Cunha. O forte vício de ler é invencível. Tomei notas, mas foram perdidas, numa viagem para o Rio; queimaram-se entre jornais velhos. Mas o pensamento guardou-se.

Uma tarde, o vaqueiro do Pantaleão de Jerônimo Batista veio buscar-me para ver seu gado e de seu patrão. A tarde estival estava soberba de claridade. Logo ao sair da fazenda, o vaqueiro me fez sinal de parar, apeou, quebrou uma vara pequena e de uma cacetada, bateu e logo matou duas cascavéis que andavam lado a lado. Entramos na estrada deserta e seca, ao lado das quixabeiras, e juremas, dos pés de icó e umbuseiros. Eu seguia à frente, um dos vaqueiros me grita que pare. É que ia-me fazendo o cavalo atrapalhar-se com um novo casal de boicininga, que teve a mesma sorte, com grande habilidade do companheiro. Chegamos ao Pantaleão, onde alguns vizinhos tinham vindo a conversar sobre bois e sobre secas e sobre enchentes do Paraguassú. O vaqueiro é diferente do mateiro úmido: opina, critica, decide. Há, parece, uma predominante branca, que ficou ilhada nos areais da caatinga. O trato com gado bravo os torna prontos e expeditos. O modo de calvagar não é o chouto do mateiro de cangalha, é o passo lento com boiadas, ou disparada viva atrás do boi, que tresmalhou e furou o mato. Assim, vimos o gado: marruás enormes, vacas com bezerros crescidos, que já querem dar prova de seu futuro, criação pequena em cabras e carneiros, belos tipos, das caatingas, que não têm as doenças dos africanos, de que foram de uma vez queimados cinquenta do serviço nacional. A tardinha voltávamos ao Curral da Casinha, onde a carne de sol e o pirão de leite nos esperava.

Uma tarde, desde o meio dia, o calor era abrasador e estafante, o ar pesado, o mormaço subindo da terra, asfixiante. O céu começa a escurecer e surge ao alto da malhada uma rez e uma outra; um marruá urrava, em clarinada, como a guiar tropa,

logo seguido da vacaria e novos touros. Um cheiro almiscarado impregna o ar, que se começa a mover, enquanto um belo porte imponente de bode melado se mostra, com barbas longas, logo seguido de outro preto e luzídio. O gado miúdo já vem todo. Não houve vaqueiro para a junta. A proximidade da tormenta os convocou. Era soberbo o bode no penhasco, perto da quixabeira; parecia provocar os elementos. O campo todo, em frente à casa, já examina de gado; algumas rezes deitam-se. Súbito serpenteia um raio e o ribombar ecoa no descampado. As águas caem, ensopam a terra ressequida, que se reaviva. O gado parece passar momentos de pavor na tempestade e a lagoa recebe as primeiras lavagens que a encherão até a manhã seguinte, com rios secos, que se fazem torrentes. Antes da noite, o céu perde as nuvens negras, e, pouco a pouco, os bichos vão saindo do anfiteatro que formaram. O cheiro dos bodes vai morrendo, a quietude volta, a noite chega, as estrelas brilham no céu da caatinga. No dia seguinte, a cena é menos viva, a tempestade apenas molha mais a terra. Em poucos dias, um ténue lençol verde claro esmalta o chão e a ressurreição da natureza transforma tudo, da lagoa à malhada, das grotas em que se esconde o boi bravo, às plantações dos vaqueiros de toda redondeza.

Outra tarde, estou a ler na sala quieta e um cavalheiro estaca: um positivo: “Eu vim trazer uma carta de lá Donana” Estremeci. Que havia de dizer-me minha mãe? De meu pai receberia aviso. E logo arguo e sei que é Donana do Retiro. Abro a carta, escrita por terceiro, porque ela pagara um boi para não aprender a ler. Pedia-me que fosse defender, no júri, um seu rendeiro, seis dias depois, em 21 de abril. Sem informação do caso, fui na véspera, à Conceição do Almeida que a política chamou, por mais de vinte anos, Afonso Pena. Não nos interessa o júri, como advogado bisonho, com os recursos para libertar criminosos. Falaremos de um Almeida, todo caracterizado das virtudes portuguesas, cujos antepassados não consegui identificar dentre os sesmeiros de Jenipapo, dos meados para os fins do século dezoito. José Joaquim de Almeida, rouxinol da Câmara de Deputados Estaduais

até 1903 quando não funcionou a Assembléia, para não dar voz ao pensamento severinista, foi o nosso anfitrião. Lar aristocrático, de político que, havia dois anos, ficara só comerciante, deu-nos uma noite de conversa amiga, recordando o entusiasmo de meu pai pelo seu avô José Leandro Gesteira. A casa do íntegro político ficava à frente de um precipício de montanha, pois Conceição é numa eminência, que lhe dá uma suave temperatura de inverno. Guardo, do grande espírito, a impressão que foi confirmada em carta sua, incluída noutro trabalho. Vi quanto a política é incompatível com certas estaturas morais e, pouco depois, guiei-me por sua lição, recusando entrar em candidatura que o General Siqueira Menezes oferecia. Corrido o júri, em que era presidente um venerando amigo que morreu nonagenário, Alfredo Passos, tivemos para o criminoso a pena mínima, que depois me diminuiu o remorso de advogar um criminoso de morte, em tiro à noite, numa praça festiva de arraial.

Havia interrompido minha cura em fins de fevereiro, para votar no Marechal Hermes da Fonseca, contra Rui Barbosa, como depois em Epitácio Pessoa, competidor do genial Bahiano. Isso não vem ao caso. Apenas, que a viagem foi a cavalo da fazenda a Santo Antônio de Jesus, já robustecido, com resquícios do reumatismo. Era camarada o impagável e fiel Domiciano que, por trinta anos, pageou meu pai. Analfabeto, inteligente e astucioso, foi uma figura central na nossa infância e fim da adolescência. Conhecia, dormindo, os caminhos, guiou-me de Sapucaia a Riachão, em São Felipe, por toda a Conceição e velho Currallinho, da sede do município do Almeida e Santo Antônio e Castro Alves. Viajamos da fazenda e tomávamos o rumo da Capela, quando meu burro fez questão de tomar à direita, quando eu sabia dever seguir à esquerda. Domiciano, propositadamente, atrazara sua marcha, e rompeu em gargalhada: “O burro quer vir ver sua tia, largue a rédea.” Foi certinho à casa grande do Retiro, onde tia Donana não me esperava. A velha me quis prender com sua cativante acolhida, mas a eleição do dia seguinte me fez partir à tarde, depois de suculento leite com beijús e doces. Saímos, antes do gorgear

dos passarinhos, no pé de jaca de pobre, que jamais a vida me deixou gozar de novo.

Além do fim da temporada, em que nos ouviu o criminoso do júri de 21 de abril, tornamos ao Curral da Casinha em 1943, deixando o Bom Jardim, para voltar de carro, a São Félix, e, de litorina, à Capital. Aí recordamos Antônio da Limeira e coisas velhas e novas da fazenda. As filhas casaram com vaqueiros de fazendas importantes, formando uma aristocracia: Agostinho do Trapiá, do Malta de Santo Antônio de Jesus, Joaquim do Pantaleão, Germínio das Aroeiras, Felismino do Boqueirão. Revimos, com alegria, a velha quixabeira, em frente à casa, as baraúnas, ao nordeste, às extremas, da malhada, o carrancudo a noroeste, conservado pelos anos, nesse clima maravilhoso da caatinga, a lagoa cheia na baixada, recordando os patos bravos, a espingarda ao ombro, as caminhadas ao sol de brasa, por sobre a areia nua. Dois cabritinhos enfeitados vêm junto a nós, esfregando as pernas, como a denotar seu abandono ou fome. Era a ovelha má, deixando as crias, como mulheres da sociedade, sem alma de mãe. O velho Germino, do Mulungú de Tio Silvério e do Tanque do mato de Januário Velano: “Labutemo lá uns trinta anos, lá cun finado Silvério.” À pergunta, como vão as coisas agora, o ancião: “Acho pió, cada vez pió... eu sexta-feira tomei um susto danado; tava fazendo meu trabaio, quando ví u’a zuada que vinha in riba do céu... e perguntei: será gavião? a coisa parecia um cascavel que ia danado... eu até corri... parecia que o mundo ia se acabar.” O velho vaqueiro, caminhando para um século, sentira um novo mundo cortar os ares. Na guerra do Paraguai tinha uns doze anos. É como se calcula a idade. Antes era a guerra de Madeira, a sabinada, a epidemia. Agora um velho diz: “pela abolição, pela expulsão do Imperador; mais tarde, “na revolução de trinta,” “pela vinda dos aviões,” “quando apareceu o cruzeiro e a carne começou a subir, que faz medo.”

Vimos, a noroeste, o morro da Florinda e, ao norte, as Serras do lado do Camisão. O velho Germino recorda a grandeza passada: “Há! isto era hora de tá uma alegria nesta fazenda... uma berraria de bezerros e vacas que era como música tocando e a gente

comendo e bebendo... Deram pra criar uns bichos com as orelhas batendo no chão... Não dá resultado, só dá no peso da balança, mas para crescer fazenda não dá... Não se vê marruá urrando e brigando uns com os outros... Não come gravatá samambaia... o gado brasileiro come gravatá e samambaia” Era o brado do passado. Agora venham as novas técnicas e corrijam-se os defeitos que o velho aponta. Saímos um pouco, vendo um céu belíssimo de violeta, franjando os morros e vimos as plantas das estradas; o calumbí, o icó de folha larga, o juá bobão, a massaranduba, a malva, o mangericão, o alecrim, o cordão de São Francisco, muito bom para o fígado, e a caatinga de porco, que o velho Aprígio usou cinquenta anos dos seus noventa e quatro, propagando-a entre famílias e amigos, como “chá catim”.

De volta a Castro Alves revejo com demora o velho Curralinho. As nascentes do Mocambo são mais nobres que as do Jaguaripe: estas se confundem com os esgotos da Cidade, aquelas vêm do tanque da Aquária, do lado de Serrote, começando com o nome de Tacaia. Indo à Capela de São Roque, no morro, vejo a flor roxa da malícia, que se parece com p calumbí. Pedras brancas pelo morro e mais longe a roxa que fecha o zimbório do Instituto Histórico. Do alto do Monte vê-se o tanque novo, que fez o povo resistir à polícia, armados à enxada, pá, foices, evitando que o entulhassem. Para o Oeste vê-se a Ponta Aguda, parecendo um úbere virado, à distância de oito léguas, dos lados de Lagêdo Alto. Para o Sul da Ponta Aguda, há outros menores. Parece ser aí o ídolo escrito por Teodoro Sampaio. Do lado do fundo da capela, está o morro da Florinda, 14 quilômetros distante, além do Curralda Casinha. Muito além, em planos sucessivos, a linha de serras, sinuosas e suaves, longe cerca de 14 léguas. Esses planos ilusórios vêm-se no Curral da Casinha. É assim a caatinga, que não se fecha com a mata; por isso o caatingeiro vai mais longe. Do lado leste, o tanque da Nação ou da Cancela, cavado, no tempo da construção da Estrada de Ferro. Limpando-se, achou-se carvão de pedra, que exaltou o povo, logo depois verificado que o carvão inglês deve ter sido posto para purificar à água da caatinga. A nordeste, os arvoredos do arraial da Jaqueira. É o começo da

mata do Mocambo e Jaguaripe, enchendo a Conceição e todos os Municípios circunvizinhos, a Lage, a Jaguaripe, a Maragogipe, tendo hoje, misticamente, por centro a enorme jaqueira, de sessenta anos, que eu vi nascer na chácara de Santo Antônio de Jesus e que hoje sobe a cerca de dez metros carregada de jacas de primeira. Ao descer do monte vejo dois frangos de raça (inglês e pernambucano) um barrento caboclo e outro escuro, treinados pela primeira vez. O treinador: “Estou estuchando estes pintos; primeiro se estucha; são dois irmãos de sete meses”. O treinador borrija ó pescoço, o corpo e sob as asas. Já sangra o pescoço. Um prende com o bico o do outro, parados. Os galos velhos levam até duas horas treinando: estes vão ter estucha de uns trinta minutos. Na primeira vez, os dois galos ficam de frente e depois começam a fazer a roda; se ambos fazem o mesmo, vão brigar; se um fica arrepiado, bate as asas e canta, não briga. Seguro um no braço, que quer pular ao chão, enquanto o outro do chão quer pegar o do braço. Deixamos a estucha, descemos, passando pelo busto do General Dionísio Cerqueira, para ir à casa que ocupa o solo da antiga, em que vivia o Poeta dos Escravos, que desapareceu.

Era preciso ir a Jenipapo, a velha sede em que se tomaram as sesmarias do século dezoito e que foram transformadas em domínio, no meio do século XIX. Daí fez criarem-se as fazendas dos filhos, o Velho Manoel da Cunha Fróes de Almeida, genro e vizinho de Antônio de Souza Bitencourt, estendendo-se do Rio das Almas, que desagua no Mocambo, até o Taitinga, que nasce em Santo Antônio de Jesus e desemboca no Jaguaripe. Jenipapo, na sua Igreja, traz o vestígio da grandeza antiga, com suas lendas de poder político dos Jesuítas. Em Belém, teve-se o velho noviciado, que percorremos, com sua larga escadaria. Jenipapo era um ponto estratégico, dominando a bacia do Jaguaripe, a estrada para João Amaro e o descampado das fazendas das caatingas, que se vão encontrar com as matas de Camisão. Ali chegamos numa tarde morna e descansamos no seu tijupar acolhedor, donde se descortina a campina aberta. Um ventinho seco e frio nos reconforta, contemplando nuvens levemente violáceas. A igreja está aberta, irias seu altar descomposto. Está em obras. O teto

merece cuidado do Patrimônio Histórico. É uma das pouquíssimas igrejas de tijupar na Bahia. A do Camamu, em Nazaré, de tejupá olhando para o Jaguaripe, remodelouse, suprimindo a peça histórica, “porque ficava feio” como diziam os políticos da época, ignorantes da beleza da tradição.

Entre as duas, Jenipapo foi a mais rica, mas a encontramos com mato à roda. O valor histórico da igreja, impõe conservação cuidada, tão importante é a literatura que a estuda. Como registro especial, acha-se no “Templo Antigo” de João da Silva Campos, viva descrição histórica do velho templo, em torno do qual girou a vida das matas, em terras rendeiiras aos Jesuítas, como a de meus bisavós e avós, ao sul do Rio Mocambo, que, só em 1854, peb registro do Vigário, fizeram-se domínio de propriedade.

Afinal concluímos as viagens sentimentais na casa de um descendente de Manoel da Cunha Fróes de Almeida, cuja ligação com o tetravô, não se recobrou ainda. Os Fróes do noroeste de Conceição do Almeida e sul de Conceição Castro Alves, são numerosos grupos de famílias brancas com traços dos Souzas, dos Almeidas, dos Bitencourts. São ligados aos Castros. Um dos poucos amigos íntimos de Aprígio Alves foi Joaquim Antônio de Castro, da fazenda Boca do Mato. Em casa de seu neto, prefeito de Castro Alves, por vários anos, encerro minhas narrações, para concentrar-me no município natal de Santo Antônio de Jesus. Com Joaquim Neto, continua-se o costume de dois séculos, dos casamentos na família. Seus filhos, já formados, levam o nome de Melo Castro, ocultando Lirio de André Cardoso, Sampaio de Maria Rosa, Almeida de Manoel da Cunha. Nossa tarefa parece terminada; outro a retome e preencha as lacunas que o tempo vencerá.

À noite, pela hora zero, o parente me foi levar de carro até São Félix, onde às quatro, tomaria a litorina, que não iria pelo Paraguassú, nem pelo Jaguaripe. Iríamos passar pelo maçapé dos Barrões de Santo Amaro, passando ao antigo Sertão Baixo, que hoje é quase subúrbio do Salvador, todo envolvido na teia criada pelo domínio do petróleo.

Capítulo Primeiro — Origens e consciência política da freguesia.

Capítulo Segundo — Desenvolvimento Social e econômico e Formação da Vila.

Capítulo Terceiro — Elevação à Vila e Cidade. Problemas Tributários Sociais, Religiosos, Expansão Urbana. Enriquecimento Predial.

Capítulo Quarto — Abolição e República. Vila e Cidade.

Capítulo Quinto — Atividades Jornalísticas, Artísticas, Literárias, Filantrópicas, Desportivas, Religiosas, Tipos Populares. Episódios Impressionantes.

Capítulo Sexto — Emigrados, Desbravadores e Colonizadores.

## TERCEIRA PARTE

### SANTO ANTÔNIO DE JESUS

#### CAPÍTULO 1º

##### ORIGENS E CONSCIÊNCIA POLÍTICA DA FREGUESIA

Era trecho obscuro das “Roças de Nazaré”, na extensa gleba da Vila de Jaguaripe, montada num morro, rente à foz, mas desdobradas das bocas do Rio das Onças até a Serra da Giboia, da corrente do Paraaguassú e do Jequiriçá, confim da Capitania, lindeira com Ilhéus.

Os primeiros decênios do século dos 1700 viam longe os Paiaíás, Tupinaês e Tupinambás, que tinham, ao lado dos Tapuias escravizados, seguido um dos destinos: 1.º — extinção por morte, à força portuguesa e mameluca, libertada das velhas incursões francesas, holandesas e inglesas e ajudada de espanhóis; 2.º — fuga para o interior do continente; 3.º integração na nova sociedade nascente.

Ainda em 1710 e 1711, Duclerc e Duguai Trouin perseguiram ingleses e portugueses; ingleses faziam presas, pelas costas, mas a mata seguia tranquila, o crescimento dos rebanhos, a multiplicação dos engenhos, a abertura de roças, o desbravamento das florestas. A cobiça acendia a luz do caminho; o crime abria as veredas, onda se esgueiravam os que fugiam à caça da polícia colonial, companheira do esforço das capelas e oratórios, que se disseminavam pelas paróquias das vilas longínquas. Félix Bitencourt, o francês assassinado no Araçá, perto de Maragogipinho, já ficava nas veias dos ocupantes de S. Felipe e Conceição do Almeida, da Velha Maragogipe, no caminho que faziam os desbravadores, seguindo os passos de Gabriel Soares, aos grupos de defesa das onças, ao tempo da boicininga, das sucurís, dos restos de índios traiçoeiros.

O futuro Santo Antônio de Jesus estava perdido na mataria, no seu areal de planalto, com fósseis de peixes, de alguma convulsão milenária. Seu nome ainda não soava e, só no fim do século, surgiria. Aos lados, nos vales e morros, falava-se nos rios e nos pontos de estradas de tropas. O Rio das Almas, ao norte, e Pedra Branca, ao sul, identificavam a gleba de Manoel da Cunha Fróes de Almeida, limitado, ao leste, pelo sítio de José Félix Rodrigues e, a oeste, pelo do sogro daquele, Antônio de Souza Bitencourt, filho de Félix e Úrsula Maria das Virgens e pai de Ana Tereza de Jesus, irmã de Alexandre José de Souza Bitencourt. Estava constituída a tribo, parte em Santo Antônio de Jesus, que dormia no ignoto de roças de mandioca, cana de açúcar e tabaco, ao mugir das vacas, ao balir das ovelhas, ao chiar dos carros de boi ao tropel dos cavalos e mulas.

Das estradas ou caminhos, vindos de Nazaré, regida pelas decisões de Jaguaripe até depois da Independência, davam-se pousos ou limites, mas não se falava na futura cidade. Numa lista de administradores das estradas da Freguesia de Nazaré, incluindo Souzas, Bitencourts, Lemos, Ribeiros, etc, vêm duas referências a pontos do atual território de Santo Antônio de Jesus, que ainda não tinha batismo: de “Conselho”, fazenda que visitamos, num leve. cômodo de pasto alegre, até “Calabar”, que é hoje parte da cidade, administravam dois Souzas; das “Quatro Ladeiras” até São José do Cocão, e daí ao “Morro” e ao “Rio da Dona”, que corta o atual. Município, vários outros.

São esses os mais antigos sítios do presente município, mas da cidade, só muito mais tarde, surgiu qualquer sinal. Todas as marchas eram pelos vales e ficava o planalto arenoso, quieto no seu ar tranquilo, a contemplar o dorso verde da serra, nas manhãs tranquilas, quando a luz do nascente revela os fios de água, cintilantes ao sol de leste, em quedas e grotas onde as onças esperavam suas presas.

O planalto das palmeiras, plantadas por bisnetos de Manoel da Cunha era, talvez, repouso dos índios mansos que, perto, em Santo Antônio da Aldeia, hoje Aratuípe, seguiam o esforço de

cristianização dos Jesuítas. Estes seriam expulsos por Pombal e as aldeias sofreriam. Não só os índios, pois as terras seriam cheias de futuros grillheiros ou caxixeiros. Vinte anos após a saída dos Jesuítas, surge o nome de Santo Antônio. Em 1776, o padre Mateus Vieira de Azevedo faz doação de terras do seu sítio, “nas cabeceiras do Jaguaripe, chamado Sururu, roças de Nazaré”, pára uma capela com invocação de Santo Antônio.

O arcebispo D. Joaquim Borges de Figueiroa dá provisão da Capela. Assim seria conhecido, até duzentos anos depois, quando os; telegramas e cartas tinham esse endereço. No termo de obrigação, e doação que fez o padre Mateus, procurador da Capela, já surgira a invocação de Santo Antônio de Jesus em 1777, dia 20 de setembro.

Estava criada a Capela. Passariam ainda 75 anos para constituir-se a Freguesia, início da ordenação política, que teremos de ver adiante. Estamos ainda no século XVIII, vivendo Nazaré sob a orientação de Jaguaripe. Virá ainda a Freguesia de São Miguel das Matas em 1818; em 1852, virá época de Santo Antônio de Jesus.

Desse período de organização da Capela, ficou-nos um livro de notas que bem recorda as páginas antigas, em que se fizeram lançamentos das contribuições da Irmandade, sobre os quais vêm conta de açúcar, farinha, despesas com empregados, pagamentos de devedores. Daremos só alguns nomes de irmãos, pois muitos são ilegíveis ou estão cobertos por outra escrita. Merece ser guardado o caderno, para outrem que possa decifrá-lo. É de 1779 e 1780, de contribuições à nova capela: Sítio do Bom Sucesso de José Francisco de Vasconcelos Filho, de Maria de Magalhães Pinto, Hilário de Souza da Mota, Ana Borges dos Santos, Antônio Rodrigues, Antônio Pereira da Costa, João Borges dos Santos, Antônio Maria do Nascimento, Caetano Maria do Nascimento, Marifi da Conceição de Jesus. Especificando o sítio da Capela, o caderno dá o irmão Reverendo Padre Mateus Vieira de Azevedo, pagando até 1780, Ana Maria dos Prazeres e outros, que não se consegue ler. Na fazenda do Sururu da Jaqueira, o irmão Alexandre José de Souza, que pode ser neto de Úrsula Maria

das Virgens, e Manoel da Assunção Barreto. Na fazenda Jequitibá, Pedro José Barreto, Marciana de Souza da Encarnação, Felizardo José de Souza, Hermínio Pereira Xavier de Moraes. Na Estrada de Nazaré, Sítio de Joeirana, irmãos João Aranha Coitinho, Rosa Maria do Nascimento, Valeriano José de Almeida, Maria Francisca de Jesus, mulher do interior, Maria Pereira de Jesus, Pedro Gonçalves Ribeiro Na estrada do Conselho para esta (veja na lista da Estrada, de Conselho ao Calabar, primeiro registro da proximidade da atual cidade), Manoel Vieira Sobral, Francisco Félix da Silva, Brígida Maria de Souza, Augusto Vieira Sobral, Josefa Maria de Jesus, Francisco Xavier das Chagas, Izabel Silva, Apolinário Pereira Rangel e sua mulher Ana Caetana de Melo. Assim conseguimos registrar quase todos os irmãos da Capela de Santo Antônio de Jesus, nos anos da fundação, em pagamentos de 1777 a 1780.

Será interessante acompanhá-los na lista dos ocupantes das terras de Manoel Correia de Meireles, que as possuíam no começo do século, pois, já se fizera o inventário deste e já no Recife, Dr. Manoel Maurício Rebouças, que foi catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia e tio do grande André Rebouças, os adquiria em 10 de abril de 1836. Nessa lista encontram-se vários ocupantes do território de Santo Antônio de Jesus, cujo núcleo populacional estava em embrião: vários nomes perduraram até o século vinte e alguns agricultores velhos conhecemos, em menino, e muitos descendentes. Irão no Anexo ao capítulo.

Há documentos claros, publicados em anexo ao primeiro capítulo, com fidelidade à ortografia do tempo, que merecem ser lidos pelos novos, como os demais relativos à vila de Jaguaripe, no seu domínio de enorme território até o limite da vila de Cairú, da Capitania dos Ilhéus. A Capela, criada no planalto arenoso, que chegou a ser hoje vivo entroncamento rodoviário e breve o será ferroviário, caminha para o segundo centenário de sua criação.

Os alfarrábios, formam hoje as bases de estudos dos futuros investigadores e já emprestam sentido, divididos segundo grupos de antiguidade. Cada grupo tem uma finalidade: 1.º —

Os primeiros caracterizam a primeira vila da capitania, com os primeiros sesmeiros das proximidades da atual cidade; 2.º — Depois, vêm os administradores das estradas, partindo da antiga povoação de Nazaré, atravessando a zona em que se criaria Santo Antônio de Jesus, indicando sítios conhecidos, antes de nascer a Capela; 3.º — Vêm adiante os documentos da criação inicial, com escrituras, despachos, provisões do Arcebisado, no quarto quartel do século XVIII; 4.º — Continuam o registro, relações dos proprietários locais, nos quatro primeiros decênios do século XIX. A esses documentos apomos parêntesis, esclarecendo ligações com a atual cidade de Santo Antônio de Jesus e com elementos da família Almeida, ou Bitencourt, ou Souza, ou Sampaio, ou Silva, ou Lemos, e outros, todos entrosados na árvore que vem de Félix Bitencourt e Úrsula Maria das Virgens. Assassinado Félix, Úrsula casou com Matias Ribeiro, tendo oito filhos, dos quais o mais notável foi Silvério Hipólito de Araújo, pai do padre do mesmo nome, capelão da antiga Lage e chefe de grande família. O velho Silvério, penúltimo filho de Úrsula e Matias viveu até 86 anos, morrendo no Natal de 1830, enterrando-se em São Francisco de Mombça, junto à atual Conceição do Almeida. São assim dois grandes ramos de Úrsula: filhos de Félix, de quem vêm os Bitencourts e os Almeidas e filhos de Matias, predominantemente os Ribeiros, Araújo, Carvalhos, Santos, Silvas, etc. Do casamento dos dois ramos, confundiram-se os nomes e criou-se enorme grei em dois séculos. Muitos viveram no atual Santo Antônio de Jesus.

No último quartel do século XVIII, nasceu, no ramo de Félix Biteucourt, outro Silvério Hipólito de Araújo, que acrescentava Almeida e foi o patriarca dos Araújo e Almeidas e dos Almeida Sampaio.

Silvério Hipólito de Araújo e Almeida, último filho de Manoel da Cunha, casou-se em 27 de novembro de 1816, criando dez filhos. Tivera muitos irmãos: João de Almeida Frões, Reinaldo Francisco de Almeida, Antônio Félix de Almeida, Claudiano Almeida, Manoel da Cunha de Almeida Filho, José Vicente de Almeida, Alexandre

José de Almeida, Joaquim Venâncio de Almeida. Os descendentes viveram em roda de Conceição de Almeida, São Félix, Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas e Currallinho, chamado Castro Alves, no século vinte. Todos vêm nas Viagens Sentimentais pelas Fazendas e Povoados.

Essa gente espalha-se depois pelo Estado, pelo país, vivendo hoje no Paraná, em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Guanabara e Goiás. Criavam-se os avós quando nascia a povoação do Padre Mateus de Azevedo, cuja certidão vem no anexo do capítulo. Em cerca de 52 anos soube-se apenas dos nomes que veremos. Do comportamento oficial, começarão a surgir vestígios.

De 1829 e 1832, há referência à Capela do Padre Mateus, às escolas públicas de Jaguaripe, com cinco alunos na Capela e à representação sobre o Juiz de Paz e sua posse em Jaguaripe, 1829.

Respondendo a uma consulta do Senado de Jaguaripe, a pedido do Conselho Geral da Província, o Juiz Almotacel Maurício Nunes Leal refere-se expressamente, em ofício de Nazaré, 16 de janeiro de 1829, à Capela de Pe. Mateus.

— 1928 —

Referências ao pedido de demissão de Antônio Gradil de Quadros como administrador das estradas de Nazaré, em ata da sessão extraordinária de 15 de junho de 1829 na Câmara de Jaguaripe.

— 1829 —

Relação das aulas públicas, e particulares desta Vila de Jaguaripe e seu termo. Jaguaripe. 10 de agosto de 1829 e uma finalmente, Capela de Santo Antônio do Padre Mateus com 5 alunos.

— 1832 —

A Câmara de Jaguaripe, respondendo a uma Portaria sobre a criação das Guardas Nacionais nos Distritos do Município, em ofício de 20 de fevereiro de 1832, alega dificuldade que se apresenta ao cumprimento da ordem “por que na Capela, de Santo Antônio de Jesus, ainda não há Juiz de Paz, já há muito, por Lei, mandado” criar”, pedindo as providências.

— 1832 —

7 de Abril de 1832 — A Câmara de Jaguaripe acusa o recebimento de duas representações dos habitantes da Capela de Santo Antônio de Jesus, datadas de 19 de janeiro e 20 de março de 1932, igualmente uma Portaria do Presidente da Província, em que exige informações sobre a não criação do Juiz de Paz de Santo Antônio.

— 1832 —

Comunica a mesma Câmara, em ofício de 11 de junho de 1832 ao Presidente da Província, que querendo em sessão deste dia, dar cumprimento a eleição feita na Capela de Santo Antônio de Jesus, filial da Freguesia de Nazaré, para a criação do Juiz de Paz respectivo, não lhe foi possível executar, em razão das ilegalidades.

Termo de posse o juramento que prestou o Juiz de Paz da Capela de Santo Antônio de Jesus, filial da Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré: Aos trinta e um dias do mês de Agosto de mil oitocentos e trinta e dois anos, nesta Vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe e Casas da Câmara em ato de Sessão extraordinária que presidia o Sr. Presidente João Maria Costa Ferreira, e mais senhores abaixo assinados, digo mais senhores vereadores abaixo assinados, e sendo aí, comparece o Reverendo Vitorio José de Almeida, para efeito de tomar posse do casrgo de

Juiz de Paz da Capela de Santo Antônio de Jesus, filial da freguesia de Nossa Senhora de Nazaré, e logo o dito Sr. Presidenta lhe deferiu o juramento da Lei pela forma seguinte — Juro aos Santos Evangelhos desempenhar as obrigações de Juiz de Paz da Capela de Santo Antônio de Jesus, guardar a constituição, e as leis, e às partes — seu direito. E logo o dito Sro. Presidente houve por empossado. E eu Manoel Velho Jaqueira, Secretário que o escrevi. Vitorino José de Almeida, João Maria Costa Ferreira, José Alz. Jaqueira, Francisco Félix da Costa, Francisco José da Cunha, Manoel José da Cunha, José Jorge da Rocha e José Francisco Brandão.

No mesmo dia empossou-se o suplente de Juiz de Paz Capitão Manoel da Rocha Barbosa.

Com o preenchimento do cargo de Juiz de Paz, em 31 de Agosto de 1832, começava a organização Jurídica da Capela, ainda antes da criação da Vila de Nazaré, que foi instalada e a 25 de setembro do mesmo ano.

Mais de meio século viveu a Capela como filial à Freguesia de Nazaré, dentro do âmbito da Vila de Jaguaripe. Em 1818, cria-se a Freguesia de São Miguel das Matas, como vimos na “Luta dos Três Rios”. Somente em 1852 Santo Antônio de Jesus seria Freguesia, desagregada de Nazaré, depois de deixar a Vila de Jaguaripe em 1832. Sua excepcional situação, no belo planalto, logo teria outra compensação. Os homens de Nazaré sentiam as possibilidades de desenvolvimento e a Estrada de Ferro chegaria à Capela de Padre Mateus, antes de se tornar Município. O núcleo urbano crescia e as populações circunvizinhas se aproximavam. Os sítios, que eram simples posses, seriam, dentro em pouco, domínio, por lei do parlamento imperial. Dois anos antes da Freguesia inaugurada, a lei firmava os direitos da terra. Era uma consolidação da vida agrícola, baseada no regime dos escravos. Em 1854 decretava-se a regulamentação e a Freguesia de Santo Antônio de Jesus teria seu livro de registro de terras, com termo de abertura assinado pelo Vigário José de São Bento Baraúna, em 13 de outubro de 1856, servindo até 14 de novembro de 1826. Entre vários, seleciona-se o registro de terras de Ana Felipa de Santiago, em (referência

ao Arraial de São Benedito, terras no lugar Tapera, estrada do Desterro. Aí se vê que o arraial se torna, mais tarde, arrebalde da futura Vila e posterior Cidade. Pelos mesmos registros, observa-se que os índios de Santo Antônio da Aldeia, mais tarde município de Aratuípe, eram possuidores de terras de Santo Antônio de Jesus, no Rio do Dona, no Rio Preto e no Riachão. Outro registro referente a São Benedito merece transcrição completa. Afirmam alguns que São Benedito precede à Capela do Padre Mateus, que se faz Freguesia em 1852. Não é impossível. Apenas a última progrediu e absorveu a primeira. É fenômeno comum no progresso das localidades que traz subordinação de locais mais antigos aos novos, que se desenvolvem.

“O abaixo assinado vem registrar um pedacinho de terra que possui no lugar denominado Sam Benedito, onde se acha colocada a casa de Oração da mesma invocação, filial à Freguesia de Santo Antônio de Jesus, sem extensão de braças certas, divisando da jaqueira da beira da estrada até outra jaqueira, e da dita jaqueira a um pé de tabacipo, de que hoje só existe o toco, rumo direito até o riacho, abaixo até divisar com a terra, que foi do finado Bernardo Maciel, rumo direito até uma carreira de gravatas até fo/s da estrada com um pé de cajueiro. Freguesia de Santo Antônio-de Jesus vinte de outubro de mil oitocentos e cinquenta e sete (assin.) O Padre Pedro dos Santos Neves Cafeseiro. 20 de outubro de 1857.” O Vigário José de São Bento Baraúna.”

Estava constituída uma nova célula do Império do Brasú. Parece que se caracteriza, com esses elementos, a Freguesia de 1852, que prosperava e já nos dava, em 1867, um vivo documento político, por vezes confirmado, sob outras cores. Era uma eleição e uma violência partidária. Antigamente, faziam-se, nas Igrejas, os pleitos eleitorais. Santo Antônio de Jesus tinha três igrejas: a Matriz da sede da freguesia, a filial de São Benedito e a filial de São José do Cocão, extrema do atual Município com o de Nazaré. A igreja Matriz foi cercada pela polícia, pois o resultado do pleito sabia-se dever ser contrário aos elementos dominantes. A leitura da velha ata de 1867 será bastante, para fixar o momento — Quantos

aspectos iguais ou piores pelo Brasil afora ainda bem perto de nós! Conservamos a ortografia. É notável a firmeza do traço do documento, assinado também por meu avô, parece.

Aos sete dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e sessenta e sete, nesta Capela de S. José do Cocão, filial da Freguesia de Santo Antônio de Jesus, do termo da cidade de Nazaré, sendo pelas nove horas da manhã reunidos os membros da mesa Parochial, sob a Presidência do Segundo Juiz de Paz Antônio Rodrigues de Souza, visto achar-se cercada com força armada a referida Matriz, como consta na acta da instalação das mesas, ultimou-se o processo de apuração das cédulas para os vinte e sete Eleitores que dá a Parochia, sendo designado o mesário Francisco. José de Oliveira para que, em sua presença, leia cada uma das cédulas recebidas, as quais eram tiradas da urna, uma por uma e aberta a ocasião da apuração, conforme as citadas instruções devinte e sete de setembro de mil oitocentos e cinquenta e seis, repartindo as letras do alfabeto pelos membros que foram escrevendo, cada um em sua relação os nomes dos votados e o número, de votos que havia obtido por algarismos secessivos da numeração natural, de maneira que o último número de cada nome mostrasse, a totalidade de votos que cada um obtinha. Publicavam em vós alta os nomes, à proporção que fossem escrevendo e logo eu, secretario, pelas relações indicadas publiquei sem interrupção, os nomes de todas as pessoas e o número de votos que obtiveram para eleitores, formando de tais relações uma geral, para ser lançada na ata, cujo resultado é o seguinte — Tenente Antônio Rodrigues de Souza, trezentos e noventa e três — Capitão Porfírio Bernardino de Oliveira, trezentos e noventa e um — Capitão Manoel Pedro de Almeida Sande, trezentos e oitenta e nove — Anselmo. José Dias, trezentos e oitenta e sete — Antônio Joaquim Guabiraba, trezentos e oitenta e quatro — Antônio José da Matta, trezentos e oitenta e dois — Félix José de Souza trezentos e oitenta e um — Tenente Francisco Félix Almeida, trezentos e oitenta — Francisco José de Oliveira, trezentos e setenta e oito — Francisco Manoel de Souza, trezentos e setenta e seis — Geraldo José de

Araújo, trezentos e setenta e cinco — Capitão Ignacio da Silva, e Almeida, trezentos e setenta e três — José Josino da Rocha, trezentos e setenta e dois — Tenente João Batista de Souza e Almeida, trezentos e setenta — Marcolino Thomas de Andrade, trezentos e sessenta e cinco — Alferes Manoel Barbosa da Rocha Barbosa Júnior, trezentos e sessenta e quatro — Manoel José da Paixão de Araújo, trezentos e sessenta e seis — Manoel Balbino, de Souza, trezentos e sessenta — Manoel Ferreira Lima, trezentos e cinquenta e cinco — Manoel José Martins, trezentos e quarenta e seis — Alferes Porfírio José dos Santos, trezentos e quarenta e quatro — Tenente Reginaldo José de Souza Barreto, trezentos e, quarenta — Antônio Ernesto de Souza Piropo, trezentos e trinta e cinco — Francisco Antônio dos Santos, trezentos e trinta e dois — Vicente José de Oliveira Sande, trezentos e vinte e nove — Sendo estes- os vinte e sete cidadãos que, pelo Juiz de Paz, foram declarados eleitores. Suplentes os seguintes: Francisco José de Sales, com oitenta e nove votos — Manoel Nunes de Souza, oitenta e sete votos — José Nunes de Souza, oitenta e cinco — Francisco Félix de Souza Bitencourt, oitenta e quatro — Antônio de Souza Barreto, oitenta e dois — Francisco Pereira da Paixão, oitenta e um — Joaquim Ignacio de Andrade, sessenta e oito — Eduardo José de Souza, setenta e seis — José Rodrigues de Souza, setenta e quatro — João da Costa Rosa, setenta e um — Manoel João Barreto, sessenta e nove — Antônio Evangelista de Santana, sessenta e sete — Manoel Luciano de Sant'Anna, sessenta e cinco — Feliciano José dos Santos, sessenta e quatro — Francisco Rodrigues de Souza, sessenta e dois — Francisco Alexandre de Souza, sessenta — Antônio Lisboa da Fonseca, cinquenta e nove — Antônio Raimundo Gonçalves, cinquenta e oito — Zeferino José de Souza Barreto, cinquenta e seis — Manoel Nunes de Souza Sobrinho, cinquenta e três — Luiz Antônio de Aguiar e Mello, cinquenta e dois — Manoel Francisco da Motta, cinquenta e um — Bernardino de Sena e Andrade, quarenta e nove — Antônio José de Souza, quarenta e sete — Manoel Amâncio Dias dog Santos, quarenta e cinco — Belmiro de Almeida Sampaio,

quarenta e quatro — José Alexandre de Souza, quarenta e dois — Vigário de São Bento Baraúna, quatro — Antônio Ezequiel de Souza, dois — Raimundo José de Almeida, um — cujos votos somados darão o total de onze mil seiscientos e trinta e sete que, justamente, é soma das quatrocentas e trinta e uma cédulas recolhidas, multiplicadas por vinte e sete nomes. Concluídos por esta forma os trabalhos e não podendo ter lugar o Tedeum por falta de Padres, se lavrou a presente ata, para dela extrair as competentes cópias a fim de serem assinadas pela mesa para dar-se uma a cada Eleitor a fim de servir de diploma e sendo nesta ocasião queimadas as cédulas, deu o Juiz de Paz por dissolvidos os trabalhos e para constar lavrou-se a presente ata. Eu Reginaldo José de Souza Barreto, Secretário, a escrevi e com o Juiz de Paz e Mesarios assinei. (Assinados) Antônio Rodrigues de Souza, Reginaldo José de Souza Barreto, Francisco Félix de Almeida, João Batista de Souza Barreto e Francisco José de Oliveira.

O documento da razão dá algum comentário: O Juiz de Paz tem caligrafia de personalidade firme, o escrivão ou secretário a tem clara e bôa, indicando capacidade e jeito político. Vê-se que o Vigário Baraúna ficou em minoria. Parece tratar-se de parcialidade liberal, pois o futuro chefe liberal Manoel José da Paixão de Araújo, está entre os eleitos, ao lado de muitos nomes que ainda acompanham, no começo do século vinte, o Dr. Gorgonio José de Araújo. Não identifico nomes do partido conservador que, nessa época, já provavelmente contava com Dr. Félix Gaspar de Araújo e Almeida. Foi feito eleitor com boa votação, ao que parece, meu avô Francisco Félix de Almeida, seu irmão. Em resumo, era ata política da Freguesia, que se deslocava cerca de três léguas, para cumprir o dever do voto, porque a Paróquia estava impedida. A velha capela de S. José do Cocão era cenário do ato político garantidor da capacidade eleitoral, surgindo a consciência política da Freguesia de Santo Antônio de Jesus.

Tornou-se famosa a resistência política e o espírito aventureiro da Vila e depois Cidade, nascida da velha “Capela”,

muito mais nova que as circunvizinhas, mas destinada a exceder a todas.

E o exemplo de São José do Cocão, em 1867, serve para lembrar aos novos que, há um século, os roceiros e negociantes da Capela deram exemplo aos chorões de hoje, que se deixam encher de medo dos comunistas. Os de agora são comodistas, gostam de banho de mar, no dia de eleição, têm descuido e preguiça na fase do alistamento eleitoral, ignorando que a ordem democrática exige sacrifício, como o dos Suíços que treinam em armas, apesar de por isso mesmo, manter a paz a mais de um século.

Os liberais brasileiros precisam aprender com os que fomentam tenazmente a derrubada da forma democrática, que, infelizmente, não cresceu no Brasil. Democracia é disciplina, é ordem, é espírito de sacrifício, é colaboração na obra coletiva, para consecução do conforto material e espiritual, enquanto se tem alma bastante para encarar os males da guerra, na defesa da honra nacional, da justiça e do direito. Aqui vicejam o compadrio, o filho-tismo, o empreguismo desenfreado, sem espírito de seleção, donde nasceu a mais triste loucura salarial, que não conhece poupança, não busca equilíbrio de orçamento doméstico, não aceita modéstia, disciplina de trabalho, limitação de vantagens e de vaidades. No decorrer de um século, o mundo brasileiro tomou todas as cores da confusão dominante.

## ANEXOS AO CAPÍTULO PRIMEIRO

(Do Arquivo Público recolheu Dr. Fernando Pinto de Queiroz, em 1940, os documentos que se seguem.)

### I — SESMARIAS E DIVISAS

São relativos a posses anteriores à criação da Capela e depois freguesia de Santo Antônio de Jesus, que mais tarde surgiu no planalto, entre os rios referidos. São primeiros documentos em torno do futuro Santo Antônio de Jesus: José Feliz da Mota: “cujo sítio confronta, pela parte do nascente, por uma baixa que fica

abaixo da Lagoa do Junco, para a parte do sul até o rio Jequetibá, da parte do norte, em riacho que desague na Pedra Branca, fica servindo o rio Jequetibá de divisa, por ele acima, até o córrego seco que vem de atravessar a estrada pela lagoa chamada Curral, de cuja lagoa procede um córrego seco, que dirige ao riacho que divide com o de Antônio Meira de Souza, pelo riacho abaixo, serve de divisa até a Pedra Branca, exceto o terreno do nascente ao poente, pouco menos de uma légua, aliás de meia légua, e, do norte ao sul, um quarto. Manoel da Mota de Carvalho: “cujo sítio confronta da parte do norte com o de Manoel de Souza Gonçalves por um riacho chamado dos Contistas que desagua no Taitinga, e da sua nascente cortando direito ao norte, até um riacho chamado de Areia, o qual serve de divisa pela parte do norte com o de José da Costa Teles, e da parte do poente com o rio chamado Cedro, que serve de divisas com o de Vitorio da Fonseca, ocupa de terreno um quarto de meia légua. Francisco Gonçalves da Mota: cujo sítio confronta pela parte do nascente com o de José de Souza Cunha, pelo travessão que este botará, e que vai ter ao rio chamado Sururu; pela parte do sul vai ter ao riacho que divide com João Borges dos Santos, e, por este acima, até a estrada que vem do sítio do Padre João Nunes, falecido, o qual serve de divisa com o sítio de Pedro de Souza Cerqueira, com a declaração porem que, por detrás das casas deste, está o travessão que vai ter ao riacho que divide com João Nunes e, por este abaixo, para a parte do poente, até o dito rio Sururu, ocupa de terreno do nascente ao poente um quarto de légua, e de norte a sul, meio quarto. Águeda Roiz de Souza: cujo sítio confronta e divide da parte do norte com o rio Jequetibá, que parte com c do Cap. Gonçalo de Souza de Andrade da parte do sul, com o rio Sururu que parte com da Cunha, e da parte do nascente com dois riachos que partem com Antônio Pereira, e na cabeça dos ditos riachos só têm taboleiros, trinta passos, da parte do poente são outros dois riachos que partem com o ajudante Maximiniano José de Araújo. José de Souza Cunha: Pelo sul, com o riacho das Gameleiras que vai ter no rio chamado Sarurú, e por Ele acima a fazer divisa com o de Flávio Gonçalves por uma

chamada Ilha. Extensão: um quarto de légua. Pedro José Barreto: Pela parte do nascente, com o de Pedro de Ledesma, pelo travessão: pela parte do sul com o riacho chamado dos bebedou-ros, até a testada que divide com o sítio de Domingos Duarte, e pelo norte, o Rio Jequetibá, correndo o taboleiro acima, no poente divisando por um córrego seco, chamado das Pedras Grandes que também desagua no rio Jequitibá, também as capoeiras que se acham para o sul que servirão a João Borges dos Santos, cujo o sítio divide com o rio Mutum, e ocupa de terra um quarto de meia légua em quadro. Manoel dos Santos Ribefco: que confronta pelo nascente com o de Tomé Caetano, no travessão de estreito correndo ao norte na indagação do riacho que divide com Gregório da Costa e por Ele abaixo ao mesmo rio da Dona, e da parte do sul com o riacho que nasce do dito travessão, e divisa com o Padre Bento Ferreira. Meia légua de comprimento por um quarto I de largura. José Pereira de Brito: que confronta pelo nascente com o de João Aranha Coutinho e Inácio G. de Santana, pelo forjo e gruta da parte do sul, com uma dita que corre até o riacho Mutum, por Ele acima ao norte em outra gruta em que faz barra um riacho que corre pelo meio do sítio. Lugar invocado da Dona Manoel da Cunha Froes: Norte, rio das Almas; sul, Pedras Brancas; nascente, sítio de José Félix Reis; poente, seu sogro Antônio de Souza Betem. Uma légua de largo por três de comprido. Nota. O derradeiro possesiro aqui registrado é Manoel da Cunha Fróes de Almeida, genro de Antônio de Souza Bitencourt, pai de Ana Tereza de Jesus e filho de Úrsula Maria das Virgens e Félix Bitencourt. É o patriarca dos Almeidas. Nesse documento histórico do Arquivo, confirma-se a tradição de que se traçou a genealogia de Úrsula e Félix Bitencourt.

## II — ADMINISTRADORES DAS ESTRADAS DA FREGUESIA DE NAZARÉ.

A começar na extrema da atual cidade de Nazaré: Da ponte do Batata até o sopé da ladeira grande, nomeamos o Alferes João Damasceno Bitencourt e Manoel Francisco Bastos. Da ladeira grande até o Rio Grande, Antônio Alves e João Francisco de Sampaio. Do Rio Grande até o Onha, Alferes Manoel Marques

de Souza e Antônio Pedro dos Santos. Da ponte do Onha até o Rio Fundo, Antônio Grade dos Quadros e José Antônio Ferreira. Do Rio Fundo até o Taitinga, Apolinário José da Costa e Antônio Joaquim dos Santos. Do Taitinga até Conselho, Wenceslau de Souza Bitencourt e Francisco Teles de Almeida. Do Conselho até ao Calabar, Tomaz de Souza Menezes e José Albano de Souza (são pontos já do atual Município de Santo Antônio de Jesus: Cocão, Conselho, Calabar, Rio da Dona.) Do Calabar até o Rio da Dona, José de Souza Amaral e Manoel José Roiz. Estes administradores últimos nomearão outros, para essa mesma estrada, até o fim do termo. (Calabar, o local mais próximo da futura Capela) Do Onha até as quatro ladeiras, Quintiliano da Silva Ribeiro e Francisco José de Andrade. Das quatro ladeiras até o Cocão, Joaquim Dias dos Santos e José Ribeiro. (Cocão é do atual município. Capela anterior à Vila e cidade da atual com o Morro. Do Cocão até o morro, Francisco Teles e Antônio Apolinário. Do Morro até o Rio da Dona, o Capitão Manoel da Roza Barbosa e Venâncio José Barreto. Êstes dois últimos nomearão outros, daí para cima, até o fim do termo. (Rio da Dona atravessa o atual Município, norte a sul). Para a estrada do falecido Frade Manoel, Felipe de Souza Barbosa e Francisco Xavier das Chagas. Para a estrada de Jequitibá, Francisco Teles Ribeiro e Félix de Souza Lemos Júnior. (O rio Jequitibá corre a poucos quilômetros da atual cidade.) Do Rio Grande até o Alferes Romualdo, Raimundo Ferreira de Couto e Antônio Francisco. Daí até o fim do termo, o Alferes Romualdo José dos Santos e Antônio Ribeiro. Para a estrada da Copioba mirim até o fim do termo, Manoel Anselmo de Souza e Anastácio José Ribeiro. Para a estrada do Tombo, José Luiz da Silva e José Vieira até a sua morada, e daí até o fim do termo, Manoel Fernandes da Cruz e José Mateus.

(Deve ser pai de Antônio da Cruz, avô materno de Ignacio Lyrio, o qual morou no Tombo.) Para a estrada do Tanque até a Copioba, José Pedro e Félix Luiz das Virgens, (Fazenda de Abelardo Mota.) Daí até o fim do termo, Manoel Caetano Coelho e Antônio Manoel do Espírito Santo. Para a estrada do Oiteiro até a Copioba, o Alferes Manoel José de Souza e o Alferes N. Pinheiro. Para a

estrada do Caraípe, Antônio João Vieira e o Tenente Aniceto José de Souza, desde a Conceição até a Engenhoca de Maria das Neves. Daí para cima, até o fim da estrada, Florêncio de Souza Feio e Luiz Alves Ferreira Viana. Da Conceição até o Quiçazá, Antônio Roiz Souto e o Major Francisco da Costa Faria, (assinatura dos nomeantes) Inocêncio José Figueiredo, Francisco Manoel dos Prazeres, Francisco Ribeiro (Costa?) Antônio Nicolau da Costa Cardoso. (Arquivo Público — Maio de Jaguaripe).

III — Documentos da criação de Santo Antônio de Jesus. (Respeitamos a ortografia do papel) (1776)

1.º — Escritura de que faz menção o tro. retro da doação que faz o Pe. Matheus Vr. de Azevedo das terras de seu sítio que tem na cabiceiras de Jag. e chamado o Sururu, roças de Nazaré que parte pela parte do poente com Manoel dos Santos de Carvalho e do nascente com Luiz Vr. de Brito, constam de um quarto de mais légua em quadra, para nela se fabricar ou se acha fabricada huma capela de Santo Antônio, fazendo nas ditas terras bom anualmente 6\$ rs. pa. património da capela, separando vinte braças em quadro onde se acha fundada a da capela.

Saibam quantos estes público Instrumento de Escripas se doassem e património ou como em Direito Melhor nome e lugar haja virem que sendo no ano do Nascimento do Nosso Senhor JESUZ Christo de mil setecentos e setenta e seis anos aos vinte e sete dias do mês de setembro do dito ano nesta villa de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe e a mim tabeliam ahi apareceram presentes parte auto obtogantes o R. do Padre Mateus Vieira de Azevedo morador nas rossas de Nossa Senhora de Nazareth, termo desta villa, pessoa que reconheço pella própria de de que aqui fasso mensão e por ele me foi dito em presença das testemunhas adiante nomeadas e assinadas que, pello grande desejo que tem em que se faça huma Capella no seu sítio que se mora nas cabisseiras do Jage. Termo desta villa da invocação de Santo Antônio para utilidades daquele povo das rossas de Nazareth, de sua livre vontade o sem constrangimento de pessoa alguma, dava e doava para património da dita Capella as terras do mesmo

sítio que consta de hum quarto de meia légua em quadra, cujas partes pela parte do Nascente com o sitio de Luiz Vieira de Brito e pela do Poente com a de Manoel dos Santos de Carvalho, de que he senhor e possuidor advertido que vinte braças em quadra para o sitio e lugar da dita Capella e seu adro e no mais fazendo bom seis mil reis anualmente, a qual sorte de terras doava para património da dita Capella deste dia para todo o sempre para o que poderá lograr a da Capella de Santo Antônio e seos procuradores e adiministradores como sua que lhe he e fica sendo de hoje para todo o sempre.

Assim como elle dito doador a possuía e seus antecessores o melhor se melhor em direito poder ser com todas as suas entradas e saídas, Logradouros, Matos, Pastos, e tudo o mais que a elle pertencer a qual doassem se obriga por si e seos bens moveis e de raiz presentes e futuros havidos (passa para o verso) Havidos e para haver, faser sempre boa em pas livre e desembargada de toda a dúvida embargos que se lhe ponhão para tudo quer elle doador sempre chamado para autor e defensor, a sua própria custa athé por livre pás e desembarga para o que dá poder e lugar para que o Procurador da dita Capella, que se pretende eleger, possa tomar posse da dita terra assim confrontada e quer a tome quer não, desde o que há por impossado pela clausula constituía, posse actual civil corporal e natural, que assim poderá reter para sempre e continuar como ele doador o faria e no caso que não tenha efeito a fundassem dá dita Capella tornará a mesma terra a elle doador que promete e se obriga para seos bens moveis e de raiz presentes e futuras e não reclamar nem contradizer o conteúdo nesta Escritura por si nem por outrem em parte nem em todo agora nem em tempo algum do mundo senão em tudo ter e manter cumprir guardar assim o de maneira que nela se contenham e declarar e a mim Tabeliam digo como pessoa publica e instipulante e aseitante me requera lhe fizeçe esta Escripura de doassam nesta nota em que assinou e eu Tabeliam enstipulei e asseitei em nome de pessoa ou pessoas a que tocar possa aubzente o direito delia para se lhes derem os translados necessários. E também aparece

presente Manoel dos Santos Carvalho, Procurador da dita Capella e por elle foi dito que aceitava esta escriptura feita de doassam como adiministrador e Zelador da da. Capella. Sendo Presente para testemunhas Tomas José da Silva que todos aqui assignaram com os ditos obtorgantes, depois de por mim lhes ser lida esta Escriptura em presença de todos e eu Lourenço da Silva Araújo, Tabeiiam que o escrevi o Padre Mateus Vieira de Azevedo, Manoel dos Santos de Carvalho, Thomas José Ribeiro, Jerônimo Gonçalves dos Santos, Francisco José da Silva.

E se não continha mais em a dita Escriptura de doassam que eu Lourenço da Silva e Araújo, Tabelliam ao publico judicial e notas nesta Villá de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, aqui bem fielmente fis transladar da própria, que fica lançado no meu livro décimo segundo de notas em que a tomei a folhas duzentas e quarenta e hua aqui me reporto com a qual esta confere. Subscrevi e assignei em público o razo seguinte de que uzo nesta dita Villa aos vinte e sete dias do mes de setembro de mil setecentos e setenta e seis anos e Eu Loureço da Silva e Araújo Tabeiiam que o subscrevi. Assinatura do Pe. Matheus Vieira de Azevedo.

## 2.º — Ortografia atualizada

Termo de ohrigação de Dote que faz o Pe. Mateus Vieira de Azevedo mor da freguesia de Nossa Senhora de Nazaré da Vila de Jaguaripe por seu Procurador, à Capela que quer erguer na Invocação de Santo Antônio de Jesus.

Aos vinte dias do mês de setembro de 1777 anos nesta cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos e casas do cartório da câmara Arquiepiscopal, onde eu adiante nomeado estava, sendo aí apareceu presente Ambrózio Manoel Fernandes de Castro, morador nesta cidade, e como procurador bastante do reverendo Mateus Vieira de Azevedo, presbítero secular, o mor, na freguesia de Nossa Senhora de Nazaré termo da Vila de Jaguaripe, que reconheço pelo próprio de que faço menção; e por ele foi dito debaixo do juramento dos Santos Evangelos: que recebeu em um livro deles, que em nome do dito seu constituinte vinha, em virtude da procuração novamente junta a folhas vinte e uma dos atos de

Eração da Capela de Santo Antônio de Jesus, que novamente está erigindo o dito seu Constituinte, nas terras da sua roça que tem na dita freguesia de Nazaré, fazer certo e irrevogável a quantia de dez mil réis anuais para dote, e fabrica da dita Capela mencionada, conforme a determinação de sua Excelência Reverendíssima para cuja segurança obriga sua pessoa e bens, principalmente as terras já, doadas pelas escrituras folhas duas, das quais não poderão vender Ele o Doador nem alheiar, para ficar pertencendo de hoje para todo o sempre à mesma capela e que os seus herdeiros e sucessores, serão obrigados a conservá-la, para dos seus rendimentos reedificarem a dita Capela quando disso parecer e paramentá-la de todo necessário, para com todo asseio e decência se administrarem os divinos ofícios e de cujos rendimentos serão obrigados a dar contas aos Exmos. Srs. Ordinários ou aos seus Rdos. visitantes e não a outra Justiça alguma secular, por ser a dita Capela erecta e fundada por autoridade e consentimento do Exmo. Snr. Ordinário e os bens doados para a sua fábrica com pleno domínio neles e por haver assim dito e jurado fiz este termo que o assinou. Eu José Abz. de Miranda oficial da secretaria Eccla. O escrevi. “Ambrósio Manoel Fernandes de Castro”. (Segue a escritura da doação).

3.º O Revº. Cónego José de Oliveira Bessa Bezor da Nona Relação e Juiz das dispensas numere e rubrique este livro, que há de servir para os Arquivos de receitas e despesas, sacramentos e mortes, inventários das alfaias da Capela de Santo Antônio de Jesus, filial da Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré, termo da vila de Jaguaripe de que é administrador o Padre Mateus Vieira de Azevedo; e se lançará também nele a previsão da ereção, escritura do dote da mesma capela, com clareza; e no fim dele fará o termo de encerramento ria forma costumada. Bahia, 13 de julho de 1779. Rubrica do Dom Joaquim Borges de Figueiroa, Arcebispo da Bahia.

4.º Termo de abertura do livro de registro da Capela de Santo Antônio de Jesus, iniciado em 13 de Julho de 1779.

5.º Inventário do que se acha nesta Capela de Santo Antônio de Jesus filial da freguesia de Nossa Senhora de Nazaré o seguinte: (conservando a ortografia do livro de 1779) Hum Eornamento branco com sebyta cramizim, Manipulo, — Estolas, amito, alva, singular — E outro Eornamento roxo com manipulo, estolla, — amittos, alva e singular — Hum calis, com copa de pratta e o pé de metal; Hua Perda Dará — Dois Corporais — Hum Missal — Dois pares de galettas — Duas toalhas de Altar — Duas toalhas de mãos — Hum caxam de Madera branca, dos Eornamentos — Hua Cruz — Hum Sino pequeno.

Assinatura do Padre Matheus Vieira Azevedo.

#### 6.º — PROVISÃO DA ERAÇÃO

Dom Joaquim Borges de Figueiro a Arcebispo Metropolitano da Bahia do Conselho da Rainha Minha Senhora.

Aos que preánossa Provisão da Eração em forma virem e for apresentada, saúde e paz para sempre em Jesus Christo Nosso Senhor que de todos é verdadeiro remédio, e salvação faço saber em como por sua petição nos enviou a dizer o Padre Mateus Vieira de Azevedo morador na freguesia de Nazaré, em distancia dela mais de oito léguas, que ele celebra missa com licença nossa em um Oratório que tem com toda decência, e capacidade de ser Capela e a melhor consolação sua e de todos os moradores daquele lugar que experimentam falta de igreja para serem sepultados e como não podem conseguir este bem sem licença nossa fazendo da Camará Eclesiástica termo de património de sujeição para se lhe passar provisão de Ereção da forma estilo pedia fossemos servidos mandar que, lavrado o termo de doação de patrimônio e sujeição, procedendo todas as diligências de estilo se lhe passe provisão de Ereção para se lançar nos livros respectivos da referida Capela e receber mercê a qual sendo por nós vista e por nosso despacho foi mandado informar o Reverendo Pároco e depois de assim se observar e por nós vista a dita informação a remetemos a nosso Rdo. Doutor Promotor digo Provisor a qual tendo apresentado ao seu despacho mandou que autuada, se constituísse vista ao Rdo. Doutor Promotor e sendo com efeito autuada a dita petição da

Camará Ecleziastica dela se continuou viata ao mesmo, o qual por suas respostas apresentou o sobre dito digo respostas veio dizendo o que muito bem lhe pareceu, em virtude das quais respostas apresentou o sobre dito Padre Mateus Vieira de Azevedo escritura de patrimônio para fábrica da dita capela novamente ereta, na forma de nossas Constituições com o rendimento competente para sua satisfação feita a dita escritura, na nota Tabelião Lourenço da Silva e Araújo que o é do público judicial, e notas do termo da Vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, na qual fez patrimônio com um quarto de meia légua de terra em quadra, nesta forma e para cumprir o do Padre Mateus Vieira de Azevedo com tudo mais que requer o mesmo reverendo Doutor Promotor e assinar o termo de obrigação e sujeição a nós e aos nossos visitadores se continuarão os autos conclusos ao nosso reverendo Doutor Provisor o qual por seu despacho determinou o seguinte: Passe Provisão de Ereção na forma do estilo Ba. vinte e dois de setembro de mil setecentos e setenta e sete — Costa.

Em cumprimento e observância desta sentença se passou a presente Provisão e em virtude dela recomendamos muito ao referido Padre Mateus Vieira de Azevedo, cuide do dote da dita Capela, de que dará conta na primeira visita que nela se fizer na forma que declaram nossas constituições, pelo que será obrigado a reedificar a dita Capela, quando careça e tiver necessidade de conserto e orná-la e paramentá-la com os ornamentos de que usa a igreja: branco, vermelho, verde e roxo e preto quando haja necessidade; haverá Cálix e patena de prata, pedra d'ara Sagrada por Bispo, alvas, amito, Cingulos, estolas, manioulas e Canzulas necessárias para celebrar com a decência o Santo Sacrificio da Missa, havendo outrossim caixão de madeira branca em que com a mesma decência, e veneração devida se guardem todos os sobreditos ornamentos e livros de receita e despesa da dita Capela que serão numerados e rubricados por quem nós determinarmos de que dará conta a nós ou nossos visitadores e não a outra Justiça alguma secular visto ser da Juridição ordinária e outrossim haverá um armário em que os guardem com decência devida os Santos

Óleos quando a nós pareça conveniente que os haja na mesma Capela se poderão sepultar os corpos que faleceram sem prejuízo da fábrica da Igreja Matriz, onde ela é ou for filial e pelo assim haveremos por bem, lhe mandamos passar a presente nossa Provisão, a qual valha sempre e guarde e faça muito inteiramente cumprir e guardar como nela é conteúdo, escrito e declarado e se passe sua maior validade inteira fé e crédito for necessário interpormos nossa autoridade ordinária e decreto judicial dada e passada nesta mesma cidade da Bahia, sob selo da nossa Chancelaria e sinal do nosso Reverendo Doutor Provisor Antônio da Costa de Andrade aos 23 de setembro de 1777 — e eu Bernardo Figueiroa Barbudo e Seixas, Cónego Doutoral da S. Igreja Metropolitana e Secretário da Camará Arqueiepiscopal a subscrevi — Antônio da Costa de Andrade — selo de quinhentos réis — Registro seis mil trezentos réis — Sinal cem réis — Desta dois mil quinhentos e setenta — Lugar de Selo — Almeida — Reg. n. 1.º 50 a fls. 5 — Barros. Provisão de Ereção e Fundação da Capela de Santo Antônio, filial da matriz de Nossa Senhora de Nazaré de Jaguaripe, de que é administrador o Pe. Mateus Vrs, de Azevedo. Assinatura do Pe. Mateus.

#### IV — TERRAS DE MANOEL CORREIA MEIRELES, ANTES DA FREGUESIA

(Fim do século XVIII a primeiro terço do XIX)

Sítio Lameirão arrendado a Severino Pereira Ribeiro e mais dois rendeiros Manoel Ferreira de Carvalho e Joaquim José de Santa Ana.

Sítio do Buaco — a Tomaz de Aquino e seu irmão Inácio. Sítio Buraco arrendado a João Francisco de Azevedo.

Sítio Riacho das Pedras arrendado a Leandro Pereira da Costa.

Sítio Rio Preto arrendado a Francisco José do Nascimento. Sítio Padre Bento arrendado ao Capitão José Feliciano de Almeida.

Sítio Chiqueiro arrendado a Joana Soares. Sítio Chiqueiro arrendado a Miguel dos Santos de Carvalho e Tereza Maria de Jesus.

Sítio Riacho das Pedras arrendado a Manoel do Espírito Santo e mais rendeiros Francisco Xavier de Andrade, Desiderio Pinto, Manoel Pinheiro de Matos e José Fernandes Coutinho.

Sítio Lameirão arrendado a Maria Francisca.

Sítio Tapera arrendado a José Prudencio de Souza, Venâncio José dos Santos, José Francisco de Almeida, Teotônio Dias Barreto e Gonçalo José.

Sítio Sapé arrendado a João da Costa de Faria, junto ao Rio da Dona, quase Lage, Luiz Carneiro, João Pereira da Silva, José de Almeida e Sísando Joaquim da Costa.

Sítio Rio da Dona arrendado a Tiago José Pereira, Marcelo dos Santos Ribeiro, Bernardo Ferreira d'Oliveira e Antônio Félix.

Sítio Vira Bagaço arrendado a Antônio de Oliveira Ribeiro, Raimundo Pereira de Jesus, Bento Nunes e Maria Rosa — (Vir; Bagaço é uma ladeira depois do Barro Vermelho, estrada de Vargem Grande; atravessa uma ponte de madeira do Rio da Dona).

Sítio Capela do Padre Mateus arrendado a Angelo José de Araújo, Clemente Antônio de Azevedo, João Antônio do Vale Guimarães, Valentim Gonçalves, Ana Joaquina da Conceição, André -de Almeida, Ana Maria da Conceição e Francisca Maria.

Sítio Tucum arrendado a Manoel Antônio, Valério Nunes e Francisco Manoel de Souza. (São Miguel das Matas)

Sítio Arco Verde arrendado a Luciano José de Argolo. (São Miguel das Matas).

Sítio Mutum arrendado a João Pereira Rangel e seu irmão Domiciano José Pereira.

Sítio Bemfica arrendado a Teodósio Mendes, Manoel da Silva e Souza e Félix Pereira da Silva.

Sítio Rio da Dona arrendado a Félix Pereira dos Reis.

Sítio Arco Verde arrendado a Manoel Antônio (Parece já São Miguel)

Sítio Arrependido arrendado a Luiz Fernandes, Antônio Muniz, Felipe Pereira, Domingos Teixeira, Maria da Rocha, Maneei dos Santos e Luiza Maria.

Sítio Desterro arrendado a Manoel do Espirto Santo, Francisco Xavier, Manoel Pereira da Piedade e Bernardino de Sena.

Sítio Tesseloa arrendado a Francisco dos Santos Vieira.

Sítio Riacho das Pedras arrendado a Pedro Francisco Vieira e Tereza Maria de Jesus.

Sítio Morro arrendado a Arnaldo Vieira dos Santos, Vitorina Jacinta e João Pereira da Costa.

Sítio Rio da Dona arrendado a Félix Caetano Bezerra.

5.º Há “registro do Vigário” que merece especial menção. Refere-se às terras dos herdeiros de Meireles, adquiridas pelo Professor Rebouças da Faculdade de Medicina cuja descrição, feita há um século, pode guiar ao conhecimento dos locais, além de focalizar pessoas que perduram na vida social da Vila. A petição fixa uma época e deixa pensar sobre a segurança jurídica. Ela é, por si mesma, uma boa página.

DR. MANOEL MAURÍCIO REBOUÇAS — morador na Bahia possuidor de vários sítios — por compra aos herdeiros de Manoel Correia de Meireles, no ano de 1836 (10 de abril): Principiando pelo sítio do engenho ocupado por Félix José Barreto, que principia pela baixinha que tem na estrada de Nazaré, rego abaixo divisando com Antônio da Costa Galvão e Luiz Pereira, pelo rego da água cortando certo ao Rio Sururu, por Ele acima que faz barra com o riacho da Má Vida, por Ele acima divisando com o Padre Antônio Inácio, com Teodósio, digo, saindo fora, na estrada Real divisando com Teodósio, estrada abaixo de Nazaré, fechando por onde principiou.

Segundo Sítio. Mutum, ocupado por Silvério Hipólito da Cunha e Germano Bispo de Jesus, sucessor de Galdino José Caldeira da Cunha, o qual principia da barra Seis Vinténs, o Mutum acima até os pés de gravata, rumo direito até sair no caminho que vem de Bemfica para Capela, atravessando o caminho acompanhando a carreira do gravata, e por Ele abaixo divisando com o sítio de Galdino Caldeira da Cunha e continuando para baixo até o mesmo riacho dos seis vinténs e deste até o princípio

da divisa. Terceiro Sítio ocupado por Galdino José Caldeira da Cunha pertence hoje a Germano Bispo de Jesus, as suas divisas são estas: Pegando da baixa do riacho seco que bota no riacho Seis Vinténs, e daí acima até o caminho do roçado onde tem a Fontinha, e daí rumo acima até as carreiras de gravatas, em direção à jaqueira onde morou a finada Carolina, e daí até sair fora da estrada onde há gravatazeiro, e daí até o mourão da estrada velha. O Quarto Sítio Calabar, ocupado por José Florêncio de Carvalho, e as suas divisas são as seguintes: Pegando em que mora, procurando a lagoa que vai no caminho do Mestre Bernardo, e por ela acima a sair no caminho que vai para Luiz Pereira, por ela a sair na estrada que vai para Nazaré, e por ela abaixo até a mesma casa. Quinto Sítio no Calahar, ocupado por Faustino José da Silva, e as suas divisas são as seguintes: Principiando da baixa do gravata, estrada abaixo entrando então pela estrada que vai daí rumo certo, digo que vai para São Benedito, até o formigueiro em um pau grande, daí rumo certo a divisar com o Capitão Inácio Dias Barreto, daí até a divisão com Félix José Barreto até sair onde principiou. Sexto Sítio, ocupado no Arraial por Lino José de Araújo, e as suas divisas são as seguintes; Cortando desde o coqueiro procurando sarrasto daí até encontrar o riacho acima até a divisa da baixinha até encontrar a estrada do Arraial, e ainda seguindo estrada acima onde se acha a casa do Frade, daí partindo por detrás até o dito coqueiro. Sétimo Sítio, ocupado no Arraial por Estevão Ribeiro, herdeiro de Ana Ribeiro de Lemos, e as suas divisas são as seguintes: Principiando na fonte da mesma Capela, pelo sangrador da dita abaixo, e divisando com a divisa de Manoel Inácio até chegar o caminho do riacho chamado de Vicente, e pelo caminho acima como quem vai, digo vem para a Capela, passando pelo fundo do quintal de Antônio de tal, daí atravessando certo a sair da mesma fonte. Oitavo Sítio, do Riacho Batista de posse do qual estão Felipe Rodrigues de Souza, e João Nunes de Souza Velho, e as suas divisas são as seguintes: Principiando pelo Riacho Batista acima até apanhar o rêgo, daí até sair na estrada ao pé do gravata, na Estrada da Má Vida, e subindo caminho acima a baixinha de

Maria de Nazaré, e procurando a estrada real até a lagoinha e estrada acima a dividir com terras pertencentes a mim Felipe Rodrigues de Souza, e pelo lado poente com o sítio por mim João Nunes de Souza Velho. Nono Sítio, do Meio, ocupado por Manoel José da Paixão e Araújo, e as suas divisas são as seguintes: Principiando da baixinha divisando com Helena, estrada acima até o pé de gravata, rêgo abaixo do riacho chamado Batista, que divisa com João Nunes de Souza riacho acima até o primeiro córrego que parte do arrencador, subindo pelo rêgo acima procurando sempre a beira do mato, e descendo dita abaixo no riacho do Marçal, e chegando a dito riacho subindo acima aonde tem um pé de dendezeiro, e dele pelo direito taboleiro firme até o formigueiro branco que está na estrada real que esta fica salva para se fazer casas a benefício deste Arraial, e daí até a baixinha donde principiou, divisando sempre com a dita Helena. Décimo Sítio, junto ao córrego ocupado por João Nunes de Souza Velho, e as suas divisas são as seguintes: pegando pelo córrego que sobe em procura do pau sangue, e cortando direito a ponta do mato, e por Ele abaixo a divisar com o mesmo rendeiro. Décimo Primeiro Sítio da estrada de Nazaré, ocupado por Francisco Olavo dos Santos, e hoje a viúva, e as suas divisas são as seguintes: Começando pelo lado esquerdo da estrada todo o espaço compreendido entre o rendeiro Manoel Inácio, e Manoel de Jesus, quer de um, quer de outro lado, seguindo da estrada até o fundo do sítio onde se acha o riacho pelo que toca ao rendeiro Manoel Inácio acima, como subindo a encontrar o arrasto onde vai terminar o sítio do dito Manoel Inácio ficando reservada a casa, e quintal de Maria Joaquina. Décimo Segundo Sítio do Arraial, que tem posse Lino José de Araújo, e as suas divisas são as seguintes: Cortando desde o coqueiro, procurando o arrasto, e daí até encontrar o riacho acima até divisar a baixinha que sai na Estrada Real, e ainda seguindo a estrada acima onde se acha a casa do Frade, e daí partindo por detrás até o dito coqueiro. Décimo terceiro Sítio do Arraial, ao sul da Igreja, ocupado por metades (19 varas) sendo uma por José Caetano Martins, e outra por João Nunes de Souza

Júnior, e as suas divisas são as seguintes: Principia no fundo da cerca do Padre Antônio Inácio, estrada abaixo até divisar á Manoel Inácio, e apanhando a divisa do falecido André da Costa, saindo fora na baixinha, seguindo estrada acima até a cerca de Francisco de Sales, torcendo por detrás do fundo do quintal de Domingos Brandão Sítio do Meio arrendado, por metades, sendo uma a Manoel José até a primeira divisa do mesmo Padre Antônio. Décimo quarto da Paixão e Araújo, e outra a Elias Soares de Oliveira, e hoje a sua viúva, e as suas divisas são as seguintes: A saber da parte do dito Elias, começando pela quina da casa de Josefa Maria, em rumo direito à escoação da fonte dos Meios, e daí descendo até onde faz barra com o riacho da fonte de beber, e por esta acima, até a dita fonte e desta até encontrar a linha que separa dos quintais as supra mencionadas casas. Décimo Quinto Sítio ocupado pelos seguintes rendeiros, primeiro Dezidéria Maria Pereira, viúva de Valério Coelho, segundo por João Coelho, e sucessivamente pela viúva Ana Maria, e de presente por Bonifácio Pereira dos Santos, terceiro, por Antônio Joaquim Crispim, e hoje pela viúva deste, quarto por Manoel Ferreira de Souza, quinto por José Francisco de Souza, sendo este do Ticum as divisas Ana Maria Pereira, são pelas as costumadas como a dita bem sabe, sem que prejudique o sítio do seu irmão Valério, que também é reneiro. A parte constante deste arrendamento se acha dela empossada Dezidéria Pereira. A parte do irmão Valério Coelho foi dividida pelos dois filhos deste Antônio Joaquim Crispim, e João Celso. Seguindo o arrendamento tomado por Bonifácio Pereira dos Santos, no lugar denominado Ticum, e divide-se com os que ocupa Antônio Joaquim Crispim, hoje a viúva, e quatro filhos, e Dezidéria Pereira, que compreende o terceiro sítio. Quarto, Tomou arrendamento Manoel Francisco de Souza, um sítio denominado Ticum, pelas divisas seguintes: Começando pelas divisas do sobradinho onde há um pé de louro, e daí pelo taboleiro em linha reta ao Tiacho de beber que vai desaguar em Mutum, e deste rio abaixo até um córrego onde divisa com o sítio de Valério Coelho (hoje ocupado por Dezidéria Pereira) e do córrego acima até o pé de

jaqueira que há na estrada, e daí linha reta até encontrar com o Ticum, e por este acima até o caminho da Bemfica até encontrar o dito pé de louro. Quinto Sítio do Ticum tem uma divisão, ou pequeno sítio ocupado por José Francisco de Souza, e que confina com o precedente de Manoel Francisco de Souza, mas até o presente não tem sido possível obter as suas divisas, sabendo-se apenas que regula em superfície, ou extensão com o mesmo acima escrito. Décimo sexto sítio do Sapé compreende o sítio do Sapé Grande, ocupado pelo Coronel Antônio Francisco Tinta, segundo o sítio Sapé ocupado por Salustiano José de Souza, terceiro sítio ocupado por Joaquim Inácio de Jesus, quarto, pequeno sítio ocupado por Manoel José de Andrade. As divisas do primeiro sítio até esta data não tenho podido obter as respectivas divisas, digo divisões. Segundo Sapé, as suas divisas são as seguintes, pegando do Pau Seco, procurando o riacho da Fonte, descendo por Ele abaixo e dar no riachinho, digo riachão, e por este abaixo até divisar com o riacho da Pindoba, subindo por Ele acima a apanhar o caminho velho, e subindo por este acima a fechar com o mesmo Pau Seco, a qual se finda aqui. Terceiro Sapé, as suas divisas são as seguintes: Principiando do Pau a Pique direito abaixo ao córrego seco buscando a lagoa, e por ela acima divisando com Manoel Vitorio, direito acima à estrada de Nazaré. Quarto Sapé — Denominado o grande, tem uma casa, e quintal, com trinta braças de frente, até o riacho da fonte de Manoel José de Andrade. Declarações: resta mencionar um sítio próximo ao Arraial, que foi o possessório do padre Antônio Inácio Alvares de Miranda, que o cedera a Joaquim da Fonseca Góes e Antônio Joaquim Guabiraba, e consta pertencer a este último, por ter desaparecido o arrendamento, e seu respectivo termo: podendo-se todavia asseverar que confirma pelo Norte, com as terras do Engenho do rendeiro Félix José Barreto, e pelo Sul, com terras pertencente a João Nunes de Souza Velho, e da Fazenda da Má Vida pelo nascente com as divisas do sítio arrendado à Manoel José da Paixão e Araújo, e ao poente com o Rio Sururu, ou suas imediações e terras do domínio do dito Félix José Barreto. Resta outrossim mencionar as

terras, cujo domínio conserta absolutamente, e não longe dos sítios do Morro, e Sapé, sem arrendamentos ou título algum. Fizeram-se todas as diligências pelo Juiz de Paz de Nazaré, pelo Procurador Cirurgião Mór João Francisco Brandão, e jamais se conseguiu citar ao dito subtraindo-se a ir àquela Cidade, desde que soube que seria compelido a reconhecer-me como legítimo Senhor, e possuidor, estando convencido de que pessoa alguma ousaria procurá-lo em sua morada para o citar, atenta à prepotência e terror que inspira a todos que moram na sua vizinhança, e exerce naquelas mediações. Os títulos ficam em poder do meu procurador o Senhor Professor Martinho Vieira Olavo constantes primeiro de uma Escritura pública, lavrada da Cidade de Recife pelos herdeiros de D. Francisco de Freitas da Conceição, filha legítima do falecido Manoel Correia de Meireles, e a que foram estas terras aquinhoadas; segundo: uma certidão do cartório dos órfãos da Cidade da Bahia de José Olímpio Gomes de Souza, por onde se procedeu o inventário do dito Meireles, inserindo a verba do quinhão em que menciona a dita terra, e os ocupadores terceiros. A posse que em meu nome tomara neste arraial o dito Cirurgião Mor, a procuração, e a petição da respectiva autoridade, ordenando que fosse a mesma efetuada. E por que possuo livre e desembargados os sítios aqui declarados desde o tempo em que comprei aos herdeiros do falecido Meireles, requeiro, e peço ao Reverendíssimo Senhor Vigário Coll. do José de São Bento Baraúna que me faça registrar no livro competente tudo quanto nesta se costuma declarar observando-se assim o disposto pelo Decreto número trezentos e dezoito, de trinta de janeiro, de mil oitocentos e cinquenta e quatro, que manda executar a lei número seiscentos e um de dezoito de setembro de mil oitocentos e cinquenta. Freguesia de Santo Antônio de Jesus, vinte de março de mil oitocentos e cinquenta e sete.

Por Doutor Manoel Maurício Rebouças — Martinho Vieira Olavo.

VI — Em conexão com posses extensas dos séculos de formação, aproximadamente ligados à zona em que surgiu a

Freguesia, há um trecho da “História territorial do Brasil”, Rio de Janeiro do ano de 1906, v. 1.º p. 207, que convém se lembrar para dar ideia de como se criaram latifúndios, que o tempo faz desaparecer. O autor fala sobre fatos anteriores ao surgimento da demanda do começo do século dezenove. “Nos primeiros anos do século, agitou-se um importante pleito de reivindicações para o Estado, de uma extensão territorial de vinte léguas. Não podemos deixar de extrair aqui esse processo, que, aliás ficou sem solução definitiva. Antônio Joaquim dos Santos pretende uma provisão para demarcar e tombar as terras que, por legítimo título, se mostrarem percenter a Serafim de Barros Martins e outros herdeiros de Bento de Melo, com quem o litigante tem suplicado, como ajudador da Fazenda Real, a fim de serem incorporados aos próprios reais. O Capitão Antônio Fernandes de Castro denunciou à Fazenda Real que os suplicantes acham-se sem legítimos títulos, possuindo no extremo da VHa de Jaguaripe muitas terras que pertenciam ao régio patrimônio, devendo proceder-se a sequestro. Tomada a denúncia a 6 de março de 1802, procedeu-se a sequestro, a que ofereceram embargos. A questão foi julgada improcedente. Começou-se novo pleito. A primeira denúncia dizia: As terras em questão acham-se nas cabeceiras da povoação de Nazaré termo da Vila de Jaguaripe, distante três léguas do mar, as quais em 1644, foram perdidas por sesmarias por João Borges de Escobar e Antônio de Souza Andrade que, vendo que não obtinham mais de 3 léguas de terás pediram, simuladamente, toda a terra que se achava no Rio do Jaguaripe, até a serra de Guararú, com duas léguas de largo, encobrando os pedintes que o comprimento é de mais de 30 léguas, lhes foi concedida a sesmaria com a obrigação de ser registrada em um ano e cultivada em 3, sob condições de ficarem devolutas. Nada disto fizeram e os lavradores de farinha se foram estabelecendo nestas terras, em que se acham mais de cem lavradores e vindo um Padre José de Sampaio, e seus herdeiros, como herdeiro de

um Bento de Brito nelas estabelecer-se, intitularam-se senhores da terra, aproveitando-se na prescrição da sesmaria e começaram a oprimir os lavradores, cobrando-lhe altas rendas, expulsando uns e vendendo os sítios a, outros, de quem têm cobrado e recebido mais de 200 mil cruzados. Mandaram avaliar a dita terra em 40 contos e a dividiram entre si e os seus herdeiros. Em vista disto, a terra é do património real e pede seja expulso o intruso. O tribunal julgou improcedente esta primeira denúncia, mandando que se procedesse o processo ordinário de reivindicação. Morrendo Couto, Antônio Joaquim agita a questão. Os réus são Serafim de Barros Martins, Manoel José da Cunha, Gonçalo de Brito, Joaquim da Silva Barros, Reinaldo Lopes Galvão, Felisberto de São Bernardo, Caetano de Brito, Manoel da Costa Dantas, José Luiz Ferreira de Macedo e Manoel Corrêa Meireles. Os réus apresentam-se como herdeiros de Bento de Brito e demandaram ao Padre Sampaio, que por não ter título, foi vencido, metendo-se na posse das terras quando não tinha título também, porque os primitivos donos não se legitimaram na sesmaria. A distância das cabeceiras de Nicolau Soares, à serra do Guararú é maior de vinte léguas. Vai do termo de Jaguaripe a Marago-gipe, extensão que não teria sido concedida, se as sesmarias declarassem essa verdade. Até a entrada do Padre, os lavradores pensavam que as terras eram da coroa. Os réus vão dilatando seu domínio até as terras pertencentes aos índios da aldeia de Santo Antônio. (Refere-se a Aratuípe, mas os índios tinham território em Santo Antônio de Jesus.) Os réus combateram estas alegações. O rei mandou ouvir o Chanceler da Relação da Bahia, a 30 de abril de 1814. O autor apresenta documentos de que as terras **nunca foram** medidas e que os lavradores têm pago foro aos réus”.

## CAPÍTULO 2.º

### DESENVOLVIMENTO SOCIAL E Econômico E FORMAÇÃO DA VILA

A eleição de São José do Cocão, reagindo ao cerco da Capela Matriz, de que era vigário Padre Baraúna, em 7 de fevereiro de 1867, marca uma época.

Nazaré estava crescendo de importância econômica tendo eclipsado o valor de Jaguaripe, fazendo esforço de rivalizar com Cachoeira. A colônia portuguesa era grande, estendendo-se por Aratuípe e Jaguaripe. O espírito de iniciativa crescia de valor e logo se pensou no transporte de mercadorias e passageiros, a princípio por tração animal e logo a vapor, chegando à criação da Companhia “Tram Road de Nazaré”, como Cachoeira teve a sua “Paraguassú *Steam Trem Road Company*”, incorporada, em Londres, em 1867.

O aproveitamento das matas de Nazaré, as nossas do sertão de baixo, preocupou os nazarenos de 1860 e, em 1871 o grande Francisco Gonçalves Martins, já Barão de São Lourenço, baixava ato, em 14 de fevereiro, concedendo a José Lopes Pereira de Carvalho privilégio para construir a estrada de Nazaré até Santo Antônio de Jesus. Isso era bastante para movimentar as massas rurais, no sentido da sede da Capela, posta em doce planalto, ao lado da estrada real, tendo em torno ricas e pobres fazendas, com maior ou menor escravaria. Era então das maiores, o Oiteiro da Vargem Grande, de Francisco Félix. Este não se abalava e até hoje a fazenda é governada por netos, aumentada de terras, servida por motor elétrico e conservada com desvelado cuidado. Outras havia, do Riacho do Braga, a noroeste até a confluência do Taitinga com Jaguaripe, perto da antiga “Sapucaia” de Francisco Antônio de Almeida Lyrio e do “Paraíso” de seu irmão Reinaldo e das terras dos Porfírio Sampaio. Todas prosperavam em 1870, quando Santo Antônio era visto como terra de promessa. As violências dos escravos respondiam à crueldade e prepotência

de alguns senhores de engenho, que viviam, ainda no século XIX, no regime anterior ao do servil medieval. No ano seguinte, surgiria, em 28 de setembro, a lei da liberdade dos nascituros, que criaria novos problemas sociais, fazendo surgir, junto à mãe escrava, o filho livre. Era a marcha natural, que seria marcada de sangue. A maldição dos escravos criava clima de crime. Deixamos nas viagens sentimentais, sintomas de degeneração pelo álcool, pela psicose, em forma de orgulho e lubricidade. Nas famílias, as relações dos filhos e pais chegavam à morte. Pelicarpo de Aragão perdeu a vida, pela loucura de um filho. Fausta Margarida de Aragão teria seus treze anos, quando a família se deslocou, por isso, para a Capela, na época do ímpeto da futura estrada. Os sítios mais próximos cresciam de valor, as fazendas maiores aumentavam seus escravos, recebendo levas, que vinham, por vezes, trazer prejuízos.

Os terrenos da Freguesia eram de desigual riqueza agrícola. O Rio da Dona, que a costa de norte a sul, quase ao meio, como hoje a Estrada de Rodagem BA 2, que vai ao Gandú, dividida a terra em dois valores característicos: a leste do Rio da Dona, uma plantação de mandioca não resistia mais de um ano e tanto, enquanto a oeste podiam-se ver, em Vargem Grande, de um morro vizinho, separado pelo vale, quatro faixas de matizes de verdes, representando quatro plantações anuais de mandioca que pediam conservar-se. A terra melhor guardava o trabalho humano, para melhores rendas das feiras. Pude ver esse panorama, que me mostrou o tio Totonio. O lado leste da freguesia, ficou entregue à exploração futura das minas de manganês. No século XVIII, porém, nas chamadas roças de Nozaré, que se estendiam até Lage de Jequiriçá, aí viveu e prosperou, em terras que se cansaram com o simples trabalho da enxada, o neto de Úrsula e Félix, Alexandre José de Souza Bitencourt, e avô dos futuros diretores da Estrada de Ferro; Dr. Alexandre e Dr. José Marcelino de Souza, Governador da Bahia. Não longe dele, haviam vivido o patriarca Manoel da Cunha Fróes de Almeida e seu sogro Antônio de Souza Bitencourt, pelas

terras do Jequitibá e Sururu, onde cresceram vários engenhos, hoje transformados em pastagens.

A freguesia via crescer a sua sede, enquanto os garimpeiros seguiam os rumos do engenheiro, procurando o Onha, e Taitinga e afinal a Capela. As casas comerciais de Nazaré punham suas filiais. Uma rua chamada dos Nazarenos foi o centro comercial mais importante, vindo depois a praça da Matriz, esquina da Rua da Paz com a Rua de Baixo, onde o Dr. Félix Gaspar, clínico, comerciante e político, construiu seu palacete em 18..... com auxílio dos irmãos, filhos de Silvério Hipólito de Araújo e Almeida, sobressaindo-se os escravos artistas — operários de José Joaquim, do Mucurí, perto do Pau a Pique, do São José. Na extremidade leste, estava o caminho para o Arraial de São Benedito, com a velha Capela do Padre Pedro dos Santos Novais Cafeseiro e ao oeste o do Arraial do Andaraí. Aqui e ali casa de sítio, mais outra e outra, criando arruamento irregular, perto das fontes, das lagoas, das estradas, onde as vendas davam sentido econômico e social.

Fausta de Aragão e sua família viviam na rua de Baixo. Era moça bela e devota, e, como Guilhermina da Conceição, pouco mais velha, sua amiga vinda do Taboleiro das Almas, filha de Jajana, era confessada fiel ao Padre Baraúna, que morava em frente à igreja Matriz, no prédio que depois ocupou Justiniano Galvão, quase junto a Manoel José, pai do Dr. Gergonio Araújo, que foi senador Estadual.

A Capela Santo Antônio de Jesus, havia recebido elementos de corrente emigratória italiana que se desdobrou pelo Jequiriçá até Rio das Contas, criando em Jiquié um núcleo valioso. Ao lado do Santo Antônio de Jesus e Pau de Cedro recebeu também italianos que foram vencidos por Aprigio, na luta do comércio de fazendas: na Capela do Almeida, os Coni formaram importante família que muito prosperou, havendo ainda representantes em vários setores.

Em Taboleiro das Almas, foi Capelão o Padre Aquiles Rosini, cujo irmão José, como João Littieri, foi meu conhecido, na sua

velhice de homem alentado e forte e minha infância de admirador do europeu. As várias influências internas e externas concorriam para o crescimento da antiga Capela do Padre Mateus, enquanto a população crescente ia justificar a criação da Vila, desagregando-a de Nazaré, que alongava os trilhos da ferrovia. Os garimpeiros, chefiados por Matheus, inglês que deixou aqui descendência dos Oliveiras e dos Galrões, chegavam ao Onha, vinham de Taitinga. As curvas, as subidas e descidas dos morros, a passagem dos vales, os cortes dos morros, eram motivos de comentários dos lavradores, que iam e vinham nas cavalcadas, nos carros de bois ou nas marchas a pé, pela velha estrada real, donde fugiram as onças e onde já não frechavam os índios aos brancos ou aos negros das fazendas dos séculos passados.

Na sede da Capela, como nas fazendas e sítios, os caboclos tinham deixado boa dose de sangue nas veias, pagando o que fizeram perder nos morticínios antigos. Referem que descendentes do Padre Mateus conduziam sangue índio. Compete-lhe estudar, nas sucessivas gerações, sua influência. Os índios, por vezes, já eram mesclados de europeu e não esqueçamos de quantos descendentes os franceses deixaram da costa de Sergipe ao Maragogipe, na enorme Vila da Cachoeira. O certo é que as feiras semanais nos davam, na adolescência, o espetáculo de uma raça de brancos, mulatos e caboclos irmanados e operosos. Ainda no começo do século XX, era interessante ver meninos roceiros, puxando burros e cavalos, e vendendo na feira ao lado dos pais, lourinhos de olhos azuis, ao lado dos pardos e pretos e dos tismados de cabelos lisos, que às vezes eram cabo-verdes, às vezes aborígenes.

As fazendas não haviam ainda perdido os escravos, e a abolição não tinha multiplicado a cifra dos povoados, de modo que a vida bucólica da Capela seguia nas rezas e missas. Os padres eram em maior número. Na representação de Lage, em 1818, mostrava-se como as roças tinham frades e padres seculares, que eram Capelães dos fazendeiros. A riqueza agrícola, a cana de açúcar e a farinha de mandioca, e o tabaco mantinham a ordem rural, somente perturbada pelo assassinio do senhor de engenho,

cua autoridade desde o tempo de D. Álvaro da Costa, era completa, apoiada em armas obrigatórias, no tempo da resistência à indiana destruidora. Mas as ideias do século XIX iam penetrando. Os negros não escravos, que fizeram sua alforria, trabalhando à noite, para juntar pecúlio e que foram nascendo após 28 de setembro de 1871, ou alforriados pelo fundo de emancipação, eram bom motivo dos discursos dos demagogos iniciais. Havia o que hoje há em larga escala em desenfreada exploração: aculamento do ânimo dos pretos contra os senhores de engenho, sendo estes bastante responsáveis, porque tinham mentalidade do século XVIII na segunda metade do XIX, já depois da queda do Império de Napoleão III e surgimento da República Francesa, libertação do» escravos americanos e depois do Manifesto Republicano de Campinas, no Brasil. A próxima Vila de Santo Antônio de Jesus teria um destino político bem vivo e preparava-se metodicamente. Como expressão de sua capacidade, a Freguesia teve um cemitério digno de recordar-se. A linha férrea não tinha ainda chegado e já Ele tinha sua função. Havia muralhas, que fechavam a estrutura dos carneiros, dando fundo para o norte, até perto dos atuais trilhos da ferrovia. Em 1895, já estava sem uso e se arruinava, parecendo um coliseu, ao futuro estudante da história. Nos fins do século, seria a residência de um louco. Até 1892, quando se inaugurou o cemitério novo, foi repouso de centenas, cujos ossos depois divertiam os alunos da escola, em 1900. O cemitério ia até perto da rua da Paz, junto aos quintais do moço Jerônimo Batista e de seu irmão Antônio. Era bem próprio o nome de Rua da Paz, onde se reuniam os que pranteavam seus mortos. A do cemitério era o caminho de São Benedito. Era estrada da povoação, vindo além das roças. Calculem com que medo atravessavam a caminho os tabaréus, depois da mortandade da cólera-morbus e das repetidas devastações da bexiga, que despovoava as feiras e cobria de luto as fazendas, engenhocas e sítios. O cemitério, no caminho mais frequentado dos lavradores, era o marco inicial da povoação, com seus atrativos e perigos.

A sete de setembro de 1880, inaugurava-se a estrada de ferro e Santo Antônio de Jesus seria ponta de trilhos durante dez anos, A primeira locomotiva da Estrada de Ferro chamava-se Pedra Cosme ou Caixa de fósforo e outra, também pequena, São Lourenço. Pedro Cosme era o maquinista, a que foi promovido um ferreiro, que se treinou para dirigi-la. Era pequena e daí o outro nome.que lhe deram. S. Lourenço era o Visconde, Presidente da Província, Dr. Gonçalves Martins.

O comércio, em novo surto, alargou-se e engrandeceu a povoação. A capela do Padre Mateus tornava-se o ponto de convergência das tropas das matas e do alto sertão. Viajantes de toda parte descarregavam e recebiam mercadorias. Lembra-me o grande cientista Pirajá da Silva que, jovem estudante, vinha a cavalo com seu pai, Dr. Eduardo Augusto da Silva, da fazenda, perto” da fronteira da Freguesia de Santo Antônio, na freguesia de São Miguel das Matas. Ele mesmo nos contou o prazer dos habitantes, que viram poupar as marchas a cavalo a Nazaré. A vinda a Santa Antônio já deixava os animais mais perto da casa do fazendeiro. A inauguração trouxe para a Capela alguns negociantes de Nazaré: Antônio Luiz de Barros, na firma Barros, Primo e Companhia com Antônio Pereira de Barros, que foi famoso nos festejes de Dois de Julho. Numa batalha de buscapés e espadas, conduzidas nas botas, os fogos o inutilizaram para o trabalho. Mais prudente Joaquim José de Magalhães, sucedido por Antônio Luiz de Oliveira, João Alves Dias, que faliu e foi restaurar-se em Curralinho, chegando a Visconde português; Misael Alves da Cruz, de pois coletor da Vila, mudando-se para São Miguel, Frederico Marinho, João Dias Tavares, Tertúliano Coelho Sampaio, com os dois filhos Artur e Alexandre. Durante os anos da ponta de trilho, desciam de Morro do Chapéu, de Caeteté, de todo o Sertão, tropas que derrubavam nos armazéns de café, couros e cereais. Os negociantes tinham suas carroças, que transportavam gêneros vindos de Nazaré, e os caixeiros trabalhavam até tarde, pela noite a dentro enquanto houvesse freguesia. Era a riqueza e todos trabalhavam com entusiasmo, servindo à ambição dos patrões.

O movimento social era da igreja. Os terços, durante o começar da noite e de manhã as missas que vinham da madrugada, iam reunindo moças e velhas e o vigário se auxiliava das mais devotas. Fausta e Guilhermina eram amigas e assíduas no serviço de Deus. Os roceiros se aboletavam, por horas, nos dias de feira, ou nalgum dever da Freguesia, formando às vezes, rodas de conversas e consumindo bolos café e doces, que conseguiam da doceira e quitandeira Mina, como todos conheciam Guilhermina, com grande freguesia. Gente dos vários pontos vinha alojar-se sob o seu teto. À essa função de hospedeira, juntava seu prestígio de devota, reunindo fiéis para as procissões, quando não para os enterros de pobres e de ricos. Fausta a acompanhava, inteligente, bo nita e delicada, despertando entusiasmo. Mina e Fausta, tornaram-se, pouco a pouco, poderoso auxílio do vigário Baraúna, que já envelhecia, muito gordo. Nas festas de Natal, os seus presépios eram visitados por muita gente, e a meninada branca ou os negros e mulatos nascidos livres, formavam constante adoração, em que se tornava a admiração. Fausta e Guilhermina era o centro social do Natal. Na sexta-feira da Paixão a sua procissão, sua atividade era ajudada pela competência do João Lima Pires, que um dia fez o papel de Jesus, marchando para o Calvário. Pouco a pouco, era a vila que aparecia, para, em menos de dez anos, ser Cidade, atraindo de outros centros novos empreendedores. Santo Antônio de Jesus logo excedeu a todos os lugarejos mais velhos. As suas feiras e as suas festas atraíam parentes das roças e dos arraiais. Os casamentos foram trazendo novos lares. Da Vargem Grande, três filhas de Francisco Félix, vieram casadas com comerciantes da Capela. O movimento da igreja já cansava o vigário Baraúna, que teve alguns auxílios do Capelão de São Benedito e dos frades que vinham pregar missão, quando se faziam centenas de batizados, crismas e casamentos.

Em 1881, não havia o problema do protestantismo, e o trabalho católico era rotineiro, mas o número dos fiéis crescia sempre. Para a Capela, vinha sempre o Padre Aquiles Rosini. Era de alguma cultura e tinha influência no Taboleiro das Almas.

Seus conterrâneos italianos tinham, naturalmente, os mesmos pensamentos do geral de nacionalidade, com a divisão do Papa e do Rei, que, só em 1870, conseguiu fazer Roma sua Capital, enquanto o Pontífice se considerava prisioneiro no Vaticano. Em princípios de 1882, a freguesia sentia mais sua pujança. As construções de novos prédios comerciais, com a fixação dos artistas e operários, a vinda crescente dos roceiros, a frequência de jornais da Capital, de Nazaré e de Maragogipe davam à população dinamismo novo. Já os meninos filhos de escravos, nascidos livres, pela lei do Visconde do Rio Branco, faziam doze anos e entravam como aprendizes de alfaiate, ferreiro, funileiro, sapateiro, servindo, com ordenados de patacas por longos meses.

O dinheiro que corria era cobre, o de dez réis era moeda corrente que comprava algumas bananas e mingau, o gás, o azeite, que começava a substituir a mamona e o azeite de peixe, que iluminava as noites sem lua. Um caixeiro comum tinha ordenado mensal de cinco a sessenta mil réis, trabalhando de sol a sol, entrando pela noite, alguns dormindo nos balcões das lojas e armazéns, trabalhando aos domingos, não usando colarinhos postiços nem gravatas e alguns arrastando seus chinelos. Os escravos e os alugados, varrendo e levando água, carregando encomendas, servindo à casa, iam de pés descalços, uso até de algumas senhoras casadas. Os meninos de chambre, camisolas de madastro, até sete e nove anos, brincavam, pelas ruas e baldios largos cavando fojos de preá e armando arapucas, para pegar passarinhos. Escolas continuavam a surgir e os aprendizes artistas recebiam o A.B.C, pelo gosto ou pela força do bolo. A palmatória via-se à parede, ao prego.

O comércio era a grande escola e os patrões souberam cedo incentivar as festas, que davam movimento às vendas. As trezenas do padroeiro, Santo Antônio de Lisboa e de Pádua, movimentavam as famílias à tarde, e a missa solene começava a criar a tradição semelhante à de Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro. Eram já bodas de prata da Freguesia próspera e progressiva e já segundo ano de febril

movimento, que crescia com o trem de ferro. Muitos casamentos já fizera o Padre Baraúna, que era amigo do Dr. Félix Gaspar, chefe conservador. Num aniversário, saudou-o jocosamente dizendo que bebessem pela saúde do “Frei Mingola”. O vigário tinha sido frade que se secularizara e não perdeu a linha. Em resposta ao brinde, agradecendo, mandou que bebessem à mingola do frade, provocando gargalhadas alegres dos correligionários e fregueses, junto aos quais já estava o Padre Cirilo. Nesse ano fez-se um casamento de influêcia social. Fausta Margarida de Aragão fora pedida e não se agradava do noivo que lhe dava a família. Ainda dominava a vontade paterna da decisão, se bem que as fugas de noivas não fossem raras. No começo do século, já uma Sampaio, casara contra o pensamento do pai, realizando judicialmente a defesa de sua personalidade. Em Nazaré, nas fazendas, em Oiteiro Redondo, em Maragogipe, por toda a parte, as moças conspiravam e venciam a decisão soberana dos pais.

Às vezes era apenas sofrimento da donzela apaixonada. Pelos meus 8 anos, era pau de cabeleira de uma prima de 18, namorada de um primo de 20 e poucos. Ele era um dos mais bonitos, da caixeirada inteligente, brancos da cidade ou das fazendas despovoadas de escravos. Fora seminarista, mas o empobrecimento do pai, senhor de engenho, trouxe-o à faina do balcão. A bela prima, hoje octagenária de dezenas de netos e bisnetos, tinham sempre ao lado, em possível hora de encontrar-se apenas de vista, pois nunca os vi conversar. À chegada do trem de Nazaré e de Amargosa, acorriam à estação dezenas de comerciantes e comerciários, somente chamados caixeiros, além de ganhadores, queimadeiros, doceiros, ou desocupados curiosos. Enchia-se a praça de muitos baldios. O sobrado tinha vista sobre a estação não estando ainda construído o armazém de fumo. Da porta principal ou das janelas de cima, contemplava-se todo o povo, por sobre o mandiocal, à direita do jardim de variados Crotons, palmeiras, roseiras e plantas de mais porte. Era fácil ver o namorado e às vezes íamos ao segundo andar ou sótão, donde se dominava o grupo, além do extenso panorama de várias léguas.

Era amor de longe. Um tabaréu de 1813, dizia ante um grupo de atitude moderna: “Os noivos antigamente ia ozente”. Calcule-se a moça recatada de 1896. Meses a fio, viam-se de longe e um dia o primo foi oficializar o pedido. A “moça escondeu-se atrás da porta, para ouvir a conversa na sala de visitas. O pai era primo e fora amigo e companheiro vereador do pai do candidato. A entrevista foi polida, mas o velho informou que a filha estava muito moça. Tempo depois vem um formato, antigo deputado, depois de secretário de governo provincial, muito moço. Ao tempo, andava já pelos trinta. O pedido foi aceito, com desgosto da noiva que denunciou ter ouvido, atrás da porta, a recusa do outro. Senti sua mágoa, suas lágrimas ocultas, até um forte chorar, na noite da véspera, quando chegou, em trem especial, a família do antigo Presidente da Província, no fim da Monarquia. O casamento marcou época, dando ao sobrado grande movimento, emprestado que fora, por uma semana. Depois houve sofrimento, viuvez, pobreza, tudo vencido pela tenacidade e nobreza da prima, cuja cabeça aureolada da neve da velhice, domina o jardim de netos e bisnetos, na garrulice de infância ou já em plena mocidade criadora ou vitoriosa maturidade eficiente. É um dos quadros humanos mais dignos da arte ou do engenho de alma otimista.

Quinze anos antes, Fausta também entristecera. Era bela e vários pretendentes davam-lhe esperança de um bom partido, mas estava presa pela decisão da família. Procurou conselho de Mina, tão feliz nas suas amizades. Esta, decidira ficar solteirona, sempre risonha, prestativa, harmonizadora de casais, pacificadora e leal. Mina ficara descrente dos homens e fortemente crente em Deus e nos Santos, cujos registros estavam nas paredes de sua sala. O pai, viúvo por muitos anos, teve bom número de bastardos, e Mina, gozando da superioridade de sua bastardia, protegia crianças pobres, nutrindo-as, alojando-as, disciplinando-as. Ouvindo as queixas de Fausta, mostrou que o casamento e mortalha do céu se talha e que a sorte é a vontade de Deus. A amiga ouviu-a e conformou-se. O noivado começou com um comerciante, pondo de lado jovem fazendeiro, que a visitava todos os sábados, e

esquecendo o caixeiro com quem trocava muitas cartas, que Manoel Coelho tinha sequestrado, fazendo-o perder o emprego. O noivo vitorioso era Augusto Vitorio Fonseca Novais, por longo decênios lojista de bom crédito. Marcado o casamento começou o enxoval, que foi vendido em boa parte por Florentino Almeida, sendo caixeirinho, que levava as fazendas e aviamentos, Manoel Jovino, de memória privilegiada, em breve famoso, por somas e multiplicações, subtrações e divisões mentais, da direita para a esquerda e vice-versa, chegando à extração de raiz quadrada. Esse adolescente chegou a ser dos melhores guarda-livros, tornando-se negociante e fabricante de camisas em Salvador, e dono de grande armário, com rendas e bordados, na Avenida Passos, no Rio de Janeiro.

Jovino conduzia as fazendas, aviamentos de bordados, rendas, entremeios, tiras bordadas, pano de forro e tantas coisas mais por vezes, esquecia adrede, para justificar, ante o lojista, as continuas voltas à casa da noiva de Novais, sem cansar-se nas marchas, à solina, da Rua de Cima até além da praça da Matriz. Seu incentivo era contemplar a beleza e vivacidade da noiva metódica, firme, cativante. Por semanas e meses, foi e veio, atendendo às ordens da freguesa, sempre embevecido e feliz. Desde cedo Jovino tinha flertes. Quando veio da roça, para caixeirinho de Florentino, uma menina que viera de Nazaré para a Capela diz-lhe, na loja, no linguajar do tempo: “De tarde eu venho me lá”, prometendo ir vê-lo, a pretexto de comprar alguma buginganga. Agora, era rapazinho vivo e seria homem e capaz.

Sua iniciação fora dolorosa, quando menino, à pressão dos negrinhos da fazenda, que exigiam sua vez, uma após outra, ameaçando o roceirinho de denunciá-lo: “Eu quero, senão eu digo a Sinhô.” Era-lhe um sacrifício, mas suas capacidades mentais deram-lhe forma de grande calculador e sua idade foi aos oitenta avançados, como negociante na Avenida Passos e morador em Santa Cruz.

O casamento de Fausta despertou interesse da sociedade. A Freguesia tinha sido grata aos trabalhos de Fausta, ao lado de

Guilhermina e a festa atraía convidados e curiosos, em grande sereno, que reunia a classe caixeiral e bom número de artistas operários, que viram passar a noiva de grinalda à capela nova, cheia de alegria das confessadas do Padre Baraúna. De vários sítios vieram convidados, não só da Capela de Santo Antônio, mas da de Sant'Ana e Conceição do Almeida, com a Capelinha do Taboleiro das Almas, onde oficiava o Padre Aquiles Rosini e onde Constança teria crescente prestígio, entre fazendeiros e lavradores cercados de escravos.

Estava madura a Freguesia para vida autónoma, com riqueza, população, vida social, opiniões políticas. Uma ou outra fazenda já falava na República, como nalguma loja ou armazém, apesar de afirmarem que não em vida do Imperador, que vinha enchendo a história do Brasil, desde a adolescência. Parece que a maioria era de liberais, representados por sobreviventes filhos ou netos dos eleitores de 1867, ainda muitos vivos e ativos. Os conservadores, parece que, eram minoria; os republicanos eram raros.

Já se pensava em prolongamento da estrada de ferro, que chegaria à Amargosa em 1892. A Freguesia já sentia os efeitos das quedas dos governos imperiais, à batuta de Pedro II envelhecido, a quem sucederia Izabel, depois a Redentora. Nazaré, já cidade próspera, com fortes contingentes liberais e conservadores e com vivo grupo republicano, dirigido per Dr. Xandú, Alexandre Maia Bitencourt tinha as vantagens do desenvolvimento de Santo Antônio de Jesus, cujas aspirações políticas cresciam.

### CAPÍTULO 3.º

#### ELEVAÇÃO À VILA E CIDADE, PROBLEMAS-TRIBUTÁRIOS, SOCIAIS E RELIGIOSOS EXPANSÃO URBANA, ENRIQUECIMENTO PREDIAL

Lei provincial eleva à Vila a Capela, em maio de 1880, mas a execução foi três anos depois. Hoje é muito fácil, mas Jaguaripe

preendeu Nazaré, por longos decênios, sendo o progresso comercial a maior força de autonomia, que deixou a gloriosa vila de D. João de Lencastre reduzida de territórios. Santo Antônio de Jesus esperou, crescendo pelo contingente dos nazarenos, quer pela inauguração da via férrea, quer pela ação pessoal dos comerciantes. Em 4 de maio de 1883, sob a presidência do Desembargador Manoel Pedro de Resende Filho, presidente do Conselho Municipal de Nazaré, instalou-se a Vila de Santo Antônio de Jesus, sendo empossados os vereadores, Manoel José da Paixão e Araújo, chefe do partido Liberal, Antônio Batista de Almeida, João. Alexandre Peixoto, Francisco José Barreto, Reinaldo Francisco de Almeida Lyrio, Padre Cirillo José Dias de Andrade, sendo escolhido presidente e secretário o primeiro e o último. Em 11 de maio, instalou-se o termo, parte da Comarca de Nazaré, dando à velha Capela de Padre Mateus expressão histórica definitiva. Dias depois, torna posse o vereador Dr. Félix Gaspar de Araújo e Almeida, chefe do Partido Conservador. Completa, num grupo de sete, três descendentes de Úrsula e Félix Bitencourt.

A extensão da Vila envolvia o atual município, o de São Miguel das Matas e, em parte, o de Nova Lage. Assim dominava as velhas matas de Jaguaripe, que iam às margens do Jequiriçá, onde começava primitivamente Cairú, da Capitania de Ilhéus, que, depois das ruínas de Sebastião da Ponte, viu nascer Valença, hoje limítrofe de Jaguaripe, Mutuipe e Lage. Dentro de alguns anos, São Miguel teria autonomia e Santo Antônio conservaria Vargem Grande, a oeste, e Cocão a Leste. Em junho de 1884, o Conselho toma conhecimento da “terrível epidemia de varíola e providenciam-se tubos de linfa de vacina” criando-se um lazareto de emergência e queimando, nas casas comerciais e particulares, caqui-nhos com fezes de gado vacum. Já na criação da Freguesia, houvera cólera que dizimou as populações. A Vila já possuía razoável cemitério que seria removido no começo da República.

O progresso do novo Município seguia firme. Em Nazaré, o Conselho salientava a queda das rendas, depois da criação da nova Vila, enquanto os vereadores de Santo Antônio pediam providências

contra o imposto de trânsito, cobrado em Nazaré, sobre os gêneros que vinham por seu porto e pela Estrada de Ferro.

Começavam os despiques de parte à parte: uns, os “papajaca” chamavam os outros “papa-mamão” ou “papa-siri”. As duas localidades, mãe e filha, ou, ao menos irmã velha e mais moça, criavam os estímulos negativos de mal-querença, que, por vezes, são positivos no progresso material. No próximo decênio a influência política de Santo Antônio cresceria, com Félix Gaspar, pai e filho, para, no seguinte, retomar o controle de Nazaré, com Alexandre Bitencourt e José Marcelino, todos quatro descendentes de Úrsula e Félix Bitencourt, como o é Landulfo Alves, que será Senador Federal, governará a Bahia, três décadas depois. Naquele tempo dominavam os liberais, sob Manoel José, tendo como representante geral do parlamento imperial Idelfonso Guedes de Araújo, fazendeiro na vizinha Capela de Santa Ana. Depois seria José Marcelino de Souza, conservador, que chegaria a Governador e Senador Federal, aliado de Alexandre Bitencourt, e Félix Gaspar, auxiliado por Manoel Coelho Lima.

Da Freguesia à Vila, as intrigas subiam de força. A terra da sede foi uma das causas. Félix Gaspar apalavra a compra de parte e Manoel José se entristece. João de Lima Pires, advogado, músico, artista, ensinao de teatro, carnaval, semana santa, quase padre do Seminário da Cidade do Porto, prontifica-se à solução, ajustando vantagens, com boca calada e pé ligeiro. Convence o vendedor com maior preço, consegue a escritura e vai à Nazaré onde registra tudo, ultimando a transação. O bomba atordoou a Félix e aos conservadores e deu glória ao chefe liberal. Os ódios e vingança vão às extremidades: um burro morto se estende na porta de um; as paredes de outro amanhecem lambusadas de trampa. De uma parcialidade e de outra, a localidade perde, pelos interesses subalternos, que são a base da política brasileira até hoje. Não há mortes, mas as briguinhas enchem o tempo e a alma dos grupos. Um dia um dos chefes estende-se de roupa branca, na poça de lama, empurrado por um primo e adversário; um médico retalha

a chicote a cara de um procer; versos malévolos são cantados, semanas e meses, recordando as façanhas e desfeitas.

A vida municipal organiza-se pouco a pouco. Às nomeações dos fiscais de imposto e das posturas, seguem as multas, que despertam as cóleras dos que sentem o efeito dos esquecimentos de deveres. Nas sucessivas sessões do conselho, são maior matéria os pagamentos dos serviços prestados e as reclamações de defesa, mas surgem obras novas a fazer; calçamento da rua da Estação, cuja concorrência venceu uma firma portuguesa, porque receberia, o preço depois da conclusão, a despeito de outro propor cinquenta mil réis menos, sem declarar quando o pagamento. Depois viria uma ponte do Rio da Dona, estrada da Vargem Grande, proposta pelo genro do maior fazendeiro; o calçamento da rua Direita, que vai da dos Nazarenos até à praça da Matriz. Aprova-se o fran-queamento ao público rural do desvio da estrada da Vila. ao Arraial da Vargem Grande, com a despesa de vinte mil réis. Pensa-se no matadouro, que ficaria pelo Calabar; nomeia-se o vacinador, que é também conselheiro Municipal; volta-se a pedir solução “do caso do imposto cobrado em Nazaré;” aprecia-se a petição requerendo “que se feche um caminho que passa no pasto do engenho... abrindo outro que outrora fora trânsito público”; discute-se e rejeita-se reclamação contra o fiscal geral do Município, por multas por faltas de roçagem do caminho de suas extremas, contra os votos de Félix Gaspar e Reinaldo Lyrio, unidos em repetidas decisões visivelmente em atitude partidária, contra a maioria liberal.

O desenvolvimento da exportação cria novos órgãos: Jerônimo Batista de Almeida, o moço, é nomeado, tendo como fiador José Vicente de Almeida (o moço); como Porfírio José de Almeida, para aferição geral do município, três parentes, descendentes de Manoel da Cunha. Da ata da reunião da Câmara, em 9 de outubro de 1883 ainda na Casa de Claudemiro de Andrade, Antônio era às sextas-feiras até 1902, ao menos, e lembra-me ainda, como caixeirinho de meu pai, que vinha fazer a correspondência na manha de domingo. Os vapores de Nazaré

saíam da Bahia às terças, quintas e sábados e voltavam nas segundas, quartas e sextas. Assim, as cartas e os jornais chegavam nos domingos, quartas e sextas, por isso, na manhã de domingo, havia movimento dos chefes até ao meio dia e mais tarde, pois o trem descia de Amargosa perto das quatro horas. Depois tudo mudou: os trens e vapores e ainda a feira, que passou para os sábados como nas cidades limítrofes.

Mas voltemos: ao passado de antes da abolição — O velho Magalhães recebe o bilhete: “Mande-me trinta quilos de carne, não me mande gaz porque já tenho” Pergunta ao caixeirinho: “Quem foi que despachou para o senhor Ambrósio? Não mandou buscar gaz? Então debite, não mandou, mandasse” Assim se engordavam as contas do fazendeiro e se disciplinavam os caixeirinhos. Apesar da nova lei, os caixeirinhos e os idosos continuavam escravos. Fizeram uma representação ao Conselho Municipal e Antônio Batista tomou-lhes a defesa vitoriosa, sendo-lhe feita grande manifestação da caixeirada. Depois do fechamento do comércio, era interessante ver, o grupos perambulando, de colarinho e gravata, com bengalas e chapéus de feltro ou de palhinha, procurando namorar as moças janelleiras. Alguns sentavam-se nos passeios das casas e conversavam sobre as mulatas. Manoel Jovino contava coisas sobre uma mulata caloteira, que o obrigou a ir cobrar a conta toda a semana. Certo domingo um novato que viera da roça, diz que desejava comer um doce. Estava no passeio do armazém de Manoel Bastos, o mais famoso de sortimento, e um colega recomenda, descrevendo um tipo de conserva, um frasco que a vassoura consegue adquirir. Aberto, Ele reclama: “Que doce azedo!” Assim a vida toda, ficou chamado até quase nonagenário de hoje.

A paz armada das fazendas ia, pouco a pouco, entregando aos escravos seus direitos de liberdade, que vai chegar a treze de maio de 1888. A existência de mulatinhos, bastardos de senhores de engenho e de seus filhos, como de caixeirinhos, artistas, comerciantes nacionais e estrangeiros, com escravas, apressava a vitória psicológica e logo legislativa da abolição. É quando morre o

vigário Baraúna, centro da vida social, por perto de trinta anos. Já o vinha ajudando o padre Mendonça, que fez, na Vargem Grande, uma capela privada enquanto o Padre Aquiles, do Taboleiro das Almas, vinha sempre a Santo Antônio. A vida dos paroquianos tinha sempre à frente Guilhermina, a consulesa dos roceiros, e Fausta de Aragão que se casou, mas continuará devota, assídua nas reuniões. Mina e Fausta eram força viva das rezas e ladainhas, novenas e trezenas. “Ultimamente o Padre Aquiles ficara mais constante em Santo Antônio, e as devotas já comentavam, à boca pequena, seus cuidados especiais com a casadinha. Outra beata muito diferente de Guilhermina, já servia ao interesse de Aquiles, Era Laura, parteira, de muitas relações na Vila, cujos segredos conhecia e comentava ardeiramente. Laura fez-se amiga e confidente de Fausta e sutilmente comunicava os namorados, que passaram a encontrar-se em sua sala, junto à casa da sogra de Novais. Uma escrava revelou que Aquiles Rosini estava a conversar com Fausta pelo portão do quintal. Aquiles era inteligente e deixara a Itália em fase de fermentação, quando os grandes poetas filósofos criavam a nova nação, toda repartida em repúblicas e reinos, desde a Idade Média. Sua ilustração tinha boa dose da Divina Comédia, que tanto elevou, ha Itália, o espírito nacionalista da realeza. Suas palestras se foram tornando mais íntimas e leu em português, depois das harmonias do gênio, o passo de Francesca e Paolo, chegando às doçuras do beijo fatal. Outras vezes contava algumas jornadas de Boccacio, que sobressaltavam o coração de Fausta. Algumas vezes ela desejou recorrer à Guilhermina para deferir-se dos perigos daquela afeição, mas, encontrava-a tão meiga e tranquila, alheia ao turbilhão que se formava de paixão amorosa, que apenas ganhava a calma de alguns quartos de hora, no convívio daquela verdadeira beata. Guilhermina era generosa e não condenava as falhas que sabia vindas da fraqueza humana. Ela sabia como as mulheres honestas sofrem das investidas do anór, como se martirizam com os filtros dominadores, que vêm do escanhoado perfeito, do penteado impecável, do escoreito do traje dós Sequestradores, que elas comparam pejorativamente

com o desajeitado dos maridos. Elas sonham recebendo rosas, em braçadas, em momento de feliz encontro fugaz, agitam-se e censu-ram-se da submissão ao afeto do coração. Todavia, Mina não mudou na amizade à companheira, que também não desprezou as rezas e terços, as novenas e trezenas, cada vez mais bela e viva, auxiliada pelo olhar do namorado.

Augusto Novais encontrou Aquiles Rosini em conversa com Fausta sua bela mulher, na sala de jantar, onde mais de uma vez, o grupo se reuniu e ficou tranquilo. Os boatos dos vizinhos arquitetavam tragédias: Novais teria achado Rosini num guarda vestido e saiu silencioso para a loja. O diz-que-diz que ganha a Vila, os sítios e fazendas, transpõe o Rio da Dona, o Sururu, o Rio Preto, Jequitibá. Do Cocão à Vargem Grande, o cochicho das donas e donzelas transmitia a nova da Capela, e as mucamas sabiam de tudo, fosse falso ou verdadeiro. Em breve se saberia em Amargosa e Nazaré, em Currealinho, em Feira de Santana. Aqui viviam parentes de Novais, que logo planejou um passeio à cidade sertaneja, de já notável tradição, pelo enforcamento de Lucas da Feira e pelas boiadas que desciam. Fausta e Novais vão de trem, para seguir de vapor para a Bahia, onde tomariam o de Cachoeira, para seguir pela Estrada de Ferro, na manhã seguinte.

## SUCESSÃO DO VIGÁRIO E SURGIMENTO DO PROTESTANTISMO

A vila tinha agora um problema importante: sucessão do vigário Baraúna. Dr. Félix Gaspar fazia força para conseguir o Padre Mendonça, dedicado correligionário, amigo dos parentes fazendeiros. Mas o partido estava por baixo e o Liberal Manoel José conseguiu que, de um dos distritos de São Salvador, Mata de São João, viesse o Padre Francisco Manoel da Silva, que foi vigário mais de quarenta anos, tornando-se, em tempo bom chefe político dos elementos que, por casamento, se unificaram. Chegou a Monsenhor, quando a cidade já se consolidava, parecendo muito com o retrato do autor do Hino Nacional, Francisco Manoel, o que

nos fez pensar na coincidência do nome e da feição, na velha escola de Viriato Lobo, dps onze anos.

Neste fim de decênio, muito aconteceria ainda. Uma seca devastadora pontilhava as areias das caatingas de ossadas de gados e de retirantes infelizes. As matas recebiam alguns rebanhos e muitos sertanejos e caatingeiros, que olhariam o céu e aguardariam as chuvas, para a volta aos queridos currais e cancelas batidas . Em Camisão, que tem matas e caatingas, a mulher de um crente no Evangelho, Manoel Zeferino de Medeiros, D. Cecília de Avelar Medeiros, diz-lhe, vendo um jornalzinho da Capela: “Nós estamos neste sertão seco e devastado. Vamos para Santo Antônio de Jesus, que Jesus nos protege” — “Como vamos para a terra em que não conhecemos” ninguém?” — “Vamos para a casa do Professor Narciso.” Dias depois, com seis filhos e dois entena-dos, conduzidos em carga de panicum ou de caixas, chegavam o pastor e a mulher. O professor Narciso não tinha cômodos bastantes e arranjou uma casa em Vargem Grande, onde começou a pregação. Não havia sequer um protestante lá, nem na Vila, quando Marciano de Almeida, irmão de Egídio, aceitou o Evangelho e uniu-se a Medeiros. Eram dois descendentes de Félix Bitencourt e Egídio subiu a serra com Marciano, fazendo tudo por fazê-lo abandonar o novo credo, sem resultado. Egídio reuniu jagunços para eliminar Medeiros, invadindo a casa, onde o encontrou numa rede, ordenando-lhe que não falasse mais em Evangelho. O Pastor respondeu: “O Senhor pode tirar-me a vida, mas a alma é de Cristo; não deixarei de falar no Evangelho onde estiver”.

### O PASTOR VEM PARA A CAPELA

Diante da resistência e à proposta de Medeiros, Egídio arranja uma morada em Santo Antônio, onde instala o pastor, começando as pregações em casa. Aproximam-se Francisco Diniz (Chico Ourives) Durval Ribeiro, Otaviano Gomes, Cecilio Lopes, que foi ferreiro e se mudou para Jequié, e Paulo, pai de Idelfonso

Moura. Começa a perseguição: pedradas e várias cousas podres que jogavam na casa; os aguadeiros não botavam água as meninas recebiam punhados de milho no rosto, havia um Sampaio que era o maior perseguidor. Ainda aos meus sete anos, ordenava minha mãe que não passasse no passeio da casa, pois era gente do demônio. Em tudo isto, o mais importante é a reviravolta de Egídio, que ficou na história, como criador do Colégio Americano, hoje grande Instituto em Jaguaquara, sob o título Taylor-Egídio. Vem, então, a Santo Antônio um Padre Benedito Otoni, que se fez evangélico e vários outros pastores e fez-se o templo no lugar da antiga ferraria de José Bento, começo do caminho de São Benedito, depois que se retiraram ruínas do cemitério velho. Isto tudo é depois, no decênio seguinte, só sendo do tempo a vinda de Medeiros, a adesão de Marciano e a luta e conversão de Egídio. Era por 1890, mais ou menos, Santo Antônio de Jesus, e ainda mais Vargem Grande, sublevava-se para as lutas de espírito e de religião, finalizando o materialismo dos velhos hábitos, que nada tinham de espirituais, sob o domínio dos dominadores, cuja força vencia o Rei com sua justiça e enganava a Deus por artimanhas.

#### FAUSTA ALARGA AS VISTAS

A viagem à Feira de Santana trouxe à Fausta tranquilidade que aliviou a angústia de Novais, bastante mais velho e ingênuo, na sua crença de alcançar o coração da solerte e bela beata, já de todo dominada pelos absorventes impulsos da liberdade, guiada pelo ardiloso e decidido adorador. A cidade sertaneja com a delicadeza da família Novais confortou-a, para mais segura e firme decisão. Vários passeios pelos velhos distritos de força política e financeira, recordando lances heróicos, trouxeram o maior relevo ao vulto histórico de Maria Quitéria, a mulher soldado, que fora receber, das mãos do Imperador, o diploma de sua glória. Falou-se em Maria Graham, a inglesa que conversou com nossa destemida paladina e comentararn-se as solenes homenagens que tanto elevaram o nome da Bahia na Corte, entre damas da alta

hierarquia — Baronesas, Condessas e Marquesas. Nesse ambiente novo do sertão, a decidida mateira da Capeía ampliou o alcance de seu espírito. Parecia esquecer o Sururu e as jaqueiras frondosas, que sombreiam as fazendas e sítios da vila natal. Tranquila e feliz de ter alargado sua visão, voltava a pensar nos dias em que Maria Quitéria esteve no Rio de Janeiro.

Duas grandes feiras viu, com muito gado descido de Goiás e Piauí. Eram grandes galhos de bois antigos, vindo das ilhas para a colonização de séculos. Eram rezes, viajadas centenas de léguas, atravessando a váu ou a nado os grandes rios, subindo as serras e descendo os vales, à cantoria monótona dos vaqueiros encourados, ou estourando e trasmalhando pela caatinga ou mata densa. Aqui e ali descansavam, nas fazendas, onde novas boiadas os seguiam. Um século vai chegando, daquelas marchas de bois de seis e oito mil réis na serra do Duro, para valer trinta a sessenta na Feira de Santana. Era mais valioso um boi, que em decênios passados, quando Jerônimo velho teve negativa do pai para comprar um cavalo por oito mil réis. As boiadas vinham de toda parte, para estacionar na Feira de Santana. A praça enorme era vasto lençol de lombada, em ondas sinuosas, em que alguns espinhaços se alteavam como o negro malabar do Curral da Casinha, na boiada de Antônio da Limeira. A gadaria, contida, fazia movimentos inesperados, quando os marroazes após erguer as ventas ao ar e sentir os cheiros que os açulavam, punham as patas dianteiras sobre as ancas das vacas e deixavam ver, às vezes, as longas varas rubras.

Numa das visitas ao campo do gado, a cena repetia-se e Fausta olhava para Augusto, olhos espantados, a morder o lábio inferior e a corar. Demorou a olhar a manada, extensa coluna de carne, poderosa fonte de vida, que breve iria ao matadouro para provei açougues e saciar a fome das famílias. A visão dos encourados deu-lhe a evocação das feiras de Santo Antônio, com os vaqueiros da caatinga e os roceiros da mata, quando Maneei Augusto vinha, às sextas, visitá-la, deixando tilintar as esporas de prata e logo apagava-se de todo a figura de Augusto Novais e

dominava a completa esteira da lembrança a imagem de Aquiles Rosini. O resto da tarde, em forçados sorrisos, eram melancólicos bocejos de cansaço, a encobrir as saudades e o desejo.

Passadas algumas semanas, teve carinhoso bota fora dos parentes e dos amigos, entre os quais Fausta deixou admiradores, que a levaram à estação, para descer ao Paraguassú, donde o vapor levaria os hóspedes para a Bahia. O panorama do porto, ao chegar, o presépio da cidade montada na serra, a agitação dos ganhadores na ponte, escravos que serviam ou pretos africanos, que dirigiam a manobra das bagagens, as negras que vendiam quitutes e frutas, davam à chegada uma nova alegria. A ponte da Navegação Bahiana, a que atracavam os navios, nos dias sem levadia, ficava no cais das Amarras, desaparecido cerca de cinquenta anos passados. Aí estavam os grandes escritórios, cuja frente dava para a Rua Conselheiro Dantas, onde a esquina da Livraria Catilina reunia a gente culta ou desocupada. A rua era estreita e os prédios altos, que passavam pelos mais elevados da América do Sul, no seu tempo. A Bahia ainda conservava um pouco do seu prestígio, que vinha caindo desde o meado do século, quando os políticos e os literatos começavam a abandoná-la pelo Rio de Janeiro.

Augusto Novais era negociante matriculado e acreditado e teria hospedagem de um grande escritório. Era no quinto andar dos grandes prédios, com vista para o mar, contemplando o forte São Marcelo, a Igreja do Senhor do Bomfim, a península do Monte Serrate, a costa de Itaparica, os grandes navios da Europa e a infinidade de saveiros e alvarengas puxadas, em grupos maiores e menores, por possantes rebocadores de diferentes tamanhos, a que se juntavam canoas, por vezes servidas de ramo e vela. Nada do porto atual perturbava a primitiva atividade marítima da velha cidade de São Salvador, como se dizia na antiga capela do padre Mateus:

Bahia, minha Bahia, Cidade de São Salvador Quem nunca foi à Bahia Não sabe que coisa é amor.

## COMÉRCIO BAHIANO NO FIM DA MONARQUIA

O casal Novais foi bem alojado na hospedaria do escritório Moura Guerra, Frazão e Companhia, grande firma anterior ao grande craque dos fins do século XIX, entre o velho Banco da Bahia e a Livraria Catilina, perto da Casa Inglesa e do escritório Morais e Companhia. Havia no comércio ainda certa hierarquia de escritórios. Os ingleses eram, praticamente, os importadores, que forneciam caixotes aos portugueses, fazendo estes a distribuições de peças de fazendas. As firmas brasileiras eram poucas, não tendo as nacionais, a não ser de filhos de luzitanos, grande influência. Os escritórios, nessa gradação, lembravam os privilégios ingleses dos tratados luso-ingleses mais de um século antes, agora reforçados pelo uso do começo do século XIX, quando se fez a abertura dos portos. Os negociantes do interior da Província tinham toda consideração dos portugueses, e de raros de outras origens. Os ingleses, no seu alto prestígio, conservavam o natural alheamento, até com cemitério próprio na Bahia. Os nacionais os admiravam e lhes levavam a fama para as matas e sertões, onde os escravos faziam a riqueza, ao mesmo tempo que guardavam gratidão pela hospedagem. Os ingleses não haviam de todo perdido o direito de superiores aos outros povos, na sua velha pretensão de porto franco.

Ainda não havia o bonde elétrico, de uma firma alemã; um bondinho a burro ia em busca do Bomfim e Itapagipe, atravessando o Cais Dourado, seguindo por trás do Mercado do Ouro, pelas apertadas ruas do Pilar e Garganta do Xixi, onde os carrinhos raspavam as paredes. O passeio obrigatório era a missa do Bomfim, rica de ex-votos, dominando o porto e a cidade alta, que ficava sobranceira ao longe. Fausta e Augusto subiram a montanha sagrada, fizeram suas preces. Deus sabe o rumo de seus espíritos e as aspirações de suas almas. À tarde visitaram a Cidade Alta, indo a Nazaré, com seu moderno Hospital Santa Isabel, com a coroa imperial, que ainda alegrava o povo crente na

democracia de Pedro II. Não foram ao Rio Vermelho, mas viram, de bonde, o Corredor da Vitória, com as velhas chácaras dos ricos e o Palácio, onde fora o antigo Colégio São João. A Catedral, no Terreiro de Jesus, a Igreja de São Francisco e a da Ordem Terceira e a Sé, abrindo para a praça D. Isabel, que dominava o porto, foram ponto de recolhimento e de contemplação. A noite veio, a iluminação da cidade a gaz carbônico, alegrou as ruas e, às nove horas, o forte São Marcelo deu seu tiro ritual. Os relógios da Intendência Municipal, da Misericórdia, de São Francisco, de Santana, deram suas badaladas de quartos e de horas. Ouviram-se as cornetas de quartéis de linha e da polícia, enquanto os primeiros bombeiros voluntários começavam a ver se as portas das casas comerciais estavam fechadas.

#### CAPÍTULO 4.º

### ABOLIÇÃO E REPÚBLICA

O ano de 1888 traria a revolução social, formosa flor de nossa cultura de paz, quebrada a carapaça legal da escravidão, escola de indolência de muitos, de prepotência cruel de outros, da solércia inteligente de alguns, que souberam salvar-se da tormenta, criando condições progressivas de trabalho para a riqueza, com auxílio do agregado remunerado. O grande mal da tardia extinção da escravatura foi a educação deplorável das últimas gerações de filhos de fazendeiros: hábitos de ostentação e vaidade, com despreço do trabalho e completa incapacidade de aproveitar a terra, que ficou maldita, pelo suor e pelo sangue dos escravos. Nos derradeiros» anos, as fazendas viviam suspeitando o crime, e as aldeias, vilas e cidades enchiam-se de lares sem conforto, que se baseavam no comércio. Os filhos dos senhores de engenho, pouco a pouco, fugiam do canavial e do roçado de mandioca ou da malhada de fumo, e os libertos do ventre livre, com os sexagenários e os alforriados pelo fundo de emancipação, engrossavam a ourela de palha das povoações, como hoje as favelas

das cidades. Em Santo Antônio de Jesus, o Espera Negro, o Mijagaz, o Cú de Boi tiveram tal origem, com a natural consequência dos adensamentos de imigrantes vindos das roças. A princípio eram fração da gente do mato, porque alguns conseguiam terra para fazer roças e prosperavam, tornando-se senhores da sua vontade e de seu serviço, criando filhos na escola do trabalho, sem o veneno do tronco e do chicote. Eram vários pretos e mulatos, alguns mesclados de caboclos, fazendo surgir tipos bem claros, na mescla de raças e de cores, que criaram nossa democracia. Não foi o negro, nem o índio, nem o mulato que nos atrasaram: foi o orgulho e a cobiça prepotente e ignorante do senhor de engenho que tornou maldito o trabalho, na consciência quase inconsciente dos seus filhos, como hoje os mestres desalmados e escravos das pseudo técnicas modernas, destroem a personalidade das crianças, com a falsa liberdade, sem responsabilidade.

A preparação atual das massas, para a escravidão política, é semelhante à da revolução antiga: desfaz a mística do dever e do trabalho, pondo em seu lugar um fugaz direito, que se esvai nas terríveis pressões da vida, em que o custo da mercadoria e dos serviços tornam-se esmagadores. Recentemente, a televisão veio completar a propaganda do jornal, da revista e do rádio, sugando da população todo o recurso da sua economia, canalizada para os cofres dos ricos. Uma boneca, um sapato, uma bicicleta, o leite, o uísque estrangeiro e tudo do consumo, pagam preços astronômicos para sustentar a nova corrente de reclame, que não teria comporta, senão na lei que restringisse o gasto, que a vaidade dos pais, para contentar as crianças e jovens, deixa desbragado até o cataclismo final da inflação. Em 1888, era a marcha para a abolição da escravatura em 1961, é a batida para a escravidão social e política da criação das grandes fortunas, servidas cegamente por demagogos sem escrúpulos, rebrilhadas por talentos verbais e técnicos, que se fingem socialistas, até comunistas, para tirar vantagem da exploração das massas analfabetas e semiletradas sem fé, sem amor cívico, sem disciplina moral do trabalho.

A diferença fundamental das duas épocas é que a monarquia parlamentar subia de crédito, fazendo descer a libra esterlina, o soberano inglês, abaixo de 8.888 réis, valor par, tendo o papel brasileiro mais procura que o ouro, enquanto na República parlamentar postíça de 1961, o cruzeiro desce rápido à maré vasante do marco alemão, do grande plano seguinte à paz que restaurou o país do desastre da guerra de 1918. A inflação alemã foi uma coleta de ouro do estrangeiro; a inflação brasileira é uma sangria da economia nacional pela indústria estrangeira e pela falsa indústria brasileira, que transporta aos outros povos os lucros exorbitantes, que esmagam o povo, com a cumplicidade dos nossos ricos, que se opulentam, ao lado do empobrecimento das classes menos favorecidas, criando um símile com o fim do império romano e com a eclosão da revelação francesa, de 1789. É difícil ao brasileiro de hoje entender a vinda do fim da escravidão. Há um ré-curso expedito para esclarecer um pouco aos novos. Os preços dos gêneros darão a enorme distância entre hoje e aquela época. Museus e antiquários oferecem cinco mil ‘cruzeiros por uma cadeira de jacarandá e palhinha. Uma fatura de outubro de 1887 indica 12 cadeiras por oitenta e cinco mil réis; um sofá por sessenta; uma cadeira de balanço por trinta e cinco; uma caixa de vinho do Porto fino — vinte mil réis; dois frascos de conserva mil e oitocentos réis; vinte e quatro garrafas de cervejas, onze mil réis; dois queijos flamengos, a três e novecentos; duas latas de azeite a seiscentos e quarenta réis. O leitor veja que o nome de mil réis antigo é hoje cruzeiro e verifique se uma garrafa de cerveja nacional de agora tem comparação com a importada. É uma fatura preciosa da instalação do bar dos meus pais. Seu sentido econômico era perfeito até cinquenta anos passados, começo da primeira guerra mundial. Nesta outra encosta do século, tudo é diferente, incompreensível. Darei ainda alguns preços para fixar a época: um guarda comida (conjunto de cerca de metro quadrado de portas enteladas, sobre pés torneados, guarnecidos de receptáculos de metal amarelo para água, contra formiga e suporte para quartinheiro de ótima madeira, perfeito em sessenta

anos) vinte e cinco mil réis; um relógio americano de parede, quarenta e cinco mil réis. Mais exemplos tornaria fastidiosa a narração.

### 13 DE MAIO DE 1888

Do grande dia da Lei Áurea, a tradição guardou aspecto da alma dos escravos, além dos que já vimos na Viagem Sentimental pelas fazendas. A Vila encheu-se de música e de foguetes. Vitorino, escravo de Aprígio, passa a noite, emproado e provocador ou inconsciente, quando se conversava nas cadeiras postas na calçada da rua Direita da Matriz e diz orgulhoso: “Viva a igualdade”. Na noite seguinte, foi pegado penetrando pelo telhado da “Loja Popular” do ex-senhor, preso como gatuno. Estava ali um bom elemento simile de alguns da hora presente. Era o escravo único da casa, incubido de trazer águas, lavar a casa, servir à mesa. Vivia folgado, bem nutrido, mas tinha lá., alma de moderno sabotador, de ladrão de fio elétrico do serviço telegráfico. Sua invocação da noite anterior à tentativa de roubo corresponde a dos que prelibavam tomar conta dos bens dos destruídos politicamente e da honra de suas famílias.

Januário, chamado Caboclo, cozinheiro de confiança de Antônio Batista, alvoroçado, anunciando a liberdade, deixava queimar-se a panela de arroz. Tia Heliadora, de voz bastante mas culina: “Já sei que vocês estão forros, mas vá ver meu almoço, minha panela de arroz, que você deixou queimar! O. ex-escravo, a rir, vai cuidar da cozinha e nunca deixa o ex-senhor, que lhe arranjou uma choupana, em que se casou com Geralda, escrava de Misael Lopes, muito mais clara e formosa mulata. Januário era melhor gente que Vitorino. Ficou maluco porque, saindo para o sertão Antônio .Batista a mascatear com Torquatro dos Reis, circulou o boato falso de haver morrido de tiro. Logo notícias positivas o desmentem, mas o,antigo escravo perdera o juízo, sendo mandado para o asilo São João de Deus. Tal era a força dos afetos de. alguns antigos servos, que viviam da felicidade

dos senhores, das sinhás, dos senhorzinhos é das sinhasinhas. Verdade é que a escola do velho Jerônimo Batista, mais político que lavrador, criou uma disciplina, suave. Além disso, Januário era de tal confiança, que acompanharia os moços a Portugal, para, a cura de beribéri, se o transpor o equador não o tornasse livre, vários anos passados.

### CONSEQUÊNCIAS DA LEI ÁUREA

A abolição trouxe crise maior que a esperada. Aprígio fora pela libertação, como pela República, por que, pensava ele, os escravos se tornariam outros tantos lavradores autônomos, e, assim a freguesia das lojas e armazéns. Isso foi durante o primeiro decênio, quando o crédito aberto aos novos liberatos foi correspondido pelo bom pagamento, que esmoreceu perto de 1900, quando o prejuízo do comércio foi considerável, depois da quebra espetacular dos bancos. Os fenômenos sociais têm suas leis e a essa não<sup>1</sup> fugiu a Vila de Santo Antônio de Jesus. Desde que a Estrada de Ferro se aproximou de Amargosa, a balança de Santo Antônio se desaprumou. Nos fins da Monarquia e princípios da República, iniciou-se o êxodo. Negociantes tradicionais deixavam os negócios, indo para Amargosa, Curralinho, São Miguel e Caldeirão e outros pontos mais distantes. A prosperidade dá Vila, depois cidade, não parou, mas as figuras do movimento foram mudando. Proclamada à República, começam as oscilações cambiais, a insegurança dos valores que trouxeram bancarrotas. A Estrada de Ferro é um índice para a zona: de 143 contos em 1880, subiu seu movimento financeiro a 208 contos em 1885 para descer a 88 contos em 1889, no percurso de Nazaré a Santo Antônio de Jesus. Daí a três anos, Amargosa seria ponta de trilhos, para, após dez anos, começar o prolongamento de São Miguel, rumo de Jequié, que alcançou muito depois, seu término de linha.

No decênio final do século XIX, haviam emigrado José. Vicente de Almeida, o moço, descendente de Reinaldo Francisco. O velho, irmão de Silvério Hipólito, (aconselhado a cuidar das roças

e deixar a casa à Maria Rosa) e Reinaldo Francisco de Almeida, o moço, descendente de José Vicente de Almeida, o velho, tarríbém irmão, o casquilho da quadra bi-secular. O segundo Reinaldo é o pai de Teopompo Almeida, Hormindo, Roque, Virgílio, João Almeida, que é deputado estadual de Minas Gerais, todos prósperos e prestigiosos em Pedra Azul, antiga Fortaleza de Salinas, na zona de Jequitinhonha. Seu irmão é o Dr. Alirio Almeida, clínico em Salvador, com grande parentesco, ainda centralizado em Itaquara, velho Caldeirão, irradiado até São Paulo.

De uma irmã de Hormindo e Teopompo, Isaura de Almeida Andrade, afetuosa poetisa octagenária, subiu ao sálio episcopal, Dom Climério, Bispo de Vitória da Conquista, que é um dos pousdos dos bandeirantes de ontem e de hoje. De todos eles voltarei à falar, no derradeiro capítulo dos velhos e recentes criadores de riqueza nas terras meridionais.

## REPÚBLICA

Proclamada a República, Alexandre Sampaio faz, em sua casa, a aclamação, seguindo o pensamento de Alexandre Maia Bitencourt, à rua da Paz, depois Silva Jardim e agora Landulfo Alves. Xandú era republicano histórico, como vimos na instalação do Centro a que compareceu Francisco Antônio Lyrio. Santo Antônio de Jesus não tinha pesada tradição monárquica e o-novo regime lhe deu novos impulsos. Vários republicanos históricos e abolicionistas otimistas, tomaram decisões felizes, naquela aclamação da Vila de menos de dez anos. O primeiro Intendente provisório na República é Antônio Luiz de Barros, comerciante português de grande movimento de molhados, em frente à Loja Popular, no fim da rua dos Nazarenos, alto da rua de Cima; que mais tarde se chama Ruy Barbosa. A Vila foi feita cidade era junho, quando era intendente o Dr. Eduardo Augusto da Silva, residente na Freguesia de São Miguel, que, com Lage, fazia parce do Município de Santo Antônio de Jesus e desmembrado nesse mês. Eram conselheiros Municipais da nova Cidade, Dr. Félix Gaspar, Aprígio

Alves de Almeida, Alexandre José de Almeida Sampaio, yrcino Pinto de Queiroz e José Tomaz dos Santos Silva, conhecido maçon da época. A situação dos velhos partidos monárquicos pouco mudou, pois as figuras foram as mesmas, chegando mais ao foco o amigo de Dr. Félix, Manoel Coeio Lima, logo Nazarena, uniformizada de farda de chistão vermelho, cujo figurino parecia roupa de palhaço. Puxaram o clube a pé, tocando uma polca chamada Gato Preto. Os Mercúrios, além do carro estandarte, apresentaram quatro outros de simbolismo interessante.

Os Cavalheiros da Espada apresentaram-se todos montados, vestidos de setim azul, calções curtos, meias, coturnos bordados a ouro, capas de veludo da mesma cor, circuladas de arminho e bordadas a ouro. O carro era pouco mais baixo que o do Mercúrio, tendo mais largura, ladeado por colunas jônicas, fechado de almofadas, entrelaçadas com molduras douradas., tendo, no centro de cada almofada, um enorme florão. Sua ornamentação interna apresentou uma escadaria estreita, tendo no fundo, ao alto, o trono da Deusa porta estandarte. Nos lados, viam-se pequenas colunas cobertas de estopinha branca, com sombra azul, firmando em cada coluna uma estátua, representando os meses do ano. Tomaram parte neste cortejo 8 carroças transformadas em luxuosos carros, os quais indicavam diversas críticas. Estas carroças foram preparadas pelo negociante Francisco dos Passos Diniz. Seguiu também um carro japonês, apresentado pelo negociante Francisco Antônio do Couto (NOU). O clube foi puxado pela Filarmônica 7 de setembro, que executou vários dobrados, existentes ainda no Lira, o “4 de fevereiro”, composição do Prof. Canoa. O carnaval foi tão concorrido que chegou a faltar alimento na cidade, sendo preciso subir um trem de Nazaré, carregado de gêneros, pedidos por telegrama. Do carnaval, resta-nos a impressão pessoal, fugaz, do movimento do povo, na rua principal, onde morávamos, a Quinze de Novembro, antiga da Matriz, primeira calçada na Vila agora cidade. Era pelos seis anos a fazer.

Da visita do Arcebispo D. Jerônimo Tomé da Silva, que superlotou à cidade, deixando de referir cerimónias cívicas e

religiosas, recordamos a lembrança dos panos escarlates que ornaram as janelas e as flores e folhas de pitanga que juncaram as ruas, cujos passeios ficaram cheios de povo, sobretudo mulheres, ajoelhadas à passagem do pastor, recoberto de suas vestes festivas rituais. Dos cinco aos seis anos, despertou-me admiração que durou até a morte do velho Antistite.

Desse tempo, é a primeira viagem à Bahia, para ser examinado pelo Dr. Ribeiro dos Santos, clínico famoso, parente da família. Recordo-me dos óculos comprados, que poucos meses duraram, do tiro do forte, dando nove horas da noite, do Hotel Oriente, hoje desaparecido, à rua ao lado da Associação Comercial, a cuja frente ficava o Hotel Aliança, e fugazmente dos passeios da cidade alta. De um, porém, conservo, após quase setenta anos, viva emoção. Havia um bonde que, passando na praça do Palácio, tomava um viaduto que o ladeava, seguindo pelo Pau da Bandeira, a desembocar no Largo do Teatro, donde passava pela rua de Baixo, hoje Carlos Gomes. Eu tinha uma bengalinha escura, de junco ou coisa parecida, que me dava muito garbo, desde a cidade natal, em toda a viagem de trem e vapor. Fiquei a brincar com ela no furo do soalho do bonde e a bengala desceu pela encosta da montanha, com susto e pesar meu e gesto levemente crítico de meu pai, de rugas na testa e olhos abertos. Nunca mais esqueci a bengalinha e a saudade que senti.

Um fato a referir foi a prisão do carneiro merino, como se dizia, pertencente a Coelho Lima. O animal assustava senhoras e assaltava transeuntes e o dono não ouvia as reclamações, continuando senhor das ruas. Minha vida era entre o lar paterno e a casa de Guilhermina, a piedosa e prestante Mina, que me chamava de filho, dando-me desvelo e carinhos. Eu atravessava a via e o carneiro merino me esfregou contra a parede, levantando o alarme e enchendo, a rua. Pouco depois, salvo do merino, o chefe político recolhia a meia fera, que nunca mais se viu na rua, tranquilizando a todos e sossegando meu pai, adversário declarado do tabelião, escrivão e intendente: Deste ponto, passo a

dar predominantemente memórias, auxiliadas por notas próprias ou de contemporâneos amigos.

## ESCOLAS

Dos mestres da infância, guarda-se em Santo Antônio a lembrança de Martin Vieira Olavo, que ensinava em 1857 e que fora provido, em 27 de abril de 1839, com vencimentos de seiscentos réis anuais, com gratificação de quarenta mil réis anuais para casar. Não se deve confundir com Joaquim Olavo da Silva Moreira 'Júnior, professor particular nos últimos anos da monarquia. Este era alto, de perfil simpático e corpulento, enérgico, usando barba, sob a influência do imperador, que breve seria destronado. Ainda vivia na época de Getúlio Vargas e, em moço, foi bom mestre rigoroso etimologista, bom latinista, que impressionava o aluno adiantado com verbetes latinos, acompanhados da tradução. Foi o primeiro professor de Eduardo, pai de Rômulo Almeida, hoje octagenário e de ótima memória.

Em 1875, tempo da infância de Fausta, Manoel Jovino, Teopompo de Almeida e do "Globe troter" Francisco Santana, também santantoniense, a professora Maria Cândida Fernandes Costa entrava em conflito com o Inspetor Paroquial Dr. Félix Gaspar, que reclamou, perante a Câmara de Nazaré, com representação de vários, entre os quais o professor Cícero Ponfilo de Souza, mestre particular de latim e francês, na Freguesia, o que indica bom nível cultural. A câmara de Nazaré encaminhou a representação ao Presidente Freire de Carvalho, solicitando a remoção da professora.

Nesse tempo, a disciplina dos mestres se reforçava pela insistência dos pais. Manoel Jovino era ótimo calculista, mais tarde discípulo de escrituração Mercantil de Bernardo Holtz, guarda-livros de Reinaldo Francisco de Almeida, pai de Teopompo. Em poucas horas, quando adulto, ganhou dois contos de réis, na conferência de um inventário comercial, pois um sócio, assim, defendeu-se de outro. Pois esse menino estava na escola, onde o

professor não deixava de dar bolo num aluno, em uma semana. Ele estava, havia onze meses, sem apanhar, apesar da insistência do pai. Um dia, numa conta, o zero de um número teve um rabinho que parecia seis e o mestre: “Senhor Jovino, infelizmente hoje não posso deixar de satisfazer a seu pai. O senhor aqui errou numa conta”. Jovino já não aguentava a urina e o professor perguntou: “Que número —é este?” “Ê zero” “Ah! rapaz, salvou-se.” Assim forarri seguindo, com alternativa de fraqueza, displicência, rigor e capacidade, os professores de que já se tratou, além de Áurea Chamusca, Etelvina Regis, Francisca Muricy, Arlinda Mota, Viriato da Silva Lobo, ótimo professor primário, no comêço do século. Era, além de professor público é particular, redator do “O Município”, em tempo da política de “O Combate”, e foi colaborador de “O Paládio” e autor de uma Geografia de Santo Antônio de Jesus. Aposentado no Estado, como professor complementar, tornou-se diretor do Colégio Santo Antônio.

No tempo do professor estadual, em frente aos terrenos do cemitério velho, o filho de um chefe da Estrada de Ferro, tomava bolos e, puxando a mão, a palmatória batia no joelho do professor que, na dor, levanta a perna, enquanto o aluno pula pela janela é foge. Lobo manda os colegas pegarem-no, mas Custódio, na meia capoeira nascida sobre as sepulturas, saca de um canivete “Glória à Armada Brasileira” e ninguém teve coragem de chegar. Outros atos cômicos: um que tomava bolos, não chorava mas rangia os dentes, dando as mãos prontamente a cada bolo um que atira pedra em uma velha e diz que jogou em uma casa de maribondos da prisão dos internos num quarto, porque arremedavam o professor a perguntar aos roceiros se levavam ovos, ficaram como recordação alegre por decênios, com simpatia ou com rancor ao velho mestre. Outra palhaçada dos meninos era atirar os chapéus para a escola feminina. A professora Etelvina reuniu os chapéus e mandou ao Professor Lobo, já na praça Luiz Viana, com escola particular aquele pegou no bolo cada um dos donos. Numa férias, João Pinto de Queiroz fez o discurso ao mestre, e, noutras, saiu-se em passeata com “*marche — aux — flambeáux*” e fogos de

bengala. Isso era há sessenta anos, quando ainda se usava chapéu de palhinha, que depois se disse picareta.

Nas escolas do início do meu tempo, dos mais adiantados era Ranulfo Sampaio, depois Almirante Médico, estudante de medicina em 1903. Pelos fins do decênio republicano, tinha como colega Jorge de Aragão, que possuía a primeira bicicleta da cidade, presente de Fausta ao sobrinho e mandada da Alemanha, onde a tia adquiriu cultura de valor, fazendo-se mais tarde professora de lingua no Rio de Janeiro. A mateira decidida presenteava-os e carteava-se, pondo og Aragão bem informados de seu progresso. E a bicicleta de Jorge atraiu a meninada da localidade que se entrincheirava nas ruas, interceptando o feliz ciclista, quando o não atormentavam. Além desse presente, vieram jóias, louçaria e mobília austríaca, que se embarcava no porto de Trieste, donde também, ainda mais tarde, uma saca de farinha de trigo, chamada do reino, chegava à Bahia, custando nove mil réis, sendo que o saco, de mil réis, servia para roupa e até para um inteiro uniforme de fHarmônico. Fausta foi sempre bondosa para os parentes, que não esquecia na culta Alemanha, e que se mudaram mais tarde para a Calçada, na Capital do Estado, indo um irmão negociar ém São Paulo. Além de Ranulfo vinha à escola, mais moço, Otávio Sampaio, que também foi clínico, morrendo prematuramente no Rio de Janeiro.

Dos professores depois de Narciso, de quem não me lembro e que tomou interesse de ter Eduardo de Almeida entre os alunos, registraremos Adelina Costa parenta de Quinquas da D. Emília, vizinhos de meus pais. Foi minha primeira professora, ao lado das primas Sinhá e Iazinha, que me protegiam nas lições de ABC como Mariazinha, Alice e várias outras bem mais velhas, que me animavam. Da escola, a lembrança mais duradoura, lembrança após setenta anos, é a curiosidade dos meninos de verem as meninas quando iam para o quartinho.

Depois, com meu irmão Aprígio, a professora Idalina, que morava no sobrado da Praça da Matriz, hoje Padre Mateus, do lado que faz esquina com a Rua Silva Jardim, hoje Landulfo Alves.

Era muito carinhosa, tendo criação de pombos, com que brincava meu irmão. É a única recordação. Seguem-se Pedro Celestino e Joaquim Silvério. Aquele era político limista e costumava arguir os alunos em pé, em fila. Perguntava ao primeiro, que dizia não saber e passava ao outro, que movia a cabeça negativamente e assim seguia o outro. Afinal: “fiquem todos de joelhos.” Havia um movimento de obediência militar. Usava menos bolo. Dizia, às vezes, que “ser professor era pior que ser carroceiro, porque esse trabalhava com um só burro.” Teria sido bom professor secundário e conservei-lhe a amizade, já estudante de direito. O professor Silvério, pardo e mais velho e gordo, só me deixou uma recordação. A escola era numa casa de pequena escada de tijolos, na praça da Matriz, perto da rua 15 de novembro, ao lado do sobrado da Lira de hoje. Quando o sino dava a primeira badalada do meio dia, os alunos debandavam em revoada, sem ordem do mestre, que contemplava o alvoroço. Nessa hora é que me cabia conduzir, do açougue, a carne do dia, que ficava virada, custando metade do preço. Acordo do velho com o açougueiro amigo. Já o professor Antônio de Souza Freire era particular, poucos alunos e algumas alunas, de que poucos escapavam do bolo.

Além da conveniência da escola, tínhamos os brinquedos do baldio, que restava da vejha chácara da mãe de Manoel José. Ia da escola de Adelina Costa até a casa que tem uma placa da Proclamação da República, em Santo Antônio de Jesus. Aí havia ainda velhos cafezais, mamoneiras, coiraneiras e bons pés de urtiga e cansação, com sua flor alva de meia estrela. Os meninos de várias famílias (Aprígio, Alexandre, Laurentino) corriam e pulavam, de camisola, pois o pijama só mais tarde apareceu. Recordo o telefone que usávamos: caixa de perfumaria, com pequenos furos, donde partia o fio de linha. Assim nos divertíamos, falando à distância, como mais tarde, púnhamos o ouvido no trilho de ferro, para termos ideia da distância em que estava o comboio.

## AMPLIAÇÃO DA CIDADE

A grande atração dos domingos, após a descida de trem para Nazaré, era Gandú, armado de Chuço, dentro do cemitério velho, onde morava, nos carneiros abandonados. O cemitério arruinado, permaneceu até 1897, depois da mudança de Aprígio para o sobrado da Bela Vista, como se chamaria depois, a praça desocupada, hoje Rio Branco. As muralhas da necrópole abandonada, eram: para nós, como o Coliseu Romano. À tarde de domingo ou feriado, que não se respeitava, a rapaziada alegre e buliçosa vinha provocar o louco, que investia de Chuço, afugentando-os, em algazarra, para logo voltarem, até o cair da tarde. Gandú era louco que obedecia cegamente a Maria Augusta, cunhada do advogado! Marciano Sampaio, sobrinho do Dr. Félix. Toda vez que ela intervinha, era obedecida, morando no quintal contíguo às ruínas do cemitério. Certo dia, investe contra o advogado, e foi decidido mandá-lo para o asilo São José de Deus. É quando se resolve a demolição e remoção dos escombros, abrindo-se a praça, onde as ossadas vinham à luz do sol, servindo aos meninos de arma para suas brigas. À noite, ao passar no caminho estreito do antigo campo santo, boas carreiras levamos com medo dog defuntos. Outros, porém, tiveram, no mato que cresceu, bom campo para seu desfastio e bom deboche. Hoje a cidade tem aí um bom jardim, que o futuro fará centro de sua vida.

Em 1896, Aprígio e Ana, com seus filhos, deixavam a casa da velha rua Direita. Inaugurava-se o sobrado que foi, por alguns dias, graduado em palácio de residência de Landulfo Alves, Interventor da Bahia, em 1938 e Senador Federal, como morreu, em 1954. Nasciam aí Isabela, Jaime e Humberto e já vinham Isaías, Aprígio, Antônio, Otilia, Landulfo e Francisco. Todos Alves de Almeida, pehtanetos de Úrsula Maria das Virgens e Félix Bitencourt e trinetos de Ana Tereza de Jesus e Manoel da Cunha Fróes de Almeida. Do sótão do sobrado, alcançava-se de cada lado, a oeste a serra da Giboia, grande parte da Cidade, inclusive a estação da Estrada de Ferro, com os viajantes que chegavam ou

saíam è curiosos negociantes; ao norte a vista ia às Serras do alto sertão, abarcando as fazendas próximas com o de D. Ermelinda; a leste até a descida do planalto; ao sul a Maria Preta. Desse sobrado, saiu em 1946 o corpo de Ana Augusta, que viveu no trabalho; cinquenta anos, sob seu teto e morreu otimista octagenária.

Na época aproximada da inauguração do sobrado, iniciou-se a vida das mansões notáveis da época, constituídas por Alexandre Sampaio, Galdino Leitão, Manoel Francisco Bastos que muito cresceram ao valor da cidade, que entraria em crise política, pela mudança de forças partidárias. Antes destes, construíra João de Lima Pires'belo palacete, em grande chácara, prolongada em pasto, ao norte da povoação. Era uma vivenda simpática, bem em frente à estação da via férrea, recuada dos ruídos, por extenso jardim. Mais tarde o possuiu Francisco Magalhães Fraga. A construção de vivendas mostrava a capacidade social dos comerciantes, que depois começariam novos armazéns.

O Município e a Estrada de Ferro fariam mudar a fisionomia da cidade. O velho “vira mundo”, do tempo em que Santo Antônio de Jesus era ponta de trilho, por doze anos, vantagem tomada depois por Amargosa, era curiosidade do meado do decênio republicano. Já as locomotivas não se acertavam para a volta a Nazaré; o maquinista já enferrujara, virando ferro velho. Era uma cavidade circular com trilhos, em que corria a base metálica, onde a locomotiva descansava, para virar a “cabeça” do trem no sentido oposto da viagem. Essa cavidade teria de ser entulhada até o plano da rua, uma das maiores retas da estrada. O “vira mundo” ficava onde hoje é a cadeia pública, à entrada do Espejra Negro, hoje rua Santo Antônio. Na mesma reta havia lamaçais perenes, atulhados como o da praça da Matriz, depois Luiz Viana e hoje Padre Mateus, do lado que dá para a rua do Riacho, hoje Tiradentes. O derradeiro lamaçal era pouso das boiadas, nos dias de feira, e uma parte conservava caranguejos, vindos em cordas, de Aratuipe, a velha aldeia dos índios, que foram donos dos terrenos da Capela do Padre Mateus. O nome de Aratuipe reduz-se à Rio dos Caranguejos. O Vira Mundo e as lagoas lamaçais foram

aspectos que desapareceram, surgindo as palmeiras reais, que o Intendente Francisquinho, Dr. Barros e Almeida, plantou ao longo do tangente, de muita beleza que já passa do meio século. Assim se foi civilizando a Cidade, substituindo-se casas baixas de chão inferior à rua calçada, retirando-se cotovelos como a da rua da Paz, depois Silva Jardim, abrindo-se vias onde eram quintais e capinzais, aproximando-se do fim do século. A fisionomia urbana firmava-se e a composição política dava novast impressões.

### NOVOS ASPECTOS POLÍTICOS

Começava o quadriênio do governador Luiz Viana, em 28 de maio de 1896. Entre os componentes da alta administração, era Secretário da Segurança Pública, Chefe de Polícia, o Juiz de Direito de Feira de Santana, Dr. Félix Gaspar de Barros e Almeida, nascido na Capela de Padre Mateus. Indicara-o o General Médico Paula Guimarães, que foi Presidente da Câmara dos Deputados Federais, quando a Bahia, chegava a essa culminância. A política de Nazaré, com José Marcelino e Alexandre Bitencourt, mantinha Manoel Coelho Lima, antigo homem de confiança do velho Félix Gaspar, de que aquele se afastou. Os velhos partidos já não influíam: Conservadores de Félix Gaspar e Liberais de Manoel José, sob a inspiração do Deputado geral. Idelfonso de Araújo, depois sucedido pelo talentoso filho Flávio Guedes de Araújo, grande maçom, defensor de Floriano Peixoto, muito cedo roubado péla morte, já não tinham função. O governador é que valia, breve instalando-se, Com Campos Sales, a política dos Governadores, que só as “Salvações” do tempo do Marechal Hermes da Fonseca enfraqueceriam. Luiz Viana apoiou seu Secretário de Polícia é tudo se-fez. Como já vimos, Manoel Coelho Lima era Intendente, Tabelião, Escrivão de Órfãos, Escrivão de feitos Civis e Criminais. Foi fácil ao Governador mandar que optasse por um cargo, de acordo com a Constituição Federal. Lima jogou coir muitos empenhos e não optou, sendo designado para um, entrando para Tabelião de Notas Ursiciano Pinto de Queiroz, que fora negociante

de molhados e para escrivão de Feitos Cíveis e Criminais Apiano Ambrozio de Figueiredo.

Era uma revolução no Município. Desmontava-se o Lima que formara um feudo, mas criara amigos e eleitores. Naquele tempo, houve movimentos de tropa da polícia para vários pontos do Estado e vem para Santo Antônio de Jesus um contingente. Vem o tenente Galdino, com trinta praças, com toque de cornetas e movimentos, nos dias da eleição, do Intendente, hoje Prefeito. A Câmara Municipal era um sobrado da Praça da Matriz, onde depois morou o Dr. Rosendo Pinto. A força formou alas ao pé da escada, enquanto as estradas estavam tomadas de cerca de arame. Lima tinha dedicações que se mantiveram, apesar de Ele dizer que não queria o sacrifício dos amigos, todos firmes a despeito da encenação do perigo. Travou-se o pleito de 4 de novembro de 1896, junto à urna, o Dr. Félix dizia: “A barquinha vai partir, quem não embarcou, não embarca”. Em certo momento, disse forte: “Não mete mais” e não consentiu que os eleitores de Lima votassem, protestando este, com provocações sem valor, pois havia as trinta praças.

Exercia as funções de Intendente o maçom José Tomaz dos Santos Silva, amigo de Coelho Lima e foi convocado o Conselho para reconhecimento de poderes. Em 24 de abril de 1897, reuniu-se, anulando a eleição da Vargem Grande, que dava maioria ao Dr. Bernardo José Jambeiro e foi reconhecido Intendente o Dr. Francisco Félix de Barros e Almeida, empossado no dia seguinte. Era completa transformação do cenário, entrando em eclipse Lima e começando a oposição e dura campanha, política cujo grande órgão foi o jornal “O Combate”, de grande eco. Administração honesta, logo se incentivaram melhoramentos pela iniciativa particular. O nosso baldio de velhos cafesais, mamoeiras e algodoeiros e coiraneiras, com cansação, onde brincavam, de camisola, os meninos que usavam telefone de linha, ia desaparecer. Uma série de casas em um ângulo, para lojas e armazéns, criaria as depois chamadas “Quatro esquinas” que só existem em fins do século XIX a princípio do XX. A Companhia Edificadora fecharia

o baldio do caminho de São Benedito, sendo hoje um dos lados do triângulo do jardim do velho cemitério: ao lado dessas casas, faziam-se duas para as escolas estaduais do professor Viriato Lobo e Professora Francisca Murici; para escolas municipais, dois bons “chalets” da Praça Luiz Viana, funcionando a professora Etelvina Regis e o Prof. João Augusto. Os novos armazéns para a escolha e enfardamento do fumo (APRÍGIO ALVES, FRANCISCO FRAGA e ANTÔNIO ARGOLO) enchiam grandes baldios, mudando a força do velho caminho do café, do Andaiá, para o caminho do fumo, da Má Vida e do Sururu de São Benedito. Alinham-se ruas: São Benedito, hoje Barros de Almeida, tinha grande areal, que seguia pelos quintais, fazendo falar em fundo de mar, que teria sido aquele local, em outras épocas da vida do mundo. Despertavam-se, nos rapazes, pensamentos científicos, afirmando-se que Teodoro Sampaio achara seixos fósseis nesse ponto. Foi alargada, para mais tarde, parece que com Rosalvo Fonseca, receber piso mais sólido. Igual serviço receberam outras ruas da ourela da cidade, como Espera Negro, fazendo construir Pedro Argolo, um correr de casas no Cú do Boi, logo chamada Machado Bitencourt, onde esteve a escola de Viriato Lobo, desaparecendo, arruinados, todos os prédios, antes de cinquenta anos.

Era um período de sete anos, compreendendo o fim do século XIX o princípio do XX. “O Combate” de Bernardo Jambeiro. Antônio José de Araújo, Deraldo Maia e outros, era grande tribuna de ataque. Sua inauguração, com máquina Marinoni, foi festiva e meu pai, parente dos da situação vianista, era bem considerado pela oposição. Fui à festa e tive viva impressão das máquinas, do movimento social. Isso porém não passou sem inconveniente. Em 1900, Severino Vieira sobe ao governo e Viana sofre estrepitosa vaia, de volta da Europa. Félix Gaspar, filho, fora reconhecido Deputado Federal, mas havia nova eleição de Intendente, sendo reeleito Francisquinho. Severino chamara Manoel Lima para o lado do Jambeiro e erguia novo partido. A polícia agora estaria com Lima e a depuração do Dr. Barros e Almeida seria certa, se Félix Gaspar, na câmara federal, não ameaçasse “atacar o governador

da Bahia. O general Dr. Paula Guimarães, ainda Presidente da Câmara, conseguiu pacificar, sendo mantida a política da família Almeida, já unida ao Dr. Gorgonio de Araújo, eom os velhos elementos liberais. Os filhos e parentes do Dr. Félix, mantiveram a Intendência por mais quatro anos. O velho Félix morreria em 1903; o filho seria Deputado Federal depurado em 1906, por Severino Vieira e José Marcelino, mas seria Ministro do Interior e Justiça de Rodrigues Alves, até 15 de novembro, para morrer em princípio de 1907.

### GREVE DE TRABALHADORES DE FUMO

Em princípio de 1901, um movimento grevista agitou a cidade: eram muitas centenas de escoíhedores de fumo, que se postaram ém redor da estação, em frente aos armazéns. Greve já francamente política e contra os Almeidas. Dos mais visados dos enfardadores eram Antônio Salutio, Antônio Argolo, Francisco Fraga. Este enfardara no ano anterior, cento e cinquenta mil arrobas de fumo. Santo Antônio de Jesus era dos mais fortes centros Cruz das Almas, o mais famoso, de modo que as marcas dos vários lugares levavam seu nome, muito considerado ria Alemanha. São Feíx e Maragogipe eram sede das grandes fábricas de Dannemann e Suerdieck. Mas Santo Antônio recebia de todas as precedências, que indicam certas qualidades ou virtudes, é os trapicheiros ou enfardadores eram peritos. Mais tarde, Heitor Melo informava, com proficiência, as várias circunstâncias do importante problema local. O fumo da mata, nas proximidades de Santo Antônio de Jesus, com um áno ou ano e meio, vai perdendo aroma de um ano em diante. Novo; o fumo de Areia não pode ser fumado: é amargo. Muito pesado (muita nicotina), embora às vezes dê uma cinza alva. Mais velho, ganha gosto e cheiro. É o aroma da Areia mais forte o da mata mais agradável. Heitor distinguía o fumo de Lage, Mutuipe, Areia, Mata, etc. Foi incumbido de examinar 10.000 fardos, para dizer: qualidade, tipo, aroma, porcentagem de água, procedência, queima: cinza

alva, cinzenta ou preta. Examina-se a porcentagem de água, apertando nas mãos a manoca. A pessoa já treinada faz isso com segurança. Faz-se controle, por meio de passagem ao natural e depois de 12 horas de estufa, em caixas com furos. Nos anos de muito sol, o fumo, mesmo das proximidades de Santo Antônio, fica muito carregado de nicotina, chamando-se cerolento. Quando amadurece demais no pé, fica muito suave. Antigamente não tinha valor, era. baixeiro, valia pouco a arrouba; hoje representa uma fortuna de cruzeiros. Há hoje procura do tipo baixeiro ou corte de faca, (porque fica no lugar onde a faca passou para tirar o pé). Usa-se hoje para cigarros leves. Há mais abundância desse tipo nos anos de sol: o fumo não deve ser cortado quando há muito sol. Espera-se um período de chuvas, para que haja socas, não morrendo o pé. Assim amadurecem muito as folhas de baixo. Por outro lado, nos dias de chuva, não se deve cortar o fumo, porque sempre “lava”, e vem fumo mofado prontamente. Converso sobre o cheiro e mel das camas de fumo antigas e o especialista afirma que, ao surgir aquele” cheiro doce, já há depreciação, porque o fumo, já está ardendo. Há manocas castanhas; mais para baixo da cama, há pretas, algumas com manchas escuras. Retiradas, elas dificilmente secam e dão sempre um gosto amargo no charuto. As camas devem ser feitas com manocas enxutas, acomodando-se as camadas lentamente, não convindo fazê-las de mais de um metro e cinquenta de altura. Os lastros devem ser altos do chão, sempre com um suspiro ou boeiro, de espaço em espaço. Às vezes à temperatura sobe a mais de 60 graus tornando-se carvão. Dizem que chega a queimar como braza. Não faz labaredas. Num armazém incendiado, o fumo queima como brasa.

Em 1901, os efeitos da política financeira de Campos Sales e o desaparecimento da situação cubana, posterior à guerra dos Estados Unidos à Espanha, quando o fumo brasileiro muito lucrou, exigiam melhores salários para os escoíhedores mas a política influiu na greve. O tenente Apio Novais, mandado por Severino Vieira, foi decisivo. Esse mesmo oficial, realmente digno, como o conhecemos mais tarde, viu-se envolvido num trama político.

Terminada a greve, surgiu sem correlação, com ela, um chamado de Aprígio Alves à polícia. Os seus parentes aconselharam-no a não atender à intimação, enquanto o Dr. Bernardo Jambeiro, em demorada conversa de amigo, mostrava que os parentes tinham intuito reservado. Aprígio decidiu não atender e foi chamado “debaixo de vara”, para explicar o desaparecimento de ferramentas de um marceneiro, em seu armazém. Feita a declaração de não saber, termina diligência, mas o escândalo público fizera efeito e, à noite, os políticos se reuniram, no sobrado, para telegrafaria Associação Comercial pedindo providências pela afronta a um negociante matriculado. O despacho não seguiu pelo telégrafo da Estrada de Ferro, que não “inspirava confiança” controlado pelos governistas. Foi enviado por um positivo, a cavalo, à Nazaré, para seguir pelo Nacional. Recordo-me da solenidade de tantos homens bem trajados de escuro, à noite, verdadeiros chefes, muito encanecidos. O telegrama seguiu os jornais comentaram, a Associação movimentou-se e o governo explicou tudo como trama partidária. Muitos anos depois, meu pai lembrou-me a festa da inauguração do “O Combate”, a que comparecemos, eu com dez anos, que deu causa ao castigo político dos parentes e amigos, que assim o afastavam da estima de Bernardo Jambeiro. Isso nunca se disse, porque Aprígio era a circunspeção, em pessoa. Certa vez, um velho e pobre professor da roça, disse-me, sintetizando a análise de sua vida: “Nunca mais mulher senta em quarta para ter um filho com Aprígio Alves”. Já se passou um século e se aproxima mais um decênio de seu nascimento.

#### MOVIMENTO ECONÔMICO E CULTURAL

A cidade tinha, agora, mais um simpático semanário “O Paládio” de Antônio Mendes de Araújo, antigo redator da “Boa Nova” de Conceição do Almeida e braço forte de “O Combate”. “O Paládio” ampararia a situação Municipal, que tinha contrário o governador, com a polícia de Manoel Lima. Antônio Mendes de Araújo atravessou as várias crises de mais de quarenta anos,

servindo ao renome da cidade, chegando a octogenário, como decano dos jornalistas bahianos. É pena que a cidade não veja e leia o seu “O Paládio” de 50 e vários anos.

La começar o novo século, depois dos sustos do cometa Biela e já pacificada Cuba, como o Transval. Viria breve, a guerra russo-japonesa, sem visível efeito, no Brasil. As duas primeiras elevaram o preço do fumo e perturbaram o mercado do diamante, mas o Oriente era muito longe e o trigo russo ou peles não eram preeminentes. Agora o mundo é diferente: aviões, rádios, televisão, bomba atômica, foguetes, astronautas. No começo do século, após o espírito precursor de Júlio Verne, o mundo ainda era burguês e romântico, apesar da paz armada. Tudo mudaria de 1914 a 1918. A Alemanha crescia em força, unidade, comércio e técnica científica. Sua navegação enchia os mares de navios competidores dos ingleses. O sul do Brasil aumentava a base teutônica. Em Santo Antônio de Jesus os comerciantes de fumo eram alemães autênticos e só Aprígio trabalhava com o português Fernandes Dias, que exportava para Bremen. Mais tarde, quase que predominam os espanhóis. A cidade lucrara com os alemães, que sentiram a própria substituição por um alsaciano, e por franceses e ingleses, nos decênios seguintes. Nestes, a Estrada de Ferro chegara a Jequié, aumentando a emigração de santatonienses; a vida agravou-se, o jogo do bicho instalou-se; pensar nos sonhos foi domínio da vida urbana. O correio mais abundante de correspondência e de jornais, traz notícias de Fausta, que viria morrer no Rio de Janeiro, onde seria professora de alemão.

Era Frau Schreiner, que trazia método pronto de ensinar o idioma germânico, vindo algum tempo depois, talvez alguns meses, talvez dois anos. Her Schreiner viria instalar-se no Rio, com negócios. Os parentes Aragão ficaram alegres com novos presentes e os que não se tinham mudado para a Calçada do Bomfim, na Capital, aguardaram novas notícias para ir ver, no porto, a mateira que se fazia alemã culta.

Nesta primeira década do século, a cidade estava consolidada. A volta de Coelho Lima não trouxera efeito, a não

ser tropelias policiais, porque a Intendência, nos Governos de José Marcelino e Araújo Pinho, ficou com os políticos e liberais e conservadores antigos, agora praticamente controlados por Dr. Gorgônio e Cel. Claudemiro. Em breve, o Juiz Municipal Castro Lima seria eleito Intendente, até a vinda do governo de Seabra. O comércio não crescera, mas o movimento de fumo mantivera-se, a despeito da concorrência das cidades e vilas servidas pela estrada de ferro.

O número de estudantes filhos do município e seus vizinhos, muitos parentes, era sempre maior e os diplomados começavam a figurar na profissão. Antes eram só Dr. Félix Gaspar e Dr. Francisco Félix, Dr. Gorgonio de Araújo e Dr. Flávio e Dr. Asterio Guedes de Araújo, de Santa Ana do Rio da Dona, politicamente de Conceição do Almeida, mas socialmente de Santo Antônio de Jesus. Agora já eram dezenas e breve centenas, de estudantes, logo caminhando para rriilhar, nos colégios secundários e na Escola Normal. Em 1941, aproximadamente, eram já diplomados, do Município de Santo Antônio de Jesus ou dos distritos vizinhos de Conceição do Almeida, mas, socialmente, de Santo Antônio.

Médicos — Félix Gaspar de Araújo e Almeida, Joaquim Rosendo Pinto, Francisco Félix de Barros Almeida, Georgino José de Araújo, Galdino da Silveira Magalhães Ribeiro, André Enéas de Sampaio Lyrio, Francisco Batista de Almeida, Armando Sampaio Tavares, Gorgonio de Almeida Araújo, Ranulfo Pedral Sampaio, Otávio Pedral Sampaio, Bernardo Pedral Sampaio, Aprígio Alves de Almeida, Jaime Alves de Almeida, Silvério Hipólito de Araújo e Almeida, Otávio Torres, Rosalvo Almeida Fonseca, Antônio Kilkerrri, Flávio Magalhães Fraga, João Lyrio Melo, Idelfonso Guedes de Araújo, Agenor Guedes de Araújo, Antônio Piton Pinto, Newton Pinto de Araújo, Waldek Pinto de Araújo, Nelson Pita Martins, Flávio de Araújo Faria, Nicanor Porfírio de Almeida Sampaio, Antônio Porfírio de Almeida Sampaio, Nestor Porfírio de Almeida Sampaio, Josué Barreto de Almeida, Genaro Veiga Sampaio, Walter Pinto de Almeida, Renato Farias de Almeida, Adherbal Medeiros de Almeida e Gilberto Farias de Almeida.

Bacharéis — Flávio Guedes de Araújo, Félix Gaspar de Barros Almeida, Asterio Guedes de Araújo, Deolindo José Fernandes Cardoso, Isaias Alves de Almeida, Renato da Costa Almeida, Urbano Pedral Sampaio, Álvaro Kilkkerri, Raul Batista de Almeida, Humberto Guedes de Araújo, Rómulo Barreto Almeida, Mário de Castro Araújo.

Dentistas — Amphilofio Pedral Sampaio, Salvador Torres, Gilberto Magalhães Fraga, Isaias Pereira de Almeida, Felinto de Almeida Costa e Delio Farias de Almeida.

Engenheiros — Manoel Firmino de Almeida, Sifredo Pedral Sampaio, Antônio Alves de Almeida, Francisco Alves de Almeida, José Pinto Piton, Edvaldo Pinto Piton, Antônio de Souza Almeida Filho, Nelson Sampaio Tavares e Nelson Pinto de Almeida.

Professora — Abgail Maia Rodrigues.

Farmacêutico — Edgar Veiga Argolo.

Engenheiro Agrônomo — Landulfo Alves de Almeida, Jaime de Almeida Costa.

## CAPÍTULO 5.º

### ATIVIDADES JORNALÍSTICAS, ARTÍSTICAS, LITERÁRIAS, FILAN- TRÓPICAS E DESPORTIVAS, ATIVIDADES RELIGIOSAS TIPOS POPULARES EPISÓDIOS IMPRESSIONANTES

Os jornais da cidade traduziam sua vivacidade. Já conhecemos o “O Combate”, de oposição a Luiz Viana, em 1898, de cujo primeiro número saíram alguns exemplares impressos em seda. Contemporâneo é o “Município\*” órgão da situação, dirigido pelo professor Viriato Lobo. Em 1901, Antônio Mendes de Araújo fundou o “Paládio” que circulou meio século. Recordo, com saudade, as tentativas de aprendiz e os trabalhos mais maduros. Umhas cartas sobre a vida Municipal, em 1911, foram perdidas, numa viagem para o Rio de Janeiro, mas tudo mais consegui salvar. Mais antigos foram o “O Comércio” em 1898, editado por José Leite Ribeiro. É curioso um artigo transcrito do Jornal

da Feira de 1888, com bom pensamento de educação, acusando es pais de mal educarem os filhos. “Atualidade” estava no quarto ano, em 1895 e era dirigido por Leopoldino Araújo e declarava-se semanário e popular, trazendo como folhetim o Violino Misterioso de Hoffman. Em 1895 circulou “O Progresso” propriedade de uma associação, bastante colaboração em versos. Nesses jornais achava-se o orgulho da localidade, algumas sátiras, algum chiste de imigrantes que vinham tentar vantagens, auxiliados clara ou disfarçadamente pela política e administração municipal. A vida da Cidade era só o bem e o mal falar dos outros, como é quase toda vida social e o jornal era uma válvula.

Além dos acima referidos, vários antigos e modernos serviram ao renome da Vila e da Cidade, ou satisfizeram ao espírito intrigante ou chistoso da sociedade em desenvolvimento, sobretudo ao humor dos rapazes, entre cujos primeiros mestres conta-va-se o Poeta Alexandre Fernandes, gaúcho, que lá viveu, antes de fixar-se na Capital. Circularam em várias épocas: A Mocidade

A Tribuna — A Grinalda — A Palestra — O Rato — O Gato — O Grilo — O Coração — O Papagaio — A Tesoura — A Pérola — O Cromo — O Edem — O Alex — A Briza — A Morte — A Alvorada — O Segredo — O Binóculo — A Vespa — A Borboleta — O Mequetrefe — jornaizinhos tempórios, mais ou menos duradouros.

## OFÍCIOS E ARTES

Das indústrias, dos ofícios, Santo Antônio é rico desde o começo. Seleiros, correiros, funileiros, ferreiros, caldeireiros, marceneiros, ourives, havia bastantes trabalhando com lucros dando às feiras da Vila e da Cidade boa frequência de compradores de outras localidades. As feiras eram na sexta-feira, enquanto as das povoações vizinhas eram no sábado, vindo os pequenos negociantes suprir-se na Capela do Padre Mateus ou mais tarde, na vila Ou cidade de Santo Antônio de Jesus. Uma infeliz medida

municipal, mudando a feira para sábado, matou esse recurso de pequena indústria, que se perdeu em boa proporção. Ainda hoje há uma preeminência: o “doutor dos radiadores”, Manoel Lyrio, pentaneto de Úrsula, que teve renome até Minas, Sergipe, Alagoas, como hábil artífice. No último quartel do século passado, vários artistas ficaram consagrados. O mais velho é Zé Bento, ferreiro filósofo, com tenda no antigo caminho do cemitério, onde hoje é Templo Batista. Era um tipo singular: a mulher lhe pede, um dia, que traga um peixe que não seja “carregado” e ele o amarra num cordão e o arasta até a casa, explicando que não carregara.

Outros artistas fizeram escolas de trabalho: carpinteiros e marceneiros afamados — Antônio Aleixo, Manoel de Ciro, que guardava o caboclo e era entusiasta de Dois de Julho, Manoel Joaquim, que usava bem da cachaça; Marciano, Diano, Nezinho, que realizava obra inteira e perfeita. Os ferreiros tiveram a tradição, como os ingleses, de cantar nas missas de festas, ficando célebre Serafim, mestre de ferreiro e depois negociante. Antônio Bispo Cardoso, bastardo que conservou o tipo humano de um descendente de Úrsula Maria das Virgens. Ainda em menino vi os discípulos do ferreiro, no coro da Matriz, cantando. Eram orientados pelo português João de Lima Pires, egresso do seminário do Porto. Muito se teria de dizer dos portugueses que, além disso, ajudaram o progresso cultural das cidades do interior: João Ferreira de Pinho de Souza, em Alagoinhas, Guilherme Silva, em Jaguaquara, e tantos outros.

Do ferreiro Maurício, que no estruído, trabalhando, recebeu um golpe de água, diz-se que ficou estupefado, gesticulando e mudo, passando a servir em pequenos carregos. Manoel Latoeiro, meio caboclo, de barba redonda, cabelos brancos, gostando muito de jogar víspera, fazia esporas, bridas, estribos, caçambas, chicotes e chibatatas. Chico Latoeiro, mais conhecido meu, por menos antigo, mantinha boa oficina e mostruário de negócio. Miguel Orrico e Angelo eram caldeireiros, fazendo alambiques e alguidais, tachos e panelas; já eram da época dos italianos, quando vieram os Rosini. Noutro ponto, vemos Orrico armando palco

de teatrinho na própria tenda. Essa indústria local desmereceu também pela ação das fábricas. Os antigos sapateiros orgulhavam-se das botinas que faziam para os burgueses, como os velhos ferreiros, dos gradis que faziam dos jardins de minha infância e adolescência. Mas tudo é passado ou quase tudo, ficando a lembrança de que algum dia se reproduza, como na civilização moderna e na medieval se repetiram velhos usos romanos. A base econômica é inevitável e o orgulho dos artífices, como dos artistas, reacende-se. Relembramos Albino de Nazaré, mestre de Manoel Jambeiro, carapina, que só se considerou mestre com vinte anos de treino, e Marcos, que esteve na guerra do Paraguai “comia uma cachacinha,” tocava piston e, no Carnaval famoso de 1894, puxou, a clarim, o préstito dos “Cavaleiros da Espada”.

O valor da arte também se notabilizou na lavoura, com Leocádio, que morreu com 96 anos, vendendo ótimo produto e mantando o respeito dos adversários. Na mocidade, foi agredido a compasso e reagiu com punhal sobre Constantino, que correu e tropeçou recebendo quatorze punhaladas, nenhuma mortal. Preso, defendeu-se como legítima defesa. Era o Leocádio das Farinhas, que não era provocador, mas dizia: “Meus amigos ,na frente de meu punhal, não conheço grande”. Tinha toda a confiança dos seus amigos políticos. Leocádio Luiz dos Santos, quase centenário, enterrou-se em cova de vinte palmos, para não ser mais cavada, no Cemitério do Cocão. Aí o progresso parou, com o desenvolvimento de Onha, Rio Fundo e Taitinga. Cocão é mais antigo que Santo Antônio, na velha estrada real para Rio da Dona, pelo Rio Preto.

Na arte da cozinha, Eliza ficou consagrada, levada por Ottens à Alemanha, com todos os apetrechos para fazer uma feijoada. Lá, ela cozinhou, afirmam, para o Imperador Guilherme, voltando com ricos presentes e dinheiro.

Em jardinagem e fruticultura, o velho comerciante português Barros fez o governador Luiz Viana colher, com uma tesoura nova, uma maçã por Ele cultivada, com a admiração do Conselheiro, de haver tal fruto em Santo Antônio de Jesus.

## MÚSICOS

A música foi arte cultivada, há muitos anos, na localidade. Os mestres mais notáveis são Samuel Canoa e Soter Barros, seu discípulo. Canoa negou-se a ensinar a Eduardo de Almeida, que era muito perguntador. Aqui está uma dificuldade arte: muito se aprende obedecendo à técnica e deixando as razões para depois. Anteriormente João de Lima Pires, egresso do Seminário do Porto, no ano da ordenação, tinha organizado pequena filarmônica e foi mestre orientador de João Araújo. Fez o sobrado, na esquina da praça da Matriz, onde, depois, houve sede constante de filarmônicas, das quais a mais antiga, na nossa lembrança, é Prosérpina. Organizou um teatro junto ao sobrado, o qual, pelos noventa, já era hotel, em cuja calçada ficavam cadeiras, para a freguesia, a que se servia sorvete de abacaxi. Lembra-me como parecia quente à boca o gelo, já a dissolver-se. Era ainda o tempo em que ia da capital, que o recebia vindo da Europa, pois não havia produção. Pires tinha sido um dos mais vivos elementos do desenvolvimento da cidade. Era advogado, boticário, músico, orientador político, organizador de Semana Santa e outras atividades religiosas e sociais. Em Pirajuía ou Encarnação, morrendo um habitante, Pires preparou o caixão, fez todos os atos até encomendar o defunto, para sepultamento. Já o vimos, antes, adquirindo para Manoel José o terreno da Vila, já pago por Félix Gaspar, que teve de receber o arrependimento.

Nos anos de 80 a 90, havia Permínio Franco, creoulo, professor de música, repentista, ao violão, não conseguindo repetir a composição se não fosse anteci-padamente solicitado. Ensinara música a toda a rapaziada, tornando Santo Antônio de Jesus um viveiro de músicos. Alguém o elogia e êle: “Seu Manoel Jovino, eu sou um gênio”. Ensinou também piano e flauta e bandolim e mudou-se para Amargosa.

Depois da Prosérpina, lembramos a competição da “8 de dezembro” e da “7 de setembro”, com pequenos quadros de doze e quatorze músicos, enxertando elementos de bandas de localidades vizinhas, nas ocasiões de festas. Os músicos não

tinham fardamento, que só mais tarde existiu, mas o espírito de grupo, aumentado da paixão partidária, explorada pelos políticos, criava grandes dissensões, que iam às vias de fato, com fermentos, quando os dichotes ofendiam os brios da perfeição musical da banda. Depois de muitos anos, criaram-se a Lira, a Minerva, a Diana, a Carlos Gomes, com alternativas de prosperidade e decadência, sofrendo efeito das lutas políticas. Por fim perduraram a Carlos Gomes e a Amantes da Lira, a que Soter Barros, por meio século, vai dando seus cuidados e desvelos.

Teatro foi repetida tentativa, desde a vila, sob a orientação de Pires e outros, entre os quais Miguel Orrico, caldeireiro, que armou palco na própria tenda. Nos fins dos anos de noventa, houve companhias que estiveram na cidade. Lembra-me a Poggio e Florence, que fez grande furor entre a caixeirada dividida em partidos. Eram artistas Dolores Lima e Maria Nunes. Esta aborreceu-se com João Delfino, pelos elogios que fez à Dolores, em jornal da época. Desta temporada teatral ficou-me pertinaz reminiscência. Corria eu do sobrado à casa do tio, para que viesse aplacar uma luta doméstica e passei à porta do teatro, quando se tocava a “ouverture” do Guarani. Mesmo na carreira afanosa, fixei de tal sorte o trecho célebre, que sempre recordo a angústia, ao ouvi-lo após sessenta e tantos anos. A outros ,a recordação será mais feliz, entre os que, nos fins do século dezenove, ouviam Carlos Gomes. De alegrias e tristezas se marchetam os painéis da vida.

Circos eram atração bem forte, pelo prestígio do palhaço e das meninas e moças que se aprumavam em trapézios e cavalos ensinados e alvoroçavam caixeiros e patrões, a despeito da disciplina quase escolar das casas de negócios. O Carrossel, que o povo chamava Circo de cavalinhos de pau, presos em grande círculo, gigante, onde se fazia por arrancar o anel preso ao poste, era precursor do parque de diversões. O cosmorama era mais antigo, com vistas de locais da Europa, que provocavam troças da rapaziada e exigiam até ação da polícia.

## POETAS

Com as vibrações de autor entusiasta, teve a cidade um poeta. Silvestre Evangelista dos Santos publicou “Scintilações” que “O Combate” imprimiu em 1901. Recordo, com a admiração dos doze anos, a figura do poeta, que via discutir, com moços e velhos, problemas literários. Esforcei-me por ter de novo um exemplar para este estudo, mas foi impossível. Algumas poesias publicadas em jornais referirei: Quadro Celeste, o Poeta, a Pena, A Messalina, A Crise Atual, cheia de amargura, ao começar a guerra mundial. Um dos sonetos é dedicado a João Prado Pinto, poeta inspirado. Havia em Silvestre ambição, que deu entusiasmo ao menino de escola do começo do século. Seu tempo era de Casemiro de Abreu e parece que Silvestre também o cultuava. Meus tios repetiam versos do fluminense. Castro Alves era mais da cidade. O ambiente de Santo Antônio de Jesus não tinha capacidade de cultura mais alta. Os rapazes começavam cursos com vinte e passavam logo a dois, de modo que Silvestre, sofrendo desfeitas, resolveu reduzir-se à fazenda. Deixou crescer a barba, entrou em mística. Não pude vê-lo após 1902.

Além do autor das “Scintilações,” outros poetas estranhos aí viveram: Alexandre Fernandes, gaúcho, poeta de real valor, não sei porque veio parar em Santo Antônio de Jesus, vindo depois para Salvador. Outro foi Costa e Silva, meio boêmio, como Alexandre, também metido nas repúblicas de estudantes da Capital. O estudante da época, hoje velho, fez sonetos sob pseudônimo, todos esquecidos. O planalto da Cidade dava ao pensamento mais vibração. A Estrada de Ferro não tinha aí as ruas tortuosas da garganta dos morros, onde o Jaguaripe serpeava, mas também não houvera tempo de criar-se a cultura que Nazaré tinha formado. É um traço, que não deve escapar, entre as duas cidades das Matas. Nazaré deu romancista da vida local e circunvizinha; Santo Antônio criou emigrantes às dezenas. Pouquíssimos dos seus filhos viveram na velha terra, ligados mais à riqueza deixada por antepassados, sem cogitação de estudos do ambiente e sua gente.

Já é tempo de surgirem os amantes da tradição nas próprias auras dos pais e dos avós. O povo foi crítico e satírico, na formação agora precisa assentar. O Ginásio, a Escola Normal serão os centros de seçãp. O próprio recolhimento de freiras Mercedárias, onde já entram netas de Úrsula Maria das' Virgens, será em breve um polarizador das energias morais, políticas e industriais da alma dos descendentes dos ocupantes das terras dos índios do século XVIII.

## SOCIEDADES

As atividades literárias, pelo Clube Gonçalves Dias, orientada pelo agigantado Dr. José Hipólito de Cerqueira Lima, que deu cursos de Francês, começando de numerosos e descendo a dois alunos, sucediam às tentativas teatrais. Era o ambiente ainda inseguro, que fazia por imitar centros mais antigos e mais ricos, do tempo da escravidão.

A fundação da Santa Casa, do segundo decênio do século atual, foi resultado do esforço de Antônio Mendes de Araújo, que veio morrer octagenário, na direção de sacrifício do "O Paládio", que hoje tanta saudade desperta.

O desporte pelo futebol segue aproximadamente, substituindo as lagoas e riachos, em que os banhos coletivos, na curiosidade de espiar as moças, deram ocasião a carreiras até o Andaiá, com medo do Delegado Zique.

A Sociedade União das Artes foi o agrupamento duradouro daquela época, fora das filarmônicas. Constituiu sua sede com biblioteca. Em seu salão, faziam-se conferências. A minha primeira, em 1.º de janeiro de 1907, foi da sua janela para a Praça da Matriz, com centenas de assistentes.

As atividades religiosas eram as mais ordenadas. Os presépios de Guilhermina, a nossa querida Mina, que morreu nonagenária em 1940, despertavam interesse dos roceiros e dos cidadãos. Lembra-nos que a senhora de Antônio Rufino Cardoso tinha instalação mais rica e chamava concorrência mais

aristocrática. As procissões, as festas do padroeiro Santo Antônio, a que Guilhermina e Fausta nos anos de 80, deram vivo concurso, agora tinham o auxílio de Maria Alexandrina, mãe de Antônio e Almeida Souza, grande propagandista católico em 1909.

A grande maioria da rapaziada, caixeiros e artesões, que se diziam artistas, porque não havia a classe de estudante, vivendo os que progrediam, na Capital, distraia-se nos folguedos mais ou menos picarescos de que daremos sumária lembranças nas recordações de João Delfim e nos apontamentos de Roque Tourinho, que se guardem. Das festas de São João e Dois de Julho, as famosas vêm até o decênio dos 90, com entusiasmo de José Vicente de Almeida, o novo, e em que ficou queimado seriamente Antônio Pereira, com as botas cheias de buscapés, das batalhas a cavaio. Nesse tempo uma dúzia de buscapés chegava a oito mil réis. Mais tarde, havia o “Dois de Julho” dos quebrados, pois a festa era serri pompa. Fazia-se nos cantos da cidade, sobretudo rua do Riacho, depois Tiradentes. Algumas vezes, a Cidade movimentava-se. Em 1903, houve préstito, e armou-se coreto na praça Félix Gaspar.

Era o primeiro ano de Colégio para nós. Tomamos coragem e chegamos ao palanque para falar. Ao começar, um assuada do grupo adversário das nossas lutas, armados de facão de pau! Insistimos: A reminiscência...” Na terceira vez, os moleques cederam e fizemos o primeiro discurso público, antes dos quinze anos. Outro “Dois de Julho”, que ficou famoso, promoveu Henrique Costa. Tomou o carro emprestado em Nazaré, e em Jaguaripe o Caboclo; pôs o dístico na Praça Luiz Viana, circulou pelas ruas e ficou parado em frente ao seu hotel, com grande movimento, às noites, adiando a “Volta para Lapinha”. Afinal um grupo puxou o carro, depois de palavras de um chefe, e leva-o até Andaiá, onde ficava a “Lapinha”, reduzindo-o a pedaços, condição em que ficou logo o palanque armado da praça.

No São João, as famílias recebiam seguidas visitas entretidas com licor de genipapo, com mesas de travessas de cangicas, pratos de pamonhas ou de manuê. No ano de nossa formatura, há mais

de cinquenta anos, um grande grupo me fez fazer infinidades de discursos, cumprimentando famílias que recebiam alegremente a rapaziada. Recordo-me do conselho do dia seguinte de Teodoro Ramos Freire, político e farmacêutico: escolher grupo mais seleta. Mas era a melhor mocidade da terra — comerciantes, caixeiros, artistas, hoje septuagenários ou partidos para os paramos etéreos.

### TIPOS POPULARES

Dos tipos populares, através dos decênios, daremos sumários. Vitorino, o doutor, provocador que acaba apunhalado. Cadete, “cade o ubre”? Seu Barão ou Barão da Fumaça que já vimos, desde o Oiteiro, quando foi chamado para castigar um escravo. Um dia teve êxito, abreviando o trabalho de uma parturiente, detonando um tiro na sala vizinha. “Caneca”: todo dia estou dizendo que cachaça ainda mata um bêbado. “Rato Paca”, “Mauá”, “Compadrinho”, “Tio Paulo não projode”. Circula, na cidade, sua morte e vão buscá-lo com caixão, a dois quilômetros. O velho levanta da cama: “Tio Paulo ainda projode: Tio Paulo não vai agora”. “Farias das cobras” era um tipo temporário, perneta conduzido por chareta, puxada por bodes de raça, que se dizia dominar todas as cobras. Um dia é picado por uma surucucú pico de jaca, tratado pelo Dr. Sampaio, enquanto os tabaréus fazem esforço para prender a cobra, para entregar ao Farias e receber cinco mil réis contratados.

Episódios que despertavam comentários ou risotas ou revoltas. Nédio, surra, com cipó escolhido por ela, a Tamasia, na fonte do Garimpo e fuge da prisão do Delegado Botelho. O delegado Norberto recebe a queixa de uma mulher a quem chamaram “Resto de clister que o... enjeitou”. — Manoel Nunes viaja de Lage para Nazaré antes da Estrada de Ferro e, na rua de Baixo, o burro empaca. Ele apeia e apunhala o animal, que fica para os urubus, sendo enterrado dias depois. Um caatingeiro recebe de João Kil-kery e outros a sugestão de bom cavaleiro, monta num

burro bravo e cai espetacularmente. Logo puxa a pistola e grita furioso: “quem disse que eu sabia montar em burro bravo”? Na morte da mãe de um negociante, preparam enterro pomposo e despertam, na Igreja, risos dos padres pelo traje de um Sacristão. O filho vaidoso, indignado, retira o caixão com seus amigos, não se fazendo a encomendação. Hermes Sampaio e Alexandre Orneias nas complicações de um caruru; perigo de luta armada entre garimpeiros de Dr. Alexandre e escolhedores de fumo de Alberto. Os cães Rochedo e Telegrama: um castra o outro por não poder sangrá-lo, porque estava de coleira; e outros detalhes da vida local, entre os quais o teatro da tenda de Manoel Orrico e a construção de um balão de 400 folhas (quatrocentas folhas de papel). São notas de Roque Tourinho.

#### ALEMÃES

Aproximava-se a guerra e os alemães de Santo Antônio de Jesus seriam maltratados. A cidade estava paralizada. A crise viria, o jogo de bicho dominava todas as camadas. Emigravam famílias que iriam progredir em Rio Novo e em outros centros, como, trinta anos antes, tinham feito a vida em Caldeirão e redondezas. Depois de estar com indústria e comércio na Capital, Antônio de Almeida Souza iria criar uma “Oceania” em Rio Novo, donde iria fundar um “El Dourado” no Espírito Santo. Do velho torrão, passando pela Capital, iriam assentar na Avenida Passos do Rio de Janeiro, casa de negócio próspero, Manoel Jovino de Souza, habilíssimo calculista. Ao Rio corriam os diplomados, que iam formar forte contingente de cultura, deixando a Bahia que pouco a pouco, cederia lugar ao Recife, a Porto Alegre, depois depois... até que o petróleo a fizesse renascer.

O Rio e São Paulo enchiam-se de Bahianos e da Alemanha chegaria uma bahiana de Santo Antônio de Jesus. Alemãs fazem clima na cidade, onde, há muitos anos, Dannemann era popular pelas galinhas gordas que fazia com moedas de cobre e níquel, da janela do sobradinho perto da Estação, na rua calçada pelo velho

português Magalhães, no tempo da criação da Vila, pelo preço de dois contos de réis. Nos dias de domingo, depois da descida do horário de Amargora, o espetáculo era a molecada catar moedas que alemão jogava, aos punhados, no canto da praça onde. envés de calçamento, havia areia fina e clara, que escaldava nas horas de solinas. A tarde era suave e muita gente vinha ver a brincadeira que distribuía moedas e aumentava o prestígio dos germanos, diferentemente da riqueza do português, que vivia opulento portas a dentro, e pagava migalhas aos servidores. Aquelas elevavam a noção do salário, que um inglês, depois da guerra viria revolucionar. Perguntando quanto queria ganhar uma cozinheira, que responde vinte mil réis, Ele logo fixa em sessenta, porque “Por aquele preço não podia fazer comida direito.” Um a um, dos estrangeiros vinham concorrendo para mais elevado nível moral e social do operário, que vivia na rotina dos patrões antigos.

Outros alemães deixaram tradição. Ottens tinha levado cozinheira à Europa para cozinhar feijoada e voltar orgulhosa de presentes; George Stiering que se fixou em casa elegante, na Praça Luiz Viana, hoje Padre Mateus, trouxe a esposa, Alma que aqui viveu vários anos, fazendo relações. De George fixou-se um transe. Corpolento e forte, entra nas águas do Jequitibá, avolumado de recente enchente e foi levado pela corrente, sem conseguir vencê-la. Já desanimado, gritava: “Lá vai Joje... lá vai Joje”. Um ribeirinho que ouviu seus apelos, atira-lhe uma corda a que se agarra e salvou-se a vida do germano. Risonho e bondoso já em terra, pergunta-lhê o mateiro: “Viu como se laça um gringo?” George deu-lhe rico presente. Augusto Seager e Humberto Himmel, que ocupavam o armazém de Aprígio Alves, mostram-se homens de cultura, sobretudo Humberto, que me ensinava a corrigir a pronúncia do professor de Francês, que confundia filho e fio.

Frederico Vésper, vendo um carroceiro incapaz de controlar um burro, toma o freio e reduz o animal, dizendo: “Tu pode ter mais inteligência, mas força não tem não”. Ensinava o carroceiro desajeitado, fingindo falar ao burro. Doutra vez, Pedro Barbosa saca de uma faca e faz Vésper correr ao fundo do armazém:

“com faca não, mas no braço pode vir dez Piroca, que eu quebro no meio”. Os escolhedores de fumo caem na gargalhada e a pilhéria fica, após, na molecada. O sentido esportivo não era dos habitantes locais, ou índio afro-lusitanos, e o alemão mostrava o valor da sua força física. Ricardo Grimmstein, na segunda guerra, depois de distúrbios na cidade, tem a casa assaltada e saqueada, conseguindo a polícia salvar geladeira, banheira e outras peças, assistindo Ele a tudo de uma jaqueira, sendo preso no dia seguinte, não permitindo a polícia que viajasse de primeira classe, detendo o trem até que foi trazido à segunda.

Da primeira guerra, em janeiro de 1918, ficara, nos alfarrábios, um dialogo de dois brasileiros, encarando o futuro das matas: “Estamos na guerra, não é tolerável esta condescendência excessiva com os alemães.” Mas que quer? Não vemos a opinião geral dos homens de negócio? Todos estão convencidos da superioridade dos alemães, do Comércio.” “Mas é tempo de nos tornarmos senhores da situação, tomando o terreno a estes boches. Isto não se tolera.” “Seria bom, não é possível, porém. Se refletir verá. Nos matos estão todos asfixiados, presos os fumos de exportação ao arbítrio dos aliados. Nossos aliados não nô-los compram nem permitem que o inimigos os comprem.” E isto é para fazer mal aos germanos”. “Mas os únicos prejudicados somos nós: existem trinta mil fardos de fumo bichando nos trapiches da Bahia, ameaçados os comerciantes de um prejuízo considerável. Café não tem preço algum. O cacau nada vale. Entretanto fique certo de que subiria o fumo a cem mil réis se entrassem nos mercados os alemães “Na verdade...” “Digo-lhe uma coisa: neste momento os alemães estão vendo quem são seus amigos e, terminada esta crise ,êles não facilitarão mais com os brasileiros. Aumentarão o número de compatriotas seus. Todos estão na expectativa, ansiosos pela entrada dos alemães no mercado, é o que lhe digo. Eles, porém, não darão mais as mesmas vantagens de outrora.” Franceses, ingleses e depois espanhóis tinham de ficar com o mercado e os alemães seriam de vez desalojados.

Assim, ocorria na velha mata, donde saíra Fausta, que se cultivara nos meios teutônicos e vinha agora para o Rio de Janeiro como Frau Schreiner, professora da língua, em boas rodas da Capital da República. À passagem pela Bahia vira os parentes gratos a seus presentes, todos satisfeitos da nova alemã letrada e ativa, que voltou ao Bomfim, após longos anos, na mesma fé dos avós da Capela de Padre Mateus. Já começavam as transformações da Capital, no porto que progredia, fechando-se o Cais Dourado que se fazia Praça Deodoro, perdendo os frades de amarração dos barcos, enquanto a Rua Conselheiro Dantas se alargava, para desaparecer a grande diferença com a Rua Nova das Princesas, logo chamada Rua Portugal. Fausta reviu, com saudades, a Bahia renovada, onde as cadeiras de arruar, cediam lugar aos bondes elétricos. Era nova Cidade, que já fizera desaparecer a Igreja de São Pedro, para dar lugar à Avenida em frente à Escola Politécnica e mais tarde demoliria a Sé, abrindo a grande praça que vai da Misericórdia até a Catedral. No Porto, o navio erncheu-se de visitas, que iam beber cerveja autêntica e comer presunto de Bremem.

Era o tempo em que a bandeira inglesa e a alemã corriam em verdadeira regata, saindo ombreadas da Bahia e chegando ao Rio no mesmo minuto da marcha segura, desportiva. As duas potências militares tornavam-se dia a dia mais próximas do valor naval, da Oceania até o México, do Mar das Índias ao Passo de Calais, num transatlântico de Bremem, Fausta deixou a Bahia para não mais revê-la, com o quente frio de madeira destemida. Seria agora Frau Schreiner e estaria, em dois dias, na grande cidade imperial, que ela vira trinta anos antes, quando a realeza brasileira ainda reinava. Agora ia ver a Avenida Central e a Beira Mar, por onde começou a moderna Cosmopole de quase meio século de hoje. Não havia ainda o colar de luz de Copacabana, nem os arranha-céus. Dominava o êxtase dos europeus, na última coberta, a contemplarem as maravilhas de perto, sua natureza de morros floridos, suas ilhas poéticas, suas praias de ninfas às centenas, que hoje são milhares<sup>1</sup>.

Frau Schreiner demorou uns dias no Hotel Avenida, hoje desaparecido, onde veio ver o sobrinho Jorge, cuja bicicleta tanto alvoroçara a meninada assustada de Santo Antônio de Jesus. Jorge Aguiar era antigo condiscípulo do Dr. Ranulfo Sampaio, oficial médico da Marinha, que chegaria a Almirante. Nesse tempo era Corveta e Jorge o fez visitar a tia, que aprendera, com os europeus, a sentir as belezas do grande porto, em que penetram, acumulados nas proas e popas, armados de binóculos, exclamando de admiração e surpresa, a cada morro verdejante, que nenhum outro porto oferece. A viva compatriícia logo planeja passeios e convida o oficial, que acerta alguma folga de serviço. As Furnas da Tijuca, o Eldorado, o Alto da Boa Vista, o Corcovado, em dias alegres, mostravam, o novo Rio, onde tinha morrido o Paço da Cidade, com os bondes a burro dos anos de 80 e tantos. Do começo do novo século, tudo era visto com novos olhos de europeia de três décadas, disciplinada na economia produtiva, sem os desperdícios brasileiros, tão convidativos dos emigrantes, que sabem o sentido da riqueza, dos nadas que nós perdemos.

Frau Schreiner começa a ter alunos, com habilidade e proficiência de mestra, aproveitando o tempo com assíduo esforço. Sua vida estava hoje concentrada no trabalho, pois a filha Adélia, morrera jovem, durante a sua ausência prolongada na Europa. Casada e logo viúva, recolhera-se a um convento, onde entregou a alma, num dos surtos de febre amarela, que faziam do Rio constante sobressalto de estrangeiros, nortistas, sulistas e até cariocas. À mateira de Santo Antônio de Jesus restava, no Rio, uma prisão à família. O sobrinho Jorge veio morar com ela.

O moço habituara-se à vida de rico. Com capacidade de redigir correspondência em inglês, tinha bom ordenado que o patrão prometera aumentar, desde que se desembaraçasse em alemão. O baiano anteriormente tentara ingressar, sem êxito, na Escola Militar e fizera-se comerciário, ostentador e perdulário, condições de vida incompatíveis. Em viagens a São Paulo, tinha grande bagagem, pagando a exorbitância de 40 mil réis de excesso. O menino orgulhoso da primeira bicicleta, da cidade

mateira, ficara preso à prodigalidade, de que não era livre o pai, na época da prosperidade passageira da Vila e nova cidade. Agora o ordenado consumia-se e o trabalho começava a ser pesado, até que o emprego se perdeu. O desempregado tinha sempre à mão uma caixa enrolada, que daria ideia de negócio, até que se instalou a mania de perseguição. Tinha medo de ser assassinado e por isso fazia a própria refeição. A tia julgava-o preguiçoso e não o deixava dormir em casa, como não permitia que usasse, nas horas de aula, a cama que os poucos alunos residentes lhe ofereciam. Jorge, por isso, tomava o trem do subúrbio e dormia, enquanto esperava a volta, pela madrugada. A decadência aumentava,” enquanto o médico da Armada, encontrando-o um dia de parada Militar, muito acabado, resolveu conversar com a professora e lhe afirmou que o sobrinho estava doente, merecendo cuidados.

Fausta, sem pintura, morena, sem maior expressão da beleza dominadora antiga, cabelo simples, enrolado, ouvia o compatriótico e prometeu amparar o sobrinho. O pobre filho de Santo Antônio, cuja mãe, de chalé e chinelinha, atravessara as ruas para meter o chicote nas amantes do marido, pouco melhorou e progrediu na mania, em que os cuidados da tia não trouxeram benefício, pelas causas antigas da tendência à grandeza e riqueza, e conjugação com influências esquecidas de doença constitucional de um tio que enloqueceu, depois de matar o próprio pai, nas lutas ásperas da fazenda, havia mais de cinquenta anos. A família ainda guardava o pavor do transe, nas brenhas abandonadas, em que a capoeira enchera os pomares e malhadas, em que as jaqueiras se confundiam com os novos paus de arco, que, em dezembro, cobrem-se de flores amarelas, dando impressão soberba sobre a mata, e, quando secos, envenenam o carpinteiro que os serra, tomado de asfixia. São segredos da mata, nessa cabeceira de Jaguaripe, do Mocambo, do Sururu e do Jequitibá, em que se desenvolveu o drama da cultura rural de mais de dois séculos.

Tiago de Aguiar, nos meados do século dezenove, crescera sentimental, sob a disciplina escravocrata de homens fortes, que tinham cárcere privado para a esposa. Uma esposa enclausurada

por anos, viu-se livre, quando o esquife do marido se expunha na sala e, fervendo de rancor, atirou-lhe escarro amargo ou peçonhento, que alguns sentinelas do velório não julgaram de todo condenável. Os filhos também sofriam do despotismo que levava ao tronco e ao pelourinho a escravatura já revoltada. Desajustado ao trabalho da roça, sentindo a alma atribulada, entre os sonhos de mocidade, estiolando-se incapaz de emigrar ou fugir, Tiago cresceu em ódio e tresandou em medo, cada dia mais triste e mais confuso, remoendo vingança, comendo sem prazer, bebendo xícaras sobre xícaras de café e, às vezes, a furto, copos de cachaça. Os pais daquele tempo pouco viviam os tormentos dos filhos: o pátrio poder, feroz e cego, não abria, pelo amor ou pela humanidade, a porta da regeneração ou da cura. Tiago já ficara emperdenido e de alma negra. As tragédias de escravos davam-lhe o caminho. A garrucha certa estendera o velho Pelicarmo de Aguiar, sob uma cajazeira, na estrada das roças, com assombro da escravaria a revolta dos irmãos e dor da forte mãe enviuvada. Era um grito da alma que o pavor do inferno sufocava, para ecoar nas vilas e aldeias por semanas a fio. Tiago está louco e em poucos meses, morria varrido. Tudo isso vinha à memória da mateira, que virou professora de alemão, na maior cidade do Brasil. Nas horas de intervalo, as cenas voltavam, tendo por centro Jorge, que mais e mais se dementava e era recolhido, pela caridade e medo da tia. O velho precoce, que ostentara riqueza da bicicleta à molecada de Santo Antônio de Jesus e tivera a bagagem opulenta para a bandeirante, perdendo ricos ordenados por desajustamento, seguiu o rumo que teria tido o tio desafortunado e parricida, se a mata tivesse clareiras, há mais de um século.

Foi o último contacto com os parentes da Bahia: contava o sofrimento do sobrinho, na decrepitude precoce, que tanto a sobressaltava, trazendo a cada hora, intranquilidade e perigo. Assim é a vida dos indivíduos e dos grupos: o crime desperta o medo, quando não conduz a novo crime. Os ambientes eram diferentes, numa distância de mais de meio século, entre o regime escravocrata dos canaviais e a cultura nascente do Rio de Janeiro,

onde ninguém conhecia a mateira morena e dominadora, mas a velha Frau Schreiner, mestra de alemão, depois de trinta anos de ambiente europeu. Aqui suas relações aumentavam: alunos e discípulos que lhe permiavam a habilidade e a faziam esquecer o seu passado, quando nova sombra não trazia ao presente toda a fieira de emoções antigas, a que os fatos ou os sonhos nos conduzem, inclementes, ao campo da consciência espavorida. Frau Schreiner ia dominando uma a uma, enquanto perto, em Santa Cruz, todos os dias, um sexagenário, viajando para a loja ou buscando repouso, de vez em quando recordava as fazendas que levou da Loja de Florentino Almeida, para o enxoval da jovem noiva no penúltimo decênio do século.

## CAPÍTULO 6.º

### EMIGRADOS, DESBRAVADORES, COLONIZADORES

Santo Antônio de Jesus é um horizonte aberto e luminoso, sem morros empinados ou vales de covis de gente. Desde o subir a Caixa d'Água, tudo se alegra, enquanto o fracasso do trem ecoa mais vivo, pelo arvoredado esbelto onde as palmeiras assomam esbeltas e linheiras no alto plano do casario desperto. E não surge de repente. Não se esconde a cidade em mataria, para mostrar-se tímida aos visitantes. Sorri de longe ao viandante de carril ou a cavalo. À distância, terri-se a luzinha guiadora, por sobre os vales do Jequitibá e do Sururu ou pelas baixadas do Mutum e Taitinga ou, bem perto, do Riacho ou da fonte Santo Antônio. É o Norte e o Sul da cidade aberta aos ventos frescos do Leste e aos úmidos e frios do Sul. Ela toda desdobrava-se no planalto e agora estende-se em ruas novas, construções modernas, no surto rodoviário que a engrandece. Os rapazes nasceram e cresceram, vendo o correr do trem e pensando na rapidez do telegrama, nos fios sempre à vista, nos postos onde punham o ouvido, para calcular a distância em que vinha o trem. Grande mocidade voou aos colégios da Bahia, desde o fim do século e começo do presente. E as almas criaram-se,

sonhando com terras distantes, novos mundos agitados, sugeridos pela chegada viva do comboio e despedida saudosa do pito da tarde. Ir ao colégio, voltar nas férias, sentir os eflúvios civilizados do sul, era o anseio da mocidade, desde a adolescência. Talvez fosse esse secreto filtro a enfeitiçar Fausta, no fim da Monarquia de Pedro II. Os jovens lançavam-se ao longe, guiados pela luz do planalto, sempre à vista da Giboia cinzenta e verdejante, léguas e léguas distante.

### ALMEIDAS DE PEDRA AZUL

Naquele tempo começou a emigração vêm chegando os italianos e os primeiros alemães, mais tarde sucedidos pelos sírios que se supunham turcos. Netos e bisnetos de José Vicente, e de Reinaldo, os velhos de 1790, deram o primeiro impulso. Eram filhos de Reinaldo novo e Severiano de Souza Bitencourt. Reinaldo Francisco de Almeida era filho de Alexandre Pereira de Almeida, da segunda geração de Manoel da Cunha, quarta de Úrsula e Félix. Reinaldo, o novo, em 1890, criara prole feliz em Santo Antônio e seguiu o destino, em Caldeirão, depois da prosperidade do fim da Monarquia. Era irmão dos mais moços. Dos mais velhos, Florentino Almeida deixou viuva sem filhos, por 1908, a Delfina, casados em 1876, após ver morrer seu pai, de úlcera, por 1885, época do florescimento da vila ponta de linha da via férrea. O Almeida era muito trabalhador e econômico, constituindo loja de fazendas e miudezas, fornecedora de maior parte do enxoval de Fausta, acontecimento que alertara adolescentes e jovens da povoação. Florentino, negociante honesto a toda prova, era o consolidador de famílias, a dotar sobrinhos. Homem de poucas letras, alta capacidade de ser luminar do Império, se tivesse vivido noutro meio.

Manoel Jovino, caixeirinho portador das fazendas para escolha de Fausta de Aguiar, abençoava, aos setenta anos, sua severidade de patrão e mestre. Aos 14 anos era guarda-livros, sob a rigorosa disciplina do penúltimo decênio do século passado. O

lojista deu sociedade a dois irmãos, menos cooperativos, Pedro e Marciano, mas ela demorou pouco. Irmão mais moço, carregado de filhos, Reinaldo Almeida, negociante de secos e molhados, construiu um prédio para o armazém, que o desaprumara. Florentino promoveu a mudança para Caldeirão, onde teve ótima fazenda e donde eram ainda vários filhos, entre os quais Dr. Alirio Almeida. Os primeiros meninos viveram na escola da velha Capela, onde Isaura, aos seis anos, como prima vizinha e carinhosa, teve aos braços o primeiro filho de Donana, hoje relator dos fatos. Os mais velhos, Teopompo e Hormino foram colegas do octagenário Eduardo Almeida, de Manoel Jovin, dos filhos do Dr. Sampaio, de Laurentino de Araújo, do velho Quincas e outros. Já no penúltimo decênio, a vila tinha adolescência otimista que encarava futuro de aventuras, fortemente caracterizado na fuga da mateira decidida, evadida para São Paulo. A mocidade de Santo Antônio, viu em Teopompo um novo herói. Com menos de vinte anos fez-se boiadeiro, ajudado pelo tio, arrebanhando gado para açougue, lucrando mais ou menos, embrenhando-se pelo sertão alto, a fazer crédito, até alcançar São Miguel do Jequitinhonha, onde criou viva confiança no negociante Clemente Franco, logo interessado em conhecer-lhe a família. As viagens, antigas eram pelo São Francisco, mas o mineiro, para vir à Bahia, preferiu a distância a cavalo, para chegar a Caldeirão e hospedar-se com Reinaldo, casa cheia e coração aberto. Franco teve grande simpatia por Hormino, muito ativo, bastante louro, com vários anos de estudo em Colégio da Capital. Sertanejo inteligente dos confins de Minas, convidou-o para caixeiro e logo teve seu auxílio nas compras volumosas de São Salvador do tempo, onde, adolescente, demonstrou suas capacidades.

Teopompo continuou seu rumo de desenvolvimento da pecuária nacional, depois de dar a Caldeirão novas iniciativas. Aí não havia pão e Ele estabeleceu a primeira padaria. Criou também a primeira olaria, onde as telhas e tijolos dariam à povoação nascente, depois cidade de Itaquara, os meios de sua construção. Mas sua vida se notabilizaria na propaganda da seleção de raças

bovinas. Landulfo Alves tinha por sua ação o mais elevado conceito. Teopompo, habituado a suas viagens, montado vinte dias, vai achar, no nordeste de Minas, o oásis, logo após às terras ressequidas do sudoeste baiano. Lá promoveu a campanha para melhora dos rebanhos, vencendo as resistências da rotina a favor do pé duro. Apoiado no crédito, adquiriu reprodutores, promoveu exposições de gado, viajou ao Rio da Prata, tendo a companhia de seu irmão Hormino, percorreu fazendas de São Paulo e Sul de Minas, promoveu a industrialização dos produtos e subprodutos do boi. A sua notabilidade no país e no estrangeiro firmou-se nas feiras de gado e de corte e nas exposições das raças selecionadas. Seu signo foi o das viagens, por toda parte, onde poderia propagar, pelo jornal ou pela Conferência pública a ideia, vencedora ainda em sua vida, da melhoria dos rebanhos. A própria movimentação constante lhe abreviou a vida, mas seu nome eleva os Almeidas, a terra de Santo Antônio de Jesus, a terra bahiana, que encara o futuro, sem o egoísmo do partidarismo de corrilho ,mas na alta política de criação das forças econômicas, para desafogo da vida social.

Seus irmãos seguiram-lhe os passos na iniciativa, mas centra-lizaram-se, como boa tribo, na zona de Jequitinhonha, até onde chegou Teopompo, nos seus primórdios de arrebanhador de boiadas. Fixados em Caatinga, depois Fortaleza de Salinas e Vila de Fortaleza, mais tarde cidade de Fortaleza e logo Pedra Azul, a localidade acompanhou o desenvolvimento da lojinha que tomou proporções de “Grande Bazar 36”. Hormindo, João Virgílio, nascidos também em Santo Antônio de Jesus, centralizam histórias desses Almeidas de Pedra Azul. Virgílio está mais ligado a este narrador, seu colega na escola do velho Freire, de forte manejo da palmatória, em 1898 e 1899. Hormindo, mais crescido, já tinha viajado com Clemente Franco e se tornara sócio, seguido de João, um a um prestigiado por Clemente, Firmino Dé, Joaquim Antunes. Hormindo Almeida, hoje octogenário, tem a seu favor quantidade de serviço do desenvolvimento econômico da região cuja orientação controla, em atividade útil aos empreendedores

de indústrias. Faz do dinheiro meio e não fim, movimentando-o para desenvolver a sociedade. Por isso, cedeu sem indenização, como meu velho avô, há noventa anos, terrenos de sua fazenda, para pouso de aviões. Levantou o nível econômico do ambiente, criando moderna fábrica de manteiga, de que se tornou auto-suficiente o município. Comerciante, industrial, fazendeiro, criador de quantidade e qualidade, com apurada seleção de raças, agricultor, fruticultor adiantado, Hormindo é também político e orador fluente, honrando a terra em que nasceu e aquela de Francisco Otaviano. Desenvolveu sua política em benefício do Município, dando vantagem ao nordeste mineiro e sudoeste bahiano. Atravessa o século, sem envelhecer, mantendo-se prestimoso, enérgico, apaziguador, modesto e fraternal.

João de Almeida recebeu as notícias da antiga Caatinga, depois Fortaleza de Salinas, no velho Caldeirão, depois de deixarem todos Santo Antônio de Jesus. Era o terceiro no grupo de Teopompo e preferia acompanhar Hormino, entregando-se ao balcão, e passar a guiar plantadores de café e de arroz, alargando seu círculo de ação como pecuarista, no pensamento do boiadeiro, mas prudente, vendo sempre as vantagens comerciais, ao lado do interesse científico e social do aperfeiçoamento, pois o aspecto quantitativo do gado tem grande importância econômica. Esse Almeida segue a verdadeira filosofia da riqueza, como meio de servir ao meio. Um edifício construído em área de milhares de metros, foi obra espontânea sua, sem auxílio algum, um palácio para o Ginásio da Cidade de Pedra Azul. Essa obra benemérita foi seguida de um cinema de grandes proporções e, a seu lado, um hotel de cidade civilizada. Sua preocupação é sempre servir ao desenvolvimento social. Essas tendências eram lógica preparação para a política partidária. Vereador, prefeito, deputado à assembleia Estadual, em três períodos, são cargas sucessivas para servir ao Estado, com vantajosas vitórias ante o eleitorado. O Santatoniense emigrado para Minas, serve ao Estado com devotamento e clarividência, enquanto mantém as fazendas e os negócios e ainda explora sua mina de pedras azuis, de que se origina o nome

moderno da cidade. Deve-se à sua iniciativa o congresso familiar de janeiro de 1958, em que se reuniram Almeidas de toda parte, a que este narrador compareceu em mensagem, pouco após sua doença. Dessa cordial assembleia de parentes, ficou a lembrança de bela medalha de bronze, cujo averso encerra miniaturas dos edifícios construídos, circundados pela cadeia simbólica da união. No verso, dentro da corrente, a sentença de J. Dickson: UNIDOS FICAREMOS DE PÉ, DIVIDINDO-NOS CAIREMOS. É significativo exemplo de capacidade familiar e cívica, em que a vaidade individual não conseguiu desfazer os laços de fraternidade.

Virgílio de Almeida é o quarto dos santantonienses dos Almeidas de Pedra Azul. Voltou à terra, para a escola, demonstrando-se aluno ativo e colega afetuoso. Depois dedicou-se às atividades do grupo, no velho distrito de Salinas. Havia, na melhor rua do povoado, uma loja bem sortida, que tomou, o nome de Grande Bazar 36, com a vivacidade e otimismo de Virgílio. Tornou-se o centro social da localidade, ponto de reunião de mineiros e bahianos, irmanados no mesmo anseio de riqueza, no eldorado do norte mineiro. Era o bahiano o conselheiro e orientador, fazendo logo após a completa transformação do Bazar num verdadeiro palácio digno de capital, estabelecimento comercial e nova escola de princípios e experiência econômica e social. Foi dos elementos decisivos do Grêmio União Fortalezense. Virgílio não era somente um comerciante mas um mestre, um orientador social, sem apego ao dinheiro, meio de servir o ambiente. Hoje enchendo a tarefa dos septuagenários, é um homem feliz, na sua lavoura e sua pecuária, sabendo apreciar os erros de nossa democracia, dos nosso Institutos, por vezes desvirtuados de suas verdadeiras finalidades. Como tantos outros, teria sido um grande professor, se as condições sociais do Brasil, nos primeiros decênios do século tivessem carreiras abertas às vocações. Esse seria um dos filósofos analistas de nossa estrutura social.

Dois outros santantonienses serviram a Minas, pela transmigração: Tertuliano e Adalberto, que morreram cedo. Uma irmã, Isaura, ficou na Bahia, casada com Diogo Spínola e hoje, com

suas poesias místicas completa sua missão de mãe do Dx. Diogo de Almeida Andrade e do Bispo de Vitória da Conquista, D. Climério. Dog nascidos em Itaquara, ainda Caldeirão, Aurino Almeida seguiu o rumo do Bazar 36, no mesmo otimismo e desprendimento de Virgílio. Roque, Alirio e Natercio, ao lado das irmãs Maria. Isbela, Cecília e Laura completam a representação bahiana em Pedra Azul. Roque Almeida era o guardião dos valores do Grande Bazar 36; Natercio cuida dos negócios, mas aceita a varença e a Prefeitura, nunca admitindo a política como benefício próprio, mas como imperativo da confiança dos correligionários. Como vereador e prefeito, repetidamente, foi defensor de instrução, higiene pública, conforto social da população. Alirio Almeida formou-se em Medicina, depois de servir à vida comercial. Veio para Salvador para trabalhar em Colégio, onde estudou comvivacidade e alta capacidade, passando à Faculdade, depois de pensar em ir para o Direito. Foi prefeito de Jaguaquara por acidente, e honra os trabalhadores de Pedra Azul, como clínico em Salvador.

#### ALMEIDAS DE PARANÁ, GOIÁS, RIO E SÃO PAULO

A cidade cresceu, a mateira viveu pela Europa ,voltou ao Rio como Frau Schreiner, a Bahia viveu trinta anos de República, de eleições falsas, de democracia oligárquica, e militarismo e seabrismos. Surgiram estradas de ferro, reais e planejadas. As matas de Gongogi, do Camamú, de Jequié encheram-se de aventureiros, em picadas abertas por engenheiros de medir terras. Outros Almeidas, da nova geração, viveram anos, no mato desperto, criando fibra, por maior façanha.

Manoel Firmino de Almeida, renovando a coragem do avô traçoeiramente assassinado, em 1856, nas matas do Camisão, ia desbravar as matas virgens do Parapanema, em 1924.

Em vigens a Minas, São Paulo e Rio em 1913 e 1914 pode fazer escolha entre a Bahia e o Sul e preferiu servir à nossa cultura. De volta, publicou “Notas de Viagem” no Diário de

Notícias, descrevendo fazendas e serviços públicos, mas insistiu em trabalhar aqui.

Após várias comissões estaduais e federais, com pouca ou nenhuma verba, fez-se Delegado de Terras e começou a organizar o plano de uma fazenda moderna, executando trabalho notável na delegacia. Em 1918, porém, supostos proprietários dos famosos. “Fundos das Doze Léguas” conseguiram do Tribunal de Justiça manutenção de posse, seguindo-se a chicana até 1922, quando resolveu transportar-se para o Paraná. Landulfo Alves, na Interventoria de 1938 a 1942, anulou o falso título arranjado pelos “caxixeiros”, após terem eles vendido quasi toda a terra. Enquanto Delegado de Terras, com sede em Nova Baipeba e Camamú, Firmino estudou dois canais do Jaguaripe até o Una e de Santarém até a baía de Camamú, trabalho elogiado por Teodoro Sampaio.

Era o tempo em que Rio Novo era uma fazenda com um armazém bem sortido, um “vende tudo”, mas o Almeida verificou dever emigrar. Em São Paulo, sua capacidade de tratar com os “caxixeiros” bahianos, deu-lhe êxito ante os “grilheiros”. Aí encontra uma escritura habilmente falsificada por um japonês, envolvendo a fazenda Floresta, de propriedade da sogra do Dr. Macedo Soares, como sua concessão e a de Alves de Almeida. Em cuidadoso exame, indicou os sinais de falsidade, que os técnicos da polícia certificaram, salvando-se a providência, porque os livros de de 1852, 1854 e 1872 ainda foram achados, devendo ser destruíde-s um ano após. Eram livros da Delegacia Fiscal, que seria transferida para outro prédio.

Planejou, com rigor, em 1922, sua futura empresa de colonização e, em 1924, publicou seu mapa-propaganda ,para colonizar . até urbanizar 50.000 hectares de gleba bravia, à margem esquerda do Paranapanema, quando não existiam Londrina, Sertanópolis, Rolândia e eram matas, em terra inabitada, três séculos antes submissa aos Jesuítas espanhóis da “Redução de Catequese e índios”, pertencente ao Império Teocrático do Paraguay. Ainda se escava, no S. Inácio, afluente do Paranapanema, restos de vida doméstica da civilização, extinta aos golpes de Raposo

Tavares e Manoel Preto, em 1639. Quase três séculos depois, tudo era floresta, em dezenas de quilômetros afastado de Presidente Prudente, último centro humano em São Paulo. Foi preciso abrir mais de cinquenta quilômetros de estradas para alcançar, medir, dividir, lotear a gleba rica mas deserta. A velha derrota dos padres levava toda a população, nos seus batelões e canoas, Paranapanema abaixo, ou produziu milhares de escravos conduzidos para o Brasil, enquanto crescia nosso poder no território.

Em 1922, Firmino de Almeida transpôs os empecos da burocracia, mais agravados pela Revolução de trinta, depois maiores do Estado Novo, mas sua prudência e segura interpretação das relações” humanas ajudaram-no à execução dos planos técnicos, até resultado feliz. Despertou a atenção dos governantes paranaenses para sua honesta execução dos contratos de concessão e, lentamente, pacientemente, atraiu posseiros, numa distância que amedrontava até o nosso rude caipira, que foge das estradas de ferro. Estrangeiros e descendentes adquiriram lotes para o futuro dos filhos, compreendendo a riqueza dos próximos anos. Ofereceram-se lotes gratuitos para cinquenta, mas os tomadores ficaram em dezoito, isso mesmo porque o concessionário proporcionou facilidades redobradas, para conseguir que morassem e abrissem lavouras, ao menos dois anos.

As estradas desenvolviam-se penosamente, tendo até 1930, a colaboração de Antônio Alves de Almeida, concessionário de igual território, ampliado para 300.000 hectares, por 1925. Advindo a revolução de trinta, seus amigos do Paraná foram repostos e Alves de Almeida perdeu o governo das terras. Firmino de Almeida seguiu seu plano, reformou a balsa, o porto de travessia, abriu estrada para o Sul, no sentido da atual Jaguapitã, mais próxima de Rolândia, da Ferrovia São Paulo Paraná. Conseguiram-se, assim, através da Colônia Zacarias de Góes como foi batizada a gleba, linhas de caminhões e ônibus, cujo tráfego representava vida.

Os anos passaram na luta de criação e a segunda guerra mundial trouxe o real interesse pelas terras ,lançados já os lineamentos e fundações das duas cidades de S. Inácio e

Cafearia hoje sedes de municípios, desagregados de Jaguapitan e constituindo a Comarca Colorado. Tiveram todas as condições de modernos núcleos populacionais: mercado, igreja matriz, grupo escolar, escola municipal, capela de Santo Inácio, casa da Câmara, fórum e cadeia, hospital, estação rodoviária, posto policial, cemitério campo de esporte, praça da bandeira. Essa é Santo Inácio, com suas ruas em linha reta, suas Avenidas Raposo Tavares e Manoel Preto e sua Praça Zacarias de Góes e suas quarenta ruas numeradas. Constou-nos que Aprígio de Almeida Filho, médico, criador de gado e cultivador de rosas, caçador de macacos, morto em Jaquapitã, ia ter o nome duma delas. Humanitário e idealista, grande amante do humor inglês, nasceu em Santo Antônio de Jesus, viveu em Santo Inácio, morreu em Jequapitã.

Cafeara tem igual estrutura e as duas Avenidas centrais, que se cruzam, são Brasil e Paraná. Dois municípios prósperos comandam o progresso da antiga concessão de Firmino de Almeida, trazida da vida selvática de 1920, para a civilização e para a democracia. Para isso, o bahiano criado em Santo Antônio, construiu, por sua conta, a primeira escola pública, primeira pensão, cadeia pública, sem auxílio algum dos cofres públicos. Para a igreja, conseguiu pequena cooperação do povo, lentamente formado. Em leilões organizados aos domingos, explicava as condições da vida social moderna, esclarecendo a população sobre os deveres do cidadão e sobre a política interna e internacional, especialmente na época da segunda guerra mundial. Vivia praticamente na Colônia e fazia a sua criação, como Manoel da Cunha, da casa de palha, sobre pau a pique, organizou as fazendas das terras dos Jesuítas. Agora é a capacidade técnica e a persistência de vontade honesta e inteligente, perto do meado do século XX, a criar campos de cultura e centros urbanos consolidados. Esse pentaneto de Úrsula e Félix triunfou e percorre a carreira de octogenário, lúcido, consciente e confortado.

Os seis irmãos Alves de Almeida que deram ao Paraná seu tempo é seus esforços, não chegaram ao êxito de Firmino. Aprígio e Jaime, médicos e Humberto, comerciante e banqueiro, não

seguiram destino da criação social de bandeirantes. Francisco, grande conhecedor das terras e da sociedade dos Estados do Sul, desde o Espírito Santo, dedicou-se à divisão dos grandes latifúndios do tempo da fraca população do país, extensos comuns consequentes das heranças sucessivas. A valorização do século XX forçava a demarcação, para individuação da propriedade e o Almeida tornou-se conhecido por sua segurança, honestidade e rigor, por múltiplas regiões. Centralizando-se em Goiás, de tantos desenvolvimentos nos últimos quarenta anos, guiou sobrinhos e muitos colegas e terminou criando a cidade e município de Itapetí, em terras suas, onde doou lotes gratuitos. Seus sobrinhos Aprígio Neto e Edgard Alves, seguiram seus passos em Goiás, onde o primeiro chegou prefeito da Caiapônia em pleito movimentado e hoje faz parte dos serviços agrônômicos da Universidade de Goiás. Por lá viveram também Isaias, médico, hoje em São Paulo, e Francisco Alves, advogado em Belo Horizonte.

A concessão de Antônio tinha todo apoio da política dos Camargos, da República Velha além do interesse do Embaixador Macedo Soares e outras influências de São Paulo. De 50 mil elevou-se a 300 mil alqueires estendendo-se em torno dos atuais municípios de S. Inácio e Cafeara. Deveria conter, e tentou-se fundar, a cidade de Santa Fé. Mas a revolução de trinta surpreendeu o Almeida no começo da tarefa, afinal abandonada, em virtude de tenaz hostilidade do governo Ribas. Nessas terras existem, hoje, as cidades de Cruzeiro do Oeste e Jaguapitã. Os grandes sonhos são caminhos de triunfes e de desilusão.

Braviaco chamavam-se as terras do Rio Pirapó até o Paraná e Ivai, ainda mais extensas que as de Antônio. Pertenciam, a título de propriedade, à Companhia Brasileira de Viação e Comércio, das muitas do Império arruinado de Geraldo Rocha. Para colonizá-las, como gerente, deixou Landulfo Alves sua chefia no Ministério da Agricultura, a que voltou, após anos de grandes lutas infrutíferas. Destas, teremos as lembranças meio românticas daquele tempo de República Velha. As terras estendiam-se até os limites de Mato Grosso, onde, ao tempo da revolução paulista de 1932, foi preciso

buscar, à mão armada, vultoso roubo feito na colônia. Do velho manuscrito de Landulfinho, Capitão da Aeronáutica, tragicamente, perdido em exercício, em São Paulo, ficou um ditado do pai entre os tempos da Interventoria na Bahia e o começo de suas campanhas para o Senado da República. Dele tiraremos elementos para caracterizar a bela aventura, dando-lhe o tom que a saudade de ambos nos cria ao coração.

Começara a venda das terras, entre mil dificuldades. Sem estradas, é a canoa, a varejão e remo, o transporte até a choupana de pau a pique, a sessenta quilômetros do Porto Ceará, atingida após dois dias de viagem por intermináveis meandros do Rio Paraná, a vencer corredeiras, águas ligeiras, à orla da mata virgem. A certa altura, vê-se o Paranapanema atravessado por animais de alto porte, que se supunham antes e logo viu-se saltar nágua, do lado paulista, uma onça pintada e sua filha. Essa venda ocupava pouca gente: um ou dois engenheiros, demarcando lotes e alguns caboclos, acomodados, numa puxada do rancho de pau a pique. Visitas constantes dos diretores, para decisões ou acompanhar compradores, voltando vários doentes. O paludismo os abatia, chegando uma vez a ficar um só, seguindo todos. Era o Engenheiro Frezar, calmo, a despeito de dever ficar duas semanas, sem companhia de viva alma. E não ficou inativo: de arma engatilhada, para feras, revisou os marcos fixados na linha, em busca do espigão. Esse homem sereno e útil foi assassinado, pouco após, num centro civilizado.

Numa das viagens de esperança de grande vendas os diretores acompanharam candidatos a lotes, maioria de italianos, sitiante em São Paulo. Uma canoa acionada por um velho motor Ford, fez descida com o auxílio da correnteza e perigo das corredeiras. Em um dia e meio, atingiu a sede da gleba, simples clareira na floresta virgem, na barranca do Paranapanema, lado do Estado do Paraná. Jantar de jacutingas guisados e café com broas-meio emboiadas. No dia seguinte, almoço de xarque sapecado na brasa, depois de aferventado em água salgada, ou novo guisado de jacutinga ou de jacu, em cardápio rústico e nutriente. Antes da mesa, fez-se, pelas

esguias picadas que penetravam a selva, pequena bandeira de compradores, seguidos do gerente e diretores, a encontrar a flora: figueira branca cambará, pau d'álho, palmito branco, a indicarem prodigiosa fertilidade do solo, numa vestimenta densa, nada deixando a desejar das florestas tropicais. Terra ondulada, sempre enxuta, cortada de córregos, dava impressão das grandes regiões capazes de abrigar densas populações. Contentaram-se com meia dúzia de quilômetros, os que foram em busca de terras férteis.

Na madrugada seguinte, aprestada a canoa com sua frugal matula de latas e trouxas, alimento para a volta, o motor Ford falhou, sem surpresa. Após meia hora de insistência, pegaram-se os varapaus e os remos, para subir o Paranapanema. Diversão turística para os fortes, as dificuldades destruíram, nos fracos, a esperança de êxito. Três dias gastaram até Porto Ceará, esgotada a matula calculada para dia e pouco; reinou a fome, os menos resistentes a cambaleiar, ao chegarem. Certo momento, a violência da corrente, nas corredeiras pedregosas, ameaçou partir a canoa de encontro à rocha, tornando admirável o ânimo dos canoeiros, de corpos nus já fora dá frágil montaria, mal apoiados no fundo do rio ou nas rochas afloradas, a assegurarem as condições de marcha lenta e perigosa. Num dos sustos, grita um italiano; “Pelo amor de Deus, que eu tenho filhos para criar.” Vencia-se uma dificuldade para enfrentar nova; chegados ao território paulista, anuncia-se o fracasso do esforço titânico: as terras da Braviaco são excelentes, mas as distâncias e os perigos desaconselham sua aquisição.

De outra feita, maior foi a demora, agravando a falta de recursos elementares. Os temporais repetidos, inutilizaram a farinha, pela água da chuva e das maretas causadas pelos ventos, ao arrepio da corrente que se subia. Primeira e segunda noite, atravessam os viajantes em condições confortáveis para o meio. A última, a vinte quilômetros do porto Ceará, seus transe de perigos e de desconforto constituíram a delícia dos possuidores de ânimo forte, mas para os fracos eram uma previsão do inferno.

Ao anoitecer, resitando à fadiga, pensavam todos fazer ainda um esforço para atingir o porto de destino. Sobreveio, pavoroso temporal e a chuva pesada e fria desalentou a maioria. Só com muita autoridade e decisão, conseguiu o gerente ver obedecidas suas ordens, num esforço mais, para encurtar a distância. Balanceadas as forças, era preciso descansar. Aproveitou-se a canoa à barranca do rio. A escuridão da noite não permitia distinguir o melhor sítio de subida e fez-se o acesso pelo ponto atingido. Teve-se que galgar a barranca de quatro a seis metros de altura, guardada por emaranhada vegetação, a gotejar a chuva que passava. Percebeu-se que, da comitiva, só dois ou três se animariam a uni esforço. Aprígio, de lanterna elétrica, projeta no verde-negro da margem e Landulfo, de facão em punho, salta da canoa e, a golpes valentes, abre caminho na curta mas difícil picada. Atingido o alto, todos acorrem, capas, armas, apetrechos a pingar a água que tomava o fundo da canoa.

De alimento, o que restava eram duzentas gramas de xarque. Escassa clareira se abre, derrubados os arbustos, e nem se pensa em armar redes molhadas, na noite, já avançada. O foguinho de acampamento era entretanto indispensável: impuhasse afugentar as feras, aquecer um pouco os panos e sapear a carne seca, que nutriria o grupo faminto. A selva totalmente úmida não dava possibilidade de gravetos capazes de queimar. A experiência do homem rústico solveu o problema: a golpes de facão, Landulfo buscou a parte central dos lenhos apodrecidos e as achas conseguidas criaram o primeiro fogo, enquanto cada um achava proteção de um lado menos umedecido de uma árvore secular, para fazer, na brecha das raízes, leito compensador. Poucas horas seguiram, mal dormidas, porque a aurora anunciada por pássaros canoros, pelo zumbido soturno do mutum e pelo alegre alarido das saracuras à beira d'água, transforma-se em manhã brilhante de atmosfera fria, em que se muda o tempo, à passagem do vento noroeste, para as rajadas frias do sul, sempre seguidas do temporal do inverno.

Sem miga para quebrar o jejum, aprestam-se todos para a etapa final. As forças reduzidas de hora a hora, não permitiram prosseguir viagem à canoa. Deixada presa ao galho de ingazeiro, destendido sobre as águas, marcharam todos a pé, vencendo dez ou doze horas, verdadeiramente famintos. A laranja amarga, que aí parece nativa, a rememorar a fase épica dos Jesuítas, foi o recurso de mitigar a fome. Uma surpresa mais avante: jaboticabeiras várias, carregadas da base ao ápice do caule, tudo maduro, trouxe alegria feliz. Cada qual tomou sua barrigada, sôfrega, gulosamente, refez as forças e recomeçou a marcha à margem da barranca, para alcançar Porto Ceará quando o sol marcava três da tarde.

Enquanto essas aventuras corriam, mediam-se as dificuldades e cogitavam-se planos de desenvolvimento. Uma vasta fazenda de café, no centro da extensa gleba, com novos centros de colonos, encaminhamento do grande problema nacional da ocupação do sudoeste paranaense e oeste catarinense, com população de hábitos, costumes e língua brasileira, antepondo-se à infiltração platina, eis a decisão dos diretores da Braviaco. Em fins de 1926, tomava corpo a ideia. Os trabalhos preliminares começavam no primeiro trimestre de 1927, já rompidos cerca de quarenta quilômetros de floresta, para dentro do Paraná, com estradas de classe média para transporte de automóvel. Seguiu com afincos e rapidez seu prolongamento até o divisor de águas do Paranapanema e Ivahy, cortando sempre selva nunca dantes penetrada por alma humana. Enquanto isso, movimentava-se o norte, convocando gente afeita à arte de derrubar florestas, em que o caboclo não tem igual. Turmas organizadas em São Paulo já atingiram o destino, antes de alcançá-lo a estrada.

Estudos preliminares e cuidadosos para firmar o melhor sítio para a fazenda, natureza do solo, condições de humidade correspondente ao café, todas as exigências técnicas, foram postas em prática para garantir êxito certo à empresa. Seis diferentes penetrações se fizeram por dezoito picadas perpendiculares ao norte sul verdadeiro, que separava a gleba Pirapó da Braviaco, das vizinhas do sindicato inglês. Landulfo percorria, a cavalo ou a pé,

assenhorando-se dos fatores de ordem técnica, para segurança econômica e não raro encontrava os abnegados picadeiros, preparadores iniciais dos picadões, nas entranhas da mata, sem recursos para vida normal, roupas recortadas pelos grilos, verdadeira praga, alimento limitado, alguns restos de carne seca e farinha bolorenta, tendo por sobremesa alguns jacaratiás, mamão bravo, frequente na região.

Levantada a zona, projetou-se a planta, no próprio acampamento e, reunidos os dados, decidiu-se a localização da cultura, urgindo demarcar a área a derrubar. Mediram-se oito por oito quilômetros, separados por cicadas esguias, enquanto se assinalavam os pontos por onde a rodovia deveria atingir a fazenda. A alguns quilômetros, acampavam as turmas construtoras da estrada, e os machadeiros armavam suas barracas de pau a pique ou lona, para acamparem quatro meses. Dividida a área em duas porções iguais, foi uma retalhada em oito partes, que empreitariam os derrubadores. As primeiras turmas iniciaram a roçada, enquanto as últimas, procedentes da Bahia, Ceará, Piauí, Pernambuco, subiam o São Francisco, para Pirapora, donde iriam de trem, até Presidente Prudente com parada na Hospedaria de Imigrantes em São Paulo. Era o momento de episódios estranhos, pela simplicidade e ignorância do homem rústico: perdiam-se em estações, evadiam-se outros, atraídos por agentes de colonizadores paulistas, pagos a dez mil réis por cabeça.

Chegados a Presidente Prudente, após curto acampamento, eram os derrubadores nortistas levados, de auto-caminhão, até o ponto terminal, a galgar o espigão do Ivahy, Homens de aço, acostumados às vicissitudes do nordeste, afeitos às grandes caminhadas, com fracos recursos de alimentação, essa travessia era vertiginosa, cheia de conforto e segurança. Mal acampados à margem dos lotes, dispunham-se ao serviço sem demora e a roçada avançada, mata a dentro, assustando a passarada, espavorindo as feras. Depois era o fragor das madeiras abatidas, em grandes agrupamentos, como prefere o machadeiro hábil, que, abrindo as “bocas” às árvores incluídas no grupo, só de poucas abre as costas

na extrema oposta, jogando com o fator precioso da direção dos ventos. Nem um terço da energia humana aí se gasta, comparada com a que se despenderia se derrubasse pau por pau, levando o machadeiro ao extremo de sua resistência. É o espetáculo empolgante em que se revela a energia infalível do nosso caboclo, reproduz-se aqui, e ali para, no fim de cada dia, ficar aberta, na mata multiseccular mais um trato, a dilatar a clareira. Foi de oito por oito quilômetros a superfície aberta em alguns meses, sem acidente, nem esmorecimento dos nossos homens de ação, “mais duros que o próprio machado Collins que, apesar de preferido, não raro estalava em pedaços, aos golpes vibrados contra as perobas e os pausferros de grossura descomunal”, diz Landulfo. E jaziam imensos, inertes os grandes madeiros das nossas melhores essências florestais: peroba, cedro, pau marfim, jequitibá, cajarana, pau brasil, amoreira, ipê ou pau d’arco, e aroeira. Nada se poupa no derrubar a floresta para plantação de café, espécies valiosas ou menos preciosas, que são testemunha dos padrões das terras boas para cultura: figueira branca, cambará, juçara, palmeira esguia e elegante, conhecida, naqueles rincões por palmito branco. Nas manchas mais ricas daquele solo abençoado, a juçara ocorre em tal frequência, que dá impressão de dois planos de vegetação: a mata alta e o palmital elegante e suave, que lhe habita à sombra. Nem essa beleza cativante, obra prima da natureza, conseguiu levar o homem a poupar-lhe o sacrifício, por interesse econômico, de que depende a civilização. Em grande ironia, é o palmital, comprimido no solo pela galhada das árvores grandes, o facho a assegurar uma queima perfeita.

A derrubada avança ao limite traçado à plantação do ano, sem retardar nem adiantar, para que a queima venha em momento oportuno, para melhor êxito. É cada vez mais difícil alcançar a linha de serviço diário, porque se aprofunda, a passos largos, e os caminhos são através da paueira. Trinta dias de trabalho é oito quilômetros por quatro, eram a aberta de um ano. Empolga ver detalhes da árdua tarefa. Postos de lado os perigos que a perícia do derrubador evita, era de se ver a queda dos grandes

monstros da floresta, arrastando consigo, puxados pelo cipoal, ou levados pelo grande peso que tudo vence, massas de árvores, aos estalos crepitantes, terminados num imenso sussurro de galhos, com um ribombo ou salva, à queda do gigante. Esvoaçasse a passarada, espavorida, pelos golpes estonteantes, largando os ninhos quentes dos filhotes e dos ovos. Sofrem ou fogem, também reptis e pequenos ou grandes animais, a escaparem à destruição, que só os grandes vendavais, algumas vezes, realizam.

Concluídas as notas do precioso ditado, em que se reúne a saudade de duas almas boas, gratas ao coração do autor, falta lembrar que a fazenda se começou para milhões de cafeeiros, mas afundou na mataria, por efeito da política nova. Logo após, poderosa corrente imigratória aproveitou os sacrifícios e várias cidades do Paraná surgiram na região. Depois da fuga de Geraldo Rocha, das depedrações de “A Noite,” as invasões dos grilheiros triunfaram, e os sonhos, que mereceriam livro especial, desfizeram-se no nada para a Braviaco e o grande esforço mudou-se em cidades progressistas da maravilhosa terra do Paraná. Dos bandeirantes bahianos, ficou triunfante e definitiva, a obra paciente de Firmino Almeida, com sua colonização criteriosa e duas cidades prósperas: Santo Inácio e Cafeária.

## OS MATEIROS ENCONTRAM-SE NOUTRO SÉCULO

Os sonhos das terras distantes eram das leituras de Júlio Verne, das histórias de Carlos Magno, da Princesa Magálona, da Donzela Teodora, dos jornais do Salvador e do Rio, no despertar da gente, como povo consciente do futuro, saindo do romantismo dos grandes rios, dos altos montes, dos índios doces, do amor indolente. Eram agora as estradas de ferro, os couraçados, os novos portos, usinas elétricas, fábricas, companhias que animavam o ufanismo da roça. Emigrava-se do norte ao sul como impulso nacional, em busca de emoções ou de riqueza, de amplitude do ambiente artístico, de desafogo às pressões sociais, religiosas ou políticas. Tristes são os cientistas que exploram a fuga do norte

e nordeste, que vêm à Bahia. Sergipe emigra para Ilhéus, o São Francisco é caminho do Brasil antigo para criar o Brasil novo. Navios do Loide, da Costeira, carregam os emigrantes de gravata. São Paulo enchia-se, o Rio adensava-se, quando a emigrada do fim da Monarquia já voltara da Alemanha e já era Frau Schreiner e despertava as antigas emoções.

“As pedras se encontram, quanto mais as criaturas” era um ditado costumeiro das matas, em que a alma portuguesa, em séculos, tinha dominado a selvaticidade da boicininga e da sussuarana, com a dureza do caboclo e a capacidade de fé e paciência do africano. As matas haviam desabrochado em civilização, os caminhos cavados pelos carros de boi e os degraus criados pelos cascos dos burros eram já rodovias primitivas, a serem lençóis de asfalto e tornar Santo Antônio de Jesus um centro glangionar do sistema baiano. Os moços de outrora iam envelhecendo, os jovens tinham novas ideias, novas vocações, deixando a poucos a lembrança das antigas usanças da vila. De Fausta quase nada restava, das suas linhas românticas, de sua rezas, de seus amores, do seu exílio. A recordação durara, mas emigrara, com moços tornados velhos. Tudo se havia transportado para o Rio de Janeiro, mas a tessitura era a mesma. Quer se aceite o espírito como substância da pessoa humana, quer seja apenas concepção intelectual, o homem se comunica com a distância, mandando ou recebendo ondas ou eflúvios, transmitindo sentimentos, vontades ou ideias, sob influência de lembranças próximas ou antigas. Eis porque o comerciante, depois do seu jornal, no chocalhar das classes, à fumaça dos trens de Santa Cruz, vendo o mato da estrada, recordava os trechos do Taitinga e Barro Vermelho, no Andaiá ou no Calabar, perto da velha rua de Baixo, por onde penetravam na antiga vila, as tropas que subiam de Nazaré. Afagava a esperança de rever a bela figura da capelista, sem levar em conta quase quarenta anos de transformação do corpo e de quebrantamento de espírito. Por seu turno, a companheira de Mina, nas missas, nos presépios e nas procissões da Capela, seguia pelas rua, lembrando, aqui e ali, alguém que parecia do velho grupo, recordando velhas alegrias,

ou antigos sobressaltos. Era tudo em névoa confusa, indefinida, envolvendo a mocidade da gente agreste, nas camadas cultas dos panoramas europeus. Frau Schreiner levava, dentro de si, todo o passado, que tentava esquecer: as vivências de São Paulo, com o padre que lhe recitara as tercinas de Paulo e Francesca, após os riscos da decisão do abandono, os dias longos da travessia aos portos portugueses, franceses e alemães, em que recebeu o sopro da civilização. As suas aulas de alemão, a convivência dos alunos, não enchiam o vácuo de um passado quase heróico, agora pejado de remorso, que chama a alma aos sítios onde foi a falta. No torvelinho das ruas cariocas, ela ouvia vozes da fazenda e da capela; nas grandezas da Cidade Maravilhosa, vinham-lhe pensamentos dos dias da mata e mocidade. Era um recordar que é viver, erguendo do túmulo figuras que o passado sepultara.

Uma tarde de primavera, tão doce no Rio de Janeiro, Frau Schreiner saiu às compras e entrou numa loja de rendas e bordados, sortida de costuras da Bahia e do Ceará, onde os dedos das moças e matronas correram velozes nas alfomadas e bastidores, fazendo soar, como castanholas, os bilros de noqueira, enquanto o pensamento vôa fagueiro atrás das esperanças. A loja estava cheia de fregueses e o balcão ostentava variados modelos, mais largos e mais estreitos, como os das rendeiras de Santo Antônio de Jesus, nos últimos anos das mucamas dá escravidão, sobre o largo estrado da sala de dentro, onde filhas do fazendeiro e escravas mulatinhas comungavam, com fugidios pensamentos de felicidade. A professora de Alemão examinou várias peças, enquanto o comerciante olhando, surpreso, aquela feição de quase velha, em que se ocultava a antiga beleza, que contemplou a sua adolescência, dominava o segredo e a emoção, e vendia à mesma voz que escolheu enxovais para casar. Jovino respeitou as convenções e deixou sair a misteriosa freguesa, o resto da tarde voltou inteira aos campos do Sururu e Jequetibá, em que os dois nasceram e cresceram, para destinos semelhantes do envelhecer longe do berço.

Inteira semana transcorreu, pensando o mercador na antiga força daquele amor de jovem, humilde e serviçal, nas viagens da Rua de Cima à Rua de Baixo, conduzindo peças de cambraias, casacas bordadas e rendas francesas. Todo o cenário das missas e novenas, com doce mística que circunda a vida, veio à memória do velhote, que passaria muito dos oitenta anos. Ele me confessou. A amada culta ninguém sabe o que sentiu, o que pensou, o que recordou; só o coração silencioso lhe segredou. Voltou aos seus labores, às aulas da linguagem, que não era materna e que envolvia a personalidade fictícia, quando, bem perto, alguém fora testemunha dos seus devaneios e lances semi-heróicos. A professora voltou ao armário e comprou de novo, sem deixar palavra de clareza, aumentando somente a certeza ansiosa do lojista. Este, discreto e forte, ouviu-lhe a voz, analisou-lhe os traços, recordou-lhe a marcha, que tanto traduz a personalidade. A professora tornara à loja, talvez pelo força do passado, tratando com o antigo caixeirinho e talvez não mais voltasse. Mas ela obedecia à mesma força do passado, como um Florentino tinha visto. E os dias seguiram de meio tormento, doce amargo da saudade, da dúvida, da esperança.

Noutra tarde, já verão, Frau Schreiner volta à Avenida Passos. Já era conhecida e a conversa nasceu inconsciente. As almas não conseguem ocultar-se, quando elos da afeição ou do ódio as conjugam, abrindo-as para a confissão. O lojista, encorajado, ouve dizer: “Eu sou da Bahia”. “De que lugar?” Ela, ocultando a terra em que nascera, crescera, casara e planejara a sua longa viagem, afirma que era de Calçada. O velhote, incontinente, desabrocha: “A senhora é Fausta, de Santo Antônio de Jesus.” E Frau Schreiner: “Por amor de Deus, não fale mais nesse nome; essa mulher já morreu e todo o passado se enterrou.” Estava demudada e a conversa caiu, ao choque da lembrança e da evidência. O lojista conteve-se. A compra terminou e a bahiana-alemã despediu-se, para não mais voltar. O caminho para a casa foi sob emoção. Por semanas, Frau recordou aquele instante, atônita, ao ecoar, após longos anos, seu segredo.

Eram as matas que turbilhonavam nas suas tropas, no chiar cantante dos carros de boi, nas moendas dos engenhos, no tropel do gado, nos silvos da locomotiva da estrada que deveria ser-lhs a espinha dorsal. As bacias do Paraguassú, do Jaguaripe, do Jequiriçá estiveram unidas no destino de nutrir e abrigar, um povo vivedouro e forte, mas hoje viviam abandonadas pelos filhos, esquecidos dos sacrifícios dos antepassados. Os canaviais da escravidão não tiveram seguros sucessores. A Estrada de Ferro, que saiu da primeira cachoeira do Jaguaripe e depois galgou o Jequiriçá, aos altos de Jaguaquara e desceu ao Jequié, não fez ainda o seu papel histórico. O povo emigra para mais longe, em busca de terra larga e fortuna fácil, mas o número cresce e os preços se assoberbam. A via férrea desaparece. Ao espírito romântico, que estendeu os trilhos dos morros e vales, deu lugar o egoísmo interesseiro do empreguismo, depois do protecionismo e cambalachos de transporte dos gêneros de alimentação primitiva. Agora a bacia do Jequiriçá é dia a dia mais triste. Uma banana da terra sobe a dezenas de cruzeiros na Bahia, enquanto um cacho dá, em média duzentas, frutas que fariam seiscentos cruzeiros, se reduzido a um décimo do valor atual. E, na terra que atravessa a ferrovia, o preço é miserável, porque não há transporte, apesar do custo, incrível na capital. A batata da terra ou doce, a farinha, hoje mais cara que o pão, o feijão fariam ressurgir a região, se a ferrovia voí tasse a despertar a terra, que a liberdade dos escravos estuporou. No grande esforço da guerra mundial, quando nossos vasos de guerra patrulharam as águas e o Brasil entrou no plano das nações de algum respeito, começou o grande “Rumo aos Campos”. O lavrador plantou com decisão e colheu com glória, mas a riqueza feneceu, porque o feijão acumulado nas estações virou pó de gorgulho. A estrada de ferro ficara amaldiçoada. Mais grave foi o efeito da política demagógica, na morte do trigo. Os italianos haviam plantado com ótimo resultado, saindo as espigas mais ricas que as da Europa. Havia entusiasmo até o alto do Pelado e toda a mata esperou a vinda do Ministro da Agricultura para inaugurar a colheita. Uma semana, mais outra, um mês e dois e

as douradas espigas apodreceram. No ano seguinte, o agricultor teimou e plantou e o desastre foi maior, parecendo que as forças ocultas da riqueza ambiciosa resolviam matar a lavoura do trigo do Jequiriçá. Hoje a bacia do rio não reage; a ferrovia desaparece e passa à onipotência da União, para completar instalação do empreguismo demagógico. O grande golpe foi após os fins da primeira guerra, quando o lavrador abandonado continuou a emigrar para zonas novas da Bahia e do Sul do Brasil.

De Santo Antônio de Jesus, de São Miguel, de Lage, de Caldeirão, a mudança seguia em rumo firme e outras terras as imitavam decididas. O país progrediu com a decadência das velhas vilas, ainda não consolidadas, onde o jogo de bicho era neurose. Os que tinham emigrado em busca da propriedade haviam evitado envolver-se naquela vaga de marasmo: Minas, Rio, São Paulo, Goiás e Paraná eram terras de promessa. A vida devia ser criação, esperança, embora virasse desilusão. Grandes planos precedem por vezes, pobre realização. A luta não é só vitória; as derrotas arruinam alguns para dar sorte a outros. É inevitável que a roda da fortuna tenha bilhetes brancos. Por vezes, a primeira derrota prepara o futuro triunfo. Era o quinhão de pensamentos daqueles emigrados, ainda que alguns não tenham constância para atingir ventura.

É nesse tempo que, no Rio estuante, a velha professora de alemão, ousada emigrada da Monarquia, vivia numa luta de alma, desejando voltar a ver o negociante de bordados e rendas da Avenida Passos. Chegava a preparar-se para fazer novas compras e uma vez andou até a Praça Tiradentes. A velha tara que arruinou Tiago e depois Jorge, a prendia a liames invisíveis. Seguiu pela rua da Constituição, fugindo do sortilégio da Avenida Passos, e tomava o bonde na Praça da República, que fora o campo de Sant'ana, do tempo de sua mocidade decidida. À noite, o sono entrecortado de sonhos e pesadelos, fazia os dias e as lições monótonas, desgostando os alunos e entristecendo os pais. Frau Sch-reiner, a cada lado, via o fantasma de Fausta. Ora um lance das festas da igreja, da vila de Santo Antônio de Jesus, ora a viagem à Feira de Santana,

ora a cadeira de arruar em que deixou á hospedaria da Bahia. A figura da filha freira, que a febre amarela levara, vem-lhe à mente. A velha mística, companheira de Guilhermina, renascia. Fausta cónsolou-se e esperou que os dias se abrandassem, mas as noites matavam as esperanças. Alice mos-trou-lhe apenas o caminho e a mateira decidida a seguiria. A morte para o mundo daria ainda tempo para a vida com Deus. Fausta iria para o convento, servir humildemente, sem dote, fazendo, na velhice, o que, na mocidade vitoriosa, mandava fazer pelas escravas.

## **Títulos da Coleção Nordestina**

01. Joaquim Nabuco: abolição e a república  
Manuel Correia de Andrade  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
02. A ciência e os sistemas  
Pedro Américo  
Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB
03. A Escrita da História na Casa de Sergipe – 19/13/ 1999  
Itamar Freitas (org.)  
Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS
04. Flor de romances trágicos  
Luis da Câmara Cascudo  
Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/  
EDUFRN
05. História da minha infância  
Gilberto Amado  
Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS
06. Cancioneiro Geral  
Martins Napoleão  
Editora da Universidade Federal do Piauí/EDUFPI
07. Cartas Literárias  
Adolfo Caminha  
Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC
08. Imagens de um Tempo em movimento - Cinema e Cultura  
na Bahia nos anos JK (1956-1961)  
Maria do Socorro Silva Carvalho  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

09. Canais e Lagoas  
Octávio Brandão  
Editora da Universidade Federal da Alagoas/EDUFAL
10. Cordéis  
Patativa do Assaré  
Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC
11. Frei Caneca: acusação e defesa  
Socorro Ferraz (org.)  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
12. Zé Limeira: o poeta do absurdo  
Orlando Tejo  
Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB
13. Um códice setencista inédito de Gregório de Matos  
Fernando da Rocha Peres e Silvia la Regina (orgs.)  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
14. Os Índios Tupi-Guarani na Pré-História, suas invasões do  
Brasil e o Paraguai, seu destino após descobrimento  
Moacyr Soares Pereira  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
15. A Ciência e os Sistemas: Questões de História e Filosofia  
Natural  
Pedro Américo  
Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB
16. Macau  
Aurélio Pinheiro  
Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/  
EDUFRN
17. Os Portugueses no Brasil – Estudo Histórico e Crítico (séc.  
XVI ao séc. XIX) - Felisberto Freire  
Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS

18. Cancioneiro Geral Vol. 2  
Martins Napoleão  
Editora da Universidade Federal do Piauí/EDUFPI
19. O conto em 25 baianos  
Cyro de Mattos (org.)  
Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz- EDITUS/  
UESC
20. Antecipações  
Gilberto Freyre  
Editora da Universidade Estadual de Pernambuco/EDUPE
21. Naufrágio e prosopopéia  
Afonso Luiz Piloto e Bento Teixeira  
Universidade Federal de Pernambuco  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
22. Horto  
Auta de Souza  
Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/  
EDUFRN
23. Apontamentos Folclóricos  
Frederico Edelweiss  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
24. Maceió de outrora (org. e apresentação de Raquel Rocha)  
Félix Lima Júnior  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
25. José Lins do Rego: modernismo e regionalismo  
José Aderaldo Castelo  
Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB
26. Delírio da Solidão  
Jader de Carvalho  
Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC

27. O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social  
Thales de Azevedo  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
28. Contos  
Adolfo Caminha  
Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC
29. O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional  
Manoel Diegues Júnior  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
30. Nossa Senhora dos Guararapes  
Bernardino Freire de F. A. e Castro  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
31. História do Modernismo em Alagoas  
Moacir Medeiros de Sant'ana  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
32. Economia pernambucana no século XVII  
Manoel Correia de Andrade  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
33. O Príncipe de Joinville na Bahia, na Ilha de Santa Helena e no Golfo da Guiné - Waldir Freitas Oliveira  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
34. Dias e noites  
Tobias Barreto (org. Luiz Antonio Barreto)  
Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS
35. Aves de arribação  
Antonio Sales  
Editora da Universidade Federal do Ceará/EDUFC

36. Memórias: antes que me esqueça  
José Américo de Almeida  
Editora da Universidade Federal da Paraíba/EDUFPB
37. Termos tupi na geografia de Sergipe  
Armino Guarani  
Editora da Universidade Federal de Sergipe/EDUFS
38. Antologia panorâmica do conto baiano – século XX  
Gerana Damulakis (org.)  
Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC /  
EDITUS
39. Como melhorar a escravidão  
Henry Koster (trad. Prefácio e notas: Nelson Patriota –  
estudo introdutório Manuela Carneiro da Cunha)  
Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/  
EDUFRN
40. Naufrágio e prosopopéia  
Afonso Luiz Piloto e Bento Teixeira  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
41. Acusação e Defesa  
Frei Caneca  
Editora da Universidade de Pernambuco/EDUFPE
42. O Catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social  
Thales de Azevedo  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
43. O Engenho de Açúcar no Nordeste  
Manuel Diegues Júnior  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
44. O Brasil, o Poder e o Povo  
Miguel Arraes de Alencar  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE

45. Ação da Bahia na obra da independência nacional  
Braz do Amaral  
Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
46. Reisado Alagoano  
Théo Brandão  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
47. Gestos e Vozes de Pernambuco  
Luiz Delgado  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
48. A literatura de cordel no nordeste do Brasil: da história escrita ao relato oral  
Julie Cavnac  
Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
49. Os Cinemas da Bahia 1897-1918  
Silo Boccanera Júnior  
Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
50. A mestiçagem no Brasil  
Arthur Ramos  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
51. Cachaça: contos  
Francisco Julião  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE
52. Utopia Armada  
Dirceu Lindoso  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
53. O Theatro na Bahia da Colônia à República (1800-19230)  
Sílio Boccanera Júnior

Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA

54. Paremiologia Nordestina – 2ª. Edição Ampliada  
Fontes Ibiapina  
Editora da Universidade Federal do Piauí/EDUFPI
55. Nelson Chaves - O homem além do tempo: A palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente.  
Maria Christina de Almeida Costa e Eunice Salzano Lago.  
(Org.)  
Editora da Universidade de Pernambuco/EDUFPE.
56. Resistência Indígena no Piauí Colonial: 1718-1774 – 2ª.  
Edição  
João Renor F. de Carvalho  
Editora da Universidade Federal do Piauí/EDUFPI
57. A Língua do Nordeste – 4ª. Edição  
Mário Marroquim  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
57. Gestos e Vozes de Pernambuco  
Luiz Delgado  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE.
58. A Pré – Revolução Brasileira.  
Celso Furtado  
Editora da Universidade Federal de Pernambuco/EDUFPE.
59. CASA E BALCÃO: os caixeiros de Salvador (1890-1930)  
Mario Augusto da Silva Santos.  
Editora da Universidade Federal da Bahia/EDUFBA
60. Costumes Africanos no Brasil  
Manuel Querino  
Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB

61. A Testemunha na História e no Direito  
Jayme de Altavila  
Editora da Universidade Federal de Alagoas/EDUFAL
62. Poemário de Cordéis v.1  
Pedro Nonato Costa  
Editora da Universidade Federal do Piauí / EDUFPI
63. Matas do Sertão de Baixo  
Isaías Alves  
Editora da Universidade do Estado da Bahia/EDUNEB
64. O Sertão  
Carlota Freitas  
Editora da Universidade Federal do Piauí / EDUFPI

## OBRAS DO MESMO AUTOR

Da Fonética Inglesa

Vida e Obras do Barão de Macaúbas

Os Testes e a Reorganização Escolar

Testes Individuais da Inteligência

Da Educação nos Estados Unidos

Problemas de Educação

Testes de Inteligência nas Escolas

Técnicos e Educadores

Estudos Objetivos de Educação

Técnica e Política Educacional

Educação e Saúde na Bahia

Educação e Brasilidade

Dados de Psicologia da Criança

Missão Nacional e Humana da Faculdade de Filosofia

Cultura, Responsabilidade e Ação      Vocação Pedagógica de  
Ruy Barbosa

Dante, Educador do Milênio

Dezenas de Conferências de vários problemas de Educação  
e biografias de Educadores nos Arquivos da Universidade  
Faculdade de Filosofia e outros órgãos periódicos.

Formato: 150 x 220mm  
Fonte: GaramdITC BKcNBT, 12  
Miolo: papel Pólen soft, 80gr/m<sup>2</sup>  
Capa: papel supremo, 250gr/m<sup>2</sup>  
Páginas: 338  
Tiragem: 300  
Impressão: ESB

Isaías Alves, grande educador — dos maiores deste País — em MATAS DO SERTÃO DE BAIXO estuda o trecho da terra baiana em que nasceu. Estuda-a em todas as dimensões que para o sábio e para o filho tem “o torrão natal: na superfície e na tradição”; histórica e sentimentalmente; com a sua vida social e os seus momentos memoráveis; através de famílias, que subsistem, de homens que de muito se foram.

Pedagogo (mestre de mestres), fundador da Faculdade de Filosofia — que tanto realce deu à Universidade da Bahia — o ilustre polígrafo quis coligar no livro, um pouco da história da sua região, além de representar as reminiscências e as impressões da infância e da mocidade vividas.

ISBN: 978-85-7887-071-3



▶ Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE

▶ Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana – EDUEFS

▶ Editora da Universidade Estadual de Pernambuco – EDUPE

▶ EDITUS – Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

▶ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

▶ Editora da Universidade do Vale do Acaraú – UVA

▶ Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB

▶ Editora da Universidade Federal de Alagoas – EDFAL

▶ Editora da Universidade Federal da Bahia – EDFBBA

▶ Editora da Universidade Federal do Ceará – EDUFC

▶ Editora da Universidade Federal da Paraíba – EDUFPb

▶ Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI

▶ Editora da Universidade Federal de Pernambuco – EDFUPE

▶ Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – EDUFRN

▶ Editora da Universidade Federal de Sergipe – EDUFS

▶ Editora da Fundação Demócrito Rocha – FDR

▶ Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ

▶ Editora da Universidade do Estado da Paraíba – EDUEP

▶ Editora da Universidade Federal de Campina Grande – EDUFCCG

▶ Editora da Universidade Salvador – UNIFACS

▶ Editora da Universidade Estadual do Maranhão – EDUEMA